



0 1 140

# O sistema urbano português

1890 / 1991



Dissertação de doutoramento no ramo de Geografia e Planeamento  
Regional, especialidade Planeamento e Gestão do Território,  
apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação da  
Professora Catedrática Raquel Soeiro de Brito  
da Universidade Nova de Lisboa

Nuno Pires Soares

50470

Errata

Pág	Linha	Onde se lê	Leia-se
11	Nota de roda-pé	...(1980)...	(1984)
20	8 10 30	...57%... ...35%... ...65%...	58% 36% 64%
25	Nota de roda-pé nº16	...200 habitantes	2 000 habitantes
28	20	...como...	com
41	30	...espacialização	especialização
42	27	...quadro teórico...	quadro de referência
48	10	...na década de 50 —	na década de 50, excluindo a variação excepcional 1970/81 —
71	14	... entre 1989 e 1991...	entre 1890 e 1991
72	27	... gráficos nº 4 e nº5.	gráficos nº 3 e nº4.
83	Título do quadro	Quadro nº15 Taxa de crescimento...	Quadro nº 15 Desvio da Taxa de crescimento
136	22	... conhecer os mecanismos...	conhecer algumas relações
152	21	... TCMA é inferior ou igual à média...	TCMA é inferior à média
186	25	...Vendas Novas — Montemor-o-Velho.	Vendas Novas — Montemor-o-Novo.



## *Agradecimentos*

Em primeiro lugar, à Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Professora Catedrática Raquel Soeiro de Brito, pela honra e privilégio que me concedeu ao aceitar a orientação deste trabalho de investigação e a quem reconhecidamente agradeço pelo saber, empenho, compreensão e estima.

Em segundo lugar, à Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Poeira, ao Dr. Fernando Martins e ao Dr. Henrique Souto, pela prestimosa ajuda manifestada na parte terminal deste trabalho.

Por fim, a todos os que me acompanharam nestes últimos anos e que conseguiram compreender as singularidades de quem realiza um percurso longo e solitário.

Lisboa, Setembro de 1998

## Índice

---

	Página
Nota inicial .....	3
Introdução .....	5
I. Considerações metodológicas .....	10
1 — População urbana: arcaísmo e modernidade do critério demográfico na definição urbana .....	10
2 — O "urbano" e o "rural" nos recenseamentos da população portuguesa.....	14
3 — Um referencial para a definição de população urbana <i>versus</i> sistema urbano .....	27
II. Sistemas urbanos .....	33
1 — Cidades e sistemas urbanos .....	34
2 — Dinâmica dos sistemas urbanos .....	37
3 — O contexto europeu .....	44
. Os últimos quarenta anos de crescimento urbano .....	46
. Os anos 70 e o fenómeno de contra-urbanização .....	52
. Dinâmicas do sistema urbano europeu .....	54
III. O sistema urbano nacional ao longo de um século .....	64
1 — Cem anos de urbanização .....	64
2 — População e unidades urbanas .....	71
3 — Crescimento e dimensão urbana .....	79
4 — Hierarquia urbana .....	89
5 — O sistema urbano no território .....	104
. Persistência na distribuição espacial das unidades urbanas .....	104
. Tipos de evolução .....	110
. Tipos de unidades urbanas e distribuição espacial .....	113
. Tipos de evolução e dimensão das unidades urbanas .....	121
. Tipos de evolução e relações de proximidade interurbana .....	122

IV. Dinâmicas do sistema urbano nacional .....	128
1 — Hierarquia e competição urbana .....	128
. O exemplo das cidades sedes de distrito .....	143
2 — Padrões de distribuição espacial do crescimento urbano .....	152
V. Perspectivas sobre o sistema urbano nacional .....	169
1 — Abordagens recentes .....	169
2 — A presente investigação .....	176
Conclusões .....	194
Ficheiro de informação UR .....	202
Bibliografia .....	243
Índices:	
Quadros.....	254
Gráficos .....	256
Mapas .....	257
Anexos :.....	258
Mapa de localização: cidades e sedes de concelho .....	270

## *Nota inicial*

Temo-nos frequentemente interrogado sobre o aparente desequilíbrio que se verifica entre uma vastíssima bibliografia sobre cidades — plena de adjectivos, figuras de estilo e neologismos — e o limitado número de trabalhos de investigação de base. Não se estará a escrever demasiado sobre a cidade? Não se estará a especular em excesso sobre a cidade? Provavelmente nunca viremos a encontrar uma resposta a esta questão e certamente o presente trabalho, mais do que certezas, acrescentará às já existentes, algumas dúvidas suplementares.

Este é um trabalho que procura ser circunscrito nos seus objectivos e sucinto nas palavras. Circunscrito e sucinto por forma de estar nossa e ao mesmo tempo por ser um trabalho que não dispôs de nenhuma ajuda de qualquer entidade pública ou privada, nem fez parte de qualquer projecto de investigação financiado. Por isso, houve que encontrar um tema que apresentasse um grau de exigência de recursos compatível com os proventos de um assistente. Foi assim que, passado algum tempo de hesitação sobre o tema a estudar, a escolha recaiu sobre o sistema urbano português analisado durante os últimos cem anos. Tema que viria a revelar-se bastante mais



interessante do que à partida fora considerado, e cuja escolha não nasceu de um interesse antigo, mas sim de uma conveniência natural e recente, apesar do gosto sempre manifestado pelos assuntos urbanos.

No decorrer do trabalho houve que assumir uma postura simultaneamente generalista e especialista pois, face à escassez de recursos realizaram-se todas as fases de produção sem recorrer a trabalho exterior de cartografia, processamento de texto ou tratamento de informação. O processo de elaboração deste trabalho assemelha-se a um processo de produção artesanal pelo qual o artesão é responsável desde a recolha da matéria-prima até à sua transformação e posterior colocação no "mercado". Mesmo a utilização de alguns poucos meios informáticos pessoais não consegue anular a componente artesanal na produção deste trabalho. Se, por um lado, se assume esse facto como uma limitação, por se tornar mais morosa e penosa toda a investigação, em contrapartida, por ser o autor a dominar todas as fases de elaboração, o resultado final é provavelmente mais personalizado, o que tanto poderá ser um defeito como uma virtude. Contudo, há que considerar a possibilidade de um maior grau de liberdade para desenvolver alguns aspectos de experimentação.

Tendo por objectivo principal aumentar o conhecimento de base sobre o sistema urbano português, este será mais um trabalho a contribuir para o estudo de apenas alguns aspectos da globalidade do sistema urbano, com base em pontos de vista parciais, fixando-se exclusivamente em aspectos específicos. Procurar-se-á um compromisso entre uma tese por adição e acumulação de saber e experiência, e uma tese por redução e depuração, isto num quadro geral bibliográfico vastíssimo, onde paradoxalmente cada autor em cada trabalho de investigação não resiste à "tentação" de propor novas classificações e tipologias, muitas vezes sem reflexão crítica aprofundada sobre anteriores trabalhos de investigação.

Também neste aspecto, o presente trabalho não conseguirá distanciar-se substancialmente desta matriz geral. Este "pecado original" que afecta a investigação urbana, resulta da própria natureza do objecto de estudo que a todos deslumbra e confunde, e a que poucos conseguem ficar indiferentes face à sua imensa riqueza, diversidade e dinâmica.

## *Introdução*

---

A urbanização, fenómeno de civilização, continua ainda hoje a surpreender-nos, tanto pela velocidade com que se expande no espaço como pela sua universalidade.

O conceito de urbanização corresponde tradicionalmente a um amplo conjunto de modificações de cariz marcadamente demográfico, económico e espacial, resultante genericamente da passagem de populações do meio rural para o meio urbano. No entanto, numa perspectiva mais ampla e abrangente, a urbanização pode e deve ser também entendida como um fenómeno cultural, tanto mais quanto a cidade é em si criadora e transmissora de inovação, sendo geradora de novas formas de cultura e de organização espacial visíveis nas alterações dos estilos de vida, conteúdos e formas de estar.

Em Portugal, país considerado, até muito tarde, tradicionalmente rural e agrícola — onde ainda em meados do século, aproximadamente três quartos da população vivia no meio rural e mais de cinquenta por cento da mesma vivia directamente da agricultura —, a urbanização das últimas décadas corresponde a uma reformulação profunda de novos aspectos socioeconómicos que têm vindo a transformar decisivamente muitas das condições de vida da população em geral .

No nosso país, a urbanização recente, apesar de mais tardia do que na



generalidade dos países europeus e assumindo algumas nuances particulares — das quais se destacam a ausência de uma verdadeira revolução industrial e o fortíssimo surto emigratório da população —, passou a ter o maior protagonismo no âmbito das grandes transformações demográfico-espaciais que o país tem atravessado, ao ponto de a sua população estar hoje quase totalmente "urbanizada". Tal facto, reconhecido empiricamente por todos, não tem sido devidamente acompanhado e sistematicamente investigado em todos os seus aspectos.

A realidade urbana nacional, face à informação estatística disponível sempre se manteve como que envolta por algumas indefinições ou omissões que sendo simultaneamente importantes e elementares, permaneceram até hoje, evidenciando, afinal, fraca preocupação por parte de quem de direito. De entre estas indefinições ou omissões, destaca-se a inexistência, nas últimas três décadas, de qualquer valor rigoroso referente à população urbana nacional, ou à população residente em cada cidade, simplesmente porque a cidade não está delimitada no espaço e desse modo, não se lhe podem referir os seus elementos estatísticos. Até mesmo a própria designação de cidade — atributo sobretudo político — está ausente dos três últimos Recenseamentos Gerais da População, mesmo sabendo que essa designação não corresponde a uma efectiva entidade oficial definida, mas a um conceito essencialmente qualificante.

Parte destas indefinições e imprecisões decorrem explicitamente da indefinição ou ausência de critérios de classificação espacial por parte dos especialistas do território e dos produtores oficiais das estatísticas nacionais. Nem uns nem outros conseguiram acompanhar e(ou) assumir a importância das orientações metodológicas que eclodiram na década de 60, altura em que se deram passos decisivos visando enquadrar conceptual e estatisticamente a realidade urbana nacional que então começava a ganhar novos contornos. Desde então, impera basicamente a omissão, pela dúvida sobre os objectivos, as metodologias e o interesse do apuramento e da divulgação de dados urbano-demográficos, omissão que o esforço de alguns trabalhos de investigação tem procurado ultrapassar, embora continuemos sem enquadramento nacional, facto que alimenta a polémica sobre quaisquer ensaios nesta matéria.



Decorrente desta situação acresce a impossibilidade quase total de discutir a situação urbana nacional a nível da União Europeia e de participar nas mais recentes abordagens que a esta escala de análise se têm desenvolvido, pela inexistência de informação urbana de referência credível.

O presente trabalho tem como objectivo de base avaliar as transformações ocorridas no sistema urbano nacional nos últimos cem anos. Por isso, não pode alhear-se deste conjunto de interrogações, por fazerem parte integrante do corpo metodológico de equacionamento e avaliação da realidade urbana nacional em apreciação. O sistema urbano, em sentido geral constituído pelo conjunto de cidades e sedes de concelho — mapa de localização UR<sup>1</sup> —, será apreciado essencialmente ao longo do tempo e do espaço na sua componente demográfica e, especificamente, de crescimento urbano.

O interesse deste tema no caso português, não se relaciona com a aplicação ou o desenvolvimento de um qualquer modelo particularmente inovador ou eventualmente específico do nosso país. O nosso interesse face ao *estado da arte* do saber geográfico é o de reunir, num primeiro momento, informação essencialmente de cariz demográfico, sobre o sistema urbano nacional, tendo por finalidade quantificar para conhecer e compreender e, mais tarde, integrar no saber geral.

Em termos espaciais foi considerado exclusivamente o território do Continente, ficando de fora os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Tal opção decorreu da especificidade insular destes subsistemas urbanos, que necessitam de uma investigação particular que se considerou, no actual momento, prematura face aos objectivos gerais do trabalho.

Quanto ao período de tempo a considerar, tivemos que nos cingir à existência de dados demográficos de recenseamentos regulares realizados a partir de 1864, acabando por serem considerados exclusivamente os últimos cem anos: de 1890 a 1991.

A hipótese central deste trabalho pressupõe que a evolução do sistema urbano resulta de duas dinâmicas que actuam simultaneamente: uma que

---

1. O mapa de localização das unidades urbanas posiciona-se no final do trabalho, tendo por objectivo facilitar o seu melhor manuseamento sempre que possam surgir dúvidas em relação à localização geográfica de determinada cidade ou sede de concelho.



actua no longo e médio prazo e que é responsável pela estabilidade da forma e da hierarquia urbana; outra que age no curto prazo, bastante mais irregular e imprevisível. Estas duas dinâmicas que regulam o sistema, estão particularmente dependentes das propriedades gerais e específicas do próprio sistema, no qual se inclui a importante componente espacial.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, basicamente de *Considerações metodológicas*, abordaremos a ausência de critério oficial no apuramento da população urbana nacional, como é que esse problema tem sido ultrapassado por vários autores e que esforços recentes têm alguns organismos oficiais desenvolvido, no sentido de resolver no futuro próximo esta questão. Em seguida, apresenta-se uma proposta de apuramento da população urbana em Portugal Continental. Apresenta-se igualmente os critérios que presidiram à construção do ficheiro de informação, designado por *Ficheiro de informação UR*, onde se encontra reunida a informação de base demográfica da totalidade das sedes de concelho e cidades, para todos os anos censitários compreendidos entre 1890 e 1991. O segundo capítulo, intitulado *Sistemas urbanos*, incidirá numa primeira fase sobre aspectos essencialmente de enquadramento teórico e, numa segunda parte, sobre algumas das transformações mais recentes que têm ocorrido nos sistemas urbanos e cidades da Europa. O capítulo seguinte será, efectivamente, o objecto principal da pesquisa deste trabalho e designámo-lo de *O sistema urbano nacional ao longo de um século*. Aqui, procuraremos identificar o que se manteve e o que se alterou no sistema urbano, estando sempre presente a intenção clara de identificar tipologias evolutivas e padrões espaciais. O quarto capítulo, *Dinâmica do sistema urbano nacional*, mantém intactos os objectivos expressos no capítulo anterior, mas amplia-os na busca das variações de ordem das unidades urbanas ao longo do tempo e na pesquisa de "ritmos" de evolução e formas e tipos de evolução espacial. O quinto capítulo, *Perspectivas sobre o sistema urbano nacional*, começará por abordar algumas das recentes análises sobre o sistema urbano nacional contemporâneo e termina com uma proposta, por nós construída, de sistematização do actual sistema urbano. O trabalho encerra formalmente com um conjunto de Conclusões, se bem que seguido de uma última parte extremamente importante que é, concretamente, o *Ficheiro de informação UR*, que devido à sua extensão se considerou de

inclusão inadequada no decorrer do texto.

Assim, procura-se avaliar o grau de concentração da população em espaços urbanos ao longo dos últimos cem anos, identificando as principais fases e processos de concentração/desconcentração espacial, tendo em vista, simultaneamente, aferir o grau de permanência de um sistema urbano antigo, sujeito no entanto, ao longo do tempo, a constantes processos de mudança de ordem vária. Será que o dualismo litoral/interior à escala urbana é um facto tão recente como alguns julgam crer ? Não será este dualismo as duas faces de uma mesma realidade cuja fragilidade de organização espacial e económica torna tão incerta a possibilidade de desenvolvimento equilibrado, tanto no passado como no futuro?

# *I Considerações metodológicas*

---

## *1. População urbana: arcaísmos e modernidade do critério demográfico na definição urbana*

Na grande maioria dos estudos sobre a temática urbana, um dos primeiros problemas que habitualmente se colocam é saber qual é a verdadeira essência da distinção entre população urbana e população rural e entre espaço urbano e espaço rural.

Na realidade, a diferenciação entre urbano e rural, que aparentemente poderá parecer elementar — tal é a facilidade com que se utilizam no dia-a-dia estes dois vocábulos —, é de difícil definição quando se trata de estabelecer os respectivos conteúdos em termos precisos, bem como os seus limites físicos.

A correspondência ou articulação que tradicionalmente existia entre formas espaciais de âmbito manifestamente geográfico e o seu conteúdo intrínseco, seja ele de índole cultural, económica ou social, desaparecem em variadíssimos casos. Lembremo-nos de que num passado ainda não muito distante, com facilidade se conseguia discernir entre formas urbanas — cidades na maioria dos casos ainda cingidas por estruturas defensivas medievais — e o "campo".

Igualmente distinto e contrastado era o seu conteúdo económico e social: no interior das cidades concentravam-se as actividades manufactureiras e os serviços, com a correspondente composição social dos residentes que



desempenhavam profissões urbanas de produção e administração; no "campo", atrás da simplicidade aparente das formas, emergia a vida rural rica e complexa.

A organização do espaço nos países desenvolvidos tem vindo, com o decorrer do tempo, a tornar-se cada vez mais complexa — com as formas "tipo" ou "clássicas" cada vez mais raras e as situações intermédias cada vez em maior número e de sistematização mais difícil. Hoje, as formas de ocupação do solo e de povoamento já não conseguem definir linhas de separação nítidas. Muito do que caracterizou o conceito de urbano no passado abrange, hoje, quase toda a sociedade, mercê da perda de rigidez dos factores clássicos de localização industrial, da melhoria da acessibilidade, do aumento da taxa de motorização e da difusão e divulgação da cultura dita urbana de raiz anglo-saxónica, que molda hábitos e modos de vida, mesmo no "campo".

Assim, tem-se vindo a assistir, desde meados deste século, à saída das cidades de muitos tipos de indústrias e de serviços, sendo também cada vez em maior número a população activa, no sector secundário e terciário, que opta por residir fora da cidade onde trabalha. Passou a não existir, em muitos casos, qualquer tipo de relação directa entre forma predominante de organização do espaço e actividade da população residente, como seja, por exemplo, o caso de regiões onde a paisagem é predominantemente agrícola, mas onde a população residente trabalha maioritariamente fora do sector primário.

Por outro lado, a agricultura — porventura o último traço identificador do rural — tem passado por profundas alterações, inserindo-se cada vez mais nos quadros de exigências e especificidades da grande economia global urbana. Mantém-se actual a interrogação proferida, ainda nos anos 70, pela Prof<sup>a</sup>. J. Beaujeu-Garnier: *"...como recensear estes indivíduos em que a residência e o lugar de trabalho pertencem às duas grandes divisões clássicas ? Como urbanos ou como rurais?"*<sup>1</sup>.

No que se refere à população, se até à década de cinquenta já era relativamente delicado estabelecer os limites quantificáveis que distinguiram população urbana de população rural segundo a residência, a actividade

---

1. Beaujeu-Garnier, J.(1980), p15.

económica, o valor da concentração da população ou a densidade demográfica, hoje, não só a dificuldade é particularmente maior, resultante da maior complexidade espacial, como o problema já só se coloca devido a imperativos de ordem formal — que no entanto não são de menor importância no caso português, como veremos mais adiante.

No geral, os urbanos e os rurais dos nossos dias não apresentam diferenças significativas, sujeitos que são aos mesmos efeitos e pressões da rádio e da televisão, moldados e uniformizados pela sociedade de consumo. A complexa realidade urbana dos países desenvolvidos cada vez se enquadra menos nos limites tradicionais de uma distinção bipolar de urbano *versus* rural. Assim, assistimos hoje à utilização de variadíssimos conceitos, como por exemplo: área metropolitana, conurbação, megalópolis, aglomeração, urbanização difusa, periurbanização e rurbanização, que visam, todos eles, abarcar novas formas e novas escalas de organização espacial.

Na quantificação da população urbana, o primeiro critério e o mais comumente utilizado é o demográfico, que contabiliza o número de residentes em determinado lugar a partir de um determinado limiar populacional, independentemente do grau hierárquico-administrativo desse mesmo lugar.

Ora, este critério, sendo o mais utilizado pelos organismos nacionais de estatística, devido à facilidade da sua utilização e elementar nível de recursos estatísticos requeridos é o que levanta, desde logo, o maior número de problemas no domínio dos estudos comparativos, fundamentalmente pela considerável variação dos limiares populacionais admitidos nos diferentes países. Enquanto, por exemplo, no Canadá é considerada como população urbana a população residindo em lugares com mais de 1000 habitantes, devendo possuir esses lugares uma densidade superior a 400 hab/km<sup>2</sup>, na Dinamarca, Países-Baixos e Alemanha o limiar é de 2 000 habitantes.

Vários organismos internacionais, com destaque para a ONU, têm procurado ultrapassar este problema da disparidade de critérios na definição da população urbana, mas até hoje sem grande sucesso.

No início da década de 90 o Eurostat, organismo estatístico da União



Europeia, apresentou uma proposta visando a equiparação das várias definições de população urbana no conjunto dos Países-membros. Esta proposta, que nasceu com a realização de um primeiro trabalho de pesquisa teórica e estatística<sup>2</sup> sobre as diferentes noções de urbano nos países comunitários, não será implementada a curto prazo, devido à complexidade da sua operacionalização.

Uma segunda proposta destinada à definição comum de "zonas urbanas", "semi-urbanas" e "rurais" foi considerada como sendo mais prática e exequível<sup>3</sup> a curto prazo. Assim, são consideradas como:

- "Zonas Urbanas", o conjunto contínuo de unidades locais possuindo cada uma densidade superior a 500 hab/km<sup>2</sup>, atingindo o conjunto uma população total de pelo menos 50 000 habitantes,
- "Zonas Semi-urbanas", o conjunto contínuo de unidades locais não fazendo parte de uma zona urbana e possuindo, cada uma, densidade superior a 100 hab/km<sup>2</sup>, sendo o conjunto contíguo a uma zona urbana ou atingindo o total de pelo menos 50 000 habitantes,
- "Zonas Rurais" o conjunto de unidades locais não fazendo parte nem de uma zona urbana, nem de uma zona semi-urbana.

Aplicados a Portugal Continental<sup>4</sup> e utilizando o concelho como unidade espacial de base, estes limiares identificam como zonas urbanas as duas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, como semi-urbanas a faixa costeira Atlântica entre a foz do rio Sado e a do rio Minho e os concelhos do Algarve litoral — Portimão, Lagos, Faro e Olhão. Os restantes concelhos, cerca de 2/3 do total, são incluídos na zona rural. Abrangem-se assim, nesta rubrica, vários concelhos que possuem pequenas e médias cidades de importância regional assinalável, como Vila Real, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Évora, o que nos parece representar um quadro urbano manifestamente insuficiente.

Tenta-se mais uma vez resolver a velha questão da homogeneidade

2. NUREC, 1990 - Conceito Estatístico de Cidade na Europa, (Doc. E3/SD/15/90)

3. Eurostat, 1990 - Proposition Eurostat pour la Définition de Zones Urbaines / Semi-urbaines / Rurales, (Eurostat E3/SD/14790)

4. Peixoto, João 1992, p.47 e 48

conceptual do urbano, tendo por objectivo a comparação entre países. Se a proposta actual do Eurostat ainda não é certamente a mais desejável para países como Portugal, em que a densidade de população é baixa e as cidades são de reduzidas dimensões demográficas, será de prever que com o reforço de importância no quadro comunitário dos países do Norte da Europa que possuem igualmente baixas densidades populacionais e cidades de pequenas dimensões, se possa vir a assistir a uma revisão dos limiares propostos.

Se a intenção da União Europeia é, no seu aspecto prático, meritória, é simultaneamente de implementação difícil dada a complexidade e diversidade do fenómeno urbano. O principal argumento que até hoje tem entravado todas as definições estatísticas comuns e, por consequência necessariamente simples na sua formulação, baseia-se na elementar constatação de que uma mesma "quantidade" tem um valor e um significado muito diferenciados consoante a organização sócio-espacial dos países e até das diferentes regiões de um mesmo país.

É, de facto, difícil impor uma mesma noção de urbano e rural a países com condições geográficas, históricas e económicas muito diferentes. No entanto, este objectivo ao nível comunitário deverá a médio prazo ser atingido por imperativos de ordem económica, que se prendem com a necessidade de encontrar uma plataforma comum, que proporcione, de alguma forma, uma redistribuição espacial mais equitativa de apoios económicos .

## *2. O "urbano" e o "rural" nos recenseamentos da população em Portugal*

Em Portugal, ao longo do tempo, tem variado a definição estatística de população urbana (c.f. Silva, F.M. 1970), enquanto a definição de população rural é mais constante, por ser quase sempre considerada como a parte remanescente ou residual da população total. Vejamos de seguida uma breve resenha do conceito de população urbana contida nos diversos censos.



Em 1864 e 1878 foi considerada como urbana toda a população residente nas capitais de distrito e noutras localidades designadas "cidades", seja por tradição histórica ou por interesse político. Em 1890 considerou-se que a definição utilizada anteriormente subestimava a realidade, tendo-se alargado o seu âmbito à população residente em vilas capitais de concelho.

Em 1940 contabilizou-se como população urbana a população dos lugares com mais de 2 000 habitantes, embora estabelecendo-se neste conjunto duas subdivisões: uma implicando "...povoações de expressão essencialmente local..." com um número de residentes superior a 2 000 e inferior a 9 999 habitantes, e outra implicando os centros maiores, com mais de 10 000 habitantes que podiam "...justificar-se e viver por si próprios"<sup>5</sup>.

Em 1950 não foi utilizada qualquer noção de urbano. Foram apenas definidos "Centros populacionais" a que correspondia "a povoação qualquer que fosse a sua categoria legal que, na área urbana demarcada pela Câmara Municipal respectiva, contasse 2 000 ou mais habitantes".

Em 1960 aparece a definição ainda hoje mais habitual no INE: a que considera como população urbana a população residente nos Centros Urbanos, sendo estes definidos como a "capital de distrito e a localidade qualquer que fosse a sua categoria legal (cidade, vila, ...) que na área urbana demarcada pela Câmara Municipal respectiva, constasse de 10 000 ou mais habitantes".

Em 1970 não foi apresentada qualquer definição no Recenseamento Geral da População, mas continuou a utilizar-se noutras publicações daquele Instituto, a definição adoptada em 1960.

Em 1981 o INE optou por não nomear qualquer tipo de entidade urbana, devido ao facto de o grupo de trabalho inter-ministerial, no âmbito do Conselho Nacional de Estatística, não ter conseguido chegar a acordo sobre a definição de população urbana. São apresentados unicamente alguns dados demográficos por dimensão de lugar: inferior a 2 000 habitantes, entre 2 000 e 4 999, de 5 000 a 9 999 e superior a 10 000 habitantes. Enumeram-se, ainda, os lugares com mais de 500 habitantes.

---

5. INE, 1940, Recenseamento Geral da População, Vol.XXIV, pp. 116-120



No último recenseamento, em 1991, mais uma vez não é definido qualquer critério explícito de população urbana, muito embora tenha sido publicado o valor da população concentrada em lugares com mais de 2 000 habitantes. Este limiar é concordante com o valor recomendado pela ONU como valor mínimo de população urbana; mas nada é mencionado explicitamente no referido recenseamento. Ao nível das NUT III<sup>6</sup> são publicados os valores da população por lugares, com as seguintes classes de dimensão: lugares até 1 999 habitantes, entre 2 000 e 4 999, de 5 000 a 9 999, de 10 000 a 19 999 e com mais de 20 000 habitantes, ou seja, seguem-se os valores limite apresentados já no censo anterior.

Deste panorama geral ressalta de imediato a evidente dificuldade em acompanhar a evolução da população urbana ao longo do tempo e no espaço, visto existirem não só constantes mudanças de critérios estatísticos, como também omissão dos mesmos, e sem nunca ser mencionado o espaço a que se referem.

Sem no entanto desmentir esta realidade, pode-se constatar alguma persistência — mais implícita que explícita — em torno de uma noção: a dimensão populacional dos "aglomerados populacionais" ou "localidades" com população residente acima dos 10 000 habitantes, designados como Centros Urbanos e, os "lugares" entre 2 000 e 9 999 habitantes a que poderemos atribuir a designação genérica de semi-urbanos, designação que não está consagrada em nenhum Recenseamento Geral da População, mas que aparece em algumas publicações do INE como, por exemplo, nas Estatísticas Demográficas.

Ainda neste contexto estatístico e simultaneamente metodológico, como é definida a componente espacial, "aglomerado populacional", "localidade" ou "lugar"?

No Recenseamento de 1960 foi definido "aglomerado populacional" ou "lugar" como "*...todo o conjunto de prédios contíguos ou vizinhos com cinco ou mais fogos, a que correspondesse uma denominação*", tendo sido esta delimitação realizada na prática pelas Câmaras Municipais respectivas. Em 1981 manteve-se a definição de 1960, tendo sido acrescentado um maior

---

6. NUT — Nomenclatura de Unidade Territorial para fins Estatísticos

número de prédios/edifícios — "todo o conjunto de edifícios contíguos ou vizinhos com dez ou mais fogos a que corresponde uma designação". No Recenseamento de 1991 mantém-se no essencial a definição de 1981.

Esta definição de "aglomerado populacional", ou equivalente, mostra-se relativamente constante desde 1960, mas encerra em si alguns graves problemas que é necessário ter presentes.

Com a actual definição de "lugar" não se consideram verdadeiros lugares na acepção geral do termo, ou seja, entidades geográfico-espaciais contínuas. O que é apreendido no contexto actual é sim a população residente por denominação toponímica, com base em fragmentação administrativa casuística, sendo diminuto o número de casos em que um lugar se distribui por mais de uma freguesia ou concelho. Assim, seccionam-se unidades que apresentam continuidade espacial por uma multiplicidade de lugares, pelo simples facto de existirem vários topónimos que correspondem a formas tradicionais de povoamento, sem que tenha sido feita actualização, ou seja, sem que tenha sido realizada a correspondência entre o topónimo e a realidade demográfico-espacial que lhe está subjacente. Esta definição é igualmente incapaz de captar e identificar a realidade das áreas com elevado dinamismo em torno das cidades, assim como da urbanização difusa.

Os decretos-lei que regulamentam a realização dos recenseamentos de população atribuem às Câmaras Municipais a responsabilidade de definir, para fins estatísticos, os limites geográficos dos aglomerados populacionais. A este propósito refere José Santos que *"...em Portugal a situação tem-se apresentado perfeitamente caótica dada a discricionariedade e o carácter casuístico, arbitrário e indocumentado das delimitações censitárias. Comparando por exemplo dois recenseamentos (V.g. 1970 e 1981) são centenas ou milhares os casos em que um mesmo topónimo recobre âmbitos territoriais muito diferentes (crescentes ou decrescentes)... Noutros casos, sucede que um mesmo lugar aparece e desaparece de censo para censo, sem que haja qualquer explicação"*<sup>7</sup>.

No seguimento destas considerações críticas, observemos de seguida a distribuição da população por dimensão de lugares — quadro nº 1 —,

---

7. Santos, José (1990): p18.



admitindo que poderíamos adjectivar de população urbana a população a residir em lugares com mais de 10 000 habitantes, de semi-urbana a população a residir em lugares entre 2 000 e 9 999 habitantes, e de rural a população em lugares com menos de 2 000 habitantes.

Em primeiro lugar, assinala-se a lenta evolução das três classes de população ao longo de oitenta anos. Tomando como exemplo a população a residir em lugares com menos de 2 000 habitantes, ou seja, a população a residir em lugares de muito pequena dimensão, o seu valor era em 1911 de 76% mas, passadas oito décadas, o seu valor é ainda de 50%. Se aceitarmos a validade dos critérios subjacentes ao apuramento destes dados, podemos concluir que, ainda no início da década de 90, metade da população portuguesa residia em lugares com menos de 2 000 habitantes e que, à mesma data, só cerca de 1/3 da população residia em lugares com mais de 10 000 habitantes.

Quadro nº 1 População por lugares

Portugal :

Percentagem da população por dimensão de lugar	1911*	1940*	1960	1981	1991
Pop. em lugares com mais de 10 000 habitantes (Urbana)	15.6	19.8	22.7	29.7	34.2
Pop. em lugares de 2 000 a 9 999 habitantes (Semi-urbana)	9.2	10.2	11.6	13.4	15.6
Pop. em lugares com menos de 2 000 habitantes (Rural)	76.4	71.4	65.7	56.9	50.2

\*Devido a deficiência estatística dos Recenseamentos, o somatório não totaliza 100% (c.f. Peixoto, João 1987)

Fonte: INE

É reconhecido genericamente, embora de forma empírica, que em Portugal os valores da população, tanto urbana como semi-urbana são baixos. Mas considerar que em 1991, 50.2%<sup>8</sup> da população reside em lugares com menos de 2 000 habitantes é manifestamente subestimar a realidade urbana nacional.

De facto, não existiu até hoje por parte do INE nenhum critério explícito nem concensual sobre a definição de população urbana. A responsabilidade

8. Temos considerado que a população rural corresponde ao valor da população residente em lugares com menos de 2 000 habitantes. No entanto, se a este valor acrescentarmos para 1991 a população isolada (319 884 habitantes), o valor da população rural passará a corresponder a 52% do total nacional.

desta situação é fundamentalmente da ausência de decisão política sobre este assunto em particular. No entanto este Instituto, a par de outras entidades, tem disponibilizado para vários organismos internacionais que o solicitam, dados referentes ao valor da população urbana nacional, com base no número de residentes em lugares com mais de 10 000 habitantes que, para 1991, corresponde a 34.2% do total da população residente nacional.

Que conclusões ou ilacções poderemos retirar deste valor da população urbana portuguesa no contexto europeu e internacional?

Sem entrar em considerações sobre os diferentes critérios que presidem ao apuramento da população urbana em cada país, da comparação de alguns exemplos — quadro nº 2— ressalta de imediato que a taxa de população urbana mais baixa na Europa, no início da década de 90, se observa em Portugal com 36%, imediatamente seguido pela Albânia com 37%.

Quadro nº 2 *População urbana europeia (%)*

<i>Países</i>	1960	1993	2000	Pop. Activa Sector I * 1990 ou 1992	<i>Grupos de Países</i>	1960	1993	2000
Albânia	31	37	40	55	América do Norte	70	76	77
Alemanha	76	86	88	4	Em desenvolvimento	22	36	40
Áustria	50	55	56	6	Europa de Leste	47	66	68
Bélgica	93	97	97	3	Europa Ocid. e do Sul	64	75	76
Dinamarca	74	85	86	6	Industrializados	61	73	75
Espanha	57	76	78	12	Mundo	34	44	47
Finlândia	38	63	65	8	OCDE	65	76	78
Luxemburgo	62	88	91	4	União Europeia	68	78	79
Grécia	43	64	68	23				
Irlanda	45	58	59	14				
Itália	59	67	67	9				
França	62	73	73	5				
Holanda	85	89	90	5				
Hungria	43	64	67	15				
Islândia	80	91	92	11				
Malta	70	89	91	3				
Noruega	50	73	74	6				
Polónia	48	64	67	27				
Portugal	22	36	38	11**				
Reino Unido	86	89	90	2				
Rep. Checa	46	65	66	11				
Roménia	34	55	58	24				
Suécia	73	83	83	3				
Suiça	51	60	62	6				

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 1996. Nações Unidas.

\* Valores em percentagem  
 \*\* O valor indicado era de 18%, no entanto o INE refere a existência de 11% da população activa afecta ao sector primário em 1991.

Estes dois países, com valores muito semelhantes de população urbana



(e repare-se que o valor de Portugal está aqui arredondado por excesso), apresentam no entanto Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) consideravelmente diferentes: no quadro mundial, Portugal ocupa o trigésimo quinto lugar e a Albânia o centésimo quarto lugar .

É seguramente um problema de critérios na avaliação da população urbana nacional; não é de crer que o valor de Portugal seja inferior a metade do valor da União Europeia, que é de 78%. Mesmo países europeus que têm valores relativamente baixos de população urbana, como a Irlanda com 57% e a Áustria com 55%, situam-se acima da metade da média europeia. Portugal, ao apresentar 35% de população urbana, coloca-se decididamente abaixo dos Países em Desenvolvimento que apresentam um valor médio de população urbana de 36% e bastante abaixo do valor médio mundial que é de 44%. Mesmo se fosse considerado o valor referente à população residente em lugares com mais de 2 000 habitantes para 1991, que é de 48.4% e que porventura se aproxima mais da realidade, estaríamos ainda assim bastante afastados do valor médio da Europa Ocidental e do Sul que é, no mesmo ano, de 75%.

Do ponto de vista da população portuguesa dita não urbana, ou também vulgarmente designada por população rural, será difícil aceitar a existência de valores tão elevados de população rural em 1991, como sejam os remanescentes 65.0% ou mesmo 50.2%.

Embora não exista qualquer relação directa entre os valores de população rural e os de população activa no sector primário, visto não existir equivalência de conceitos, podemos mesmo assim arriscar a confrontação dos seus valores, no pressuposto empírico de que um país com uma baixa taxa de população rural deterá também uma diminuta percentagem de população no sector primário. É realmente isso que se pode constatar em relação ao conjunto de países europeus em análise — quadro nº2 —, à excepção de Portugal que, a um elevadíssimo valor de população supostamente rural (65%) associa um mediano valor de população activa no sector primário (11%). Esta discrepância vem corroborar a tese da inadequação do critério português de definição de população urbana.

Do ponto de vista das regiões portuguesas definidas até ao momento, é

interessante atender ao seu comportamento demográfico em 1991, face à taxa de urbanização, com base no critério da população em lugares com mais de 2000 habitantes, — quadro nº 3.

Quadro nº 3 *População residente em lugares com mais de 2 000 hab. e por sectores de actividades*

Portugal Continental 1991	População Residente	hab/km <sup>2</sup>	População em Lugares com mais de 2000hab. (População urbana)	%	% da pop. urbana em relação ao total da pop. urbana nacional	Sector Primário (%)	Sector Secundário (%)	Sector Terciário (%)
Norte	3 472 715	163,9	1 232 406	35,49	27,12	10,6	49,4	40,0
Alto Trás-os Montes	235 241	28,9	52 087	22,10	1,15	39,7	17,0	43,2
Ave	459 673	367,7	104 717	22,80	2,30	4,2	71,2	24,6
Cávado	353 267	290,5	105 771	29,90	2,33	10,0	52,7	37,3
Douro	238 695	59,4	41 560	17,40	0,91	35,0	21,3	43,7
Entre Douro e Vouga	252 370	272,5	59 524	23,60	1,31	6,1	65,9	28,0
Grande Porto	1 167 800	1432,9	807 692	69,20	17,78	2,4	44,2	53,3
Minho/Lima	250 059	113,0	18 341	7,30	0,40	28,7	33,0	38,3
Tâmega	515 610	196,9	42 714	8,30	0,94	12,5	58,1	29,3
Centro	1 721 650	72,8	478 290	27,78	10,53	17,1	38,8	44,2
Baixo Mondego	328 858	161,0	128 701	39,10	2,83	13,4	30,0	56,6
Baixo Vouga	350 424	191,5	111 431	31,80	2,45	13,5	47,0	39,5
Beira Interior Norte	118 513	28,6	32 741	27,60	0,72	29,2	26,2	44,6
Beira Interior Sul	81 015	21,5	32 698	40,40	0,72	15,2	33,5	51,3
Cova da Beira	93 097	55,3	38 438	41,30	0,85	12,4	47,1	40,5
Dão Lafões	282 462	85,7	45 120	16,00	0,99	28,6	30,0	41,3
Pinhal Interior Norte	139 413	53,3	10 159	7,30	0,22	16,9	43,4	39,6
Pinhal Interior Sul	50 801	26,4	0	0,00	0,00	33,7	30,8	35,5
Pinhal Litoral	223 025	127,6	67 293	30,20	1,48	9,2	49,3	41,5
Serra da Estrela	54 042	88,6	11 709	21,70	0,26	16,3	48,3	35,5
Lisboa e Vale do Tejo	3 292 108	275,9	2 426 073	73,69	53,40	5,2	30,2	64,7
Grande Lisboa	1 831 877	1751,3	1 619 581	88,40	35,65	0,8	26,3	73,0
Lezíria do Tejo	232 969	54,6	111 921	48,00	2,46	21,8	32,7	45,4
Médio Tejo	227 339	87,9	78 063	34,30	1,72	9,0	39,3	51,7
Oeste	359 430	143,4	103 484	28,80	2,28	18,8	37,9	43,3
Península de Setúbal	640 493	418,9	513 024	80,10	11,29	4,0	34,1	61,9
Alentejo	543 442	20,2	247 156	45,48	5,44	23,2	25,9	50,8
Alentejo Central	173 216	24,0	89 361	51,60	1,97	21,6	27,9	50,4
Alentejo Litoral	98 519	18,7	40 897	41,50	0,90	27,0	28,2	44,8
Alto Alentejo	128 687	21,7	54 484	42,30	1,20	21,0	24,8	54,2
Baixo Alentejo	143 020	16,8	62 414	43,60	1,37	24,8	22,4	52,9
Algarve	341 404	68,8	159 649	46,76	3,51	13,5	22,0	64,4
Algarve	341 404	68,8	159 649	46,76	3,51	13,5	22,0	64,4
Continente	9 371 319	105,7	4 543 574	48,48	100,00	10,5	38,5	51,1

Fonte: INE, 1991



Das cinco Regiões, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, só a Região de Lisboa e Vale do Tejo, com 73.7% da população a residir em lugares com mais de 2 000 habitantes, apresenta um valor superior à média de Portugal, que é de 48.4%.

Do conjunto das vinte e oito subregiões só quatro, Grande Lisboa (88.4%), Península de Setúbal (80.1%), Grande Porto (69.2%) e Alentejo Central (51.6%) possuem valores superiores à média nacional do Continente. As três primeiras subregiões correspondem genericamente às duas Áreas Metropolitanas respectivamente de Lisboa e Porto e ao Alentejo Central, porque predomina tradicionalmente o povoamento concentrado, expresso estatisticamente na existência de um pequeno número de lugares, mas de apreciáveis dimensões.

Considerando o peso da população dita urbana — 4 543 573 habitantes —, em relação ao total nacional, regista-se que 64.8% da população urbana se concentra nas subregiões da Grande Lisboa (35.7%), do Grande Porto (17.8%) e na Península de Setúbal (11.3%). Os remanescentes 35.2% da população urbana distribuem-se pelos restantes lugares urbanos.

Mesmo tendo consciência da elevada concentração populacional nas duas Áreas Metropolitanas, não estaremos certamente em presença de dados da população urbana que expressem de forma real esse peso.

Os valores da população urbana com base no quantitativo da população por dimensão de lugares aferem, por outro lado, as formas de povoamento. Tomemos como exemplo as subregiões de Ave e Cávado que, a seguir à Grande Lisboa e ao Grande Porto, são as que detêm as maiores densidades demográficas — respectivamente 368 e 291 hab/km<sup>2</sup> — mas que, no respeitante à percentagem de população residente em lugares com mais de 2 000 habitantes, não ultrapassam a décima nona e décima quinta posições, respectivamente com 22.8% e 29.9%.

Estamos assim, manifestamente em presença de um exemplo em que o povoamento tradicional de tipo disperso evolui para um povoamento de tipo urbano difuso<sup>9</sup>, realidade para a qual o critério para a definição da

---

9. Refira-se que a subregião do Ave possui no sector secundário e terciário respectivamente 71.3% e 24.6% da sua população activa e a subregião Cávado 52.7% e 37.3% nos referidos sectores de actividade.

população urbana com base na população residente em lugares com mais de 2 000 habitantes é manifestamente inadequado.

Refira-se mais uma vez que não é o critério do limiar — por muito baixo ou por muito elevado que seja — que está em causa. O elemento que distorce a sua correcta aferição é a definição de lugares realizada com base na existência de um topónimo/denominação, quando deveria ser realizada com o recurso — sistemático e rigoso — à interpretação de fotografia aérea a partir da qual se delimitariam espacialmente verdadeiras unidades geográfico-espaciais, ou seja, áreas " morfológicas" de ocupação urbana, referidas a diferentes limiares regionais.

Neste contexto de dificuldades e indefinições, têm surgido várias propostas metodológicas que visam a resolução do problema do apuramento da população urbana nacional.

O Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos do Planeamento (IACEP)<sup>10</sup> publicou, em 1985, um interessante trabalho de investigação da autoria de António Mendes Baptista intitulado "Crise e Desenvolvimento Económico e Urbano", que ainda hoje é uma referência importante. Nessa obra, a população urbana é definida como a população que reside nas áreas de Lisboa e Porto e a que reside num raio de 5 km em redor de um conjunto de centros urbanos, definição que nem sempre coincide com o critério demográfico do INE — 10 000 habitantes para a classificação de um lugar como centro urbano. No entanto, devido à inclusão da população residente num raio de 5 km em torno do centro, quase todos os centros urbanos passam a situar-se acima do limiar dos 10000 habitantes. Deste modo, é ultrapassada a noção redutora de centro urbano do INE, passando-se a trabalhar com unidades espaciais que se aproximam de "aglomeração" e "área metropolitana". Assim, o valor apurado da população urbana para 1981 é de 51.5%, o que é francamente superior aos 30% que o INE na mesma data indicava em algumas publicações.

Dois anos mais tarde, em 1987, é publicado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT-MPA) um outro

---

10. Organismo do Ministério das Finanças e do Plano.



trabalho intitulado "Indicadores de Caracterização e Evolução do Sistema Urbano" da autoria de Mário Bruxelas que, tendo em vista objectivos muito diferentes do trabalho anterior, segue uma metodologia aparentemente semelhante. São definidas "áreas urbanas" constituídas pelas áreas em torno do "centro urbano" que inclui todas as freguesias que se ajustem a um raio de 5 Km em seu redor. As "aglomerações" de Lisboa e Porto obedecem a um tratamento separado. Os valores da população residente nas "áreas urbanas", segundo este critério, são necessariamente superiores aos apresentados pelo INE para os centros urbanos<sup>11</sup>. Também neste trabalho se consideram alguns casos de conexão ou intersecção de lugares, como sejam os casos das "áreas urbanas" de Penafiel / Paredes e de Póvoa de Varzim / Vila do Conde. O valor apurado da população urbana nacional para 1981 é de cerca de 55%, o que parece ser mais plausível.

No mesmo ano de 1987 é editado "Portugal - Os próximos 20 anos. A ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências", da autoria de Jorge Gaspar. O fenómeno urbano enquadra-se nos objectivos gerais desta obra, no âmbito global da organização do território nacional. Para a definição da população urbana são utilizados pelo autor os seguintes critérios: a unidade espacial de referência é o concelho; um concelho possui o atributo de urbano desde que disponha de uma das seguintes condições: ter no seu interior um centro urbano definido pelo INE ou ter uma densidade populacional superior a 100 hab/km<sup>2</sup> e menos de 20%<sup>12</sup> da população activa ligada à agricultura. Partindo destes pressupostos metodológicos, o "facto urbano" cobre toda a área concelhia, não se circunscrevendo ao núcleo central. Com o objectivo expresso de captar a realidade da urbanização difusa de algumas regiões, são considerados alguns concelhos em que o lugar mais importante não atinge o limiar mínimo de "centro urbano". Assim, o valor apurado da população urbana neste trabalho é, em 1981, de 66% da população nacional .

Mais recentemente, em 1992, Teresa Barata Salgueiro no seu livro "A Cidade em Portugal", onde são referidos também os estudos citados

---

11. A título de exemplo refira-se que enquanto o INE considera que em 1981 a população residente nos centros urbanos de Braga, Aveiro e Coimbra era respectivamente de 63033, 23625 e 74616 habitantes, este trabalho do GEPAT apura para os referidos "aglomerados" 96631, 40821 e 94581 habitantes.

12. Segundo o INE, em 1981 o valor da população nacional activa no Sector Primário era de 19.7%

anteriormente, corrobora as dificuldades sentidas em trabalhar com quadros espaciais de referência, sejam eles lugares, freguesias ou concelhos tendo por objectivo o apuramento da população urbana. Em relação à proposta metodológica de Jorge Gaspar, a autora expressa algumas interrogações, concretamente em relação à qualificação de urbana de toda a população de um concelho. Em relação aos trabalhos de Mendes Baptista e Mário Bruxelas, manifesta uma opinião mais favorável ao referir a dado momento que "...a consideração de grupos de freguesias em vez de lugares oferece vantagens de incluir muita população dispersa ou agrupada que frequentes vezes depende do lugar central para emprego e, portanto, se comporta como suburbana"<sup>13</sup>. Após estes considerandos, a autora vem a utilizar o critério de população residente em lugares com mais de 5000 habitantes, o que corresponde a 35% da população em 1981. Considera no entanto que, para esta data, se deve acrescentar os valores da população residente nas duas Áreas Metropolitanas atingindo-se, assim, 44% de população urbana nacional.

Em Junho de 1998, já na fase final de redacção deste projecto de investigação, tivemos acesso ao relatório elaborado pelo grupo de trabalho INE / DGOTDU intitulado *Tipologias de Áreas Urbanas*<sup>14</sup>, onde é proposta a criação de três tipologias de áreas de referência para fins estatísticos: Áreas Predominantemente Urbanas, Áreas Medianamente Urbanas e Áreas Predominantemente Rurais:

"Integram as Áreas Predominantemente Urbanas:

.Freguesias Urbanas<sup>15</sup>;

.Freguesias semi-urbanas<sup>16</sup> contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade / planeamento;

.Freguesias semi-urbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de

13. Salgueiro, Teresa B.(1992): p. 37

14. INE / DGOTDU (1998): p 9

15. Freguesias que possuam densidade populacional superior a 500 hab/km<sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5 000 habitantes.

16. Freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab/km<sup>2</sup> e inferior ou igual a 500 hab/km<sup>2</sup>, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 200 habitantes e inferior a 5 000 habitantes.



*funcionalidade / planeamento;*

*.Freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5 000 habitantes.*

*Integram as Áreas Medianamente Urbanas:*

*. Freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana;*

*. freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana .*

*Áreas Predominantemente Rurais*

*.Os restantes casos."*

A distribuição da população residente no Continente em 1991 segundo estas tipologias, era a seguinte: 68% da população residente em áreas predominantemente urbanas; 16% residente em áreas medianamente urbanas e os restantes 16% residia em áreas predominantemente rurais.

Este relatório termina com uma afirmação particularmente clara e objectiva: "*Face à necessidade de clarificar o que se deve entender por população urbana em Portugal, o INE e a DGOTDU assumem que, para fins estatísticos, a **população urbana** é a residente nas áreas predominantemente urbanas*". Os critérios definidores de população urbana, apresentados no relatório mencionado, foram aprovados no Conselho Superior de Estatística na sessão de 3 de Julho de 1998.

### 3. *Um referencial para a definição de população urbana versus sistema urbano*

Face à existência da grande quantidade e diversidade de critérios que resultam directamente, como já foi referido, da imprecisão que se vai mantendo à volta da definição de "lugar", tal como até hoje tem sido assumida pelo INE, criámos um referencial que nos permite acompanhar a evolução da população urbana de Portugal Continental, ao longo de cem anos. Referencial esse, baseado na revisão crítica e na síntese de vários autores anteriormente citados e que ao mesmo tempo atende à necessidade de ultrapassar as dificuldades de integração temporal de unidades espaciais praticamente indefinidas, como tem acontecido com as nossas cidades.

Como unidade territorial de base referencial utilizou-se a freguesia, pois é a unidade administrativa portuguesa mais adequada à escala de análise urbana e na qual se apoia a recolha e a produção de informação estatística de base oficial.

O principal problema deste referencial consiste em definir concretamente o conjunto de freguesias que fazem parte de cada lugar, seja ele cidade ou sede de concelho, visto não existir, na generalidade<sup>17</sup> dos casos, qualquer delimitação oficial da área que corresponde a cada um desses lugares. A ausência de cartografia actualizada e publicada agrava particularmente este problema.

As freguesias consideradas e que fazem parte das sedes de concelho e cidades, são as que estão referenciadas na Notícia Explicativa da Carta Administrativa do Atlas do Ambiente editado pela SEARN em 1988<sup>18</sup> e, simultaneamente, no Ficheiro de Lugares do INE. Todavia, neste último caso

---

17. As poucas excepções circunscrevem-se às cidades de Lisboa, Porto e S. João da Madeira, onde o limite administrativo da cidade corresponde ao limite do concelho.

18. A edição actualizada, provisória, desta Notícia Explicativa surgida em 1998 não foi tida em conta, devido ao estado avançado dos trabalhos deste projecto de investigação, mas não nos parece que possa alterar significativamente as nossas conclusões..

a afectação das freguesias à área de cada cidade ou sede de concelho é baseada, entre outras, na informação das Autarquias com o objectivo imediato dos Recenseamentos Eleitorais. Assim, existe alguma variabilidade de critérios, que não beneficia a equivalência de conteúdo das freguesias incluídas em áreas urbanas (cidades e sedes de concelho), ao longo do território do Continente.

### Apuramento da população urbana de 1991

A população urbana de 1991 é constituída por:

- População residente em freguesias que se integrem espacialmente, em parte ou na sua totalidade, em lugares que em 1995 eram designados como **cidades**, 104 no total<sup>19</sup>;
- População residente em freguesias que se integrem espacialmente, em parte ou na sua totalidade, em lugares que em 1995 são **sedes de Concelho**<sup>20</sup>;
- População residente nos concelhos que integram as duas **Áreas Metropolitanas**<sup>21</sup>;
- População residente em freguesias que integrem espacialmente, em parte ou na sua totalidade, **lugares com mais de 2 000 habitantes**, e que não se incluam nas alíneas anteriores.

Este último critério não veio a ser utilizado para datas anteriores a 1991, visto que iria incluir elevado número de lugares como população

---

19. Considerou-se as cidades existentes em 1995 embora os dados mais recentes da população residente sejam referentes a 1991. Consultar anexo.

20. Existem sedes de concelho muito pequenas, que possuem valores inferiores a 2 000 habitantes, mas que pelo protagonismo relativo que advem do facto de serem sedes de município, função efectiva de poder administrativo e económico, devem ser inquestionavelmente consideradas no actual universo da população urbana.

21. A inclusão no total da população urbana, de toda a população residente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, comporta certamente alguma generalização, mas que se afigura compreensível face à prevalência da vida urbana existente no conjunto dos 27 concelhos que constituem estas duas grandes aglomerações urbanas, para além do facto de que do ponto de vista legal — Lei nº 44/91 de 2 de Agosto —, estas regiões serem consideradas integralmente urbanas.



difficilmente classificável como população urbana<sup>22</sup>.

A análise da série temporal 1890 / 1991, que será objecto central do presente trabalho, considera que a população urbana é constituída por:

- População residente em freguesias que se integrem espacialmente, em parte ou na sua totalidade, em lugares que em 1995 eram designados como **cidades e que em 1991 possuíam mais de 2 000 habitantes**<sup>23</sup>;
- População residente em freguesias que se integrem espacialmente, em parte ou na sua totalidade, em lugares **sedes de Concelho que possuíam mais de 2 000 habitantes em 1991**.

As sedes de concelho com população inferior a 2 000 habitantes em 1991, evidenciaram-se demasiado pequenas para serem consideradas na análise retrospectiva. No decurso desta análise verificou-se a partir de determinado momento, essencialmente 1960, o surgimento de centros populacionais, sem classificação administrativa, com um peso demográfico suficientemente elevado para não poderem ser ignorados.

O elemento fundamental em que assenta este trabalho, é um amplo conjunto de informação referente à população residente em sedes de concelho e cidades ao longo de onze Recenseamentos Gerais da População, para um período de cem anos; intitulámo-lo de "Ficheiro de Informação UR"<sup>24</sup>.

---

22. Este critério capta para o seio da população urbana, um importante valor de população que reside em lugares de reduzidas dimensões, situados na sua grande maioria junto ao litoral, onde as actividades ligadas ao turismo são importantes o que implica elevado peso de população sazonal e, onde a pesca outrora era o principal modo de vida. Cita-se a título de exemplo na Região do Algarve: Quarteira, Alvor; Fuseta, Armação de Pera, Sagres, Monte Gordo. Quando transposto para datas anteriores a 1960, não tem este significado, abarcando uma outra realidade composta maioritariamente por lugares de grande dimensão situados na faixa interior do país, onde grande parte da população se encontrava ligada ao sector primário. Cita-se a título de exemplo na Região do Alentejo: Ervidel, Baleizão, Beringel, Cabeço Gordo, Salvado, Minas de S. Domingos, Amareleja, Stº. Aleixo da Restauração, Sobral da Adiça, Aldeia Nova, Brinches, Pias e Vila Verde de Ficalho. Assim, considerou-se inadequada a inclusão deste critério para datas anteriores ao último recenseamento.

23. Considerou-se como base de referência para todas as datas, as 104 cidades existentes em Portugal Continental em 1995, tendo-se excluído o caso da cidade de Miranda do Douro que não atingia 2 000 habitantes em 1991.

24. UR é abreviatura de urbano, sendo simultaneamente o topónimo de uma das grandes cidades da Suméria (Iraque) fundada entre 6000 e 5000 a.C., que entrou em declínio no séc. IV a.C. com a alteração do

A informação publicada pelo INE ao longo do tempo, está desagregada essencialmente por freguesias, concelhos e distritos, o que tornou necessária a selecção e sistematização das freguesias que em cada momento temporal pertenciam a cada unidade urbana. Concebeu-se e construiu-se, assim, o primeiro ficheiro de informação de base urbano-demográfica de que temos conhecimento em Portugal, que servirá de suporte ao presente trabalho, tendo havido a preocupação intrínseca de averiguar a sua validade como elemento de investigação de base. Trata-se de um conjunto de informação que não se esgota obviamente na abordagem exploratória deste trabalho, sendo passível de inúmeras outras. É igualmente possível aperfeiçoá-lo e nele introduzir novos critérios e outros tipos de informação; e poderá mesmo, num futuro próximo, constituir "peça" essencial de uma efectiva base-de-dados de informação urbana retrospectiva e geo-referenciada que se venha a construir.

O mesmo ficheiro deveria ser incluído, pela sua oportunidade e importância, no decurso natural deste capítulo. No entanto, pela sua dimensão e por "cortar" a leitura do texto, optou-se por inseri-lo imediatamente a seguir às *Conclusões*.

Com o objectivo explícito de obter coerência espacial do carácter urbano/demográfico das diferentes unidades urbanas ao longo do tempo, e na ausência de qualquer indicação oficial ou estatística da designação das freguesias que constituem cada unidade urbana nos diferentes momentos censitários — à excepção dos recenseamentos de 1960 e de 1991<sup>25</sup> —, optou-se por considerar duas séries estatísticas com base nestes dois recenseamentos. A primeira vai de 1890 a 1960, onde para cada unidade urbana é considerado sempre o mesmo conjunto de freguesias que corresponde às freguesias indicadas no recenseamento de 1960. A segunda série temporal, que vai de 1970 a 1991, segue o mesmo princípio mas toma por referência (na ausência da designação das freguesias que constituem cada unidade urbana), o conjunto de freguesias que, em 1991, constituía

---

curso do rio Eufrates.

25. No recenseamento de 1960, a(s) freguesia(s) onde se localiza a sede de concelho, está(ão) assinalada(s) graficamente com um tipo de letra diferente. Para o recenseamento de 1991, utilizou-se a base de dados do REFTER do INE, da qual constam as freguesias que constituem cada cidade; para as restantes sedes de concelho, que não são nem cidade nem centro urbano, considerou-se o mesmo perfil espacial de 1960.



cada uma dessas unidades. Face à actual impossibilidade de se saber com rigor e "oficialmente" quais as freguesias que nos diferentes momentos censitários fariam parte das referidas unidades urbanas, optou-se por considerar constante a base de referenciação espacial respectivamente na primeira série temporal, recenseamento de 1960, e na segunda, de 1991.

Confirma-se assim, a dificuldade que existe em encontrar referenciais, critérios e limiares quantitativos, que resistam à evolução do tempo e às transformações sociais e económicas. O apuramento da população urbana apresentado neste trabalho privilegia de forma assumida o critério administrativo — Área Metropolitana, Cidade, Sede de Concelho —, não desprezando, todavia, o limiar quantitativo dos 2 000 habitantes.

Com base no conjunto de critérios referentes a 1991, construímos uma "imagem do Portugal Urbano" relativamente ao qual a população urbana apurada é de 5 954 630 habitantes, total que equivale a quase 64% do total da população — quadro nº 4.

Quadro nº4 *Portugal Continental, população urbana: 1991*

Portugal Continental: População Residente	9 371 319	%
População Residente em Áreas Metropolitanas	3 703 469	39.52
População residente em Cidades e Sedes de Concelho, fora das Áreas Metropolitanas.	1 963 791	20.95
População a residir em freguesias com lugares com mais de 2 000 habitantes, que não pertençam a Cidades, Sedes de Concelho ou Áreas Metropolitanas.	287 370	3.07
<b>População Urbana</b>	<b>5 954 630</b>	<b>63.54</b>

Fonte: Ficheiro de informação "UR".

Este valor da população urbana, é assumidamente mais plausível face à realidade urbana nacional e às profundas alterações ocorridas nas últimas décadas, e simultaneamente permite estabelecer comparações ao nível europeu e internacional com maior credibilidade.



É de realçar a semelhança entre o valor da população urbana a que chegou o grupo de trabalho do INE / DOGTDU — 68% — e o valor por nós encontrado — 64%. Muito provavelmente qualquer dos dois valores estará subestimado, ao não quantificar uma parte do fenómeno urbano contemporâneo que se pressupõe ter alguma importância: o alastramento da urbanização de baixa densidade demográfica, que ocorre fora dos principais núcleos populacionais, *grosso modo* ao longo da faixa urbana oeste-atlântica e da faixa urbana algarvia e que é a face mais visível da urbanização da sociedade sem urbanização do território. Para além disso, devemos ter presente o facto de estarmos a trabalhar, em 1998, com valores demográficos de 1991, desfasados sete anos, em relação a um fenómeno cuja capacidade de mudança em determinados aspectos é cada vez mais acentuada, em intervalos de tempo cada vez mais reduzidos.

## II *Sistemas Urbanos*

---

A cidade, realidade plurifacetada presente hoje em todo o mundo, tem sido objecto de variadíssimas definições; no entanto, na sua essência mais simples, podemos dizer que corresponde conceptualmente a uma definição manifestamente pobre: a cidade é, em si, uma aglomeração permanente de grande número de população num espaço restrito.

Sem a preocupação explícita de discutir ou aprofundar a definição de cidade, interessa-nos, numa primeira fase deste trabalho, a concepção de cidade vista não exclusivamente como um espaço construído ou um território isolado, mas efectivamente como algo que integre o facto urbano no quadro organizacional do espaço e das sociedades.

Esta é a cidade entendida como lugar de maximização das relações sociais, lugar de poder e de organização do território, pólo de consumo e de produção, lugar de criação e de difusão.

As expressões *rede urbana*, *armadura urbana* ou *sistema urbano*, podem ser actualmente consideradas como sinónimos. No entanto, apresentam algumas nuances distintivas. O termo *rede urbana* remete-nos para a "imagem" que temos, resultante da leitura do mapa a uma pequena escala em que as cidades representadas por pontos estão ligadas por vias através das quais se processam as trocas interurbanas. Este conjunto de "linhas" e de intersecções em "nós", constitui a essência da "imagem" da *rede urbana*.

Esta designação é, por vezes, substituída por *armadura urbana*, a fim de evitar alguma eventual confusão com as redes técnicas das quais se ocupam urbanistas e engenheiros na sua actividade — redes de águas, electricidade, esgotos, telecomunicações e transportes. A designação *armadura urbana*, termo que não ficou consagrado na literatura da especialidade portuguesa, evoca a função de distribuição e de enquadramento territorial atribuídos ao conjunto geral das cidades. Actualmente, a expressão *sistema urbano* devido à sua maior clareza e abrangência, tende a substituir com vantagem as anteriores designações, acrescentando-lhes conotações de dinâmica, coerência e sinergia.

Os sistemas urbanos têm como principal característica uma estrutura organizativa interna, hierárquica, o que não implica, todavia, que todas as relações existentes entre as cidades de um mesmo sistema sejam orientadas exclusivamente segundo uma configuração piramidal. Significa antes, que as cidades se diferenciam fortemente por níveis hierárquicos bastante contrastados. Este contraste decorre naturalmente das diferentes dimensões demográficas das cidades e (ou) do número e da qualidade dos seus equipamentos e serviços.

## 1. *Cidades e sistema urbano*

O sistema de cidades foi definido de uma forma muito clara por Pred, A. como :*"... um conjunto nacional ou regional de cidades que são interdependentes no sentido em que cada mudança significativa nas actividades económicas, na estrutura do emprego, no rendimento ou no crescimento da população de uma cidade, elemento do sistema, produzirá directa ou indirectamente algumas modificações sobre uma ou várias cidades do sistema"*<sup>1</sup>. Temos, assim, de ter presente que todos os sistemas de cidades nacionais compreendem vários subsistemas, sendo que cada um

---

1. Pred, A.(1977): p.13.



ocupa diferentes áreas geográficas com organizações espaciais distintas, desempenhando diferentes papéis em termos funcionais, produzindo-se assim diferentes matrizes de conexão e interação. Devemos ter presente a especialização e a dimensão dos elementos (cidades) que compõem o sistema e os seus subsistemas, segundo diferentes formas de hierarquia.

O sistema de cidades deve ser considerado como um sistema espacial e dinâmico, formado por um determinado número de elementos e de relações entre esses elementos, que pode ser tomado como uma aproximação ao estudo da organização do território e das suas actividades.

O nível de integração dos elementos que formam um sistema urbano é expresso através da soma de fluxos — deslocações de pessoas, bens, serviços, capitais e informações — que se realizam entre eles. Quanto mais densos forem esses fluxos, mais integrado e coeso será um determinado sistema. Por outro lado, o maior ou menor grau de abertura dum sistema, está relacionado com a intensidade dos fluxos, com outros sistemas ou subsistemas urbanos, o que resulta de factores culturais, históricos e, sobretudo, da organização económica e política supranacional, nacional ou regional.

Ao longo do tempo, os sistemas urbanos têm manifestado elevada estabilidade tanto da forma como da hierarquia interna. Esta estabilidade que os caracteriza resistiu até hoje às mais profundas transformações de desenvolvimento tecnológico, económico ou mesmo político. Este facto não pode ser explicado exclusivamente pelas relações de interdependência e de fluxos de todo o género existentes entre cidades do mesmo sistema, nem por relações de concorrência na procura de novos recursos ou actividades, muito embora todos estes factos sejam de primordial importância.

Os sistemas urbanos foram durante muito tempo influenciados pelas vias de comunicação e pelas trocas efectuadas entre cidades. Actualmente, tendem cada vez mais a configurar a organização do espaço e nomeadamente a das grandes redes de comunicação, o que parece contribuir para o reforço da sua estabilidade dinâmica.

Os desequilíbrios demográficos ou económicos que afectaram a situação

relativa de algumas grandes metrópoles à escala mundial, não devem fazer esquecer a surpreendente capacidade de auto-regulação e de auto-regeneração dos sistemas urbanos, qualquer que seja a sua escala: regional, nacional ou supranacional.

O modelo clássico de *difusão de inovação*, mostra-nos o reforço dos níveis superiores da hierarquia urbana enquanto, simultaneamente, a contracção do espaço-tempo produz uma simplificação da base hierárquica, resultante da perda de importância relativa das cidades mais pequenas, que decorre por sua vez do aumento da velocidade das comunicações e da telemática.

Estes processos que têm ocorrido ao longo do tempo traduzem-se actualmente pela tendência crescente para a *metropolização* que acontece paralelamente com a progressiva abertura dos sistemas urbanos nacionais, por influência directa da internacionalização acentuada das trocas.

São essencialmente três os factores que explicam as transformações que ocorrem nos sistemas urbanos: populacionais, económicos e políticos.

A população urbana possui algumas características originais que estão ligadas ao seu processo de crescimento e que se relacionam com o crescimento natural e o fenómeno migratório. Durante muito tempo, o crescimento das cidades foi diminuto devido às fracas condições de vida, sendo a mortalidade muitas vezes ligeiramente superior à natalidade e as migrações campo-cidade ainda muito limitadas. Esta situação alterou-se radicalmente na Europa a partir dos finais do século XVIII, com a Revolução Industrial, que veio a desencadear um crescimento acelerado das cidades, tanto em número como em dimensão, por acção directa do progresso da indústria, dos transportes, da medicina e da procura de melhores condições de vida.

Já no presente século, desde meados dos anos quarenta a evolução da fecundidade, da estrutura etária da população e dos estilos e modos de vida, tem sofrido profundas alterações, tão ou mais significativas que as alterações que se têm operado no campo do desenvolvimento económico. As migrações de motivação económica adquirem uma importância maior que aquela que estava estabelecida pelo binómio campo-cidade. Apesar de



tradicionalmente as áreas rurais e as regiões menos desenvolvidas se caracterizarem por maiores taxas de crescimento da população, em termos de crescimento natural a situação actual é bastante distinta. Em primeiro lugar, as migrações modificaram a composição por idades da população rural, pelo que o crescimento natural diminuiu. A partir dos anos 60 e até aos nossos dias, verificou-se uma tendência para a uniformização das taxas de fecundidade entre a cidade e o *campo*, entre classes sociais, entre sectores de actividade, etc. Todavia, isso não significa que as diferenças tenham desaparecido totalmente.

No actual quadro demográfico dos países desenvolvidos em que o crescimento populacional é estacionário ou negativo, as migrações constituem o factor principal do crescimento ou decréscimo das cidades.

## 2. *Dinâmica dos sistemas urbanos*

A dinâmica do sistema de cidades é muito raramente abordada de forma explícita e autónoma. Está contudo presente, por exemplo, nas teorias do processo de urbanização, nas teorias do crescimento da cidade e nas de evolução dos sistemas de cidades.

Face aos objectivos do presente trabalho, abordaremos com algum detalhe a teoria do crescimento das cidades com os seus processos de urbanização e a teoria da evolução dos sistemas de cidades.

O termo urbanização, entendido estritamente como o aumento de população a viver em cidades e o aumento do número de cidades, é em si mesmo um dos aspectos do crescimento do sistema urbano. Urbanização significa, em síntese, o crescimento da população urbana em relação ao total da população.

Assim, segundo Guerin-Pace<sup>2</sup> é possível distinguir no âmbito genérico da urbanização, cinco fenómenos diferenciados:

- aumento do número de efectivos a viver em cidades, resultante do crescimento natural da própria população urbana e do acréscimo de população migrante que afluí à cidade;
- crescimento do tamanho médio das cidades do sistema urbano;
- aumento do número de cidades, resultante da criação de novas unidades urbanas;
- crescimento da taxa de urbanização;
- manutenção constante da população urbana com acréscimo da concentração espacial.

As análises sobre o crescimento e desenvolvimento das cidades de pendor económico atribuem destaque particular às mudanças operadas na economia: especificamente à passagem da economia agrícola a economia industrial e terciária, à evolução do comércio internacional e aos progressos tecnológicos e científicos na área dos transportes e das telecomunicações.

Segundo J.P.Gibbs<sup>3</sup>, distinguem-se cinco grandes fases no processo de concentração da população em cidades .

- Na primeira fase de desenvolvimento das cidades observa-se que a taxa de variação da população rural permanece igual ou mesmo, em alguns casos, superior à registada para a população urbana.
- A segunda fase inicia-se com a taxa de variação da população urbana a ultrapassar a da população rural por via de intensos movimentos internos da população, com particular destaque para o êxodo rural, uma resultante do crescimento da produtividade e da melhoria dos meios de transporte. À medida que a população se vai concentrando em cidades, os níveis de especialização do trabalho vão aumentando, e assiste-se ao aparecimento de novas funções. Novos empregos vão aparecendo e o nível de vida da população urbana vai melhorando progressivamente.

---

2. Guerin-Pace F. (1993) p.10

3. Gibbs, J.P. (1963): "The evolution of population concentration", *Economic Geography*, pp.119-129. Citado em Guerin-Pace (1993) p.10

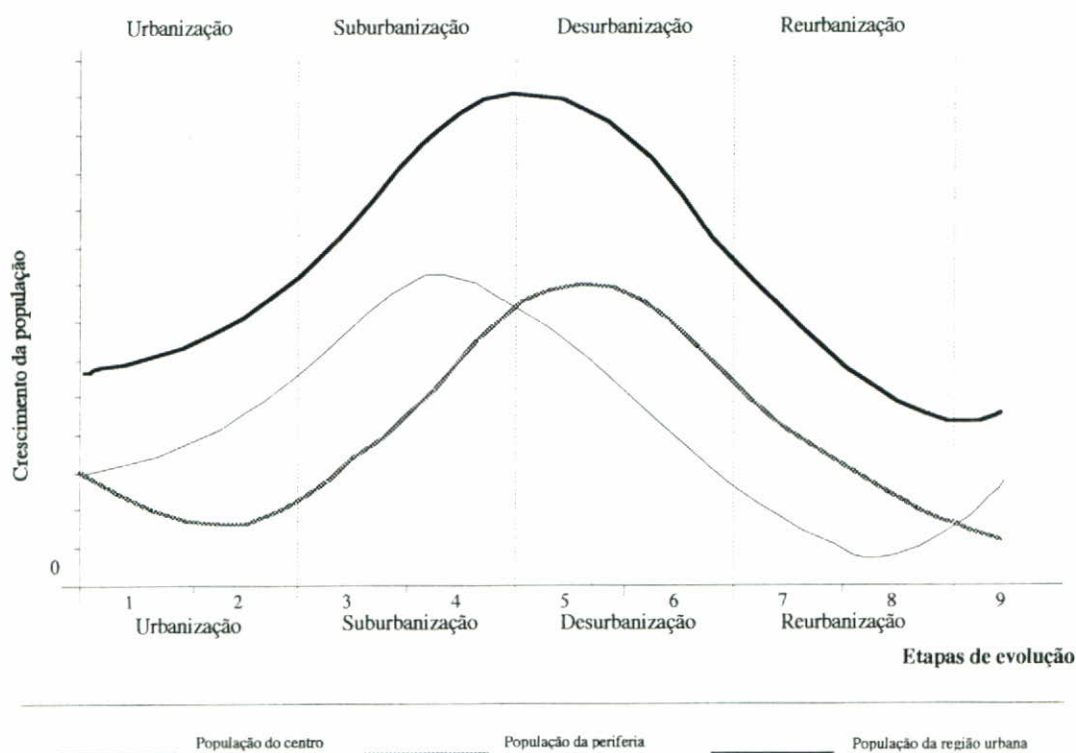


- Na terceira fase, continua-se a registar um importante fenómeno de êxodo rural da população, generalizando-se o seu declínio demográfico desde o momento em que a taxa de saída da população rural ultrapassa o crescimento natural.
- A quarta fase é caracterizada pela perda de importância do êxodo rural e por movimentos migratórios das pequenas para as grandes cidades, o que irá provocar o declínio demográfico de muitos dos pequenos centros. No seguimento desta fase, deveríamos assistir à concentração total da população nas maiores cidades do sistema urbano. No entanto, a partir de determinados limiares de densidade populacional e de actividades, as deseconomias de escala e de aglomeração provocam retroactividades negativas que funcionam como mecanismos reguladores do sistema.
- Na quinta e última fase, produzem-se movimentos de desconcentração de população residente, da cidade em direcção à periferia das grandes urbes. Este fenómeno de periurbanização é induzido primordialmente pela melhoria contínua dos transportes, da rede viária e das telecomunicações. Esta fase do processo deverá conduzir a uma distribuição mais regular da população, mas não necessariamente igual à distribuição inicial correspondente à referida primeira grande fase, posto que, nesta fase final, a distribuição da população é essencialmente uma distribuição da função residencial.

Tendo por base este modelo, L. Klaassen (1978), concebeu o processo de urbanização como um ciclo espacial segmentado em quatro grandes fases: urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização. Relaciona ao longo das diferentes fases o comportamento da população residente no centro da cidade, na periferia e na região urbana — gráfico nº 1.

Esta teoria tem sido confrontada com a realidade estatístico-demográfica de muitos países, obtendo resultados muito positivos. Tentaremos também, em capítulo posterior, aferir da sua capacidade demonstrativa face à realidade urbana nacional.

Gráfico nº1. *Etapas de desenvolvimento urbano*



Versão simplificada do modelo de L.H. Klaassen (1978)

Entre a maioria dos autores que se têm debruçado sobre o crescimento das cidades, existe grande unanimidade quanto às condições gerais indutoras do crescimento, e que são basicamente: o crescimento populacional, o êxodo rural, a melhoria dos transportes e a melhoria dos rendimentos da população.

Assim, podemos concluir que as condições para o desenvolvimento da urbanização decorrem da evolução dos meios de transporte e comunicação que facilitaram as trocas entre as regiões e permitem a especialização dos meios de produção. As economias de escala e de aglomeração tendem a concentrar a produção e o consumo nas maiores cidades. Tendo as cidades diferentes funções e atributos, estão cada vez mais ligadas entre si. À medida que o desenvolvimento decorre, as diferenças interregionais em termos de rendimentos, de tecnologia e de cultura, tendem inicialmente a aumentar, mas posteriormente a diminuir, a partir do momento em que os efeitos



polarizantes do crescimento económico são modificados pelas migrações entre regiões e aumenta a acessibilidade às tecnologias e à cultura urbana, para uma larga faixa dos habitantes das regiões periféricas.

Uma questão que se coloca neste momento é saber se existirá uma teoria de evolução de sistemas de cidades.

A interpretação da evolução dos sistemas de cidades está muito pouco desenvolvida. Têm sido propostas algumas ideias gerais relativas à transformação das redes urbanas, mas não existe ainda qualquer modelo que precise, com rigor, as modalidades de evolução dum sistema de cidades no decurso das várias fases de urbanização.

De entre os vários enquadramentos teóricos, alguns autores procuram explicar a manutenção, ao longo do tempo, da hierarquia de cidades e a posição de cada cidade nessa hierarquia, ou seja, a evolução do sistema de cidades, através da teoria da difusão hierárquica de inovações. Assim, seguindo um esquema de ciclo urbano, a inovação aparecerá no seio das grandes cidades, como responsável pelo seu desenvolvimento urbano e transmitir-se-á em movimento descendente, para níveis de hierarquia urbana mais baixos. Quando a inovação atinge os níveis mais baixos da hierarquia urbana, as pequenas cidades passam a crescer mais rapidamente que as cidades maiores — onde o impacto da inovação é já diminuto — e continuarão a desenvolver-se até ao aparecimento de novo ciclo de inovação.

Outros autores, entre os quais D.G. Janelle<sup>4</sup>, mais preocupados com os processos específicos de âmbito espacial, têm procurado avaliar o impacto da contracção do espaço e do tempo — "the time-space convergence" —, num quadro conceptual global de reorganização espacial e de especialização de lugares e de crescimento do número de interacções entre cidades. As transformações espaciais são entendidas como resultantes da contracção do espaço-tempo. O progressivo relacionamento entre cidades, traduz-se por uma centralização e uma espacialização das actividades em lugares precisos, servidos por boas redes de transporte.

---

4 Janelle, D. (1969)

Estes trabalhos de investigação não conseguem, no entanto, conciliar nem combinar os processos fundamentais da dinâmica dos sistemas de cidades, pondo-se a questão de saber como evolui um sistema em expansão num espaço em retracção.

Parecem existir, na evolução de longo prazo da hierarquia urbana, duas tendências importantes: por um lado, observa-se a simplificação da hierarquia; por outro, assiste-se ao aumento da sua "profundidade" e da sua envergadura. A simplificação da hierarquia decorre da contracção do espaço-tempo que significa que o mesmo nível de funções poder ser realizado por um número inferior de cidades ao longo do tempo, devendo observar-se uma diminuição do número de cidades por nível, ou seja, da envergadura da hierarquia. Paralelamente, a subida dos níveis de produção, de consumo e o aparecimento de novas funções, contribui para a multiplicação do número de cidades de todos os níveis. Sobre estas duas tendências, aparentemente contraditórias, mantém-se a interrogação: qual será a mais importante na evolução dos sistemas urbanos?

No amplo quadro do comportamento evolutivo do sistema urbano destacam-se duas dinâmicas diferenciadas; por um lado, os comportamentos flutuantes ou aleatórios, que correspondem a factos conjunturais de médio e curto prazo; por outro, os comportamentos regulares e constantes, de longo prazo, que transmitem a coerência do sistema.

Sendo os estudos empíricos pouco numerosos, parece não ser ainda possível a elaboração de modelos dinâmicos que sintetisem as evoluções dos sistemas de cidades. Facto que não obsta a que vários destes trabalhos empíricos — de entre os quais destacamos os de análise e evolução da repartição do crescimento urbano realizados a diferentes escalas de observação — possam fornecer um quadro teórico aos modelos dinâmicos. Estes trabalhos têm permitido a identificação de regularidades no que se refere à evolução da dimensão das cidades; não têm, no entanto, considerado com a mesma atenção os aspectos espaciais da distribuição da dimensão das cidades.

Ao longo deste estudo procuraremos privilegiar os aspectos demográficos e espaciais, considerando, assim, o sistema urbano nacional essencialmente



como um sistema espacial composto de agregados de população hierarquizados, sendo a dimensão dos subsistemas quantificada pelo número de habitantes.

Um sistema de cidades com esta aparência é na sua forma muito semelhante a muitos outros sistemas que são simultaneamente hierárquicos e abertos. Neste tipo de sistemas, a componente dinâmica resulta do processo de nascimento e morte dos elementos — natalidade e mortalidade dos habitantes, de que resulta o crescimento natural da população — e dos processos de interacção por mudança de elementos entre subsistemas — migrações de habitantes em direcção às cidades, e mesmo entre cidades.

Esta é com efeito uma imagem de sistema urbano muito simplificada, mas não necessariamente tão redutora como poderá eventualmente parecer numa primeira observação, já que os indicadores demográficos urbanos reflectem variações e comportamentos de outros sistemas, como por exemplo o económico.

Quando se refere o conjunto de cidades ou a dimensão de uma determinada cidade, está-se a referir a primeira característica de uma cidade, que é verdadeiramente a sua essência: a população, uma variável riquíssima de síntese, que possui pelo menos duas grandes vantagens: por um lado, é bem conhecida devido à existência de informação disponível; por outro, tem um significado universal, o que permite comparar, com alguma harmonização de critérios, diferentes sistemas urbanos.

Igualmente se assume ser a dimensão demográfica das cidades o primeiro e maior factor diferenciador entre elas, sendo simultaneamente o mais importante factor revelador da organização urbana, pois está correlacionado com elevado número de variáveis, das quais se destacam a economia, os níveis de equipamento e a prestação de serviços.

Outra vantagem da utilização da informação referente à população decorre do facto de esta ser uma importante variável de síntese, como acabou de ser referido, mas também se prende com a dinâmica do próprio sistema urbano, pois resume, em larga medida, o passado e a tendência de evolução de uma cidade. A população entendida na acepção de unidade-medida tem sido

algo que se tem mantido relativamente estável, se bem que o significado e o valor do limiar demográfico da cidade varie ao longo do tempo e de país para país.

Temos no entanto, consciência de algumas limitações, como por exemplo a associação directa da "dimensão populacional" de uma cidade à sua "dimensão funcional", segundo uma relação de causalidade de perfil determinista. Sabemos hoje que este tipo de relações nem sempre é verdadeiro, pois algumas cidades de média dimensão demográfica têm desempenhos funcionais substancialmente superiores à posição que ocupam na hierarquia urbano-demográfica. No entanto, face ao objectivo do presente trabalho, que consiste em conhecer a evolução do sistema urbano nacional nos últimos cem anos e à ausência de outro tipo de informação complementar, assumimos os condicionalismos desse tipo de relações.

### 3. *O contexto europeu*

Políticos e técnicos de planeamento tomam, habitualmente, a evolução da população da sua cidade como um indicador directo, revelador da qualidade e da adequação das suas intervenções. Nesse contexto, a ambição geral e a estratégia de cada cidade seria a de ser, em termos populacionais, cada vez maior. No quadro espacial da União Europeia, onde o crescimento demográfico é reduzido, o êxodo rural está praticamente extinto e a imigração estrangeira sob intenso esforço de controlo, o objectivo do crescimento urbano será atingido principalmente através da concorrência entre cidades, pela posse e domínio de actividades geradoras de riqueza, poder e população.

Não será demais referir que o aumento da população a residir em cidades, é um indicador necessariamente parcial da vitalidade do sistema urbano.



Conscientes deste facto, e da sua consequente limitação analítica, mantemos o pressuposto de que o crescimento da população a residir nas cidades é resultante da qualidade geral das diferentes unidades/elementos que compõem o sistema urbano, tendo sempre presente que o seu grau de fiabilidade só é verdadeiramente expressivo em períodos de tempo suficientemente longos.

A análise do crescimento das cidades decomposta em curtos intervalos de tempo é particularmente flutuante e muitas vezes ambígua. Por outro lado, a grande estabilidade dos sistemas de cidades, expressa ao longo do tempo, decorre das flutuações constantes do comportamento de cada uma das cidades que compõem os sistemas.

O modo como se processa o crescimento urbano no tempo e no espaço é quase sempre imprevisível. As taxas de crescimento das cidades, variam em geral, rapidamente em intervalos de tempo muito curtos, mesmo considerando cidades de uma mesma região ou semelhantes no perfil evolutivo. Este comportamento "flutuante" corresponde a um processo contínuo de sucessivos ajustes que actua em todo o conjunto de unidades urbanas que compõem o sistema espacial no qual todos os elementos se encontram em interacção, tanto em processo aleatório como voluntarista.

A interpretação da evolução de qualquer sistema urbano tem de salvaguardar sempre duas condições de base: por um lado, a necessidade de contemplar uma perspectiva de longa duração de forma a evitar falsas interpretações decorrentes de factos conjunturais e, por outro lado, a necessidade de manusear informação respeitante a um grande número de cidades sem perder de vista a manutenção da solidez e coerência do conjunto.

O comportamento das cidades deve ser apreciado numa óptica sistémica, pois para compreender a evolução de uma parte do conjunto teremos necessariamente que acompanhar a evolução das outras partes. As grandes alterações que afectam o crescimento das cidades e que reorientam as suas **trajectórias evolutivas**, ocorrem com uma **periodicidade** aproximadamente de meio século. Estas alterações correspondem aos grandes ciclos económicos e à decorrente difusão irregular de inovações. As cidades que participam

desde o primeiro momento num novo ciclo de inovação mantêm ou aceleram o seu desenvolvimento, enquanto as cidades que se mantêm afastadas manifestam relativa perda de vitalidade demográfica, chegando em alguns casos ao declínio efectivo. O crescimento das cidades de maior dimensão é relativamente regular, graças à sua dimensão, que lhes permite uma melhor e mais rápida adaptação às inovações. É nestas grandes cidades que ocorre pela primeira vez a inovação dentro do sistema, sendo a partir delas que as inovações se difundem para as restantes cidades, seguindo vulgarmente um processo de difusão do tipo hierárquico descendente.

O presente capítulo acompanhará alguns dos aspectos mais importantes da evolução recente do sistema urbano europeu e das suas principais tendências actuais.

— *Os últimos quarenta anos de crescimento urbano.*

Na Europa ocidental, a década de 70 e os primeiros anos da de 80 marcam o final de uma etapa de urbanização, iniciada com a revolução industrial, mas que a partir dos finais da II Grande Guerra ganhou novos contornos. Nesta última fase, operou-se um importante conjunto de transformações que conduziu à mudança de uma economia agrícola e de um modo de povoamento ainda essencialmente rural, para um sistema de povoamento urbano decorrente do florescimento de uma economia baseada essencialmente na indústria e no sector terciário. A importante fase de transição que ocorreu por volta dos anos 70, em que genericamente as taxas de urbanização estagnaram, está hoje concluída. Mesmo para o caso português, país pobre da periferia europeia, onde a inovação, tendencialmente chega com algum desfasamento temporal, a taxa de urbanização apresenta na última década intercensitária uma manifesta desaceleração face ao período anterior, parecendo iniciar a dita fase de saturação em que o valor da população residente em áreas urbanas estabiliza, ou cresce a um ritmo muito fraco.



No entanto, se na Europa a urbanização abranda nos anos 70 — urbanização vista em termos latos como a percentagem de população residente em áreas urbanas —, em contrapartida a utilização de espaço destinado a fins urbanos não parou de crescer até hoje; facto este que confirma em toda a sua plenitude que o processo de urbanização ainda não terminou e que, efectivamente, continua como processo em difusão.

Muitas das grandes cidades europeias atravessaram uma fase de perda de população residente que afectou especificamente o centro, ao mesmo tempo que se densificou a sua periferia, correspondendo este comportamento a mais uma fase da sua história recente.

Os anos 60 decorreram numa conjuntura económica e demográfica muito particular: o aumento da fecundidade do pós-guerra, associado à última vaga massiva de exódo rural produziu um forte crescimento da população urbana que foi superior a 1% em média por ano entre 1950 e 1970, tendo atingido o valor mais elevado em meados da década de 60, para posteriormente ter vindo a diminuir, até hoje.

Até meados de 70, o crescimento urbano atravessou uma fase particularmente dinâmica que coincidiu com um crescimento económico muito acentuado. Durante este período ocorrem importantes alterações ao nível dos processos de produção e gestão, de infraestruturas, de transportes e de comunicações que concorrem em simultâneo para a melhoria do nível de vida dos europeus. A propagação, no espaço, destas inovações e melhorias processou-se segundo alguns aspectos da modelização da difusão espacial de inovações. Verificou-se, na maioria dos casos, um tipo de difusão hierárquica em que a inovação e o crescimento urbano "caminham" das cidades do centro para as cidades da periferia; das grandes metrópoles para as pequenas cidades.

Genericamente, todas as classes de dimensão de cidades europeias seguiram, em relação à sua taxa de crescimento, uma evolução cíclica semelhante, destacando-se o decénio 60/70 por evidenciar a taxa máxima de crescimento — quadro nº 5 — com excepção das grandes cidades (> a 500 000 hab.) que têm o seu máximo crescimento na década anterior. Este desfaseamento temporal decorreu do avanço efectivo que estas grandes cidades detinham

no processo de difusão hierárquico. Esta interpretação é reforçada pela leitura mais detalhada deste quadro, onde se observa que as taxas de variação mais altas progridem ao longo do tempo, do conjunto das maiores cidades para as mais pequenas, atingindo as cidades médias numa fase temporal intermédia .

Quadro nº5 *Evolução da população das cidades da Europa Ocidental\**

Nº de hab.	Taxa de variação média anual (%)			
	1950/60	1960/70	1970/80	1980/90
10 000—20 000	1.30	1.38	0.81	0.36
20 000—50 000	0.90	1.53	0.90	0.39
50 000—100 000	1.38	1.59	0.70	0.42
100 000—200 000	1.41	1.60	0.73	0.35
200 000—500 000	1.36	1.52	0.56	0.28
>500 000	1.36	1.16	0.39	0.18
<b>Total</b>	<b>1.23</b>	<b>1.45</b>	<b>0.81</b>	<b>0.37</b>

\* C.E.E., Austria, Suíça e países escandinavos

Fonte: Adaptado de Moriconi-Ebrard, 1993.

O caso português apresenta algumas semelhanças interessantes, mesmo salvaguardando a conjuntura específica do retorno de população ocorrida na segunda metade da década de 70 — quadro nº 6 e gráfico nº 2. Assim, as grandes cidades que no caso nacional corresponderão às cidades com mais de 200 000 habitantes, Lisboa e Porto, registam o seu valor máximo de variação populacional na década de 50 — quadro nº6. As unidades urbanas

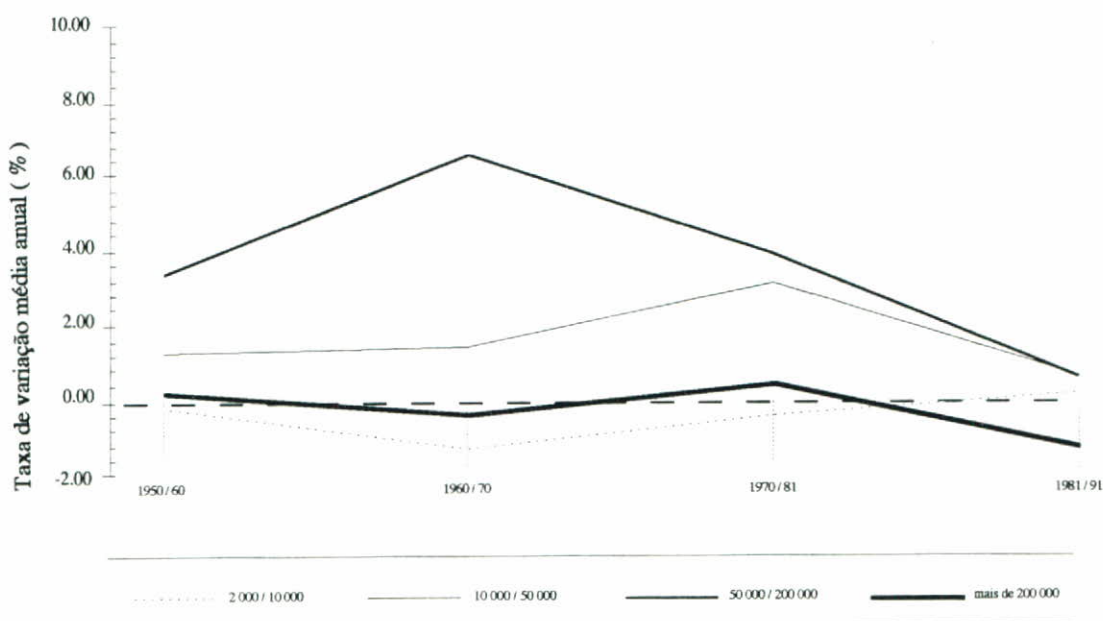
Quadro nº6 *Evolução da população das unidades urbanas portuguesas*

Nº de hab.	Taxa de variação média anual (%)			
	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
2 000—10 000	-0.19	-1.68	-0.60	0.23
10 000—50 000	1.73	1.96	4.21	0.88
50 000—200 000	4.56	8.70	5.20	0.73
>200 000	0.38	-0.40	0.67	-1.60
<b>Total</b>	<b>0.82</b>	<b>0.78</b>	<b>2.43</b>	<b>0.17</b>

Fonte: Ficheiro de informação UR.



Gráfico nº2 *Evolução da população das unidades urbanas portuguesas.*



de média dimensão — entre 50 000 e 200 000 habitantes — apresentam uma taxa de variação média anual mais elevada (8.70%) dez anos mais tarde, entre 1960/70. As pequenas unidades urbanas — entre 10 000 e 50 000 habitantes — registam a taxa de crescimento mais elevada (4.21%) entre 1970 e 1981 e as muito pequenas unidades urbanas — entre os 2 000 e os 10 000 habitantes — apresentam, pela primeira vez nestes quarenta anos de estudo, em 1981/91 uma taxa de crescimento positivo (0.23%).

Estamos assim em presença, tanto no caso nacional como no caso europeu, de uma vaga de crescimento urbano que se propaga no quadro dos respectivos sistemas urbanos, do topo da hierarquia urbana em direcção à base.

Todavia, este comportamento geral assenta na apreciação de uma evolução média que necessariamente encobre importantes alterações que ocorrem no interior de cada classe de unidades urbanas. Deveremos ter sempre presente que a variabilidade é um dos atributos que acompanham todo o processo de crescimento urbano. Mesmo assim, tomando em atenção a evolução ocorrida na Europa no último período, 1980/90, é possível admitir que as grandes cidades estabilizaram as suas quebras de crescimento, e que as taxas de

crescimento das diferentes classes de dimensão das cidades tendem a aproximar-se, dando a entender que um novo ciclo estará já em marcha.

A confirmar esta ideia, em vários países, como o Reino Unido ou a França, as cidades de grandes dimensões conhecem já hoje uma retoma significativa do seu crescimento. Este comportamento é particularmente visível nas duas maiores cidades europeias, Londres e Paris, que pela sua dimensão, protagonismo económico e capacidade de inovação, se assumem como capital bicéfala da União Europeia.

Desde os anos 60 que se vem observando algumas alterações ao nível do abrandamento do crescimento das *regiões centrais* que correspondem, genericamente, às cidades dos países ocidentais mais desenvolvidas economicamente. Ao mesmo tempo, constata-se que as regiões ditas *periféricas* passam a crescer mais depressa. Esta alteração de comportamento, que atingiu todos os países desenvolvidos, foi identificada precocemente nos Estados Unidos e no Japão tendo chegado apenas nos anos 70 e 80 à Europa do Sul.

Na Europa, as alterações verificadas entre centro e periferia traduziram-se na deslocação do crescimento do Norte para o Sul, ou seja, dos países ricos para os países pobres. Este comportamento observou-se igualmente à escala interna de vários países. No essencial corresponde a um ciclo de difusão de crescimento urbano que se propaga de norte para sul e que está fortemente ligado à transição de uma economia agrícola para uma economia de cariz industrial e terciário.

A evolução do crescimento urbano, por países, permite identificar claramente uma vaga de difusão espacial — quadro nº7. Na grande maioria dos países localizados no Norte da Europa, o crescimento urbano atingiu o seu máximo ou em 1950 ou em 1960, tendo a partir de então vindo sucessivamente a baixar<sup>5</sup>. No período seguinte, entre 1960 e 1970, o crescimento urbano mais expressivo observa-se já em países localizados mais a sul: França, Espanha e Grécia. Na década de 70, os valores mais elevados registam-se em três países periféricos: Portugal, Irlanda e Grécia. Os anos 80 são marcados por um generalizado esbatimento das taxas de crescimento urbano.

5. O valor da população urbana na década de 70 chegou a diminuir na Dinamarca, Reino Unido e Suécia.



Quadro nº7 *Europa: taxa média de variação anual da população urbana*

Países	Taxa de variação média anual (%)			
	1950 / 60	1960 / 70	1970 / 80	1980 / 90
Alemanha	1.35	0.94	0.18	0.16
Austria	0.48	0.66	0.07	0.30
Bélgica	0.85	0.67	0.28	0.18
Dinamarca	1.40	0.99	-0.03	0.06
Espanha	1.58	2.45	1.71	0.73
Finlândia	3.26	2.52	1.88	2.55
França	2.24	2.84	0.90	0.54
Grécia	2.47	2.62	2.03	0.77
Irlanda	1.64	1.80	2.22	0.86
Itália	1.35	1.35	0.76	0.27
Noruega	2.15	1.60	0.58	0.45
Países-Baixos	1.90	1.53	1.04	0.69
Portugal *	1.21	1.13	2.44	n.d.
Portugal **	0.82	1.04	2.22	0.19
Reino Unido	0.63	0.48	-0.24	0.69
Suécia	2.43	2.51	-0.13	0.29
Suíça	2.35	2.02	0.15	0.71

Fonte: Moriconi-Ebrard, 1993 e 1994.

\* Foi contabilizada exclusivamente a população residente, divulgada pelo INE, no seguinte conjunto de cidades: Lisboa, Porto, Funchal, Braga e Coimbra.

\*\* Valores apurados no presente trabalho de investigação

A hipótese inicial da existência de uma desconcentração centro-periferia à escala europeia, é igualmente confirmada pela análise evolutiva do peso das cidades do *triângulo central* europeu, que tem vindo a perder a sua importância relativa. Este *triângulo central* compreende todo o vasto e denso conjunto de cidades contidas no interior de um espaço que é delimitado, teoricamente, por um perímetro que vai das cidades do Reino Unido a oeste, até à Dinamarca a norte, e culmina na Suíça a sul. Em 1950, concentrava-se nestas cidades 59% da população urbana europeia sendo o seu valor em 1990 de 51%. Se considerarmos exclusivamente as cidades com mais de 200.000 habitantes, é ainda mais nítida a perda de peso ocorrida neste intervalo de tempo: de 63% para 51% (Moriconi-Ebrad,1993).

— Os anos 70 e o fenómeno de contra-urbanização.

A década de 70 ficou marcada em termos urbanos por um importante conjunto de alterações, das quais se destacam a desaceleração do crescimento urbano, a inversão centro-periferia, o deslocamento norte-sul do crescimento urbano, o declínio populacional e económico das grandes cidades e a retoma de crescimento das cidades mais pequenas. Estas alterações foram interpretadas precocemente durante os anos 80, por vários autores, como fazendo parte de uma nova tendência designada de "contra-urbanização". Estaríamos assim, a entrar numa fase em que se acentuaria o declínio irreversível das grandes cidades, enquanto ao mesmo tempo se assistiria à revitalização das pequenas cidades e das áreas rurais, decorrendo estas alterações da generalização da ubiquidade do emprego, da densificação e melhoria da rede de transportes e telecomunicações e da consciencialização da diminuição da qualidade de vida nos espaços urbanos.

Este tipo de interpretação baseou-se na teoria dos ciclos de crescimento urbano que pressupunha a existência de quatro fases sequenciais — *urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização*. Com o decorrer dos anos, pode-se concluir que este quadro interpretativo se adaptava à escala de uma grande aglomeração ou de uma bacia de emprego, mas era desajustado para interpretações à escala regional, nacional ou internacional.

À escala local da aglomeração urbana, verificou-se efectivamente, a partir dos anos 50, a densificação da cidade resultante do grande afluxo de população, o que teve como repercussão posterior a desconcentração dos centros das cidades e o crescimento extensivo das respectivas periferias.

Este processo em si, não é novo na longa história do crescimento da cidade; a novidade consiste na amplitude e na extensão das alterações que se desenrolaram num período de tempo tão curto. Por analogia com o processo urbano observado nos Estados Unidos, a desconcentração da cidade europeia foi incorrectamente interpretada como sinónimo de declínio urbano



— sendo este mais um exemplo de que a realidade urbana norte-americana nem sempre pode ser transposta directamente para o complexo quadro europeu. O referido processo de desconcentração das cidades europeias não pode, efectivamente, ser apreciado como um indicador de declínio, pois tem-se assistido a uma contínua valorização do centro destas aglomerações. Assim, o valor do solo urbano destas áreas em nenhum momento dos últimos quarenta anos registou qualquer tendência efectiva de desvalorização. A diminuição da população no centro das aglomerações urbanas, resulta da conjugação de vários factores bem conhecidos, e consistiu resumidamente na procura intensa de espaços centrais para serviços, provocando a subida do valor do solo, ao mesmo tempo que se assistiu ao aumento generalizado do nível de vida da população que assim pode procurar novas e melhores habitações, distribuídas por uma periferia cada vez mais ampla e simultaneamente mais acessível, face à vulgarização do automóvel e à melhoria do transporte colectivo.

Esta forma de crescimento urbano, com a diminuição da população residente no centro da aglomeração (desdensificação), acompanhada da suburbanização e da periurbanização, progrediu no seio da rede urbana europeia segundo um processo de difusão hierárquico, que atingiu num primeiro momento as cidades do norte da Europa e só as grandes cidades, e posteriormente as cidades do sul e as pequenas cidades.

No decurso das décadas de 70 e 80, generalizou-se e/ou acentuou-se em muitos casos, esta forma de organizar e viver o espaço urbano, que veio a fomentar o aparecimento e o desenvolvimento de interpretações de índole "catastrofista" em que se chegou a anunciar o fim das cidades, ou que a hierarquia urbana, face ao decréscimo das grandes cidades e ao crescimento rápido das mais pequenas, caminharia para uma dimensão média de cidade atingindo-se, assim, o mítico óptimo da dimensão ideal de cidade.

Este tipo de interpretação não contemplou a existência de dois ciclos de difusão diferenciados. Durante a década de 70 e início dos anos 80, assistimos ao fim do ciclo de crescimento das grandes cidades, que coincide com a fase mais alta do ciclo de alastramento do tecido residencial urbano. Todavia, estes processos não se devem confundir e são totalmente distintos

na sua evolução temporal. O alastramento do tecido residencial nas grandes cidades iniciou-se por volta dos anos 50, ainda em plena fase de rápido crescimento urbano, tendo continuado para além da posterior fase de declínio, bem como na actual fase de retoma do crescimento das referidas grandes cidades. Estamos em presença de uma tendência de largo espectro temporal que continua activa e, se bem que actualmente a um ritmo bastante mais moderado, ainda se manifestará provavelmente por mais algum tempo.

#### — Dinâmicas do sistema urbano europeu

A actual trama de cidades europeias é afectada por um conjunto de forças de sentido contrário, em que à tendência para a concentração se contapõe a dispersão. A urbanização do território parece ter atingido o seu nível de saturação, sendo hoje o modo de vida urbano dominante na quase totalidade do espaço europeu. Sendo assim, não será de esperar que venha a aumentar no futuro a população residente em lugares com características urbanas.

O modo de vida urbano atinge, hoje, a quase totalidade da população ainda dita rural, ao mesmo tempo que se acentua a diluição dos limites do espaço urbano decorrente da expansão da periurbanização. As teorias da contra-urbanização são hoje parcialmente postas em causa pela evolução recente do crescimento das grandes cidades, mas reforça-se, simultaneamente, o interesse pela observação destas dinâmicas a várias escalas espaciais.

Continuam a existir muitas dúvidas sobre o significado e a evolução das mais recentes transformações. Qual será o futuro das pequenas e médias cidades, cada vez mais inseridas numa lógica de interdependência e concorrência que se acentua a par da evolução da acessibilidade? Será que a população continuará a concentrar-se nas grandes regiões urbanas? E à escala destas grandes regiões, irá prosseguir a desconcentração da residência e do emprego?



A acção de prospectiva consta da concepção de cenários futuros, tentando imaginar um percurso tão previsível quanto a velocidade das transformações económicas e de inovação o permitam. O acompanhamento da evolução do crescimento urbano ao longo de grandes intervalos de tempo, tem expressado por vezes a existência de uma considerável autonomia do facto urbano, em relação a grande número dessas transformações.

O sistema de cidades possui a sua dinâmica própria, capaz de assimilar e integrar a grande maioria das mudanças que se têm processado ao longo do tempo, sem que se observem modificações na sua estrutura essencial. Uma única mudança tem afectado o sistema urbano, influenciando a sua configuração: o aumento da velocidade dos transportes. Os actuais sistemas de cidades nacionais, não foram concebidos na sua origem para servir segundo condições óptimas, as necessidades económicas e a vida dos nossos dias. Como sabemos, eles resultam de uma evolução longa que paulatinamente transformou um sistema de povoamento essencialmente agrícola num sistema de povoamento industrial e de serviços.

As redes de cidades evoluíram passando de linhas ou eixos — em que o espaçamento entre urbes decorria directamente das características técnicas dos transportes — para redes de nós em que o intercâmbio de mercadorias, pessoas e serviços se estabelece à escala regional, nacional e internacional. Hoje, os constrangimentos impostos no passado pelas distâncias, estão praticamente ultrapassados, face ao aumento exponencial da velocidade dos transportes e à redução relativa do seu custo. Com base num padrão de distribuição de lugares separados por pequenas distâncias, o rápido crescimento de alguns deles — selecção urbana — resultou essencialmente da velocidade e facilidade com que era possível efectuar as deslocações, tenham estas sido no passado realizadas a cavalo ou em diligência, ou hoje de comboio, automóvel ou avião.

A melhoria das comunicações teve sempre no passado, o efeito directo de fomentar a concentração do sistema de povoamento. A actual fase de desenvolvimento das tecnologias de informação que nos permitem aceder, em "tempo real", a informação do todo o género e qualidade, parece ser mais radical que qualquer outra revolução da história da humanidade.

Informação, som e imagem, circulam quase instantaneamente entre os mais diferentes pontos do planeta Terra. Esta facilidade de comunicação contribuirá para a saída de população urbana para locais isolados, mantendo-se estes novos residentes do espaço rural em efectiva relação directa com a globalidade do Mundo? Mesmo as chamadas formas de comunicação imaterial como por exemplo o telefone, o *fax* ou o correio electrónico, que estão decisivamente a substituir uma parte substancial das formas tradicionais de aquisição e comunicação entre pessoas, não tiveram até hoje qualquer expressão efectiva de contra-ponto ao processo contínuo e tradicional de atracção urbana.

A resposta a este tipo de questões é ainda prematura. O que podemos, no entanto, observar, é que a aceleração das comunicações coincide temporalmente com o reforço da hierarquia urbana e o aumento do protagonismo das maiores cidades.

Redes urbanas com diferentes graus de hierarquização existem desde o aparecimento das primeiras cidades. A hierarquização interpretada segundo a regra de *rank-size* é algo de universal. A diferenciação entre cidades em função do valor da sua população é algo de particularmente dinâmico, se bem que possa parecer o oposto, pela estabilidade da sua configuração geral.

A cidade, enquanto lugar de acumulação de riqueza, seja ela de natureza material ou imaterial (conhecimento e inovação), mantém-se em constante interacção ao longo do tempo com as restantes unidades da rede urbana. O processo de acumulação não é um mero processo de adição, é muito mais um processo em que se acentua a complexidade e a diversificação. Mas só o tempo permite a realização de uma grande cidade<sup>6</sup> ou a alteração da posição relativa das cidades dentro de um sistema.

A actual fase de reforço da hierarquia e simultaneamente da agregação urbana, resulta também de uma estratégia explícita das empresas que, nas

---

6. Lembremo-nos da cidade de Brasília, capital administrativa do Brasil construída durante a primeira metade da década de 60, que durante muitos anos se manteve sem "alma urbana". Em 1990, esta aglomeração possuía já 1 551 000 habitantes, posicionando-se em nono lugar na hierarquia urbana brasileira. As duas maiores aglomerações, São Paulo e Rio de Janeiro, possuíam à data, respectivamente 14 921 000 habitantes e 10 039 000 habitantes.



suas opções locativas, privilegiam as áreas urbanas das grandes cidades como forma de reduzir o risco de incerteza, inerente a toda e qualquer iniciativa empresarial. As grandes cidades possuem um leque importante de vantagens comparativas, como seja, a participação em economias de aglomeração, a presença de grande número de serviços às empresas e mão de obra de qualidade — factores responsáveis, na última década, pela recuperação do seu anterior protagonismo.

Também nas últimas décadas se assistiu ao aumento da complexidade das regiões urbanas, resultante essencialmente de profundas alterações do modo de vida que os europeus têm vindo a adoptar por imitação directa do estilo de vida norte-americano. O uso generalizado do automóvel, a preferência por moradias<sup>7</sup> e por espaços de tipo rural, fomentaram o aparecimento de vastíssimas periferias, ao mesmo tempo que no centro das cidades europeias se conserva a mais elevada concentração de emprego. Produzem-se, assim, intensos movimentos de interdependência entre o centro e a periferia. Mas esta evolução, na maior parte dos países, não se limita à deslocação da função residencial da cidade para a periferia ou para espaços ainda mais afastados periurbanos; também muitas indústrias, centros de comércio e de serviços, se localizam já na periferia, em locais estratégicos, bem servidos por vias de comunicação e transportes. Actualmente, o espaço das grandes aglomerações urbanas inclui as antigas vilas satélite que gravitavam outrora em torno da grande urbe. O modelo clássico centro-periferia perdeu o seu valor interpretativo no quadro das grandes aglomerações urbanas, face a novas realidades como, por exemplo, o aparecimento de novos centros de actividades terciárias e de residência, afastados da cidade e separados desta por espaços intermédios em que as marcas de alguma ruralidade ainda estão presentes. Ou seja, à tradicional continuidade do espaço urbano (cidade/subúrbio) contrapõe-se, hoje, a descontinuidade espacial e o incremento da interdependência, vindo assim a tornar-se cada vez mais intensos os fluxos de todo o género e em todas as direcções, que cada vez mais se afastam do modelo centro-periferia onde imperava a alternância de deslocações.

---

7. A designação de casa, moradia ou vivenda é sempre preferível à terminologia habitação unifamiliar já consagrado na literatura da especialidade. As habitações, salvo raras excepções, são sempre unifamiliares, os edifícios é que podem e devem ser classificados de uni ou plurifamiliares.

À semelhança do que já hoje se observa nos Estados Unidos, também provavelmente na Europa as grandes áreas urbanas aproximar-se-ão tendencialmente de uma estrutura policêntrica, como a já observada, por exemplo, na região do Ruhr. Mas será que as cidades norte-americanas representam a forma de urbanismo mais avançada e o único tipo de evolução possível? Se muitos autores pensam efectivamente que o modelo que hoje figura nos Estados-Unidos será, no futuro, reproduzido em todas as regiões urbanas desenvolvidas, outros, pelo contrário, destacam a existência de mais de uma forma de urbanização. As cidades antigas não terão necessariamente de passar pelas mesmas formas de urbanização por que passaram as cidades americanas. O que diferencia estas duas grandes *famílias* de cidades é, fundamentalmente, a existência e o significado atribuído ao património urbano do centro das cidades antigas, que possui um efectivo e afectivo valor simbólico de imagem da própria cidade e que tem mantido vivo, nas cidades europeias, o reconhecimento social da grande maioria dos seus bairros residenciais.

Mesmo observando que existe localmente uma tendência efectiva para a desconcentração das cidades europeias, a par do desenvolvimento de algumas conurbações policêntricas, as diferenças de cultura e de modo de vida entre europeus e norte-americanos deverão estar sempre presentes, por forma a relativizar toda a comparação que, sendo sempre necessária, terá que salvaguardar as especificidades dos termos comparados.

Na Europa, sobre uma rede densa de pequenas e médias cidades, tem-se mantido extremamente dinâmico um pequeno grupo de cidades de grandes dimensões.

O seu protagonismo actual é o resultado de um vasto conjunto de factores, dos quais ressaltam a manutenção de especializações urbanas antigas, melhoria das acessibilidades, reforço do emprego muito qualificado, a que os modelos recentes de localização espacial das grandes empresas transnacionais acrescentam um novo protagonismo supranacional. Assistimos assim, à emergência de um modelo de grandes cidades que passam da escala nacional para uma escala global europeia, numa fase em que se processa de forma acelerada a integração do espaço europeu, a par da



internacionalização crescente das redes urbanas nacionais e do rápido crescimento de concorrência entre cidades.

No quadro das grandes cidades, figuram em lugar de destaque as cidades capitais administrativas e/ou políticas de cada país, cidades que são os nós principais da rede que relaciona as diferentes redes urbanas nacionais. A posição cimeira desempenhada por cada capital nacional no âmbito restrito do seu país, atribui-lhe um desempenho e uma acumulação de recursos que faz com que estas cidades, quando comparadas com outras de igual dimensão populacional da rede de cidades intra-europeia, se coloquem num nível substancialmente mais elevado.

As redes urbanas nacionais estão a perder alguma da sua tradicional autonomia, à medida que se complexificam e diversificam as relações na União Europeia. Por um lado, verifica-se o aumento das relações de interdependência entre cidades de grandes dimensões no interior de cada rede urbana nacional; simultaneamente, constata-se o incremento de interacções entre estas grandes cidades e outras de nível semelhante, de redes urbanas de países vizinhos.

Se bem que possamos afirmar que a construção de uma grande rede urbana, à escala europeia dos tempos modernos, já se iniciou, a realidade continua a estar muito vincada pela configuração das redes urbanas nacionais. Até ao momento actual, foram as grandes cidades e particularmente as cidades capitais políticas e económicas, as grandes beneficiadas pela integração europeia, ao constituírem-se como nós cimeiros da rede urbana europeia cuja actual fisionomia é ainda muito complicada — e adivinha-se que assim será por mais algum tempo, tal é a dificuldade em definir objectivos comuns à escala do território europeu.

A rede urbana da UE desenvolve-se, desde as últimas décadas, num quadro dualista em que, num lado se colocam as regiões urbanas com elevadíssima centralidade, já muito saturadas mas simultaneamente cada vez mais atractivas, e no outro lado as restantes regiões ditas periféricas, com um crescente potencial populacional, mas ainda deficientemente inseridas nas actuais formas de desenvolvimento económico. A manter-se este comportamento, os benefícios do desenvolvimento continuarão a

concentrar-se nas grandes metrópoles com elevada centralidade, inseridas em regiões também elas já muito urbanizadas, onde o perfil das actividades produtivas possui elevado valor acrescentado. As cidades mais pequenas, na sua grande maioria mantiveram a sua posição subalterna e de dependência, face às maiores cidades.

As cidades periféricas do sistema europeu, no qual se incluem as cidades de Portugal, Espanha, Itália do sul e Europa Balcânica, conservaram durante algum tempo um crescimento demográfico rápido, alimentado ainda por algum êxodo rural a par de um elevado crescimento natural, decorrente das altas taxas de natalidade, próprias de cidades com uma estrutura etária jovem.

Muitas destas cidades periféricas com dinâmicas demográficas ainda muito activas, não dispõem de oferta de emprego industrial e terciário em número e qualidade, de modo a poderem "filtrar" fenómenos migratórios a grande distância, fixando regionalmente a população que chegou há pouco tempo à cidade ou que aqui não encontra trabalho compatível com as suas aspirações, sejam elas de natureza económica ou social. Não se pode esquecer que este conjunto de cidades periféricas do sistema europeu sofre uma pressão externa das regiões vizinhas mais pobres — Norte de África, Próximo-Oriente e algumas repúblicas da Ex-URSS. Estas cidades, pela sua situação geográfica simultaneamente periférica e de fronteira, ao terem a função de filtragem selectiva de migrações, passam a constituir-se como o primeiro ponto de passagem de um movimento migratório de grande distância, que tem o seu destino na grande metrópole do centro da Europa, área já bastante saturada e com graves problemas de integração de populações migrantes de anteriores fluxos populacionais, e cuja capacidade de acolhimento não se conhece exactamente.

Se bem que tenhamos assistido, na última década, ao reforço de importância das grandes cidades, não devemos deixar de assinalar que certas pequenas e médias cidades, ou espaços de baixa densidade, continuam a ser procurados por algumas actividades e população. O interesse por espaços deste tipo tem a sua origem na crescente tomada de consciência de que, as grandes concentrações urbanas acarretam prejuízos directos e indirectos, para a



vida/saúde das suas populações. São espaços urbanos que se apresentam como a antítese da qualidade de vida da grande cidade, e onde é marcado o interesse por questões de natureza ambiental e rural.

Será que o homem dito *urbano* alguma vez se adaptou totalmente à vida das grandes cidades e aos seus altos edifícios de apartamentos? Presente no seu imaginário onírico continua o ideal da casa térrea com um pequeno logradouro, espaço de recreação e de reencontro com a natureza. Assim se compreende o sucesso das periferias residenciais de baixa densidade, constituídas essencialmente por edifícios unifamiliares, bem como se entende o próprio fenómeno de periurbanização.

Este tipo de procura locativa — que se desenvolveu a par da melhoria da acessibilidade —, designado vulgarmente por "contra-urbanização", não veio negar a essência da cidade mas sim propor a expansão de algumas das suas qualidades para territórios cada vez mais vastos onde a melhoria da qualidade de vida é conseguida através de uma utilização mais racional e supostamente mais equilibrada do espaço.

À escala europeia poderá prever-se um renovado protagonismo para as pequenas e médias cidades, mercê da densificação das redes viárias e simultaneamente do incremento dos custos da concentração nas regiões centrais já actualmente muito saturadas.

A cooperação entre cidades na União Europeia, tem ganho um novo alento com a formação de novas e dinâmicas redes de cidades que tanto agregam urbes geograficamente próximas como distantes umas das outras. Nas regiões densamente povoadas, a cooperação entre cidades é maior do que entre cidades de regiões de menor densidade demográfica.

Nas regiões onde existem sistemas urbanos equilibrados, as cidades criam novas oportunidades de desenvolvimento regional. Nas regiões muito polarizadas, os desequilíbrios entre a grande metrópole central e as pequenas cidades periféricas têm dificultado o aparecimento de redes de cooperação entre cidades.

Nas regiões de menor densidade populacional, o desenvolvimento de redes

de cooperação entre cidades é, em princípio, mais limitado devido à distância que as separa. Mesmo assim, o desenvolvimento futuro destas regiões deverá passar pelo reforço da cooperação entre cidades.

A concorrência global tem fomentado o aparecimento de redes de cidades à escala transnacional, por enquanto limitadas essencialmente ao intercâmbio de experiências, mas que se adivinha que poderá no futuro contribuir para melhorar a competitividade europeia.

Com base nas novas oportunidades económicas — mercado único, globalização da economia e rápida evolução tecnológica —, o E.D.E.C.<sup>8</sup> sugere a existência de três amplas categorias de cidades.

1. Zonas urbanas de nível internacional: Possuem funções internacionais a par de uma elevada base económica competitiva, mas começam já a enfrentar problemas decorrentes de algum congestionamento.

— Cidades Globais — cidades como Londres e Paris — e provavelmente Berlim num futuro muito próximo —, que atraem funções do mais alto nível tais como sedes de empresas multinacionais e instituições financeiras internacionais.

— Regiões Metropolitanas — incluem-se nesta classe a Randstad, o Reno-Ruhr, o Reno-Main e as West-Midlands, encontram-se actualmente em plena fase de reforço da sua posição internacional, por intermédio de especializações complementares entre as diferentes unidades urbanas que constituem as referidas regiões metropolitanas.

— Cidades Capitais — estas possuem potencialidades próprias decorrentes do seu estatuto e protagonismo como capitais nacionais.

2. Cidades de nível nacional: categoria composta por essencialmente dois tipos de cidades. Por um lado, temos as cidades que possuem uma base económica e social e uma qualidade de vida urbana equilibrada e sólida, por outro, o grande número de cidades que enfrentam importantes

---

8. EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, 1997.



dificuldades, como sejam as cidades periféricas e muitas cidades industriais antigas com funções urbanas mais débeis, que dispõem de menor número de oportunidades de desenvolvimento devido à sua localização geográfica, elevada dependência de actividades tradicionais, diminuição da população, etc. Todavia, as actuais estratégias de desenvolvimento estão dependentes da localização relativa destas cidades em relação ao centro económico.

3. Cidades de nível regional: têm um desempenho económico particularmente influenciado pela sua localização. Assim, enquanto as cidades de nível regional localizadas na zona central têm, em geral, boas possibilidades de continuar a crescer, as cidades de nível regional localizadas fora da área central estão, efectivamente, muito dependentes da sua localização, podendo no entanto reverter a seu favor alguns aspectos locais e regionais relacionados com o espaço natural onde se inserem.

As cidades europeias avaliam actualmente as suas potencialidades e procuram adaptar as suas estratégias de desenvolvimento às novas realidades económica e territorial da União Europeia. Actualmente a competição pelo investimento é mais difícil e exigente, mas simultaneamente é reconhecido, pela maioria das instituições da União, que o desenvolvimento das cidades e das suas relações constitui o elemento mais importante para o equilíbrio do território europeu.

I. *Cem anos de urbanização*

Cem anos, na história urbana e demográfica de um país com mais de oitocentos anos de existência, é um pequeno período de tempo. No entanto, face ao tipo e ao género de mudanças ocorridas nestes cem anos, parece-nos da maior utilidade enquadrar historicamente alguns dados demográficos, remetendo-os para certos aspectos da realidade do seu tempo.

O período temporal estudado ao longo deste trabalho começa em 1890 e termina em 1991. Se, em relação às últimas quatro ou cinco décadas, existe um conhecimento generalizado das grandes mudanças e alterações que afectaram o território nacional, já em relação à última década do século XIX e primeira metade do século XX, parece importante relembrar alguns factos e números, no intuito de melhor se compreender a evolução do sistema urbano nacional, sem haver, todavia, a pretensão de escrever História, disciplina que ultimamente a investigação geográfica com alguma frequência tem vindo a esquecer.

Que país era Portugal em 1890? O Recenseamento Geral da População desse ano informa-nos de que a população residente no Continente era de 4 713 319 habitantes; e várias Cronologias da História de Portugal<sup>1</sup>, dão-nos conta de que nesse mesmo ano, em pleno período da Regeneração e

1. — Serrão, Joel (1980 4ª edição): *Cronologia Geral da História de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.  
— Rosa, Maria de Loures (1994): «Cronologia», in Matoso, José *História de Portugal*, oitavo volume, Círculo de Leitores, Lisboa.



Dez anos mais tarde, em 1900, a população nacional ascendia a 5 039 744 habitantes, mas a emigração massiva para o continente Americano

conheçimento nas cidades de Braga e de Setúbal ( sismo de 1858 ).  
de renovação urbana que impliquem destruição de áreas antigas, tem-se  
imagem da cidade de Paris (Viana do Castelo, Coimbra e Tomar). De acções  
aproveitaram os aterros para avenidas arborizadas ou passeios públicos, à  
Santarém 1876/81 e Coimbra 1874/75), regularizaram as margens e  
as cidades ribeirinhas procuraram melhorar as suas pontes (Braga 1863,  
alguns edifícios antigos e na construção de novos equipamentos. Em geral,  
às redes ferroviária e rodoviária, na expansão urbana, no embelezamento de  
cidades. Exemplo desse mimetismo, observa-se no incremento das ligações  
modernizar-se à imagem e semelhança do que se passava nas duas maiores  
Apesar do crescimento moderado das pequenas cidades, estas procuraram  
crescer praticamente ao mesmo ritmo que a população do país.

Nos finais do século XIX, uma das características mais marcantes da  
evolução da dimensão relativa das cidades, é o aumento do *fosso* existente  
entre as duas maiores cidades e as restantes, muitas das quais continuam a  
atractivo que, já então, as duas maiores cidades possuíam.

Segundo o recenseamento de 1890, do total de população residente na  
cidade de Lisboa, 42.5% tinha nascido na cidade, 7.42% era originária de  
outros concelhos do distrito e 29.6% era proveniente de outros distritos. Na  
cidade do Porto, estas percentagens eram respectivamente de 52.7% de  
11.6% e de 26.4%. Estes valores expressam o carácter particularmente

balaios nas serras do Gerês e da Estrela.  
iluminação eléctrica da Avenida da Liberdade e se iniciava a reflorestação de  
passava a fornecer à Câmara da capital a energia necessária para a  
que a linha férrea do Sul chegava a Faro, a Companhia Gás de Lisboa  
de D. Carlos, que subira ao trono no ano anterior — 1889 —, o mesmo em  
Portuguesa ( futuro Hino Nacional ). Estávamos então no início de reinado  
Aveiro, candeeiros de gás na iluminação pública; Alfredo Keil compõe A  
governadores civis ou dos administradores de concelho; utilizam-se, em  
proibição por decreto de reuniões públicas sem prévia autorização dos  
Expansão Africana, o país é confrontado com o Ultimato Inglês; dá-se a

continuava a marcar acentuadamente a realidade económica, social e intelectual do nosso país. Num intervalo de trinta anos — 1885 / 1915 —, saem legalmente de Portugal 1 282 508 portugueses<sup>2</sup>, o correspondente a 23.6% da população que aqui residia em 1900, ou seja, o equivalente populacional a três vezes e meia a cidade de Lisboa.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade de Lisboa ficava, por via férrea, a um dia de viagem da cidade de Madrid, a dois de Paris e a três de Londres. Viajar para Espanha ou França, não era nem muito mais oneroso nem muito menos penoso que viajar para determinados destinos internos mais próximos. A viagem de comboio entre Lisboa e Bragança, demorava mais de um dia e a viagem entre Lisboa e Ponta Delgada, por via marítima, realizava-se em três dias.

A Primeira Guerra mundial, que não atingiu directamente o território nacional, não poupava, todavia, cerca de 50 000 portugueses que experimentaram directamente os efeitos devastadores das novas armas de guerra das indústrias bélicas europeias. A população que tinha sofrido os sacrifícios do racionamento de géneros alimentares e de combustível entre 1914/18, seria confrontada com a última grande epidemia mortífera da história europeia: a designada «gripe espanhola» ou «gripe pneumónica», que deflagrou entre 1918/19 e na qual faleceram 102 750 portugueses, o que equivale aproximadamente ao triplo do total de população residente na cidade de Coimbra em 1920<sup>3</sup>.

Na década de trinta, Portugal começava lentamente a afastar-se da *imagem criada por Ramalho Ortigão em 1885: um país pequeno de pobres enfezados e analfabetos*, pois as três primeiras décadas do século registaram significativas alterações de regime político, económico, social e cultural.

As transformações ocorridas neste período em Portugal, não têm efectivamente paralelo com as alterações verificadas em Inglaterra ou na Alemanha. Todavia, são da maior importância e correspondem a um dos períodos mais "agitados" da nossa história recente.

2. Serrão, Joel (1977 3ª edição): pp. 30-31.

3. A população residente na cidade de Coimbra em 1920 era de 31 526 habitantes.



<sup>4</sup> Designação mais abrangente de *êxodo rural* utilizada como título de um interessante artigo de opinião do Professor Orlando Ribeiro, publicado no Diário de Notícias ( 8.10.1971 ).

À medida que o total de população aumentava, também o valor da população residente em cidades e vilas crescia, sendo o ritmo de crescimento destas sempre superior ao total nacional. Ou seja, à medida que a população cresce, desloca-se para a cidade. Na década de 1920, regista-se a maior taxa de crescimento da população residente em unidades urbanas: 18.33%. Este valor só virá a ser ultrapassado na década de 70, pelo êxodo excepcional resultante da descolonização. Efectivamente, a década de 20 é particularmente importante, pelo conjunto de alterações que nela se operaram e de que o forte acréscimo de população urbana é o facto mais evidente. Não é difícil imaginar os problemas de saneamento e de escassez de habitação, criados com esta situação nas maiores cidades. A habitação começava então a ser uma das grandes questões sociais. As classes

e a anulação de pousios.

No entanto, a população total do país não deixou de crescer apesar do forte êxodo para o exterior. O seu crescimento reflectiu-se, inevitavelmente, numa maior ocupação do território, registando-se no Norte a ocupação de baldios

migração campo-cidade deixava ficar para trás.

Uma informação particularmente interessante neste recenseamento, é a percentagem de indivíduos com mais de 60 anos por sectores de actividade: 14.3% na agricultura, 8.0% na indústria e 7.2% nos serviços, o que evidencia que a actividade agrícola já começava a ocupar uma percentagem importante de população mais velha, ou seja, aquela que a emigração e a

entre 62% e 74%, que agrega os restantes distritos.

Braga, Faro, Lisboa e Porto, e o Portugal Interior com valores compreendidos compreendida entre os 61% e os 28%, que inclui os distritos de Aveiro, litoral, com uma percentagem de população activa na agricultura recenseamento de 1911, é evidente o dualismo litoral / interior. O Portugal maior quebra verificada antes da *grande debanda*<sup>4</sup> de 1960-70. No entre 1911 e 1930 a respectivamente de 57% para 49%, o que corresponde à actividade agrícola, vai reduzir substancialmente o referido valor, passando, Portugal, onde em 1900, 61% da população activa estava adestrta à

trabalhadoras das cidades de Lisboa e do Porto acumulavam-se em bairros de elevadíssima densidade, onde parecia faltar quase tudo: ar, luz, água e esgotos. Na cidade do Porto, tomaram o nome de "ilhas" e em Lisboa de "pátios".

O período do pós-guerra provocou uma grande desestabilização da sociedade portuguesa. A verificada inflação ocorrida em Portugal entre 1918 e 1924 foi uma das mais elevadas de Europa, apenas ultrapassada pela registada na Alemanha e na Áustria. A ruína do Estado foi acompanhada pela prosperidade de muitos, que enriqueceram a abastecer o mesmo, o Exército, ou as cidades. Todavia, nem a prosperidade nem as dificuldades foram iguais para todos.

A sociedade portuguesa assistiu, assim, a mudanças muito importantes na década de 20. Segundo o recenseamento da população de 1900, existiam 876 400. Em termos percentuais, este valor passou de 19% para 33%. No mesmo período, a população na agricultura diminuiu de 1 529 100 para 1 276 500 indivíduos. Quanto à população residente na capital, o seu valor cresceu 22.1%, passando de 484 664 habitantes em 1920, para 591 936 em 1930. Também a cidade do Porto registou um acréscimo muito significativo nesta década: um aumento de população de 27.5%.

Ao mesmo tempo, o centro tradicional da cidade de Lisboa começava a perder população à medida que as freguesias limítrofes iam ganhando novos residentes. As Avenidas Novas entravam em plena fase de construção, atraindo as classes médias e alguns novos-ricos que aí encontravam um novo tipo de cidade, mais arejada, mais iluminada e mais calma. Enfim, com melhores padrões de qualidade e modernidade habitacionais e urbanísticos, deixando para trás os bairros populares e o bulício e a azafama do centro da cidade.

Em termos de evolução de sistema urbano nacional, não existem estudos específicos para a primeira metade do século XX. No entanto, o professor Orlando Ribeiro aborda parcialmente este assunto numa forma muito clara, num breve texto intitulado, *Agglomerações de Portugal, de 2000 Habitantes*



Se a planta de uma qualquer cidade sintetiza a sua evolução urbanística e histórica, a evolução do sistema urbano nacional sintetiza a evolução da repartição da população e das actividades, à semelhança da designada "Lei da permanência do plano", de escala intraurbana, onde se constata que, através dos tempos, embora os edifícios se transformem, se alterem ou se substituam, a planta urbana sofre muito poucas alterações ou correcções. Também o sistema urbano nacional acompanha, assimila e reflecte a evolução da economia e os constantes desafios da modernidade, mas em

sistema urbano e que são parcialmente reconhecíveis na actualidade.

Estes são, em traços gerais, alguns dos principais factos e números que modelaram, desde os finais do século passado até ao início dos anos 60 o sistema urbano e que são parcialmente reconhecíveis na actualidade.

observável, que as estatísticas demográficas não registam.

e cidades. Sendo esta, segundo o autor, uma das faces da realidade aplicável directa na construção civil, pela renovação de muitas aldeias, vilas responsáveis, devido ao envio da poupança dos emigrantes e da sua modernas. A emigração, ao mesmo tempo que despovoava aldeias, é a de electricidade e telefónica e a formação e desenvolvimento de indústrias, destaca a construção da via férrea, o desenvolvimento das redes rodoviária, acrescenta um conjunto importante de transformações recentes das quais autor, da combinação de condições naturais e vicissitudes históricas, a que A interpretação destes factos e a sua distribuição espacial resulta, segundo o onde em 1960 já residia aproximadamente um quarto da população nacional. e de Lisboa e, reforço de importância do Grande Porto e da Grande Lisboa, habitantes; crescimento de importantes aglomerações nos arredores do Porto aparecimento de oito cidades médias entre os 30 000 e os 50 000 população em cidades e vilas entre os 20 000 e os 30 000 habitantes; todas as aglomerações com mais de 2 000 habitantes; diminuição de população disseminada e em pequenas aglomerações; aumento de quase aumento generalizado da população — mais 49%; perda de importância da Neste intervalo de cinquenta anos, são identificadas as seguintes alterações: concelho e as aglomerações populacionais com mais de 2 000 habitantes. leitura comparativa de dois mapas onde se representaram todas as sedes de ou mais, em 1911 e 1960<sup>5</sup>. Este texto resulta da construção e subsequente

termos morfológicos — e não nos esqueçamos de que a Geografia é uma ciência morfológica —, as alterações parecem ser compostas de pequenas e sucessivas adaptações. Isto, num contexto de ausência de modificações económicas bruscas, como é o caso português.



## 2. *População e unidades urbanas*

O primeiro problema que se levanta na observação do crescimento do sistema urbano, num período temporal amplo, é essencialmente de índole estatística, na medida em que a informação quantitativa disponível, devida responder a critérios coerentes e fiáveis, e possuir simultaneamente uma escala de desagregação espacial apropriada.

Em Portugal, nunca foi construído nenhum ficheiro de informação sobre urbanização, por inexistência de referência geográfica oficial. Não existe, assim, nenhuma série de dados estatísticos equivalente e comparável, que possa servir de suporte à interpretação do fenómeno urbano ao longo do tempo. Face a esta situação, houve que superar esta lacuna, concebendo um ficheiro de informação — Ficheiro de Informação UR — incluído no fim deste trabalho.

Procurar-se-á em seguida, identificar e quantificar o(s) processo(s) de urbanização ocorrido(s) em Portugal Continental entre 1989 e 1991, através do acompanhamento da evolução do número de unidades urbanas, da população urbana, da taxa de urbanização, do tamanho médio das unidades urbanas e da concentração da população nas maiores unidades urbanas. Cem anos, de 1890 a 1991, não é efectivamente um intervalo de tempo que se possa considerar longo na escala histórica: no entanto, considerou-se que é um intervalo suficientemente dilatado para abarcar as principais fases do processo de urbanização, que terão ocorrido no passado recente, em Portugal. Assim, este período de cem anos será, neste trabalho de investigação, o nosso intervalo temporal de referência, no qual se procurará identificar as regularidades da dinâmica lenta e as oscilações rápidas de curto prazo.

Tendo por objectivo primordial, conhecer a evolução da estrutura urbana e os processos de urbanização em Portugal, no contexto de uma descrição clássica de crescimento do sistema urbano, utilizaremos para este fim, alguns elementos analíticos de estatística descritiva.

O crescimento da população urbana<sup>1</sup> em Portugal Continental, nos últimos cem anos, decorreu de forma relativamente moderada e constante. No final do século passado, a população residente em unidades urbanas correspondia a 1 500 419 hab., sendo o seu valor em 1991 de 4 541 326 hab., o que significa estarmos em presença de uma taxa de variação de 202.7%, quando a equivalente taxa de variação do total de população residente em Portugal Continental foi, no mesmo período, de 98.8%.

A percentagem de população residente em unidades urbanas, face ao total de população residente no Continente, passou de 31.8% no início do período, para 48.5% em 1991. Se considerarmos neste universo urbano a totalidade da população residente nas áreas metropolitanas, o seu valor ascenderá a 59.3%, no último recenseamento<sup>2</sup> — quadros n.ºs 8 e 9 e gráfico n.º 3.

Observando a evolução, ao longo do tempo, das Taxas de Crescimento Médio Anual da população urbana e as do total da população nacional, verifica-se que os valores da primeira são sempre superiores. Em traços gerais, existe uma particular similitude evolutiva dos dois perfis — do total da população e da população urbana —, quadro n.º 10 e gráfico n.º 4.

Parece assim, que muitos dos importantes factos geradores de mudanças e transformações demográficas que incidiram na evolução da população nacional, tiveram efeito semelhante na população urbana, não existindo, ao longo do tempo, uma diferenciação nítida entre a evolução da população urbana e a da população nacional — gráficos n.º 4 e n.º 5.

---

1. A população urbana corresponde ao conjunto da população residente em unidades urbanas. Este valor é inferior ao anteriormente referido do total de população urbana, que era de 63.5% em 1991; este desfazamento deve-se ao facto de, no valor total da população urbana ser contabilizada toda a população residente em cidades, sedes de concelho, Áreas Metropolitanas e lugares com mais de 2 000 habitantes.



Quadro nº8 Evolução da população de 1890 a 1991

População	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Total	4713319	5099744	5386053	5668232	6334507	7218882	7921913	8292975	8123310	9336760	9371448
Em unidades urbanas	1500419	1665116	1921130	1986731	2350902	2686084	2996581	3250345	3512249	4465043	4541326
Em unidades urbanas (%)	31.83	33.04	34.39	35.05	37.11	37.21	37.83	39.19	43.24	47.82	48.46

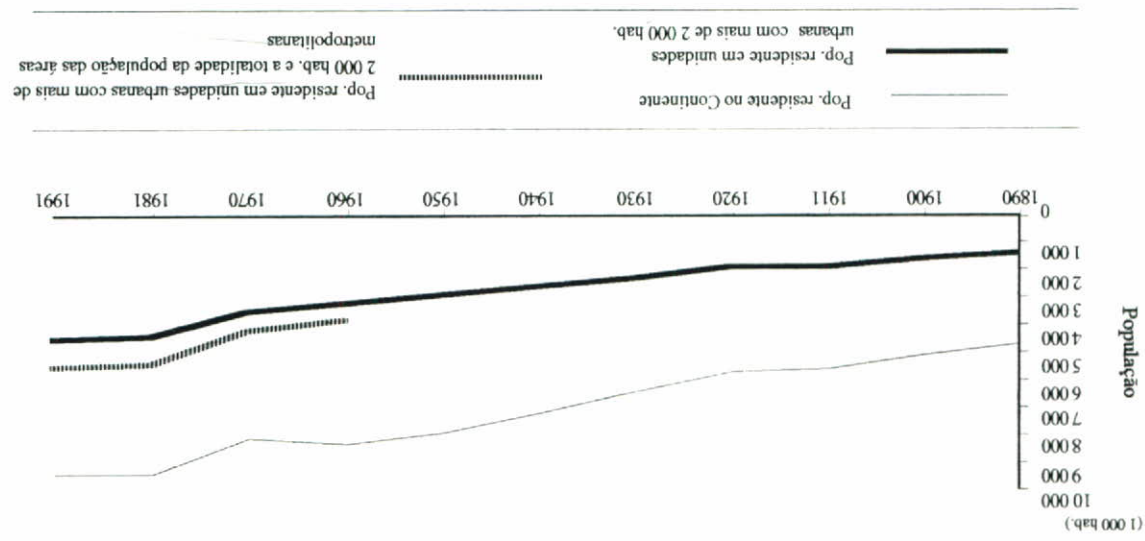
Fonte: Fichero de informação UR.

Quadro nº9 Evolução da taxa de variação da população de 1890 a 1991

Taxa de variação da população	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Em unidades urbanas	10.98	15.38	3.41	18.33	14.26	11.56	8.47	8.06	27.13	1.71
População total	6.93	10.84	1.47	11.75	13.96	9.74	4.68	-2.05	14.94	0.37

Fonte: Fichero de informação UR.

Gráfico nº3. Evolução da população de 1890 /1991

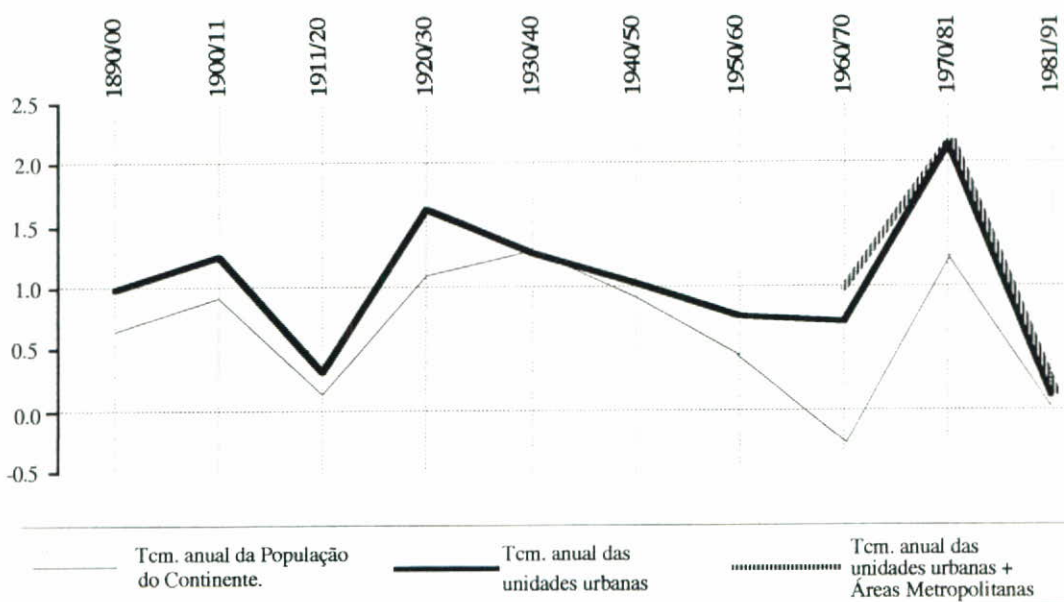


Quadro nº10 *Taxas de crescimento médio anual da população: 1890 a 1991*

Taxa de crescimento	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Tcm anual da Pop. do Continente.	0,67	0,94	0,16	1,12	1,32	0,93	0,46	-0,21	1,27	0,04
Tcm anual das unidades urbanas	1,05	1,31	0,37	1,70	1,34	1,10	0,82	0,78	2,21	0,17
Tcm anual das unidades urbanas + pop. das Áreas Metropolitanas								1,04	2,22	0,19

Fonte: Ficheiro de informação UR.

Gráfico nº4 *Taxas de crescimento médio anual: 1890 / 1991*



Os períodos de rápido crescimento ou decréscimo, são na quase totalidade dos casos, os mesmos. Observe-se por exemplo, a diminuição da taxa de crescimento entre 1911/20, tanto do total da população como da população urbana, seguida de rápida retoma do crescimento na década seguinte. No entanto, entre 1960/70, a uma taxa de crescimento moderada da população urbana (0.78%), corresponde uma taxa de crescimento negativa da população total (-0.21), seguindo-se, em ambos os casos, rápida retoma do crescimento médio anual.



A situação que se verifica na década de 60 é resultado do forte surto emigratório que atinge vastos sectores da população portuguesa na sua globalidade, chegando a atingir a população urbana, que nesta década regista o seu segundo valor mais baixo ao nível da taxa de crescimento da população.

Nas duas décadas seguintes, de 1970 a 1991, continuamos a assistir a taxas de crescimento médio anual que expressam o mesmo tipo de perfil de evolução. Entre 1970 e 1981, taxas de crescimento elevadas, que decorrem do processo de descolonização e do abrandamento da emigração para, na década seguinte, de 1981 a 1991, assistirmos à diminuição brusca das referidas taxas de crescimento, respectivamente 0.17% para a taxa de crescimento da população urbana e 0.04% para a taxa de crescimento da população total.

O valor baixo das taxas de crescimento registadas na população urbana na década de 80 (0.17%), é efectivamente algo que aparentemente se poderá estranhar. Mas uma leitura mais detalhada da informação de base (Ficheiro de informação UR) permite-nos perceber que a perda de população das cidades de Lisboa e Porto, e de um número importante de outras unidades urbanas, é modestamente compensada por um reduzido número de unidades urbanas em crescimento, e isto num quadro geral de grande estabilidade demográfica a nível nacional, antecedido por uma década de forte crescimento da população.

Referiu-se já e deve igualmente ter-se presente que, o apuramento do valor da população urbana a partir da década de 60 terá que sofrer algumas adaptações, decorrentes do aparecimento de uma nova realidade de concentração de população em torno das duas maiores cidades que originou a constituição das duas áreas metropolitanas, em 1991. Desta forma perde significado que se continue a considerar, no interior das áreas metropolitanas, unicamente a população residente em cidades, sedes de concelho ou centros urbanos e não o total da população. Contabilizando a globalidade da população residente nos concelhos das duas áreas metropolitanas no total da população urbana, o seu valor passa a ser o seguinte:

Quadro nº11 *População a residir em cidades, sedes de concelho e áreas metropolitanas*

População	1960	1970	1981	1991
População a residir em: cidades, sedes de concelho com mais de 2000 hab. e áreas metropolitanas	3 858 798	4 279 502	5 451 171	5 556 402
Percentagem em relação ao total da população residente em Portugal Continental	46.53%	52.68%	58.38%	59.29%
Taxa de crescimento médio anual	1960/70	1970/81	1981/91	
Taxa de crescimento médio anual	1.04%	2.22%	0.19%	

Fonte: Ficheiro de informação UR:

Mesmo com a introdução desta correcção, a evolução da taxa de crescimento da população urbana nacional não regista uma alteração significativa. Em traços gerais, podemos inferir — através deste breve conjunto de dados — que estamos em presença de um processo de urbanização lento e aparentemente pouco vigoroso, com a breve excepção da década de 70, que terá a partir de 1981 entrado, provavelmente, numa fase de saturação. Outra interpretação plausível, é a de que a maioria dos critérios demográficos de apuramento da população urbana só considera a população concentrada, ficando por contabilizar muitas das actuais formas de ocupação urbana de baixa densidade, afastadas dos grandes centros populacionais.

A evolução do número de unidades urbanas entre 1890 e 1991 é moderada, passando de 210 para 279. Destacam-se no entanto, com taxas de variação elevadas, os períodos de 1920/30 (com 5.43%) e 1970/81 (com 9.54%). Estes dois períodos correspondem paralelamente, aos períodos de maiores acréscimos de população urbana, respectivamente 18.33% e 27.13%.

É igualmente de assinalar o decréscimo do número de unidades urbanas entre 1960 e 1970, que é acompanhado por uma taxa de variação da

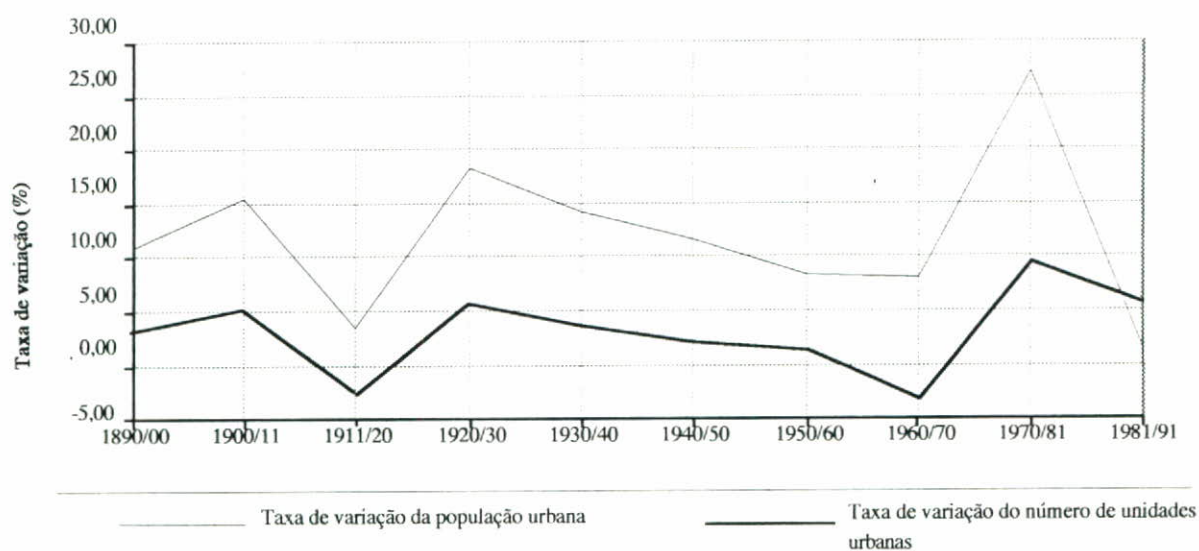


Quadro nº12 Taxa de variação da população urbana e do número de unidades urbanas

	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Taxa de variação do número de UR.	2,86	5,09	-2,64	5,43	3,43	2,07	1,22	-3,21	9,54	5,68
Taxa de variação da população urbana	10,98	15,38	3,41	18,33	14,26	11,56	8,47	8,06	27,13	1,71

Fonte: Ficheiro de informação UR.

Gráfico nº5 Taxa de variação da população urbana e do número de unidades urbanas



população relativamente fraca, 8.06%, facto que é devido ao importante fenómeno de emigração que afecta todas as regiões do país e a que nem a população urbana consegue ser alheia. No último decénio verifica-se, pela primeira vez, que a taxa de variação da população urbana (1.71%) é inferior

à taxa de variação das unidades urbanas (5.68%), que se mantém bastante elevada. Este comportamento recente poderá indiciar que estaremos numa fase em que continua a crescer o número de unidades urbanas, facto que já não é acompanhado por uma equivalente taxa de variação da população urbana; ora, esta ilação poderá parecer muito pouco consistente: como é que o número de unidades urbanas continua a aumentar e a população urbana não acompanha esta evolução? A resposta a esta questão será dada mais à frente; no entanto, é já possível referir que muitas das novas unidades urbanas aparecidas nos últimos dez anos, se localizam nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e que, a totalidade desta população faz parte da população urbana, assim se explicando o acréscimo do número de unidades urbanas e a relativa estabilidade intercensitária da população urbana .



### 3. *Crescimento e dimensão urbana*

Quando se aborda o crescimento urbano segundo diferentes classes de dimensão das cidades, é habitual colocarem-se algumas interrogações, como por exemplo: quais são as cidades, ou os níveis hierárquicos, favorecidos pelo crescimento; qual a ligação — se é que existe — entre a intensidade do crescimento e a dimensão das cidades; com o passar do tempo, deverão ser constantes os limiares das classes referentes à dimensão das cidades? A que classe de importância equivalerá actualmente, uma cidade que tinha entre 2 000 e 5 000 habitantes nos finais do século passado?

Para responder cabalmente a este tipo de questões, seria necessário conhecer os tipos de funções exercidas por cada tipo de cidade, por forma a estabelecer alguma similitude, recorrendo a vários tipos de variáveis socio-económicas que, para datas recuadas, efectivamente não existem.

Os estudos que procuram responder a estas questões são habitualmente postos em causa, com base no argumento segundo o qual a análise da repartição do crescimento urbano segundo classes de dimensão de cidades, é fortemente afectada pela maneira arbitrária como as classes de tamanho são construídas.

Reconhecendo a validade destas observações críticas, todavia face à ausência de reais alternativas metodológicas, e à facilidade de utilização e de visualização de resultados, se bem que circunstritos e particularmente dependentes dos critérios de divisão em classes, mantém-se mesmo assim pertinente a sua análise.

Para a divisão em classes de dimensão das unidades urbanas portuguesas, optou-se por utilizar os limiares seguidos habitualmente pelo INE: 2 000, 5 000, 10 000, 50 000 e 100 000 habitantes, completados com dois limiares habitualmente utilizados em estatísticas internacionais: 20 000 e mais de 200 000 habitantes, o que não corresponde exactamente a uma progressão geométrica, como sugere a distribuição geral da dimensão das cidades. No entanto, esta sequência de limiares não se afasta muito duma progressão desse tipo e tem, simultaneamente, a grande vantagem de corresponder a valores inteiros terminados em zeros, sendo ao mesmo tempo fáceis de visualizar, utilizar e memorizar.

Nos últimos cem anos, a população urbana portuguesa tem sofrido importantes modificações no que se refere à sua repartição por classes de dimensão das unidades urbanas — quadro nº 13 .

No final do século passado concentrava-se nas pequenas unidades urbanas — entre 2 000 e 10 000 habitantes — aproximadamente 53% da população urbana, sendo o seu valor no último recenseamento do presente século, apenas de 16%. Existe assim uma perda de importância relativa das pequenas sedes de concelho e cidades. As unidades urbanas portuguesas de média dimensão — 10 000 a 100 000 habitantes — são efectivamente, neste contexto, as unidades que reforçam substancialmente a sua importância, passando o seu peso relativo, no prazo de cem anos, de 17% para 60% da população urbana. As grandes unidades urbanas, com mais de 100 000 habitantes, registam um rápido crescimento de importância relativa até 1950. Refira-se que em 1890 concentravam quase 30% da população urbana e em 1950, o valor relativo desta população correspondia já aproximadamente a 36%. Mas desde essa data e até hoje, o mesmo valor relativo tem vindo a diminuir, atingindo o valor mais baixo no último recenseamento: aproximadamente 24%.

Poderíamos, assim, ser levados a pensar que a população urbana nacional, ao contrário do que se verifica na generalidade dos países desenvolvidos do ocidente, não tenderia a concentrar-se progressivamente nas grandes cidades e a acentuar a dissimetria da distribuição da dimensão das suas unidades urbanas. Ora, esta conclusão não é correcta, pois a perda de



importância das grandes unidades urbanas que incluem as cidades de Lisboa, Porto e, desde 1981, também a cidade da Amadora, significa efectivamente perda relativa de importância demográfica das duas maiores cidades a partir de 1950, já num contexto específico pré-metropolitano em que os limites espaciais, demográficos e funcionais destas cidades se alteraram profundamente. O peso relativo da população residente nas cidades de Lisboa e Porto a partir de então, perde importância no contexto nacional, mas reforça-se a importância das respectivas áreas metropolitanas, onde se inclui um importante número de unidades urbanas de médias dimensões e mesmo de grande dimensão. É o caso da Amadora, a terceira maior unidade urbana nacional. Refira-se a título de exemplo que, em 1991, das dez maiores unidades urbanas só três não se incluem nas áreas metropolitanas de Lisboa ou do Porto: Coimbra, Braga e Guimarães.

Quadro nº13 População residente em unidades urbanas por classes de dimensão

Unidades urbanas pequenas			Unidades urbanas médias					Unidades urbanas grandes								
2 000 / 5 000			5 000 / 10 000		10 000 / 20 000		20 000 / 50 000		50 000 / 100 000		100 000 / 200 000		> 200 000		Total	
%			%		%		%		%		%		%		%	
1890	461 869	30,8	331 072	22,1	205 661	13,7	54 399	3,6	-	-	146 454	9,8	300 964	20,1	1 500 419	100,0
1900	440 674	26,5	373 905	22,5	211 219	12,7	122 379	7,3	-	-	165 729	10,0	351 210	21,1	1 665 116	100,0
1911	449 401	23,4	472 452	24,6	260 739	13,6	114 910	6,0	-	-	191 890	10,0	431 738	22,5	1 921 130	100,0
1920	417 641	21,0	483 179	24,3	287 724	14,5	111 213	5,6	-	-	-	-	686 974	34,6	1 986 731	100,0
1930	382 399	16,3	560 043	23,8	391 769	16,7	194 958	8,3	-	-	-	-	821 733	35,0	2 350 902	100,0
1940	380 520	14,2	541 752	20,2	552 609	20,6	258 266	9,6	-	-	-	-	952 937	35,5	2 686 084	100,0
1950	378 893	12,6	528 220	17,6	604 483	20,2	317 502	10,6	102 851	3,4	-	-	1 064 632	35,5	2 996 581	100,0
1960	351 352	10,8	538 247	16,6	673 995	20,7	420 497	12,9	160 600	4,9	-	-	1 105 654	34,0	3 250 345	100,0
1970	309 582	8,8	441 545	12,6	800 274	22,8	529 259	15,1	369 784	10,5	-	-	1 061 805	30,2	3 512 249	100,0
1981	319 989	7,2	387 577	8,7	895 260	20,1	1 113 100	24,9	489 798	11,0	124 014	2,8	1 135 305	25,4	4 465 043	100,0
1991	321 252	7,1	402 445	8,9	1 023 260	22,5	1 168 286	25,7	530 653	11,7	129 564	2,9	965 866	21,3	4 541 326	100,0

Fonte: Ficheiro de informação UR.

Observando ao longo do tempo a distribuição do número de unidades urbanas pelas diferentes classes de dimensão — quadro nº 14 —, constata-se que as unidades urbanas de pequena dimensão dominam, ao longo de todo o período considerado dos últimos cem anos tendo, todavia, a sua

importância baixado de 90.9% (67.6% + 23.3%) em 1890, para 56.6% (36.9% + 19.7%) em 1991. Paralelamente, assistimos ao reforço da importância do valor de unidades urbanas de média dimensão, que passaram neste intervalo de tempo de 8% para 42%. Só a percentagem relativa às grandes unidades urbanas se manteve estável —aproximadamente 1%— tanto em 1890 como em 1991.

Quadro nº 14 Número de unidades urbanas por classes de dimensão

Unidades urbanas pequenas				Unidades urbanas médias						Unidades urbanas grandes													
2 000 / 5 000			5 000 / 10 000			10 000 / 20 000			20 000 / 50 000			50 000 / 100 000			100 000 / 200 000			> 200 000			Total		
n°		%	n°		%	n°		%	n°		%	n°		%	n°		%	n°		%	n°		%
1890	142	67,6	49	23,3	15	7,1	2	1,0	-	-	-	1	0,5	1	0,5	210	100,0						
1900	136	63,0	56	25,9	17	7,9	5	2,3	-	-	-	1	0,5	1	0,5	216	100,0						
1911	134	59,0	67	29,5	20	8,8	4	1,8	-	-	-	1	0,4	1	0,4	227	100,0						
1920	123	55,7	69	31,2	23	10,4	4	1,8	-	-	-	-	-	2	0,9	221	100,0						
1930	115	49,4	80	34,3	30	12,9	6	2,6	-	-	-	-	-	2	0,9	233	100,0						
1940	112	46,5	77	32,0	42	17,4	8	3,3	-	-	-	-	-	2	0,8	241	100,0						
1950	111	45,1	74	30,1	45	18,3	12	4,9	2	0,8	-	-	-	2	0,8	246	100,0						
1960	105	42,2	75	30,1	49	19,7	15	6,0	3	1,2	-	-	-	2	0,8	249	100,0						
1970	98	40,7	60	24,9	57	23,7	18	7,5	6	2,5	-	-	-	2	0,8	241	100,0						
1981	101	38,3	53	20,1	63	23,9	38	14,4	6	2,3	1	0,4	-	2	0,8	264	100,0						
1991	103	36,9	55	19,7	72	25,8	39	14,0	7	2,5	1	0,4	-	2	0,7	279	100,0						

Fonte: Ficheiro de informação UR

A progressiva concentração da população em unidades de média dimensão, resulta da passagem de grande número de unidades urbanas de pequena dimensão para esta classe intermédia, ou seja, o crescimento diferenciado das unidades urbanas faz com que umas cresçam mais rapidamente que outras. Assim, calculou-se a taxa de crescimento médio anual, entre recenseamentos por classes de dimensão, e estabeleceu-se o desvio/afastamento com o valor da taxa de crescimento médio anual observado também em cada período para o total da população urbana, que corresponde ao total da população residente em todas as unidades urbanas — quadro nº 15. Ou seja, em cada período intercensitário relaciona-se o crescimento de cada classe de dimensão com o crescimento registado na totalidade do sistema, sendo assim possível identificar em cada período as classes de tamanho das unidades urbanas que



estão a crescer abaixo ou acima da média do conjunto (Gráfico nº 6).

Quadro nº15 Taxa de crescimento médio anual da população urbana por dimensão de unidades urbanas

	2 000 / 5 000	5 000 / 10 000	10 000 / 20 000	20 000 / 50 000	50 000 / 100 000	100 000 / 200 000	> 200 000	Tcm anual da pop em unidades urbanas
1890/00	-1,52	0,18	-0,78	7,40	.	0,20	0,51	1,05
1900/11	-1,13	0,84	0,62	-1,88	.	.	0,59	1,31
1911/20	-1,18	-0,12	0,73	-0,74	.	.	4,92	0,37
1920/30	-2,58	-0,21	1,44	4,08	.	.	0,11	1,70
1930/40	-1,39	-1,67	2,16	1,51	.	.	0,15	1,34
1940/50	-1,14	-1,35	-0,20	0,99	.	.	0,01	1,10
1950/60	-1,57	-0,63	0,28	2,03	4,56	.	-0,44	0,82
1960/70	-2,04	-2,74	0,95	1,55	8,70	.	-1,18	0,78
1970/81	-1,90	-3,38	-1,18	4,79	2,59	.	-1,60	2,21
1981/91	-0,13	0,21	1,18	0,32	0,80	0,27	-1,77	0,17

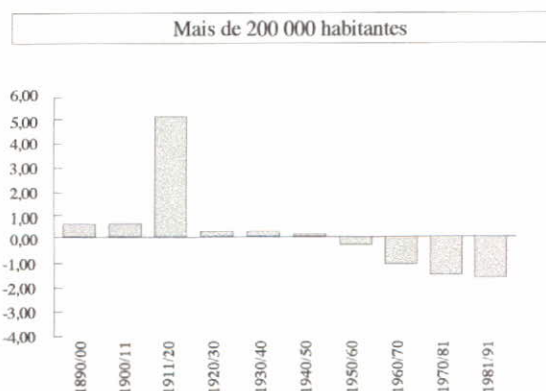
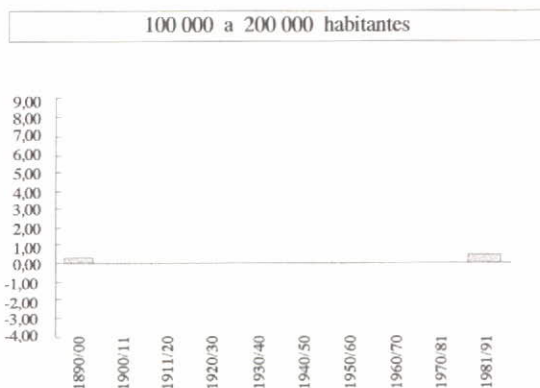
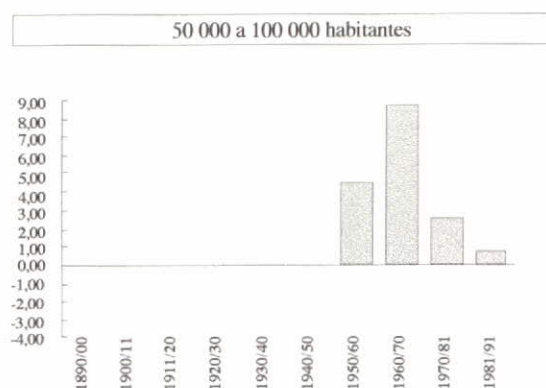
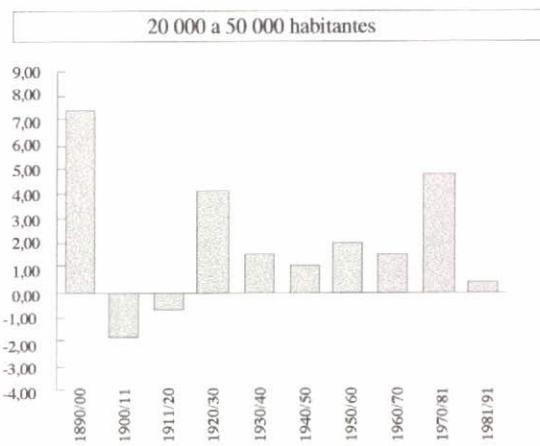
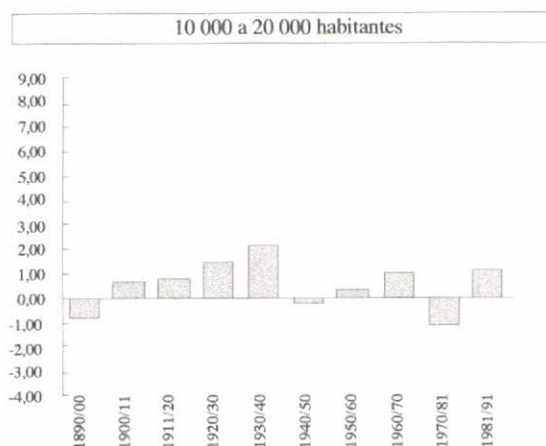
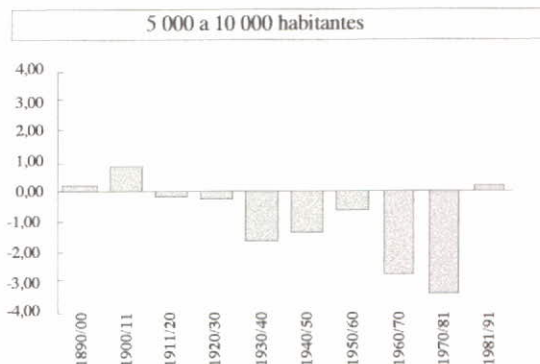
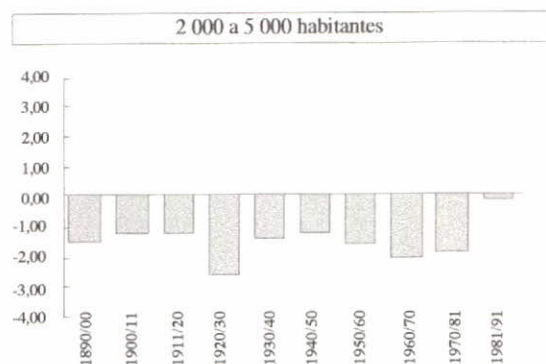
Fonte: Fichero de informação UR.

A leitura destes gráficos permite-nos concluir que as pequenas cidades e sedes de concelho de tamanho inferior a 10 000 habitantes têm tido, de um modo geral, ao longo de quase todo o período, um crescimento menor do que as outras unidades urbanas; regista-se, no entanto, na última década, um comportamento já positivo das unidades urbanas que possuem entre 5 000 e 10 000 habitantes.

As unidades urbanas de média dimensão — entre 10 000 e 100 000 hab. — manifestam um comportamento mais oscilante, com clara tendência positiva, que se torna particularmente evidente à medida que o seu tamanho aumenta. Observe-se com atenção o comportamento das unidades urbanas entre 20 000 e 50 000 habitantes, que apenas e só nas décadas de 1900 / 1920 registam taxas de crescimento médio inferiores ao conjunto.

A classe das grandes unidades urbanas — >200 000 hab. — evidencia uma evolução segmentada em dois períodos: o primeiro, até 1950, em que se observa sempre uma evolução superior à média e o segundo, de 1950 a 1991, em que a evolução é inferior à média, aumentando o afastamento com o decorrer do tempo.

Gráfico nº6 Desvio das taxas de crescimento médio das unidades urbanas





As décadas de 40 e 50 marcam assim o sistema urbano nacional, com as grandes cidades, concretamente Lisboa e Porto, a começar a perder muita da sua anterior capacidade de atracção da população residente. Paralelamente, assistimos ao acréscimo de dinamismo das médias unidades urbanas, localizando-se muitas destas na proximidade das primeiras e estabelecendo com elas laços de grande dependência. Entra-se deste modo, na formação de uma nova realidade urbano-espacial que extravasa a delimitação administrativa das duas grandes cidades e que se encaminhará para a formação de duas grandes áreas metropolitanas, se bem que relativamente diferenciadas entre si.

Detenhamo-nos também na evolução registada na década de 70, período recente da nossa história durante o qual se operaram importantes fenómenos de índole demográfica, com particular destaque para o regresso de várias centenas de milhares de portugueses dos antigos Territórios Ultramarinos, a par da acentuada desaceleração da emigração com destino à Europa, fenómenos que estão certamente na origem das elevadas taxas de variação da população urbana. O valor da taxa de crescimento médio anual da população urbana é, nesta década, o mais alto registado nos últimos cem anos — e muito provavelmente o mais alto de toda a sua história.

Assim, importará saber quais as classes de unidades urbanas que mais directamente são afectadas por esta importante conjuntura. Do conjunto das sete classes seleccionadas, apenas duas apresentam desvios positivos nesta década: as unidades urbanas de 20 000 a 50 000 habitantes e as de 50 000 a 100 000 habitantes, o que vem reforçar a ideia anteriormente exposta de que as unidades urbanas de média dimensão são as mais dinâmicas.

Concluindo esta breve análise, poderemos inferir que até às décadas de 40 e 50 se assistiu a uma urbanização que incidiu fundamentalmente na concentração da população nas unidades urbanas de médias dimensões e nas maiores unidades — Lisboa e Porto. A partir de meados do século, observa-se que as duas maiores cidades passam a ter taxas de crescimento médio anual sempre inferiores à média, mantendo as unidades de médias dimensões a sua trajectória positiva. As pequenas unidades urbanas mantiveram ao longo deste período de tempo, quase sempre uma dinâmica

inferior à média. No entanto, na última década, entre 1981 e 1991, a subclasse dos 2 000 a 5 000 habitantes regista um valor já muito próximo da média global e a subclasse dos 5 000 a 10 000 habitantes regista pela primeira vez, desde 1911, uma dinâmica superior à média.

Com base nesta análise, poderemos admitir, nesta fase da pesquisa, que a urbanização portuguesa incidiu, num primeiro momento, na concentração da população nas médias e grandes unidades urbanas; que num segundo momento, resultante de uma certa saturação das maiores cidades, se assistiu ao reforço de importância das médias unidades urbanas e que hoje, estaremos eventualmente a iniciar uma possível fase que será marcada pelo ressurgimento das pequenas unidades urbanas.

Procurando avançar no conhecimento das relações entre *Crescimento e Dimensão Urbana*, considerámos de seguida a dimensão média das unidades urbanas por classes de dimensão ao longo do tempo — quadro nº16 e gráfico nº 7 — sendo de realçar o seguinte:

As unidades urbanas entre os 2 000 e os 5 000 habitantes atingem a sua maior dimensão relativa em 1940, registando a partir de então um decréscimo da sua dimensão média, sendo o seu valor mais baixo observado em 1960, resultante certamente do efeito directo da emigração para o estrangeiro e do movimento interno da população em direcção a unidades urbanas de maiores dimensões e com maiores oportunidades de realização profissional e social. A dimensão média das unidades urbanas dos três intervalos de dimensão, entre os 5 000 e os 50 000 habitantes, apresenta com algumas breves oscilações intercensitárias um ligeiro pendor ascendente. A classe entre os 50 000 e os 100 000 habitantes apresenta uma evolução da dimensão média das suas unidades urbanas bastante acentuada. A diminuição relativa registada entre o valor de 1981 e o de 1991 é resultante da especificidade demográfica ocorrida com o retorno de população dos ex-Territórios Ultramarinos, mas efectivamente se unirmos directamente o valor registado em 1970 com o valor de 1991, verifica-se a tendência ascendente da dimensão média desta classe. Em relação à classe com mais de 100 000 habitantes, a sua dimensão média evolui rapidamente até 1960, ano a partir

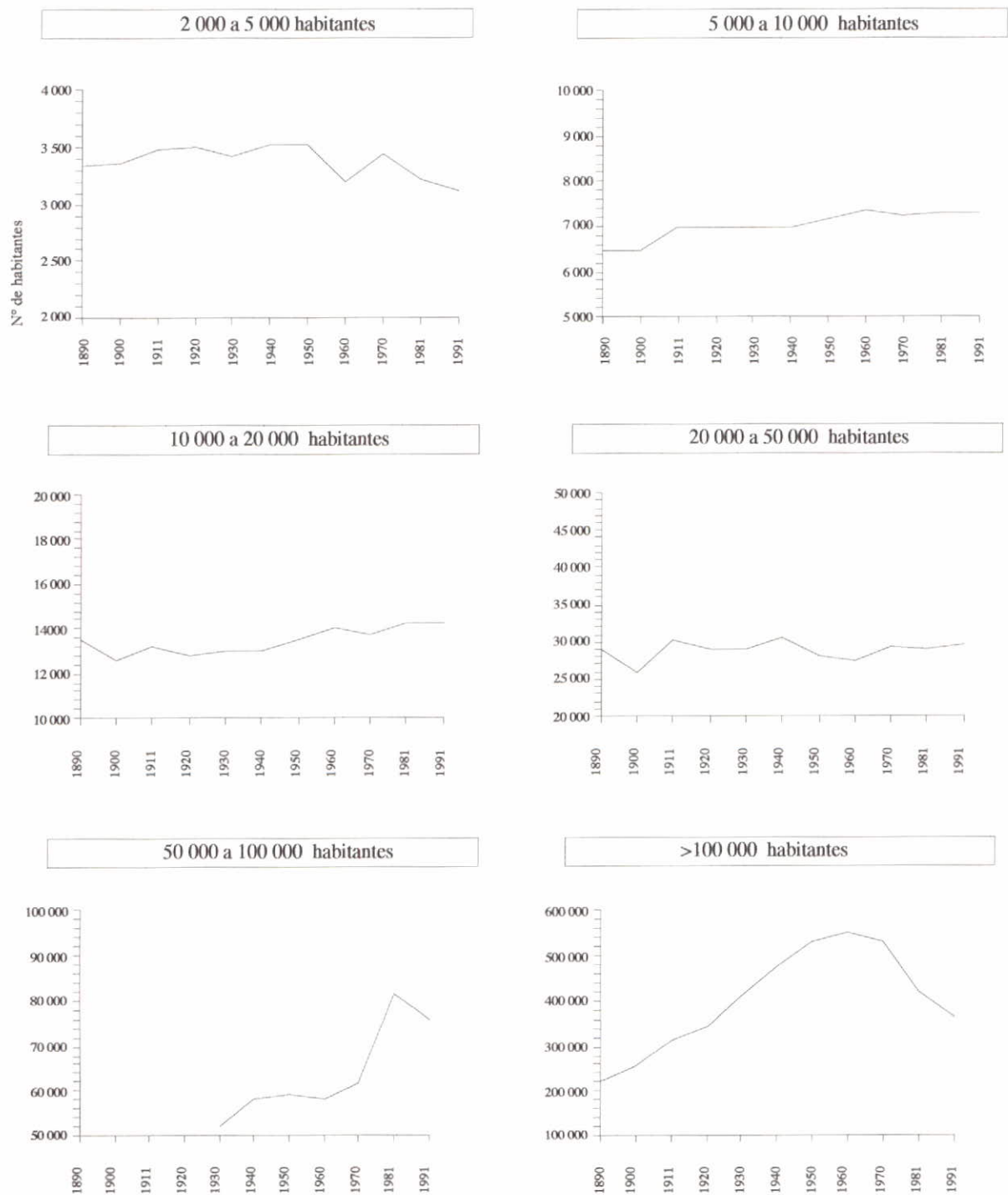


Dimensão Média das Unidades urbanas	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960 (*)	1970 (*)	1981 (*)	1991 (*)
2 000 a 5 000	3 339	3 363	3 479	3 496	3 417	3 529	3 524	3 201	3 449	3 214	3 119
5 000 a 10 000	6 617	6 647	7 053	7 037	7 053	7 058	7 193	7 359	7 256	7 313	7 317
10 000 a 20 000	13 563	12 605	13 189	12 743	13 009	13 021	13 471	14 040	13 685	14 210	14 212
20 000 a 50 000	28 854	25 784	30 085	29 101	29 113	30 434	28 189	27 560	29 214	28 981	29 534
50 000 a 100 000					51 806	57 943	59 163	58 089	61 631	81 633	75 808
> a 100 000	223 709	258 470	311 814	343 487	410 867	476 469	532 316	552 827	530 903	419 773	365 143

(\*) Foram considerados no universo geral das unidades urbanas (cidades e sedes de concelho) também os lugares com mais de 10 000 habitantes (centros urbanos).

Gráfico nº 7

Dimensão média das unidades urbanas por classes de dimensão: 1890 / 1991



do qual tem vindo a decrescer. Este comportamento resulta da combinação de dois factores: por um lado, é devido à diminuição da população das cidades de Lisboa e do Porto, registada entre 1960 / 70 e entre 1981 / 91 e por outro, à inclusão a partir de 1981 da cidade da Amadora nesta classe de dimensão. Este facto vem influenciar a dimensão média desta classe, devido ao diminuto valor populacional da Amadora face às duas grandes cidades. Em síntese, deste conjunto de classes de dimensão destaca-se particularmente a classe dos 50 000 a 100 000 habitantes, como sendo aquela onde a dimensão média das suas unidades regista uma maior progressão ascendente, que será sinónimo de uma maior vitalidade demográfica e certamente, nalguns casos, também económica e social.

Avançar neste momento com estas ideias explicativas é ainda prematuro por várias razões, entre elas o facto de a componente espacial não ter ainda sido introduzida. Assim, ainda não nos é possível saber detalhadamente quais são e onde se localizam os diferentes elementos que compõem as diversas classes de tamanho das unidades urbanas. Por outro lado, é sabido que ao nível da evolução do sistema urbano as previsões são sempre muito problemáticas, na medida em que é difícil saber com rigor quando é que estamos em presença de uma pequena variação de perfil conjuntural ou em presença do início de uma alteração que virá a ser profunda.

Poderemos no entanto afirmar já, que as unidades urbanas crescem a diferentes ritmos e que a intensidade do crescimento varia ao longo do tempo. Mas, tendo por objectivo uma maior aproximação à evolução da hierarquia urbana a uma escala mais ampla e necessariamente mais sintética, analisaremos a população individualizada por unidades urbanas e não agregada por classes de tamanho, recorrendo a um modelo muito generalizado de distribuição do tamanho das cidades : regra de "*rank-size*".



#### 4. *Hierarquia urbana*

Temos admitido até este momento que as cidades se podem agrupar por dimensões, em classes discretas. Esta ideia geral tem a sua origem na teoria de Christaller, segundo a qual a população residente de cada cidade seria proporcional ao número de funções centrais aí existentes e, como estas aparecem escalonadas, o mesmo aconteceria à população. Assim sendo, as cidades de uma dada classe tenderiam a ter o mesmo número de funções centrais. Todavia, grande número de estudos empíricos tem revelado que, no interior das regiões funcionais, os lugares centrais não estão agrupados em classes discretas; pelo contrário, o que existe a maioria das vezes é um gradiente, em alguns casos mais ou menos suave ou acentuado, relativamente contínuo, mas sem escalões.

Tem sido igualmente constatado que, nas mais variadas escalas de análise espacial aparece a mesma regularidade na disposição das dimensões das cidades. Ou seja, existe sempre um maior número de pequenas cidades e muito poucas cidades de grandes dimensões<sup>1</sup>. A constatação desta regularidade e da sua persistência tem levado ao aparecimento de ampla bibliografia onde, por intermédio de variada metodologia, se procura analisar a distribuição do tamanho das cidades e o grau de hierarquização dos diferentes sistemas urbanos.

Estão na génese deste sector de investigação os trabalhos de Auerbach (1913), Lotka (1924) e Zipf (1941 e 1949). No início do século, Auerbach constatou a relação existente entre a dimensão e a ordem das cidades. Nesta altura, o conceito de ordem foi referenciado como o lugar que ocupa uma cidade por intermédio da dimensão da sua população, dentro de um conjunto de cidades. Esta regularidade empírica, embora tendo sido observada pela primeira vez por Auerbach, veio a ser posteriormente consagrada com o nome do autor que retomou a tentativa de explicação da

---

1. Esta regra não está presente só no sistema de cidades, é observável igualmente na distribuição de outros fenómenos como por exemplo: dimensão das empresas, rendimentos pessoais ou número de espécies por género biológico.

referida regularidade, Zipf, mantendo-se ainda hoje alguma controvérsia sobre a verdadeira paternidade da regra, hoje vulgarmente conhecida pelas duas designações — lei de *rank-size* ou de Zipf.

Assim, por exemplo, no sistema urbano nacional a cidade que possui maior número de habitantes é Lisboa, seguindo-se-lhe o Porto. Lisboa terá, por consequência, o primeiro lugar na ordem hierárquica de cidades e Porto o segundo lugar. Conforme sugere Auerbach, será plausível esperar uma grande regularidade na distribuição das dimensões das cidades — a que corresponderá uma gradação contínua e não uma agregação em classes de dimensões de cidades com valores de população semelhantes (distribuição discreta com escalões).

Esta relação entre o tamanho e a ordem das cidades pode ser expressa por uma expressão matemática particularmente simples apresentada por Zipf do seguinte modo:

$$Pr = P1/r$$

onde  $Pr$  é a população de uma cidade de ordem  $n$  — as cidades devem estar ordenadas de forma decrescente — e  $P1$  corresponde à população da maior cidade do sistema urbano.

Ou ainda, se as cidades de um determinado país estão ordenadas por dimensão, a população  $Pi$  da cidade  $i$  está posicionada num determinado ranking  $ri$  pela relação:

$$ri \cdot p_i^q = k$$

onde  $q$  e  $k$  são constantes sendo  $q$  pouco diferente de 1 e  $k$  aproximadamente igual à população da maior cidade.

Sugere-se assim que é possível determinar a dimensão de uma cidade a partir do conhecimento da sua ordem e do tamanho da maior cidade do sistema urbano da área que estivermos a analisar. Assim, a segunda cidade em termos de população residente deverá ter metade da população da maior cidade enquanto, por exemplo, a vigésima cidade deverá possuir vinte avos (1/20) da dimensão da primeira cidade, ou seja, deverá ser vinte vezes menor que a maior cidade.

A explicação proposta por Zipf para esta regularidade, estaria no resultado da tensão existente entre duas forças de sentido contrário. Uma de sentido



diversificador que seria responsável pela existência de elevado número de pequenas cidades que tenderiam a localizar-se próximo das matérias primas dispersas geograficamente, por forma a minimizar os custos de transportes, e outra de sentido unificador que induziria a população a concentrar-se num diminuto número de grandes cidades, facilitando-se, assim, o transporte de produtos finais e minimizando-se o movimento de pessoas e mercadorias. Zipf, sem o ter demonstrado, induziu que seria o equilíbrio entre estas duas tensões o responsável pela existência dentro de cada sistema urbano de um pequeno número de grandes cidades e de um grande número de pequenas cidades.

A regra de *rank-size* foi expressa por Zipf num gráfico de dupla entrada (XY) em que ambas as coordenadas possuem uma escala logarítmica, dispondo-se a ordem das cidades em abcissa e o seu valor demográfico — o seu tamanho — em ordenada.

Os valores previstos segundo a regra de *rank-size*, em alguns casos, aproximam-se dos valores reais observados; mas em numerosos outros não se observa esta concordância entre os valores estimados e os reais.

As explicações da regra de *rank-size* e dos desfasamentos existentes entre esta e a generalidade dos casos reais observáveis, têm-se mantido até hoje parcialmente em aberto, tendo todavia sido objecto de pesquisa de grande número de consagrados investigadores. Os seus trabalhos têm privilegiado fundamentalmente dois aspectos: por um lado, o aprofundamento e a sofisticação da equação geral da regra de *rank-size* e por outro, a aplicação empírica a várias situações que vão desde a comparação, entre países, da distribuição da dimensão das suas cidades, passando pela análise da evolução de longo prazo das cidades de cada país, até à comparação da distribuição de cidades entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento.

Em consequência destas investigações, sabemos hoje que os processos de concentração da população em cidades ao longo do tempo têm sido facilitados e têm estado intimamente dependentes do desenvolvimento das redes de transporte de escala inter e intra-urbana.

O desenvolvimento dos transportes tem provocado a acentuação da diferenciação entre cidades de um mesmo sistema urbano, constituindo-se assim um modelo de desenvolvimento em que se diferencia nitidamente um conjunto de cidades, afectadas directamente e em primeiro lugar, pelo desenvolvimento dos transportes, o que leva à concentração da população nessas cidades.

Os processos de concentração da população urbana têm conduzido, ao longo do tempo, ao aumento das desigualdades da dimensão das cidades, embora recentemente pareça assistir-se a alguma inversão nesta tendência. Não deveremos, contudo, deixar de analisar com algum detalhe as regularidades dessa longa evolução.

Esta evolução, para ser explicável terá que ser sistematicamente acompanhada pelo conhecimento da geografia e da história do país. Sabemos hoje que a dimensão de um país e a sua história são factores que, se não determinam, pelo menos condicionam profundamente, o tipo de distribuição do tamanho das cidades. Todavia, se considerarmos séries temporais de médio e longo prazo, referentes à regra de *rank-size* por países, o valor da inclinação do perfil está fortemente relacionado com a evolução do nível de rendimento de cada país. Neste caso específico, a história e a dimensão do país fazem parte das condições de partida não constituindo, assim, variáveis explicativas da forma de distribuição do tamanho das cidades. Tem sido igualmente constatado que qualquer que seja a distribuição das cidades num dado país ou região, após um período de intensa urbanização e/ou de crescimento económico, se regista habitualmente um crescimento das desigualdades do tamanho das cidades. Também os países onde se tem registado tendência para a desconcentração da população correspondem, na maioria dos casos, a países de elevados níveis de vida e nos quais a urbanização é já antiga.

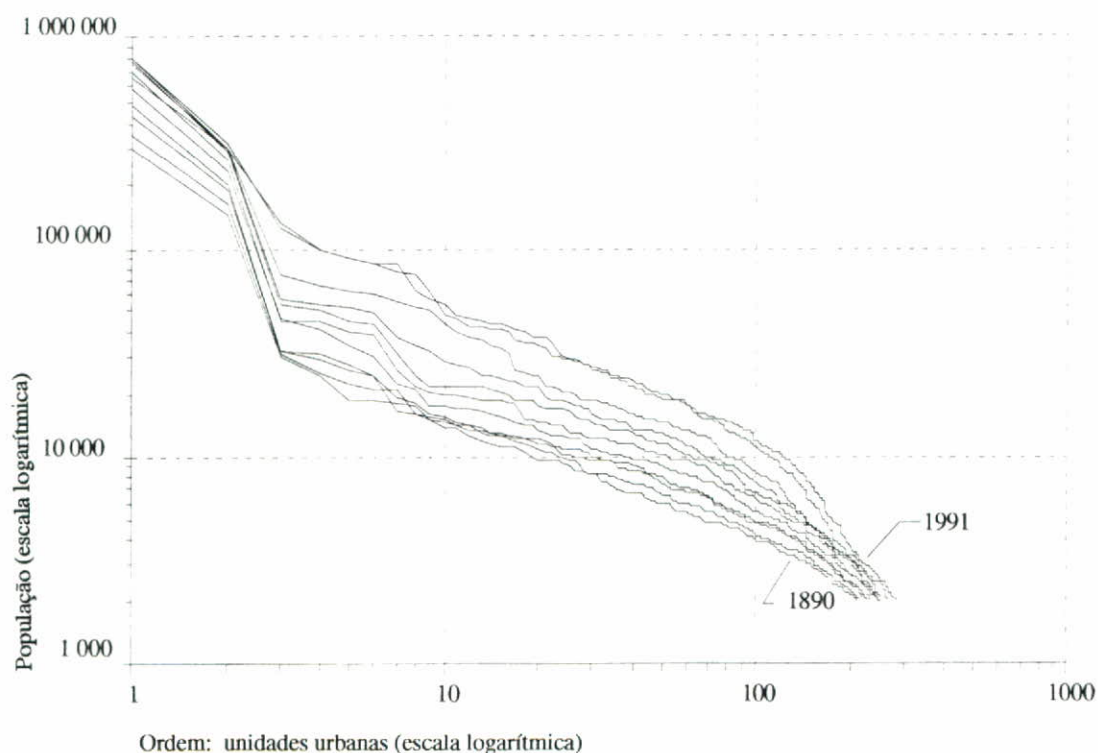
A distribuição *rank-size* tem sido objecto de grande número de críticas, que incidem fundamentalmente na insuficiência da sua fundamentação teórica. Na realidade,  $k$  só muito raramente está próximo do valor da população da maior cidade. Assim, esta regra deverá ser interpretada como um modelo generalista de carácter enunciativo. Sendo um interessantíssimo instrumento



de estudo dos sistemas urbanos, não é todavia explicativa das distribuições esperadas dos tamanhos das cidades. A regra de *rank-size* inclui-se no conjunto de instrumentos de análise e de diagnóstico de que é necessário dispor para descrever e quantificar a organização hierárquica de qualquer sistema urbano. Sendo um instrumento de análise, é em si circunscrito e limitado, todavia indispensável para a compreensão das várias componentes do crescimento urbano.

Procurando identificar as principais formas de evolução da hierarquia urbana nacional ao longo do tempo, recorreu-se à construção de um gráfico de *rank-size* onde se encontram traçadas onze curvas da hierarquia urbana — gráfico nº8—, referentes a igual número de recenseamentos, o que nos permite acompanhar a evolução ao longo de um século .

Gráfico nº 8 *Distribuição rank-size das unidades urbanas: 1890 / 1991*



Em traços gerais verifica-se que a forma, ou se preferirmos, o perfil da hierarquia urbana manteve-se relativamente constante ao longo do tempo. As cidades de Lisboa e do Porto mantêm uma dimensão cimeira e de destaque, seguindo-se imediatamente uma fortíssima diferenciação entre a segunda e a terceira unidades, esta última de dimensão demográfica muito pequena. E por fim, um amplo conjunto de pequenas unidades urbanas. É este o perfil de base que se tem mantido constante ao longo deste período de crescimento urbano, no qual podemos destacar duas realidades perfeitamente contrastadas: por um lado as cidades de Lisboa e Porto, com a sua escala de grandeza própria; por outro, a um nível substancialmente inferior e com uma outra escala de grandeza, as restantes unidades urbanas sempre muito pequenas e pouco diferenciadas demograficamente. Entre estas duas escalas não existe nenhum escalão intermédio. É igualmente de assinalar que ao longo deste vasto intervalo de tempo os sucessivos perfis hierárquicos deslocaram-se em sentido ascendente, devido ao crescimento generalizado do sistema urbano.

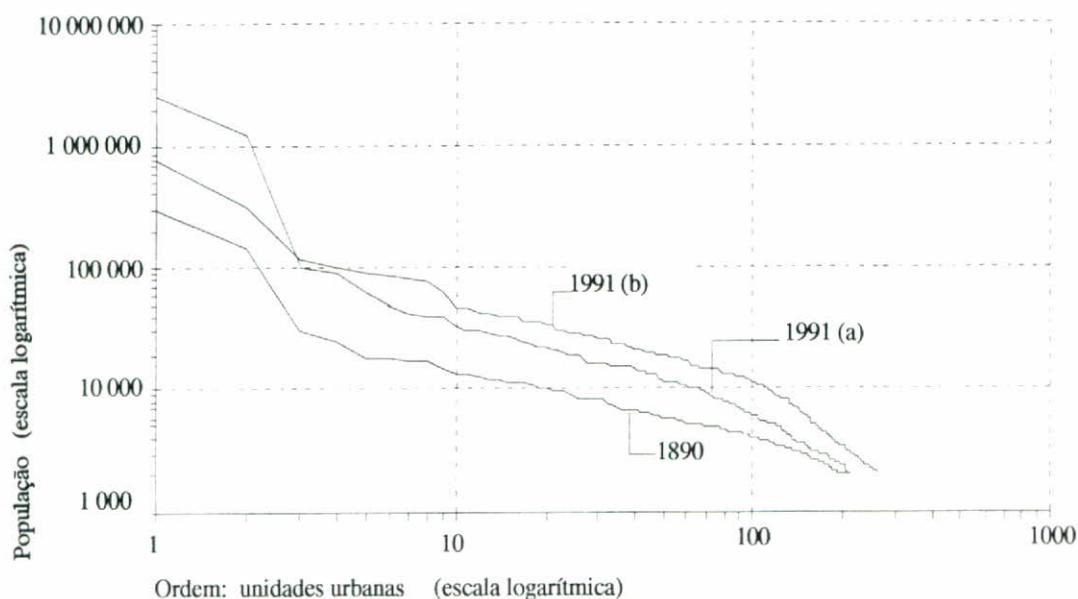
Uma leitura mais detalhada da evolução deste conjunto de perfis de hierarquia urbana, poderá levar-nos a concluir que existirá uma tendência para o esbatimento de alguns dos contrastes acima referidos, como é concretamente o caso da terceira unidade urbana nacional que tenderia a suavizar o diferencial existente em relação à segunda unidade. No entanto, se compararmos — gráfico nº 9, perfil de 1991 (a) — o perfil de 1890, onde estão representadas todas as cidades e sedes de concelho com mais de 2 000 habitantes e o perfil de 1991(b) onde se assinalam no topo da hierarquia as populações residentes nas duas grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e a população residente em cidades sedes de concelho com mais de 2 000 habitantes e centros urbanos, constatamos imediatamente que o perfil das duas curvas, passados cem anos, se mantém no essencial muito semelhante.

Parece assim poder concluir-se, basicamente, que a evolução dos perfis de hierarquia urbana registada ao longo destes cem anos decorre fundamentalmente, do aparecimento e reforço de importância das unidades urbanas em geral e em particular das cidades, sedes de concelho e centros urbanos que se localizam em elevado número nas duas Áreas



Metropolitanas.

Gráfico nº 9 *Distribuição rank-size das unidades urbanas em 1890 e 1991*



- 1890 — Inclui cidades centros urbanos e sedes de concelho com mais de 2000 habitantes.  
 1991 (a) — Inclui cidades centros urbanos e sedes de concelho localizadas nas duas Áreas Metropolitanas.  
 1991 (b) — Considera como maiores unidades urbanas as duas Áreas Metropolitanas.

A forma da hierarquia mantém-se relativamente constante, sendo esta caracterizada pela persistência da primazia da cidade de Lisboa. A primazia (*Prim*) é a expressão quantitativa da relação existente entre a maior cidade ( $P_1$ ) do sistema urbano e a soma das cinco primeiras cidades ( $\sum_{i=1}^5 P_i$ ); é assim, o peso relativo da maior cidade no conjunto das cinco maiores cidades de um determinado sistema:  $Prim = P_1 / \sum_{i=1}^5 P_i$ .

Alguns autores indicam que o índice de primazia deve considerar em alternativa o conjunto das cinquenta maiores cidades  $Prim = P_1 / \sum_{i=1}^{50} P_i$ .

Considerando o conjunto das cinco maiores cidades, os valores deste índice podem oscilar entre 20% e 100%. Se as cinco maiores cidades tiverem o

mesmo valor demográfico, a primeira cidade representará 20% da soma do conjunto das cinco cidades. Em teoria e no caso inverso, um sistema que tivesse só uma cidade (possibilidade teórica que teria alguma dificuldade em se inserir no conceito de sistema) ascenderia a 100%, visto que a soma da população das cinco maiores cidades seria igual ao valor da população da maior. Assim, quando o índice de primazia é elevado estamos em presença de um sistema macrocéfalo e quando o índice de primazia é baixo o sistema será policéfalo. Correspondendo a macrocefalia aos sistemas urbanos em que se verifica que a maior cidade detém uma dimensão excessivamente grande em comparação com as restantes cidades, concentrando-se ali grande parte da população e das actividades económicas. Mas em muitos casos não existe uma verdadeira primeira cidade, mas sim várias cidades que competem para alcançar a primazia seja ela de índole regional ou nacional. Nestes casos, o mais frequente é estarmos em presença de sistemas bicéfalos ou tricéfalos — em que duas ou três cidades de tamanho semelhante ocupam a posição cimeira da distribuição hierárquica de cidades.

No caso particular do sistema urbano nacional, a evolução da primazia da cidade de Lisboa segundo as duas fórmulas é sensivelmente igual — quadro nº 17 e gráfico nº 10.

O valor máximo é atingido em 1950, tendo vindo a partir de então a cidade de Lisboa a perder importância demográfica no conjunto das maiores unidades urbanas. Concentrando a nossa atenção no índice de primazia que toma como referencial mais alargado o conjunto das maiores cinquenta unidades urbanas, o seu valor máximo começa-se a observar dez anos mais cedo, precisamente em 1940, registando-se igualmente a partir de 1950 a redução da primazia da cidade de Lisboa. A década de 40 é, pois, a referência temporal que marca o início da actual fase de expansão do sistema urbano nacional.

No mesmo gráfico está representada uma terceira linha que expressa um outro índice de primazia que quantifica o peso da Área Metropolitana de Lisboa no conjunto das cinco maiores unidades urbanas, onde se inclui a Área Metropolitana do Porto e se excluem todas as unidades urbanas localizadas no interior das referidas Áreas Metropolitanas; foi considerada só



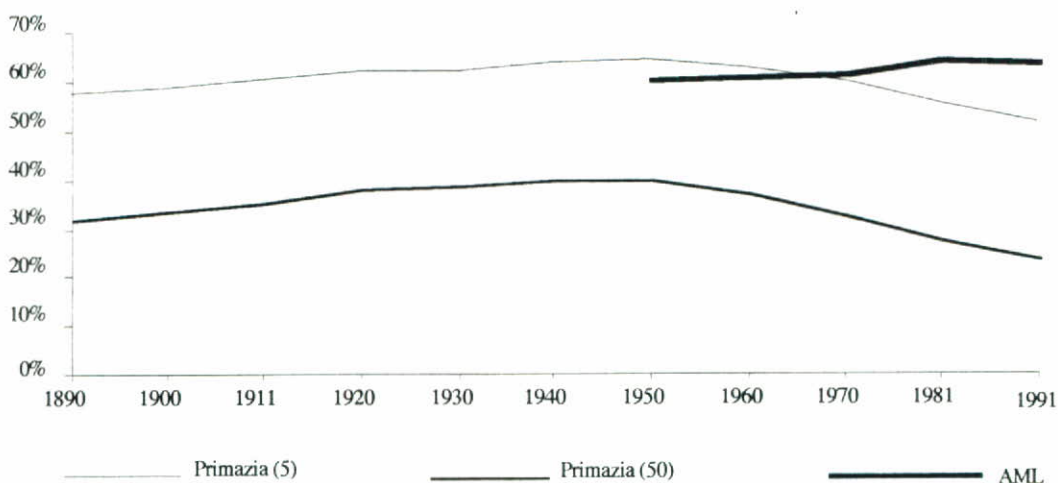
a série temporal pós 1950<sup>2</sup>. A sua evolução indica-nos que o peso da AML cresceu até 1981, correspondendo o maior crescimento ao período entre 1970 e 1981. Já no último período intercensitário, registou-se uma ligeira diminuição do seu peso, passando de 65% para 64%.

Quadro nº 17 *Índices de primazia: 1890 a 1991*

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Primazia (5)	58%	59%	60%	63%	63%	64%	65%	63%	60%	56%	52%
Primazia (50)	32%	33%	36%	38%	39%	40%	40%	37%	32%	28%	24%
AML							60%	61%	62%	65%	64%

Fonte: Ficheiro de informação UR.

Gráfico nº 10 *Índices de primazia : 1890 / 1991*



2. Nos anos cinquenta assiste-se a profundas transformações de ordem económica, demográfica e espacial em vários concelhos limítrofes da cidade de Lisboa, o que com o passar dos anos levará à consolidação de uma vasta área de feição metropolitana. Considerar que em 1950 a metropolização afectava já a totalidade dos dezoito concelhos que constituem actualmente a área metropolitana de Lisboa, será certamente excessivo; no entanto, face à necessidade de comparação intercensitária, considerou-se constante o conjunto de concelhos da AML.

Associando esta evolução à efectiva diminuição da primazia da cidade de Lisboa, poderemos ser levados a concluir que, embora esta se mantenha, tanto o seu peso como o da sua área metropolitana tenderão a diminuir, sendo esse o comportamento que já se verificou na última década, embora se torne sempre muito difícil saber com rigor se estaremos em presença de uma flutuação conjuntural ou de uma verdadeira tendência de duração mais prolongada.

O sistema urbano nacional apresenta efectivamente uma estrutura macrocéfala podendo, no entanto, considerar-se que tanto pela dimensão das cidades de Lisboa e do Porto, como das respectivas Áreas Metropolitanas e face à diminuta expressão de cidades intermédias, Lisboa e Porto são a parte cimeira — bicéfala — do sistema urbano nacional. A classificação em macrocéfalo ou bicéfalo no caso português decorre fundamentalmente da escala de análise adoptada. Assim, em termos restritos o sistema urbano apresenta uma estrutura macrocéfala, mas em termos mais alargados a sua estrutura é bastante próxima da bicéfala, ainda que a segunda maior cidade seja de facto relativamente pequena para tal. Passemos então a analisar o afastamento entre a população real de cada unidade urbana e a população esperada segundo a regra de *rank-size*.

Existem alguns sistemas urbanos em que os valores previstos segundo a regra de *rank-size* se aproximam bastante dos valores reais, mas como já anteriormente foi referido, em muitos casos a concordância dos valores é manifestamente diminuta. Tendo por objectivo a quantificação do grau de concordância entre valores reais, observáveis ( $P_o$ ) e valores estimados ( $P_e$ ), utilizámos um coeficiente simples:  $P_o/P_e$ , sendo que: quando o resultado se situa próximo de 1, a correspondência entre o real e o esperado é muito boa; quando os valores são superiores a 1, a população real é superior à esperada, e quando o valor é inferior a 1 a unidade urbana possui menos população que a esperada, segundo a regra de *rank-size*.

Aplicando este coeficiente às vinte maiores unidades urbanas nacionais, respectivamente para 1890 e 1991, constata-se que o diferencial populacional existente entre a primeira cidade e a segunda aumentou nos últimos cem anos. Em 1890 todas as unidades urbanas detêm valores de



população inferiores ao da população esperada, sendo todavia a cidade do Porto a unidade urbana com o valor mais próximo da população esperada: 0,97 — quadro nº18.

Quadro nº 18 *A regra de rang-size no sistema urbano nacional*

1890						1991 (a)					
Ordem	Unidades urbanas	Po = População observada	Pe = População esperada (rank-size)	Po/Pe	%	Unidades urbanas	Po = População observada	Pe = População esperada (rank-size)	Po/Pe	%	
1	Lisboa	300 964	300 964	1,00	0	Lisboa	663 394	663 394	1,00	0	
2	Porto	146 454	150 482	0,97	-3	Porto	302 472	331 697	0,91	-9	
3	Braga	29 947	100 321	0,30	-70	<u>Amadora</u>	129 564	221 131	0,59	-41	
4	Coimbra	24 452	75 241	0,32	-68	Coimbra	99 176	165 849	0,60	-40	
5	Loulé	18 984	60 193	0,32	-68	Braga	90 311	132 679	0,68	-32	
6	V. N. de Gaia	18 584	50 161	0,37	-63	<u>V.N. de Gaia</u>	85 553	110 566	0,77	-23	
7	Setúbal	17 891	42 995	0,42	-58	<u>Setúbal</u>	85 289	94 771	0,90	-10	
8	Covilhã	17 559	37 621	0,47	-53	Guimarães	61 451	82 924	0,74	-26	
9	Évora	15 352	33 440	0,46	-54	<u>Ag. - Cacém</u>	55 342	73 710	0,75	-25	
10	Elvas	13 654	30 096	0,45	-55	<u>Odivelas</u>	53 531	66 339	0,81	-19	
11	Guimarães	13 612	27 360	0,50	-50	<u>Barreiro</u>	47 901	60 309	0,79	-21	
12	P..de Varzim	12 403	25 080	0,49	-51	Aveiro	45 993	55 283	0,83	-17	
13	Tavira	11 746	23 151	0,51	-49	<u>Amora</u>	45 278	51 030	0,89	-11	
14	Olhão	11 469	21 497	0,53	-47	<u>Oeiras</u>	43 364	47 385	0,92	-8	
15	Aveiro	11 279	20 064	0,56	-44	<u>Queluz</u>	42 885	44 226	0,97	-3	
16	Ílhavo	11 276	18 810	0,60	-40	Évora	42 399	41 462	1,02	2	
17	Ovar	11 190	17 704	0,63	-37	<u>Rio Tinto</u>	40 907	39 023	1,05	5	
18	Portalegre	10 600	16 720	0,63	-37	Faro	39 661	36 855	1,08	8	
19	Murtosa	10 062	15 840	0,64	-36	<u>Almada</u>	38 177	34 915	1,09	9	
20	V. do Castelo	9 765	15 048	0,65	-35	Leiria	38 114	33 170	1,15	15	

Fonte: Ficheiro de informação UR

A cidade de Braga, terceira unidade urbana no ranking de 1890, regista o desfasamento mais elevado entre a população observada e a população esperada, sendo esse diferencial da ordem de -70%. Já nos finais do século passado se verificava a fraca representatividade de uma terceira unidade urbana.

Passado um século, que alterações vamos encontrar nesta relação entre população observada e população esperada? Como já foi referido, o diferencial entre as cidade de Lisboa e do Porto aumentou ligeiramente,

sendo agora de 0,91 quando há cem anos atrás era de 0,97. Mas a grande transformação que se regista numa primeira leitura é a generalizada redução do diferencial entre população observada e esperada, para 1991, que se constata em todos os níveis de hierarquia urbana, assumindo valores superiores a 1 (população observada é superior à população estimada) a partir da décima quinta posição. No seguimento desta rápida leitura poderemos ser levados a concluir que a hierarquia urbana nos últimos cem anos terá evoluído no sentido do esbatimento das suas fragilidades — unidades urbanas muito pequenas e diminuta representatividade de unidades de média dimensão —, verificando-se assim uma aproximação à regra de *rank-size* que está expressa no gráfico nº11.

No entanto, se observarmos com atenção a informação de base referente às vinte maiores unidades urbanas em 1991, reparamos que deste conjunto onze se localizam no interior das duas áreas metropolitanas — quadro nº18 dados referentes a 1991(a). Se estas unidades urbanas intra-metropolitanas forem retiradas deste ranking e as incluirmos no conjunto da população residente nas áreas metropolitanas, será que as conclusões anteriores se mantêm?

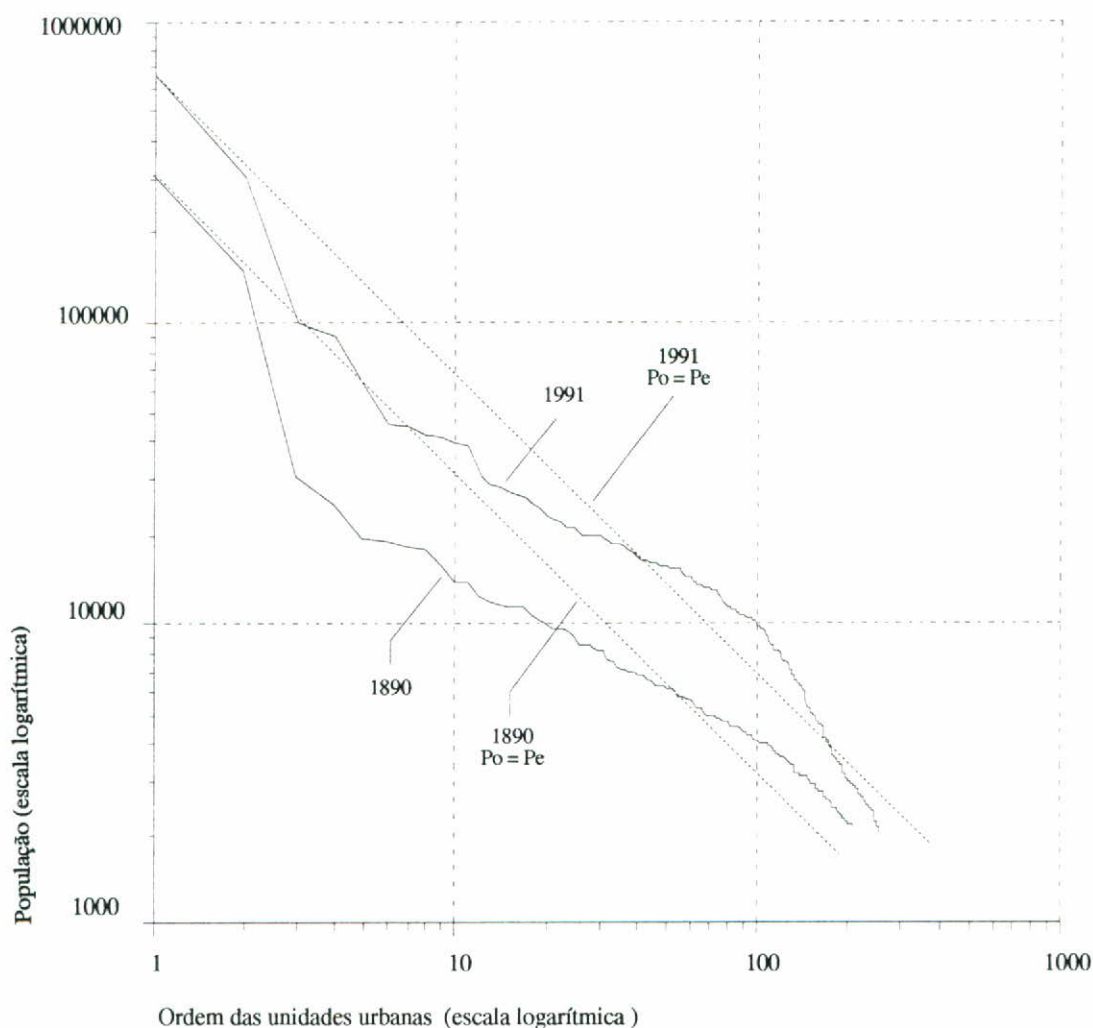
Assim, se por hipótese consideramos as duas áreas metropolitanas no topo do ranking nacional das unidades urbanas — quadro nº19 dados referentes a 1991(b) —, esta opção revela-se desajustada face à distorção que introduz, pois a estimativa da população esperada decorre do valor da maior unidade urbana. Esta, ao ser substancialmente elevada (pois estávamos a considerar toda a população residente nos 18 concelhos da área metropolitana de Lisboa), provoca uma sobrestimação da população esperada e introduz um desfasamento exagerado na relação que se estabelece entre a população real e a população estimada. Neste contexto comparativo, é inadequado incluir no mesmo ranking áreas metropolitanas, sedes de concelho, cidades e centros urbanos. Num futuro próximo, quando provavelmente existirem mais de duas áreas metropolitanas, tornar-se-á seguramente oportuno estudar a sua ordem hierárquica; presentemente, o seu estudo revela-se precoce.

Em seguida, considerou-se o ranking das maiores unidades urbanas, onde se incluem a cidade de Lisboa e do Porto e as cidades, sedes de concelho ou



centros urbanos, exteriores às duas áreas metropolitanas excluindo-se, assim, todas as unidades urbanas que se localizam no interior das duas referidas áreas metropolitanas — quadro nº19, dados referentes a 1991(c). Segundo esta forma de organização da informação, a relação entre a população observada e a esperada, embora seja sempre inferior a 1, quando comparada com os valores de 1890, regista uma ligeira evolução positiva, no sentido em que se aproximam os valores  $P_o/P_e$ . Assistimos igualmente, ao acréscimo de importância das unidades urbanas situadas entre a terceira e a sexta posições.

Gráfico nº 11 *Hierarquia urbana: 1890 e 1991*



Estas três hipóteses de organização de informação de base referente às unidades urbanas em 1991 — inclusão ou exclusão de centros urbanos, ou considerar a população das duas áreas metropolitanas no topo do ranking —, são decorrentes da natural complexidade do fenómeno urbano e ao mesmo tempo da dúvida sobre se efectivamente o perfil da hierarquia urbana nacional se estaria a aproximar da regra de rank-size no decurso dos últimos cem anos. A resposta a esta última questão não é fácil, mas a leitura dos dois últimos quadros de informação permite-nos retirar algumas ilações: por um lado, verificamos uma real diminuição do afastamento existente entre a população observada e a população estimada, mantendo-se no entanto o coeficiente Po/Pe na maior parte dos casos inferior a 1; por outro lado, as unidades urbanas que se posicionam na parte cimeira da hierarquia urbana localizam-se no quadro espacial intrametropolitano. Esta realidade urbana, contemporânea, é sinónimo de reforço do peso demográfico das duas áreas

Quadro nº 19 *A regra de rang-size no sistema urbano nacional*

1991(b)						1991(c)					
Rank	Unidades urbanas	Po =	Pe =	Po/Pe	%	Unidades urbanas	Po =	Pe =	Po/Pe	%	
		População observada	População esperada (rank-size)				População observada	População esperada (rank-size)			
1	Lisboa (AML)	2 535 669	2 535 669	1,00	0	Lisboa (cidade)	663 394	663 394	1,00	0	
2	Porto (AMP)	1 167 800	1 267 835	0,92	-8	Porto (cidade)	302 472	331 697	0,91	-9	
3	Coimbra	99 176	845 223	0,12	-88	Coimbra	99 176	221 131	0,45	-55	
4	Braga	90 311	633 917	0,14	-86	Braga	90 311	165 849	0,54	-46	
5	Guimarães	61 451	507 134	0,12	-88	Guimarães	61 451	132 679	0,46	-54	
6	Aveiro	45 993	422 612	0,11	-89	Aveiro	45 993	110 566	0,42	-58	
7	Évora	42 399	362 238	0,12	-88	Évora	42 399	94 771	0,45	-55	
8	Faro	39 661	316 959	0,13	-87	Faro	39 661	82 924	0,48	-52	
9	Leiria	38 114	281 741	0,14	-86	Leiria	38 114	73 710	0,52	-48	
10	Portimão	31 223	253 567	0,12	-88	Portimão	31 223	66 339	0,47	-53	
11	Fig. da Foz	29 132	230 515	0,13	-87	Fig. da Fo	29 132	60 309	0,48	-52	
12	Olhão	28 258	211 306	0,13	-87	Olhão	28 258	55 283	0,51	-49	
13	Cast.Branco	27 004	195 051	0,14	-86	Cast.Branco	27 004	51 030	0,53	-47	
14	Mar. Grande	26 628	181 119	0,15	-85	Mar. Grande	26 628	47 385	0,56	-44	
15	Covilhã	26 174	169 045	0,15	-85	Covilhã	26 174	44 226	0,59	-41	
16	Santarém	25 019	158 479	0,16	-84	Santarém	25 019	41 462	0,60	-40	
17	Cal. da Rainha	23 728	149 157	0,16	-84	Cal. da Rainha	23 728	39 023	0,61	-39	
18	Famalicão	22 552	140 871	0,16	-84	Famalicão	22 552	36 855	0,61	-39	
19	Beja	22 061	133 456	0,17	-83	Beja	22 061	34 915	0,63	-37	
20	Barcelos	21 908	126 783	0,17	-83	Barcelos	21 908	33 170	0,66	-34	

Fonte: Ficheiro de informação UR.



metropolitanas e das suas respectivas unidades urbanas, mantendo-se uma acentuada diferenciação entre esta realidade cimeira e metropolitana e as restantes unidades urbanas de pequena dimensão, dispersas pelo restante território nacional.

Sendo possível aprofundar consideravelmente a discussão em torno da evolução da inclinação da constante de distribuição da regra de *rank-size*, ou da forma da curva, ou dos efeitos conjuntos de auto-correlação temporal e taxas de variação, tal opção não foi seguida, pois sendo seguramente interessante a discussão teórica dos seus resultados, como é referido em quase toda a bibliografia da especialidade, é igualmente por todos reconhecido que é ínfimo o seu real valor explicativo.

É no conjunto das várias modalidades do processo de crescimento urbano, distribuído entre vários tipos de urbes no decurso do tempo, que procuraremos de seguida, encontrar mais algumas explicações para a distribuição da dimensão das cidades face à regra de *rank-size*. Tendo presente que esta regra expressa unicamente um estado num processo que é dinâmico, envolve um sistema e deve ser observado ao longo do tempo.

## 5. *O sistema urbano no território*

### *— Persistência na distribuição espacial das unidades urbanas*

A forma como se organiza o espaço é frequentemente negligenciada na descrição e interpretação dos sistemas urbanos, mas é uma das componentes principais do estudo da distribuição das cidades, da sua dimensão, do tipo de relações que se estabelecem entre si ou da forma como o sistema evolui. Sendo variado o conjunto de questões que se podem colocar neste âmbito, seleccionamos duas interrogações que se nos afiguram essenciais. Como se dispõem e se organizam as novas unidades urbanas no âmbito de uma trama urbana já existente ou, formulando a mesma questão de outra maneira, qual o comportamento do padrão de distribuição urbana de uma determinada região ou país, com a entrada de novas unidades urbanas numa fase de crescimento urbano? E em segundo lugar, que alterações terão ocorrido no padrão urbano de distribuição no decurso de um século ?

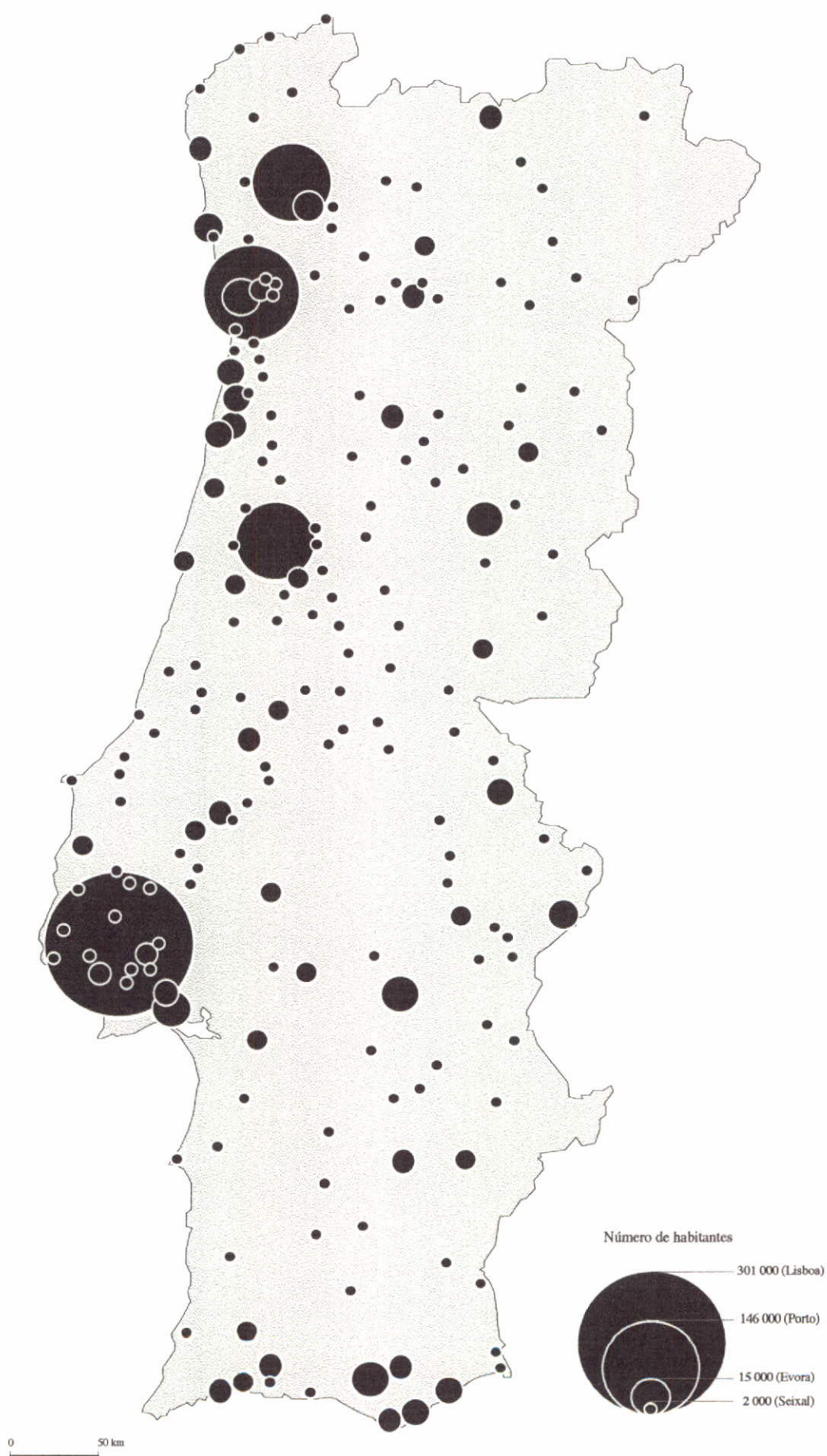
Comecemos por comparar a distribuição das unidades urbanas nacionais em 1890 e 1991 — mapas nº1 e nº2 . A observação destes mapas revela-nos que a trama urbana, embora se saiba que no decurso de cem anos tenha sido submetida a contínuas tensões, contém um evidente carácter persistente. As unidades urbanas registam na maior parte dos casos um manifesto crescimento, assistimos a um fortíssimo empolamento demográfico/urbano no interior das duas Áreas Metropolitanas, mas permanece no essencial a mesma trama urbana. Poderemos, assim, considerar que a coerência do sistema é uma constante no espaço português.

Entre 1890 e 1991 o número de unidades urbanas aumentou, passando de 210 para 279<sup>1</sup>. A observação dos dois mapas permite-nos identificar

---

1. Esta evolução seria ainda mais expressiva se tivéssemos considerado para 1890 como unidades urbanas, apenas as cidades e sedes de concelho com mais de 2500 habitantes e não 2000 habitantes, como foi considerado mais apropriado, tendo por objectivo a finalidade do presente trabalho e a operacionalidade e constância de critérios. Se considerássemos a 1ª hipótese, o número de unidades urbanas em 1890 baixaria para 175, valor que se pode considerar provavelmente mais aproximado do número plausível de aglomerados populacionais de cariz urbano.







\* Para além das sedes de concelho e cidades com mais de 2 000 hab. representaram-se também os *centros urbanos* (lugares com mais de 10 000 hab.)



parcialmente as duas componentes essenciais da evolução do sistema urbano. Por um lado, o aumento generalizado do tamanho das unidades urbanas e por outro lado, a densificação da rede urbana devido ao aparecimento de novas unidades urbanas<sup>2</sup>, embora estas se localizem na sua grande maioria na área envolvente das duas maiores cidades, como já anteriormente foi referido.

A densificação da rede urbana só é efectivamente evidente nestas duas áreas metropolitanas. No restante território nacional não se evidenciam alterações significativas no que concerne ao aparecimento de novas unidades urbanas. Sendo este facto de realçar, não se pode deixar no entanto de ter presente que ele decorre directamente do limiar populacional adoptado, que se considerou que deveria ser constante ao longo do tempo. À semelhança de outros estudos sobre sistemas urbanos, se tivessemos considerado para datas mais recuadas um limiar mais elevado, seria eventualmente evidente a densificação da rede urbana decorrente do aparecimento de maior número de novas unidades urbanas. Contudo, tendo construído um novo mapa para 1890, onde se representam só as unidades com mais de 2 500 habitantes, o resultado da sua leitura não altera substancialmente o conjunto de considerações anteriormente expresso em relação à evolução ocorrida entre 1890 e 1991.

Portugal, país do sul da Europa, só tardiamente encetou o seu desenvolvimento industrial. Enquanto país que dispõe de escassos recursos minerais e de matérias-primas, é ainda hoje medianamente industrializado. O aparecimento de novas cidades ou o espectacular desenvolvimento de determinadas urbes, induzido pelo desenvolvimento industrial e dos transportes, são fenómenos muito raros ou quase inexistentes no quadro geral urbano nacional<sup>3</sup>.

Também o longo passado colonial português não teve qualquer tido de reflexo digno de registo no sistema urbano do Continente, com a excepção

---

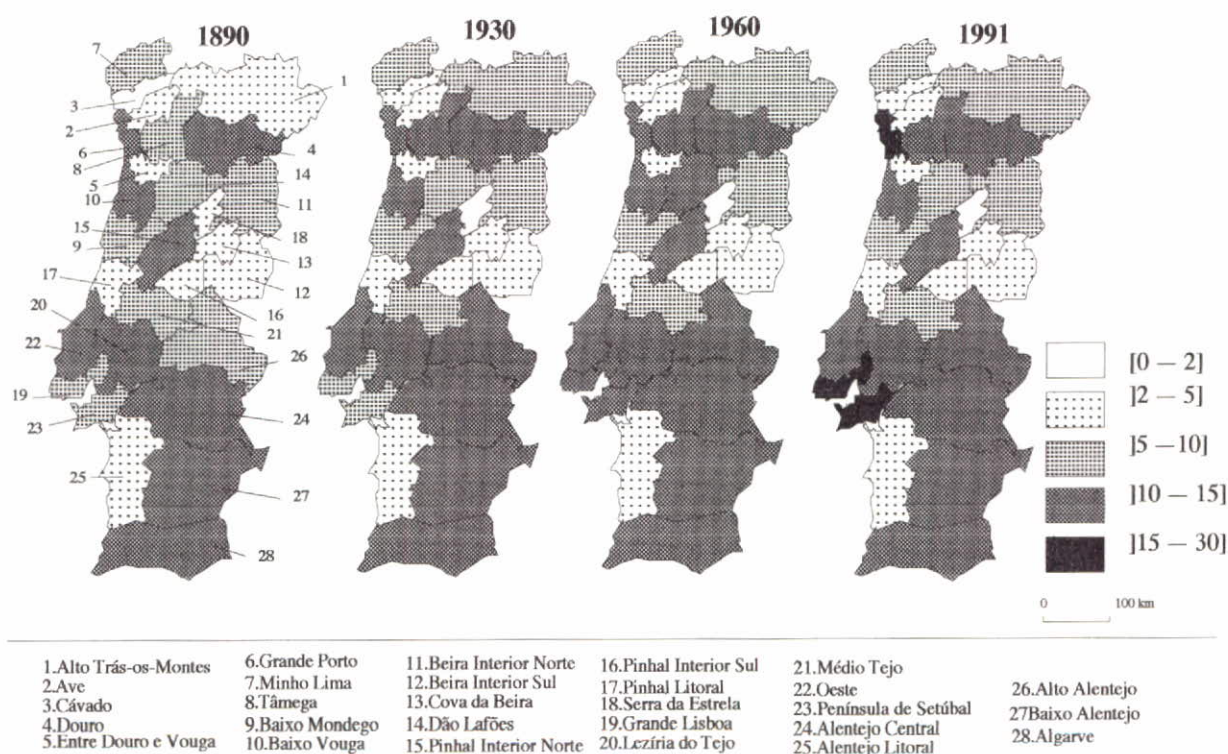
2. Mais sessenta e nove novas unidades urbanas.

3. Não existem em Portugal cidades da primeira fase da Revolução Industrial ou cidades mineiras equivalentes, de alguma forma, às que surgiram nas bacias carboníferas da Grã-Bretanha, do Ruhr e Lorena ou mais próximo de nós, nas Astúrias ou no País Basco. Embora existam no território nacional algumas cidades e vilas com cunho industrial ou ferroviário muito forte, como por exemplo: Marinha Grande, Covilhã, Barreiro e Entroncamento, é bastante difícil afirmar que exista uma verdadeira geração de cidades "filhas" da Revolução Industrial.

da capital do país, onde se encontravam sediadas a quase totalidade das actividades administrativas e económicas, que se relacionavam directamente com os territórios do Ultramar. Para além da capital, não há nenhuma cidade em particular ou conjunto de cidades que se tenha(m) desenvolvido devido a uma relação privilegiada com as ex-colónias, de âmbito industrial relacionado com a transformação de matérias-primas provenientes desses territórios ou produção de equipamentos para esses mercados. A explicação deste facto recai na tradicional apetência centralizadora do Estado português materializado na capital — Lisboa — e no reduzido desenvolvimento industrial do país que foi incapaz de aproveitar as potencialidades de tão vastos mercados.

Tendo em vista obter um melhor conhecimento da distribuição da unidades urbanas pelo território continental, foi construído o mapa da distribuição das unidades urbanas por NUT III em quatro datas distintas — mapa nº3.

Mapa nº3 *Distribuição das unidades urbanas por NUT III*





Da sua leitura confirma-se que a densificação da rede urbana se registou basicamente no Grande Porto, na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, mantendo as restantes unidades territoriais sensivelmente o mesmo número de unidades urbanas ao longo do tempo. A sul impera o povoamento concentrado, como é o caso do Alentejo Central, do Alto Alentejo<sup>4</sup> e do Baixo Alentejo, com elevado número de unidades urbanas relativamente distanciadas entre si; ou do Algarve, com uma importante rede de cidades dispostas ao longo do litoral; ou ainda da Lezíria do Tejo, com as suas unidades urbanas dispostas ao longo da importante via de comunicação fluvial que foi o rio Tejo. No norte, observa-se um comportamento mais diferenciado: por um lado, na faixa oeste-atlântica, de povoamento tradicionalmente disseminado e denso, onde se evidencia um diminuto número de unidades urbanas — regiões do Ave e do Cávado e Entre Douro e Vouga —; por outro lado, todo o Vale do Douro — região do Tâmega e do Douro — com um importante número de unidades urbanas.

Confirma-se mais uma vez a grande persistência do sistema urbano ao longo do tempo, não estando nós em presença de uma densificação generalizada a todo o território. Esta só se verifica efectivamente, nas áreas de Lisboa e Porto, mantendo-se constantes as áreas de fraca densidade urbana — Alentejo Litoral, Beira Interior Sul, Pinhal Litoral, Entre Douro e Vouga, Cávado e Ave e Serra da Estrela. A um padrão urbano já perfeitamente definido em 1890, sobrepõe-se posteriormente uma organização espacial que reforça fundamentalmente as duas grandes áreas de Lisboa e do Porto, decorrente do aparecimento de novas e importantes unidades urbanas na sua envolvente.

Ao longo do litoral atlântico, entre as áreas de Lisboa e do Porto, não se regista o aparecimento de um substancial número de novas unidades, verificando-se sim, um importante crescimento das unidades urbanas já existentes. Na faixa interior do país, sobre um fundo de unidades urbanas que essencialmente não regista grandes alterações ao longo do tempo, destaca-se um pequeno conjunto de cidades — muitas das quais antigas sedes de Província e de distrito — que têm um crescimento muito importante, como Beja, Bragança, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Fundão, Gouveia,

---








4. No Alto Alentejo não se regista propriamente este comportamento sendo mais esparso o povoamento.

Guarda e Portalegre.

### — Tipos de evolução

Tendo por objectivo identificar e classificar as diferentes trajectórias demográficas das unidades urbanas<sup>5</sup>, utilizou-se o método de tratamento gráfico e posterior agregação visual de curvas de evolução demográfica. Assim, numa primeira fase procedeu-se à construção de gráficos de evolução para cada unidade urbana. Tendo por objectivo a comparação entre todos os perfis, os eixos ( $x$  e  $y$ ) foram padronizados<sup>6</sup> e o primeiro valor demográfico, referente à data de 1890, de cada unidade urbana, corresponde a uma base de referência 100, sendo assim possível comparar graficamente a evolução entre todas as unidades urbanas. A fase seguinte correspondeu à procura de trajectórias semelhantes de evolução, tendo por objectivo final a identificação de tipos de evolução.

Assim, é possível identificar para o conjunto das unidades urbanas nacionais, sete grandes tipos de perfis de evolução, ( consultar também Anexo nº 1).

	<i>Tipo 1</i> Crescimento acentuado (sempre acima do perfil de crescimento do total da população nacional).
	<i>Tipo 2</i> Crescimento acentuado, seguido de decréscimo recente.
	<i>Tipo 3</i> Crescimento moderado (aproximadamente igual ou inferior ao crescimento do total da população nacional).
	<i>Tipo 4</i> Crescimento moderado seguido de decréscimo recente.
	<i>Tipo 5</i> Crescimento moderado até meados do século seguido de decréscimo.
	<i>Tipo 6</i> Estagnação
	<i>Tipo 7</i> Decréscimo

5. Foram só consideradas as 240 unidades urbanas que são sede de concelho e(ou) cidade e que possuíam mais de 2 000 habitantes em 1991

6. Excluem-se 22 unidades urbanas em que a taxa de crescimento ultrapassa os valores de referência máximo ou mínimo atribuído ao eixo do Y. Os gráficos destas unidades urbanas apresentam assim eixos de abcissas a escalas diferenciadas — consultar anexo nº1.



No entanto, esta agregação pode ser ainda mais resumida e depurada, chegando-se à identificação de três grandes tipos de perfis evolutivos. O primeiro, que poderemos designar de crescimento acelerado, congrega os tipos 1 e 2, um segundo tipo de perfil de crescimento moderado em que se incluem os tipos 3 e 4 e por último, o conjunto de perfis que denotam uma tendência de grande estabilidade ou mesmo de decréscimo demográfico onde se inclui os tipos 5, 6 e 7.

O perfil de crescimento acelerado corresponde a 26% das unidades urbanas, que revelam genericamente o seguinte comportamento: entre 1890 e 1920, crescimento moderado, entre 1920 e 1960 crescimento mais acelerado. Da década de 60 a 1981 registam-se dois comportamentos diferenciados: por um lado, um conjunto de unidades urbanas continuam a sua progressão ascendente com taxas de crescimento bastante elevadas; por outro lado, observa-se a existência de um segundo grupo de unidades urbanas que diminuem o seu ritmo de crescimento entre 1960 e 1970, voltando a aumentar entre 1970 e 1981.

Estas cidades e sedes de concelho acompanham a evolução geral da população total, que é particularmente afectada pela emigração portuguesa para a Europa na década de 60, registando na década seguinte um acréscimo populacional inesperado, decorrente não só do regresso de muitos milhares de portugueses dos antigos Territórios Ultramarinos, mas também do acentuado decréscimo da emigração. No último período intercensitário constatamos que na grande maioria dos casos se processou um abrandamento ou mesmo um pequeno declíneo do ritmo de crescimento das unidades urbanas, embora este comportamento seja evidente num contexto de comparação com a década anterior, criando-se a ideia de que nos últimos dez anos o ritmo de crescimento estabilizou. A esta interpretação, pode-se associar a ideia de que algumas destas unidades urbanas já entraram numa fase recente de saturação ou declíneo demográfico. É ainda provavelmente prematuro alargar a generalização desta última explicação à maioria das unidades urbanas, com excepção da cidade de Lisboa e do Porto e de eventualmente algumas unidades urbanas na periferia imediata da capital, mas nestes casos não podemos deixar de ter presente que a qualidade da informação apresenta alguns problemas decorrentes de alterações

administrativas (criação de novas freguesias) que dificultam a análise comparativa intercensitária. Inclui-se neste caso os perfis evolutivos de Almada, Loures e Odivelas.

O perfil de crescimento moderado corresponde a 28% das unidades urbanas nacionais; apresentando uma progressão ascendente, evidencia sumariamente o mesmo tipo de oscilações, ao longo do tempo, que o perfil de crescimento acelerado. A grande diferença entre estes dois tipos reside na configuração dos respectivos tipos de perfis. O perfil de crescimento moderado possui menor inclinação, genericamente inferior à inclinação do perfil de evolução do total de população nacional.

No terceiro grande tipo de perfis que designamos de grande estabilidade, incluem-se 46% das unidades urbanas. Envolve três subtipos diferentes de perfis, apresentando várias unidades urbanas algumas dificuldades de classificação<sup>7</sup>. O traço dominante destas cidades e sedes de concelho é a fraca alteração do seu carácter evolutivo ao longo de aproximadamente um século. Este traço geral é particularmente acentuado no tipo de perfil nº6. Do segundo tipo de perfil que se inclui neste grande grupo — tipo 5 — fazem parte unidades urbanas que registaram uma evolução demográfica positiva até cerca de meados do século, mas que a partir dessa data têm vindo a registar, com alguma regularidade, decréscimos de população. Correspondem estas unidades urbanas, em muitos casos, a sedes de concelho em que a actividade agrícola foi particularmente determinante até meados do século tendo, a partir de então, estabilizado ou diminuído a sua taxa de crescimento. Por último, regista-se um pequeno conjunto de unidades urbanas — tipo 7 — em que se observa uma tendência para o decréscimo da população, que se regista desde as primeiras décadas do presente século. Em traços gerais, poderemos afirmar que este último grupo expressa em termos gerais um comportamento que a ciência demográfica habitualmente designa por estagnação, sinónimo de inércia ou de falta de movimento; e é precisamente este tipo de atributos que parece afectar 46% das unidades urbanas portuguesas.

---

7. Palmela é neste contexto um dos casos mais singulares; tendo crescido rapidamente até 1920, veio a perder população até 1960 recuperando o seu anterior dinamismo populacional a partir de então. Tendo sido classificada, com algumas duvidas, no Tipo 6, não deixa todavia de apresentar uma curva de evolução relativamente atípica.



— *Tipos de unidades urbanas e distribuição espacial*

A análise da distribuição dos três grandes tipos de evolução urbano-populacional permite-nos identificar um igual número de padrões e estabelecer algumas inter-relações de conjunto.

Começando por observar a distribuição das unidades urbanas que ao longo de cem anos tiveram um crescimento rápido, mapa nº4 , verificamos fundamentalmente a existência de duas fortes nucleações que correspondem genericamente às duas grandes áreas metropolitanas respectivamente de Lisboa e do Porto.

Mapa nº 4

*Unidades urbanas: Tipo 1 e Tipo 2*



Existe, no entanto, uma diferenciação notória a nível espacial: enquanto no caso da área de Lisboa o número de unidades urbanas é menor quando comparado com o maior número de unidades existente na área do Porto, a concentração espacial das unidades urbanas em torno da capital é manifestamente maior do que a registada em torno do Porto.

As formas tradicionais de povoamento continuam a estar presentes actualmente e a participar na repartição e interpretação espacial, se bem que em contexto temporal e económico totalmente diferenciado: enquanto na região do Porto prevalecia ainda, na década de 40, segundo o professor Orlando Ribeiro, *o povoamento disperso em pequenos núcleos* e na região da capital predominavam os *lugares aglomerados com dispersão intercalar*, na actualidade a essência formal do padrão não sofreu grande alteração.

Entre estas duas nucleações que congregam elevado número de unidades urbanas de crescimento rápido, dispõe-se, ao longo da faixa litoral, um conjunto de urbes com distribuição mais esparsa, que estabelece uma determinada coesão urbana que se faz sentir em toda a faixa litoral compreendida entre o estuário do rio Sado e a foz do rio Cávado. Da observação mais detalhada se conclui que esta faixa litoral não envolve de facto unidades urbanas com uma localização costeira efectivamente de frente para o mar, à excepção de Peniche. Tomando como referência a área de Lisboa, esta faixa litoral desenvolve-se para norte segundo dois eixos: um mais litoral que inclui Torres Vedras, Peniche, Caldas da Raínha e que termina na Nazaré; um outro com uma trajectória mais interior seguindo, no troço inicial, o vale do rio Tejo e seus afluentes principais, e que inclui Santarém, Entroncamento e Tomar, e continuando após ultrapassar a serra da Lousã, com Coimbra, Mealhada e Aveiro antes de alcançar a grande concentração de unidades urbanas da região do Porto.

Para além da faixa litoral, o restante território nacional é um "deserto" onde as unidades urbanas de rápido crescimento estão praticamente ausentes. Destacam-se, no entanto, alguns casos singulares como sejam os três núcleos urbanos localizados na região de Alto Trás-os-Montes: Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela e as três sedes de distrito: Guarda, Castelo Branco

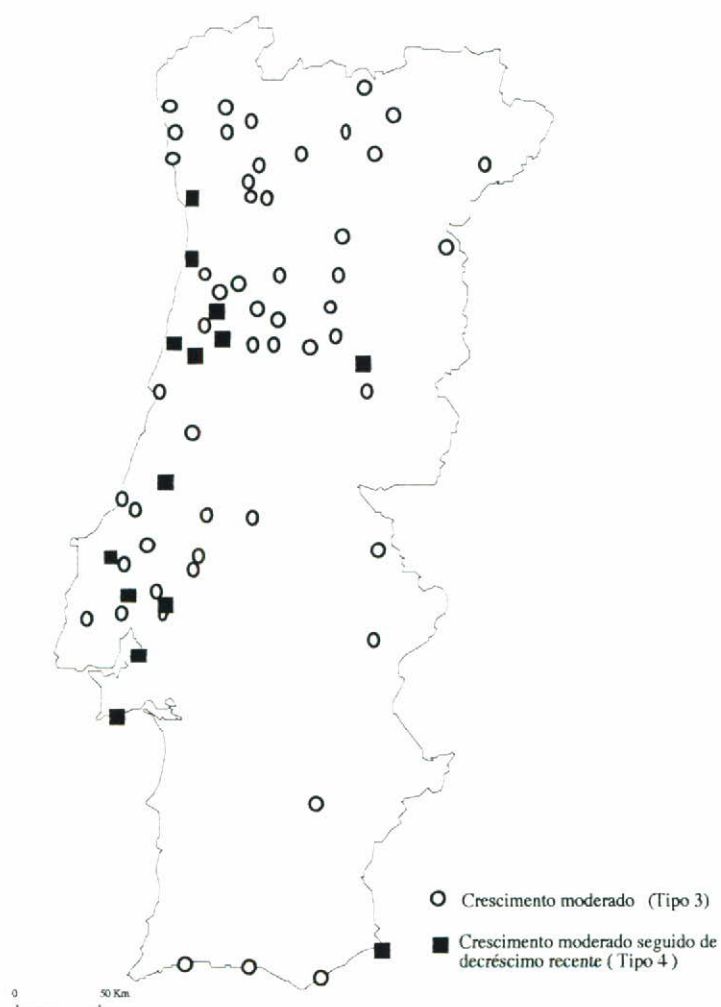


e Évora. Na faixa litoral algarvia, estão presentes as duas maiores cidades desta região: Faro e Portimão.

As unidades urbanas de crescimento moderado, mapa nº5, têm uma distribuição espacial essencialmente orientada pela fachada atlântica, desde a foz do rio Lima ao estuário do rio Sado. A norte do rio Mondego existe não só um maior número deste tipo de unidades urbanas, como a sua distribuição se processa mais para o interior. Observe-se o caso particular do conjunto de unidades urbanas que constituem o eixo Aveiro / Viseu, que nesta cidade se espraia em direcção a Moimenta da Beira, a norte, e em direcção a Seia e a Oliveira do Hospital, a sul.

Mapa nº 5

*Unidades urbanas: Tipo 3 e Tipo 4*



A complementaridade deste tipo de urbes com o tipo anterior, de crescimento rápido, decorre da sua localização, ou seja, as unidades de crescimento moderado localizam-se na sua maioria na envolvente das duas grandes concentrações de unidades urbanas de crescimento rápido: Lisboa e Porto. Repare-se, no caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo, na concentração deste tipo de unidades urbanas nas subregiões do Oeste e na Lezíria do Tejo e Médio Tejo e na Região Norte do país que, centrada em torno da cidade do Porto, está envolta por uma "nebulosa" de unidades urbanas de crescimento moderado. Este último conjunto de unidades urbanas estende-se muito para além dos limites administrativos da Região Norte, estando presente nas subregiões de Dão Lafões e Baixo Vouga, já na Região Centro.

O comportamento demográfico da cidade do Porto é relativamente singular. Sendo classificada como possuindo um perfil de evolução moderado, esta cidade é o centro de uma região que congrega um importante conjunto de unidades urbanas revelador de um crescimento demográfico rápido.

Nas restantes regiões, as unidades urbanas de crescimento moderado dispõem-se de forma intercalar, entre unidades urbanas de crescimento rápido ajudando a definir algumas pequenas redes urbanas de cariz mais ou menos regional, como é o caso do alinhamento urbano ao longo do litoral algarvio ou do alinhamento fronteiriço Mogadouro, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco.

O terceiro grande grupo de unidades urbanas que antes designámos por estagnado ou em declínio, mapa nº 6, distribui-se de norte a sul de Portugal com particular incidência no interior e no centro e sul do país.

Este comportamento geral não invalida que algumas destas unidades urbanas, fortemente afectadas por inércia urbana, se localizem em áreas onde predominam unidades urbanas que manifestam crescimento moderado ou mesmo rápido. Se desagregarmos este grande conjunto de unidades urbanas pelos diferentes tipos, 5, 6 e 7, constata-se essencialmente dois comportamentos espaciais relativamente diferenciados: por um lado, as unidades urbanas que apresentam um elevado grau de estabilidade demográfica ao longo destes últimos cem anos (tipo 6), e que se localizam na

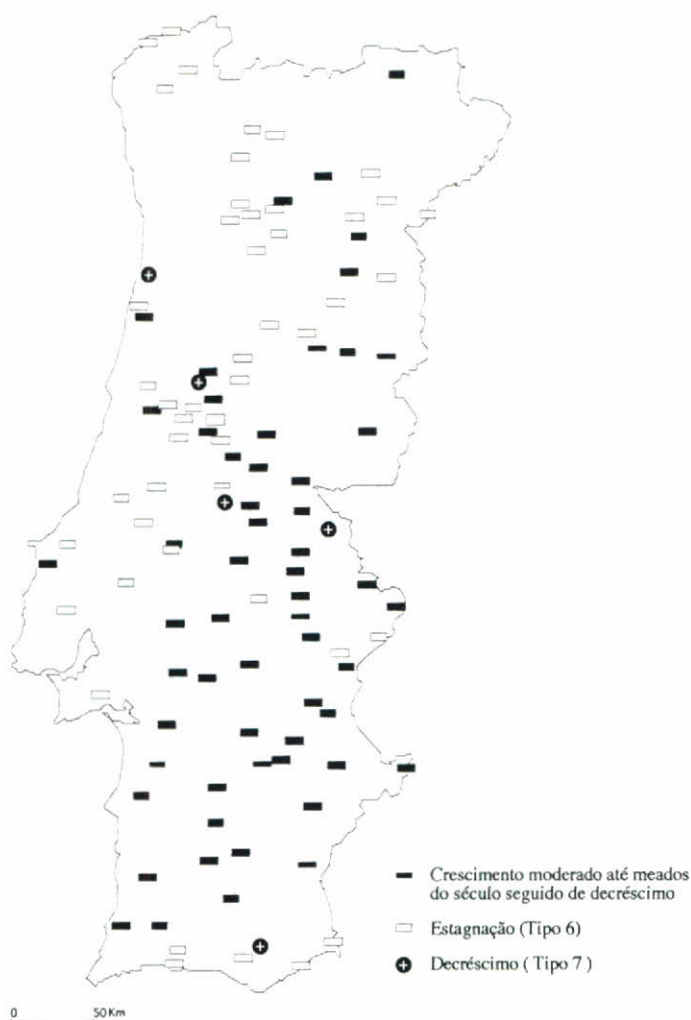


sua maioria a norte do rio Tejo e na Região do Algarve; por outro, as unidades que apresentaram um crescimento moderado até meados do presente século, mas que a partir de então têm vindo a perder população (tipo 5) e que se distribuem essencialmente pelo interior centro do país e se prolongam por todo o Alentejo.

O pequeno grupo de unidades urbanas que tem registado contínuos decréscimos populacionais (tipo 7) dispõe-se ao longo de uma diagonal que se inicia junto ao litoral na Murtosa, passa por Vila Nova de Poiares, Sardoal

Mapa nº 6

*Unidades urbanas: Tipos 5, 6 e 7*



e termina em Castelo de Vide. Estas unidades urbanas possuem uma situação muito particular que decorre da sua relativa proximidade de outras unidades urbanas que registam crescimentos rápidos e possuem dimensão demográfica substancialmente superior. Observem-se os casos de Murtosa/Aveiro, Vila Nova de Poiares/Coimbra, Sardoal/Abrantes<sup>8</sup>, Castelo de Vide/Portalegre e, por fim, na região do Algarve, São Brás de Alportel / Faro.

Após esta descrição individualizada de grandes tipos de evolução das unidades urbanas, elaborou-se o mapa de conjunto que é também de síntese — mapa nº 7. Este documento permite-nos identificar imediatamente as principais áreas do país onde predominam os grandes tipos de evolução urbana: as áreas de unidades urbanas de rápido crescimento centradas essencialmente em torno das cidades de Lisboa e Porto, sendo a área que envolve esta última de maior dimensão do que a que envolve a capital.

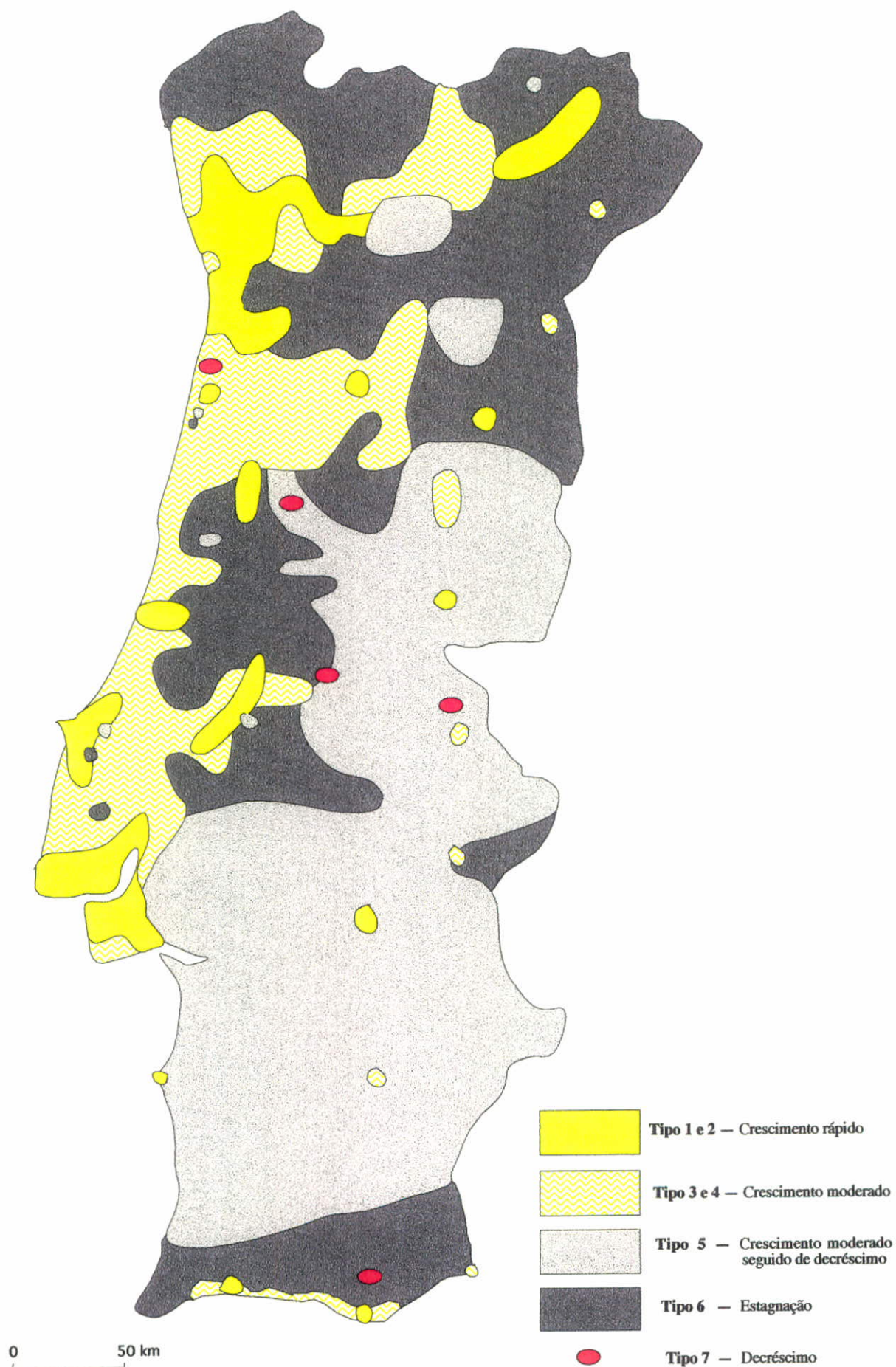
As áreas de crescimento moderado dispõem-se ao longo de toda a faixa atlântica entre Setúbal e Viana do Castelo, bem como em torno das áreas de crescimento rápido. No caso concreto da área de crescimento moderado da região portuense, verifica-se uma configuração semicircular imperfeita devido à presença de áreas muito acidentadas, como por exemplo, as serras de Montemuro e da Arada, que inibem o desenvolvimento das suas unidades urbanas. No caso de Lisboa, a área de unidades urbanas de crescimento moderado desenvolve-se apenas para norte, orientada pela faixa costeira e pela rede de antigos lugares ribeirinhos do Tejo.

Enquanto a fachada atlântica a norte de Setúbal concentra as grandes áreas de crescimento rápido e moderado, o restante território nacional é coberto por uma rede de unidades urbanas muito fragilizada. Deste contexto geral de depressão destaca-se um pequeno conjunto de dez urbes que detêm um perfil evolutivo rápido ou moderado e se dispõe de forma linear ao longo da fronteira com Espanha.

---

8. Abrantes é neste contexto uma exceção visto possuir um crescimento moderado.





O litoral algarvio apresenta comportamento idêntico ao da fachada atlântica; o restante território daquela subregião, exhibe um conjunto de sedes de concelho de perfil estagnado, o que evidencia a tradicional dicotomia que tem vindo a acentuar-se entre o litoral desenvolvido e turístico e o interior em acelerado processo de "desertificação" demográfica e muito deprimido economicamente.

Encontramo-nos assim, perante uma fachada atlântica entre Setúbal e Viana do Castelo, onde é marcante a presença e acção de um conjunto importante de urbes que ao longo do tempo teve, na sua generalidade, um comportamento demográfico ascendente e que simultaneamente concentra as maiores cidades e as duas áreas metropolitanas.

Esta faixa litoral é tendencialmente mais estreita a sul do Mondego do que a norte deste rio: a sua configuração assemelha-se a uma cunha com o vértice mais fechado na região de Lisboa. A sul desta cidade estende-se a vasta região alentejana, onde pontuam as urbes de perfil estabilizado, sendo necessário percorrer cerca de 240 Km — distância entre Setúbal e Portimão —, até voltarmos a encontrar uma nova região de cariz urbano dinâmico.

A faixa interior do país, na qual se inclui, a sul, a Serra Algarvia e o Alentejo e que se prolonga até ao Alto Trás-os-Montes, contém de modo geral unidades urbanas de perfil estabilizado e(ou) regressivo. No entanto, devemos ter presente a importância histórica, económica e cultural de um pequeno conjunto de urbes que se destacam neste contexto<sup>9</sup>, pois apresentam um perfil evolutivo de tipo rápido ou moderado, formando assim, como que a coluna dorsal da vasta região interior do país.

Uma interrogação tem acompanhado o raciocínio que temos vindo a fazer: será que existe alguma relação entre o perfil evolutivo das diferentes unidades urbanas e a sua dimensão actual, ou seja, tendencialmente as pequenas unidades urbanas têm um perfil estável e(ou) regressivo e as grandes urbes têm um perfil rápido e(ou) moderado?

---

9. Com um perfil evolutivo rápido: Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Guarda, Castelo Branco e Évora. Com um perfil moderado, Mogadouro, Figueira de Castelo Rodrigo, Covilhã, Fundão, Portalegre, Borba e Beja.



— *Tipos de evolução e dimensão das unidades urbanas*

De facto, parece existir uma relação directa entre os diferentes tipos de perfis de evolução e a dimensão das unidades urbanas. Do total de 108 unidades com um perfil de tipo estabilizado ou regressivo (tipo 5, 6 e 7), aproximadamente 93% corresponde a unidades urbanas entre os 2 000 e os 10 000 habitantes — quadro nº20. As unidades de crescimento rápido (tipos 1 e 2) têm a sua representatividade mais elevada na classe dos lugares entre 10 000 e 100 000 habitantes, 53%, mas a sua distribuição estatística processa-se com valores igualmente elevados, 44% na classe entre os 2 000 a 10 000 habitantes. As unidades que têm um crescimento moderado (tipos 3 e 4) possuem um comportamento estatístico semelhante ao tipo antecedente, ou seja, 50% dos seus efectivos distribuem-se por lugares de média dimensão e 46% pelos pequenos lugares urbanos.

Analisando a distribuição estatística das diferentes classes de dimensão dos lugares, verificamos que as classes de dimensão superiores a 10 000 habitantes apresentam um elevado valor percentual de unidades urbanas de tipo 1 e 2, enquanto nas classes de lugares mais pequenos é elevada a percentagem de unidades urbanas de tipo 5, 6 e 7.

Em síntese, podemos concluir que as unidades urbanas que tiveram uma evolução rápida, tipo 1 e 2, se distribuem por todas as classes de dimensão de unidades urbanas, sendo o seu peso relativo muito elevado nas de maiores dimensões. As pequenas unidades urbanas têm maioritariamente um comportamento evolutivo de tipo 5, 6 e 7. No entanto, assinala-se que este tipo de evolução está ausente em unidades com mais de 20 000 habitantes. As unidades urbanas de tipo 3 e 4 evidenciam um comportamento intermédio — crescimento moderado —, apresentando, contudo grandes semelhanças com o grande grupo das unidades urbanas de crescimento rápido.

Quadro nº20 *Tipos de evolução das unidades urbanas por dimensão de lugar*

Nº de unidades urbanas	2 000 / 10 000	10 000 / 100 000	>100 000	Total
Tipo 1 e 2	45	55	3	103
Tipo 3 e 4	13	14	1	28
Tipo 5, 6 e 7.	100	8	0	108
Total	158	77	4	239*

% Unidades urbanas / total	2 000 / 10 000	10 000 / 100 000	>100 000	Total
de cada tipo				
Tipo 1 e 2	43,69	53,40	2,91	100,00
Tipo 3 e 4	46,43	50,00	3,57	100,00
Tipo 5, 6 e 7.	92,59	7,41	0,00	100,00

% Unidades urbanas / total	2 000 / 10 000	10 000 / 100 000	>100 000
de cada classe			
Tipo 1 e 2	28,48	71,43	75,00
Tipo 3 e 4	8,23	18,18	25,00
Tipo 5, 6 e 7. *	63,29	10,39	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

\* Inicialmente, o valor total de unidades urbanas considerado era de 240; exclui-se nesta fase da análise a unidade urbana de Palmela devido ao seu atípico comportamento evolutivo.

Fonte: Ficheiro de informação UR

## — *Tipos de evolução e relações de proximidade interurbana*

Avançando um pouco mais na compreensão dos processos de evolução do sistema urbano nacional, procuremos encontrar resposta para as seguintes interrogações: haverá alguma regularidade de espaçamento entre os diferentes tipos de evolução, ou esta regularidade existirá só para certos



tipos? A presença de determinados perfis de evolução privilegiará tipos afins e excluirá outros?

Procurando responder a estas questões, observámos para cada unidade urbana qual o tipo de evolução urbana das cinco unidades mais próximas, e registámos qual o tipo de evolução mais frequente desse conjunto. Passamos então a dispor, para cada unidade urbana, de um *par tipo de evolução*, ou seja: o primeiro elemento é referente ao tipo de evolução da própria unidade urbana e o segundo à categoria do tipo de evolução mais representativo das cinco unidades urbanas mais próximas.

O quadro nº 21 indica-nos a frequência com que aparecem associados os pares tipo de evolução. Para marcar as diferenças de efectivos das classes, elaborou-se o quadro nº 22 que relativiza o valor dos efectivos face ao total em linha, e o quadro nº 23 que relativiza os valores em coluna. O segundo quadro "responde" para cada tipo de evolução à questão: "tem como mais próximo vizinho". O terceiro quadro "responde" à questão: "está mais próximo ou é o mais próximo vizinho de".

Entrando na interpretação da relação de proximidade, podemos constatar através dos quadros nºs 21 a 23, traços dominantes.

As unidades urbanas de crescimento rápido — tipo 1 — têm por "vizinho mais próximo" outras unidades de tipo 1 e de tipo 3, respectivamente 42.0% e 40.0% .

Concluimos assim, que estas unidades urbanas se apresentam agrupadas e na proximidade imediata de unidades urbanas de crescimento moderado — tipo 3.

As unidades urbanas de crescimento rápido, mas que registaram nas últimas décadas um decréscimo populacional — tipo 2 —, não constituem de facto um grupo com expressão espacial, ou seja, em nenhum caso observado existe uma unidade urbana deste tipo que tenha, no seu espaço envolvente, uma unidade urbana do mesmo tipo.

Refira-se também, que este comportamento não é totalmente independente do número de efectivos que é relativamente baixo, 13. Na vizinhança destas

Quadro nº 21 *Tipos de evolução e relação de proximidade*

nº	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Tipo 1	21	3	20	0	3	3	0	50
Tipo 2	10	0	2	0	1	0	0	13
Tipo 3	12	2	22	2	6	8	0	52
Tipo 4	5	1	3	3	1	1	0	14
Tipo 5	2	0	4	0	43	9	0	58
Tipo 6	2	0	16	0	16	13	0	47
Tipo 7	1	0	0	0	2	2	0	5
Total	53	6	67	5	72	36	0	239

Quadro nº 22 *Tipos de evolução e relação de proximidade em relação ao total de cada tipo ( percentagem em linha )*

%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Tipo 1	42,00	6,00	40,00	0,00	6,00	6,00	0,00	100
Tipo 2	76,92	0,00	15,38	0,00	7,69	0,00	0,00	100
Tipo 3	23,08	3,85	42,31	3,85	11,54	15,38	0,00	100
Tipo 4	35,71	7,14	21,43	21,43	7,14	7,14	0,00	100
Tipo 5	3,45	0,00	6,90	0,00	74,14	15,52	0,00	100
Tipo 6	4,25	0,00	34,04	0,00	34,04	27,66	0,00	100
Tipo 7	20,00	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00	100

Quadro nº 23 *Tipos de evolução e relação de proximidade em relação ao total de cada tipo (percentagem em coluna)*

%	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7
Tipo 1	39,62	50,00	29,85	0,00	4,17	8,33	0,00
Tipo 2	18,87	0,00	2,99	0,00	1,39	0,00	0,00
Tipo 3	22,64	33,33	32,84	40,00	8,33	22,22	0,00
Tipo 4	9,43	16,67	4,48	60,00	1,39	2,78	0,00
Tipo 5	3,77	0,00	5,97	0,00	58,72	25,00	0,00
Tipo 6	3,77	0,00	23,88	0,00	22,22	36,11	0,00
Tipo 7	1,89	0,00	0,00	0,00	2,78	5,56	0,00
Total	100	100	100	100	100	100	0



unidades urbanas encontram-se, em cerca de 77.0% dos casos, urbes de tipo 1, o que vem reforçar a ideia de que efectivamente o tipo 2 é uma variante do tipo 1.

As unidades urbanas de crescimento moderado — tipo 3 — encontram-se maioritariamente rodeadas por urbes do mesmo tipo, 42.3%, definindo espaços com um elevado grau de continuidade. É de assinalar ainda que este tipo "é o vizinho mais próximo" do tipo 1, que detém 23.1%.

O tipo 4 possui um diminuto número de efectivos — 14 unidades urbanas — e tem, por mais próximo vizinho, unidades urbanas de tipo 1 — 35.7% —, apresentando todavia, uma distribuição grupal, ao deter 60.0% dos seus efectivos como seus vizinhos mais próximos.

As unidades urbanas de tipo 5, que evidenciaram um crescimento moderado até meados do século e a partir de então registam um contínuo decréscimo populacional, têm 74.1% dos seu efectivos como mais próximos vizinhos e são simultaneamente o mais próximo vizinho de, aproximadamente, 59.7% das unidades urbanas deste tipo, o que expressa o seu elevado grau de agrupamento e prevalência intraregional.

As unidades urbanas estagnadas, de tipo 6, dispõem-se na proximidade das unidades de tipo 3 e tipo 5 com igual valor, 34.0%, do seu efectivo total. Mas são o mais próximo vizinho das suas próprias unidades — 36.1%.

As unidades de tipo 7 são o grupo mais reduzido, constituído por 5 unidades, não chegando verdadeiramente a formar um grupo com expressão espacial. Têm como mais próximo vizinho as unidades de tipo 5 e tipo 6, respectivamente com o mesmo valor percentual de 40.0%; mas devido ao carácter de distribuição das suas unidades sem carácter grupal, não chega a existir uma unidade urbana de qualquer tipo que tenha na sua envolvente duas ou mais unidades de tipo 7.

Com base na análise que temos vindo a realizar, já nos é possível deduzir um pouco mais sobre o comportamento espacial geral dos diferentes tipos de unidades urbanas. Assim, observa-se, por um lado, a existência de várias urbes em crescimento que estão rodeadas ou têm na envolvente imediata

unidades urbanas de perfil estabilizado e/ou em declínio.

Por outro lado, as unidades em declínio ou estabilizadas são de tamanho pequeno e encontram-se distribuídas entre urbes de crescimento rápido ou moderado. É de assinalar que esta perspectiva, que destaca a existência de unidades urbanas em declínio entre unidades de crescimento rápido, é diferente da perspectiva seguida em análises precedentes, em que assinalamos a existência de algumas urbes em crescimento num contexto espacial em que predominam as unidades urbanas em declínio ou estabilizadas, concretamente na região interior do país. São leituras diferentes sobre a mesma realidade, que pressupõem uma ordenação de valores analíticos diferente: na primeira leitura valorizamos a distribuição das unidades urbanas que estão em crescimento na faixa litoral e na faixa interior do país —, onde se assinala a existência de uma rede de unidades urbanas em crescimento sobre um fundo de urbes estabilizadas ou em declínio e, na segunda leitura, no caso particular da rede urbana do interior, destaca-se a existência de uma rede de urbes de rápido e moderado crescimento entre as quais se distribuem as urbes estabilizadas e(ou) estagnadas. Estas unidades em declínio, mesmo quando registam alguns movimentos de crescimento absoluto, como por exemplo os que tiveram lugar na década de 70, são movimentos demográficos menos expressivos em termos relativos e denotam menor vigor do que o conjunto das unidades urbanas do sistema.

Igualmente, é possível medir uma das propriedades da evolução espacial e simultaneamente temporal do sistema urbano nacional, ou seja, o espaço como entidade geográfica não evidencia a mesma dimensão ao longo do tempo: a trama urbana sofre profundas deformações na envolvente das grandes cidades. A contracção do binómio espaço/tempo leva a que as unidades mais importantes, tanto pelo seu dinamismo como pela sua dimensão demográfica — e que necessariamente dispõem de uma maior oferta de serviços —, tenham tendência a inibir o crescimento das pequenas unidades urbanas. Igual efeito é resultante da melhoria dos transportes e comunicações, que produz efeitos benéficos significativos nas interacções e nas trocas de mercadorias e informações que têm beneficiado o nível mais elevado da hierarquia urbana, em detrimento dos níveis inferiores, porque o tempo que as pessoas aceitam gastar nas suas deslocações parece não



registrar grande variação. Ao longo dos anos, uma mesma unidade de tempo tem possibilitado, teoricamente, percorrer distâncias cada vez maiores, aumentando assim a distância que os consumidores percorrem para concretizarem os seus actos de consumo. Neste contexto de grande mobilidade, participam cidades cada vez mais afastadas, mas que oferecem vantagens acrescidas ao nível da prestação de serviços. Perde assim alguma substância a teoria dos lugares centrais, que pressupunha que os consumidores realizassem as suas deslocações em direcção ao lugar central mais próximo, bem como não considerava que muitas das deslocações têm mais do que um objectivo e privilegiam notoriamente as maiores cidades.

## IV *Dinâmicas do sistema urbano nacional*

---

### 1. *Hierarquia e competição urbana*

A compreensão dos mecanismos de crescimento diferenciado das cidades não tem, até hoje, encontrado resposta nos modelos genéricos de crescimento urbano. Uma das formas possíveis de aprofundar o conhecimento destes processos, reside na análise das mudanças de posição das diferentes unidades nos contextos da hierarquia urbana e da organização espacial.

Analizando a(s) forma(s) através das quais se procede à repartição do crescimento urbano no quadro geral da hierarquia urbana nacional, verifica-se que, ao longo do tempo, mesmo nos casos em que o perfil da hierarquia urbana se mantém relativamente estável, a observação detalhada revela que os seus elementos, ou seja, as respectivas unidades urbanas sofreram alterações, nas posições que nela ocupam. Estas alterações decorrem essencialmente do comportamento demográfico de cada unidade urbana num determinado quadro temporal e espacial. Não devemos, no entanto, deixar de ter presente que o perfil da distribuição da dimensão das cidades é determinado pela hierarquia das unidades urbanas que se estabelece através da dimensão demográfica independente das alterações de posição das unidades, no interior da hierarquia, que ocorram ao longo do tempo. A classificação ou a ordenação de unidades urbanas, é realizada habitualmente sem identificação efectiva dessas unidades; as alterações que ocorrem no



*ranking* das unidades urbanas, não trazem repercussões directas para o perfil hierárquico, se se mantiver constante a hierarquia do tamanho das unidades.

No interior de todos os sistemas urbanos existem relações de competição entre cidades. Cada uma procura atrair mais actividades económicas e mais população, tendo por objectivo melhorar a sua posição no quadro da hierarquia urbana nacional, ou mesmo de nível supranacional. Tenha-se em conta, a título de exemplo, a competição existente ao nível das médias e grandes cidades europeias pela captação de novos investimentos e eventos.

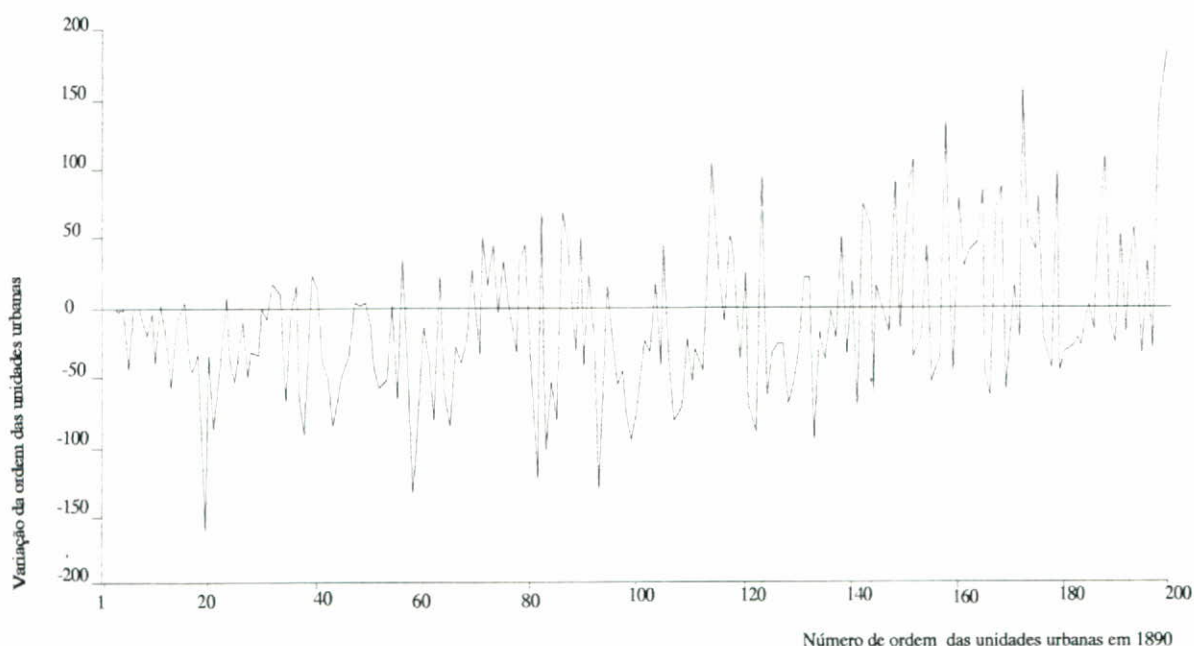
Em relação às alterações ocorridas no *ranking* das unidades urbanas nacionais, no decurso dos últimos cem anos, recorremos a um esquema gráfico muito simples e vulgarmente utilizado em estudos deste tipo, que nos mostra rapidamente quais foram as grandes alterações ocorridas no território nacional entre 1890 e 1991.

O gráfico nº12 relaciona em abcissa a ordem das unidades urbanas portuguesas em 1890 e em ordenada as variações de *ranking* ocorridas entre essa data e 1991. Para que tal fosse possível, foi necessário calcular para cada unidade urbana a sua respectiva variação, tendo sido considerados no caso de 1991, a título experimental, dois conjuntos diferentes de unidades urbanas: um primeiro que considera o mesmo conjunto de unidades urbanas existentes já em 1890 — situação representada no gráfico nº10 — e um segundo que, para além destas unidades considera igualmente centros urbanos (lugares com mais de 10 000 hab.) que não são nem cidades nem sedes de concelho. O perfil gráfico encontrado é exactamente igual, desenvolvendo-se a segunda hipótese, que considera os centros urbanos, essencialmente no segmento das variações negativas, visto considerar um maior número de unidades urbanas, mas efectivamente o perfil gráfico é igual e, sendo assim, optou-se por considerar a primeira hipótese — o mesmo conjunto de unidades urbanas tanto em 1890 como em 1991.

Observando o conjunto das variações ocorridas na posição das unidades urbanas nacionais no quadro geral da hierarquia urbana, constata-se a sua elevada e constante oscilação. Ganhos e perdas alternam sucessivamente ao longo de toda a hierarquia. A posição hierárquica das unidades urbanas é muitíssimo instável, pois estão constantemente sujeitas a variadíssimas formas

de competição. Destacam-se no entanto, as variações de posição de sentido negativo, sendo o somatório das perdas de posição da ordem dos -5518 lugares e os ganhos de 3151 lugares. Este comportamento geral decorre do natural aparecimento ao longo do tempo, de novas unidades urbanas que se têm vindo a intercalar, em termos espaciais e estatísticos, entre as unidades urbanas já existentes. Assim se compreende a grande disparidade entre o número de unidades urbanas que perdem lugares (67%) e o diminuto número de unidades ascendentes na hierarquia urbana.

Gráfico n.º 12 *Variação da ordem das unidades urbanas entre 1890 e 1991*



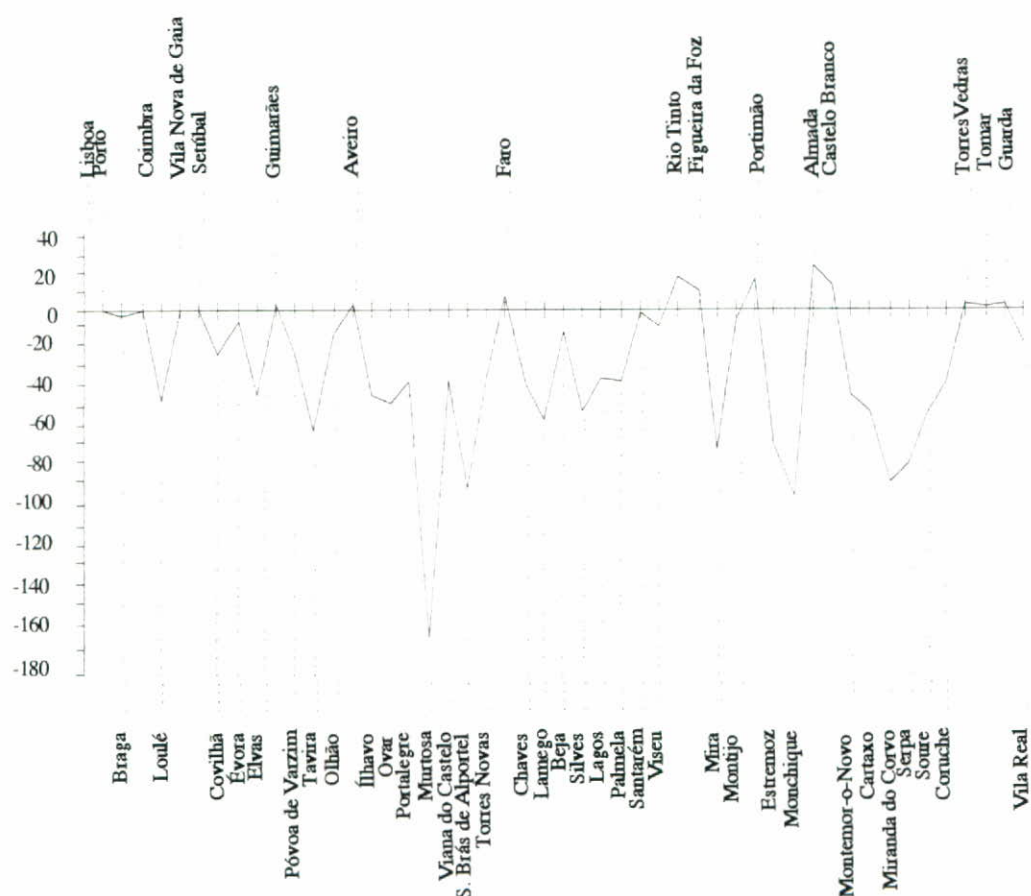
Igualmente se assinala que as amplitudes das variações têm tendência a aumentar, à medida que decresce a hierarquia urbana. As maiores unidades urbanas possuem uma posição mais estável que as médias e pequenas unidades. Assinale-se, por fim, que as unidades urbanas posicionadas para além do centésimo quadragésimo lugar apresentam, a par de um elevado perfil oscilatório, um importante número de variações de posição positivas de elevada amplitude.



No gráfico nº13 estão representadas as alterações de ordem ocorridas no conjunto das maiores unidades urbanas<sup>1</sup>. Assim, entre 1890 e 1991 as duas maiores unidades urbanas mantêm a sua posição relativa, não havendo entre elas efectiva competição, devido à existência dum diferencial populacional notório e relativamente constante.

A terceira unidade urbana em 1890, correspondia à cidade de Braga, que veio a perder dois lugares na ordem urbana, ocupando hoje a quinta posição. Actualmente, o terceiro lugar é ocupado pela cidade da Amadora. Coimbra mantém a sua já tradicional quarta posição. A cidade de Loulé, que em 1890 ocupava a quinta posição, situa-se hoje na quadragésima nona.

Gráfico nº13 *Variação de ordem entre 1890 e 1991 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1890.*



1. Esta designação, "conjunto das maiores cidades em 1890" comporta, neste caso particular, as 50 maiores unidades urbanas que possuem valores de população compreendidos entre 300 964 habitantes, em Lisboa e os 6 014 habitantes de Vila Real.

Em traços gerais, podemos afirmar que no conjunto das cinquenta maiores unidades urbanas predominam as unidades que evidenciam variação de ordem negativa (68%), sendo pouco expressivo o número de unidades que registam uma variação de ordem positiva ou estável (32%). O valor médio das alterações de ordem negativa é de 41 lugares, enquanto o valor equivalente para as alterações de ordem positiva é de 7 lugares. No entanto, esta última classe poderá ser relativamente mais expressiva se incluirmos as unidades urbanas que tiveram variações negativas de limitada expressão — variações superiores a -20: Braga, Covilhã, Évora, Beja, Santarém, Viseu, Montijo, e Vila Real.

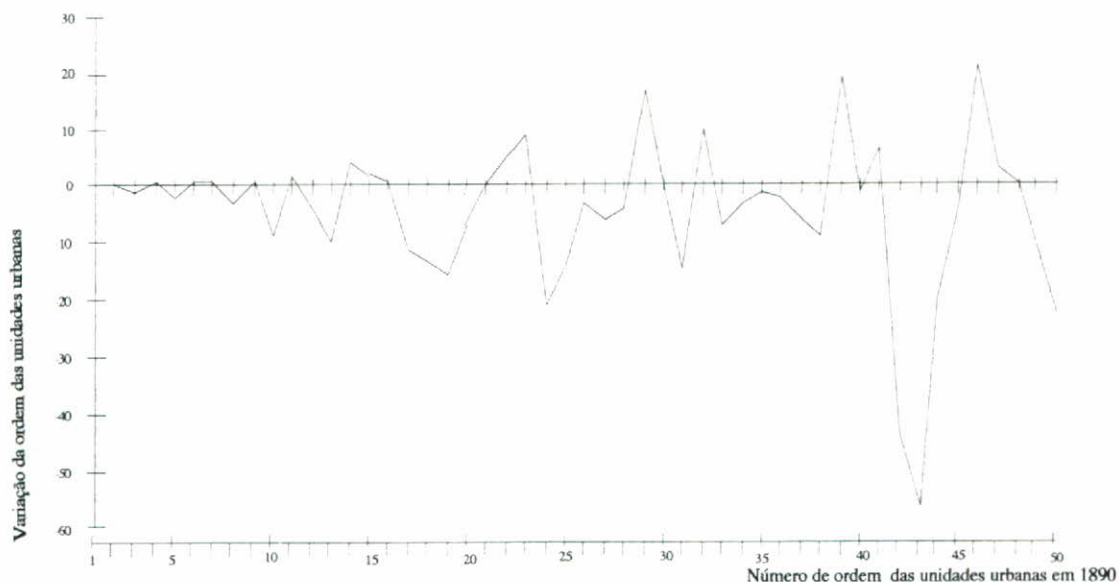
Do conjunto de unidades urbanas que registaram elevadas variações negativas, muitas detinham funções relativamente específicas no final do século passado. Estão neste caso alguns importantes lugares onde a actividade piscatória era relativamente importante: Tavira, Ílhavo, Ovar, Murtosa, Mira e Lagos. Outro subgrupo comporta unidades urbanas em que a actividade administrativa de cariz civil, religioso ou militar era relevante, como por exemplo Loulé, Elvas, Tavira, Portalegre, Chaves, Lamego e Silves. E por fim, um subgrupo residual de unidades urbanas que correspondiam no final do século passado a sedes de concelho onde predominava a actividade agrícola praticada em explorações de média e grande dimensão, nos quais era patente algum dinamismo económico e onde predominava o povoamento concentrado: Palmela, Estremoz, Monchique, Montemor-o-Novo, Cartaxo, Miranda do Corvo, Serpa, Soure e Coruche.

Mas será que a competição no seio da hierarquia urbana tem sido regular ao longo destes últimos cem anos? Procurando esclarecer esta interrogação, considerámos de seguida dois recenseamentos intermédios: 1920 e 1950. Calculou-se assim, para cada intervalo de tempo, 1890/20, 1920/50 e 1950/91, as alterações de ordem das cinquenta maiores unidades urbanas existentes no final de cada período. Na construção dos respectivos gráficos, considerou-se em abcissa a hierarquia das unidades urbanas existentes no início de cada período, tendo sido excluídas as unidades urbanas que no final do período não faziam parte das cinquenta maiores unidades urbanas.



Entre os finais do século passado e 1920 — gráfico nº14 — verifica-se que as unidades urbanas maiores registam pequenas oscilações, comportamento que é relativamente semelhante nos restantes gráficos, registando as restantes unidades urbanas para além da décima sétima posição, elevadas oscilações de posição na sua maioria de sentido negativo, embora se destaquem oito urbes por apresentarem uma variação de ordem positiva neste intervalo de trinta anos: Torres Novas(+5)<sup>2</sup>, Faro(+9), Palmela(+17), Rio Tinto(+10), Almada(+19), Montemor-o-Novo (+7), Coruche(+21) e Torres Vedras(+3). As unidades deste grupo, com excepção da cidade de Faro, localizam-se num raio de aproximadamente 100 Km em torno da cidade de Lisboa ou da cidade do Porto, ou seja, em áreas por excelência abastecedoras de produtos agrícolas dessas grandes cidades até meados do presente século. É igualmente de assinalar a notável despromoção registada por Miranda do Corvo(-57), sede de concelho vizinha da cidade de Coimbra.

Gráfico nº14 *Variação de ordem entre 1890 e 1920 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1920.*

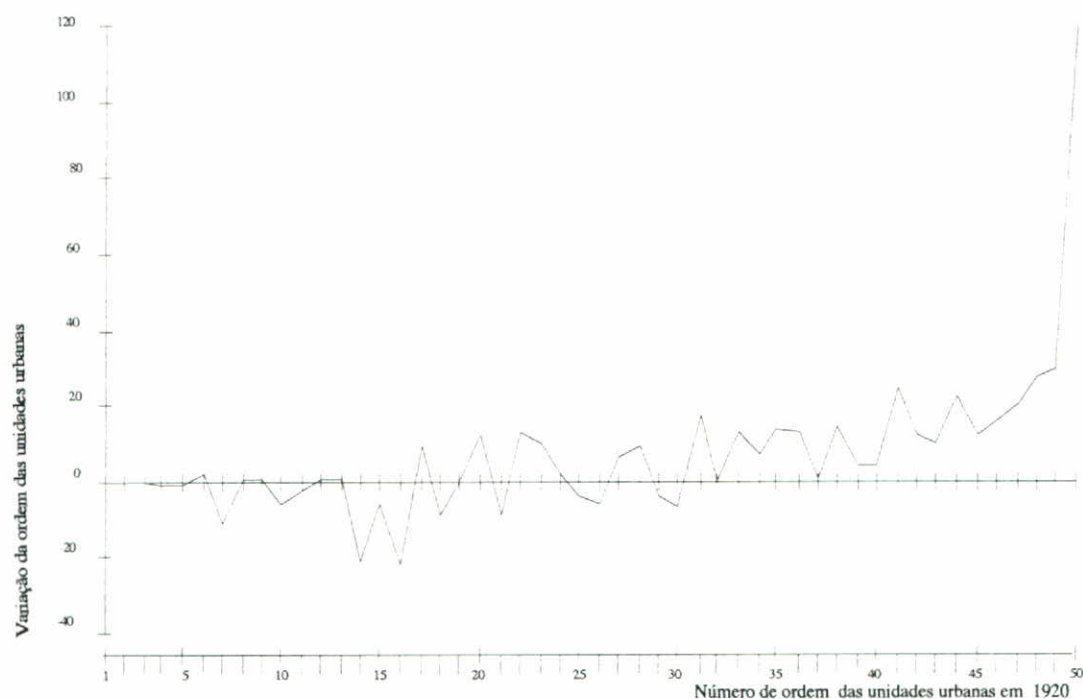


1.Lisboa;2.Porto;3.Braga;4.Coimbra;5.Loulé;6.Vila Nova de Gaia;7.Setúbal;8.Covilhã;9.Évora;10.Elvas;11.Guimarães;12.Póvoa de Varzim;13.Tavira;14.Olhão;15.Aveiro;16.Ílhavo;17.Ovar;18.Portalegre;19.Murtosa;20.Viana do Castelo;21.S. Brás de Alportel;22.Torres Novas;23.Faro;24.Chaves;25.Lamego;26.Beja;27.Silves;28.Lagos;29.Palmela;30.Santarém;31.Viseu;32.Rio Tinto;33.Figueira da Foz;34.Mira;35.Montijo;36.Portimão;37.Estremoz;38.Monchique;39.Almada;40.Castelo Branco;41.Montemor-o-Novo;42.Cartaxo;43.Miranda do Corvo;44.Serpa;45.Soure;46.Coruche;47.Torres Vedras;48.Tomar;49.Guarda;50.Vila Real

2 . O valor numérico indicado entre parêntesis refere-se à variação de posição hierárquica ocorrida em cada unidade urbana entre as duas datas consideradas.

As variações de ordem das unidades urbanas ocorridas entre 1920 e 1950 — gráfico nº 15 — manifestam um perfil substancialmente diferente do antecedente; a partir do décimo sétimo lugar, a variação de posição das unidades urbanas é predominantemente positiva, sendo de destacar a espectacular variação registada pela cidade da Amadora(+119). Neste quadro geral de menor amplitude de variação, destaca-se um pequeno conjunto de unidades urbanas que registam variações de ordem negativa mais acentuada: Loulé(-11), Olhão(-6), Ílhavo(-21), Póvoa de Varzim(-6), Torres Novas(-22), Elvas(-9), Tavira(-9), Ovar(-6), e Montemor-o Novo(-7).

Gráfico nº15 Variação de ordem entre 1920 e 1950 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1920.



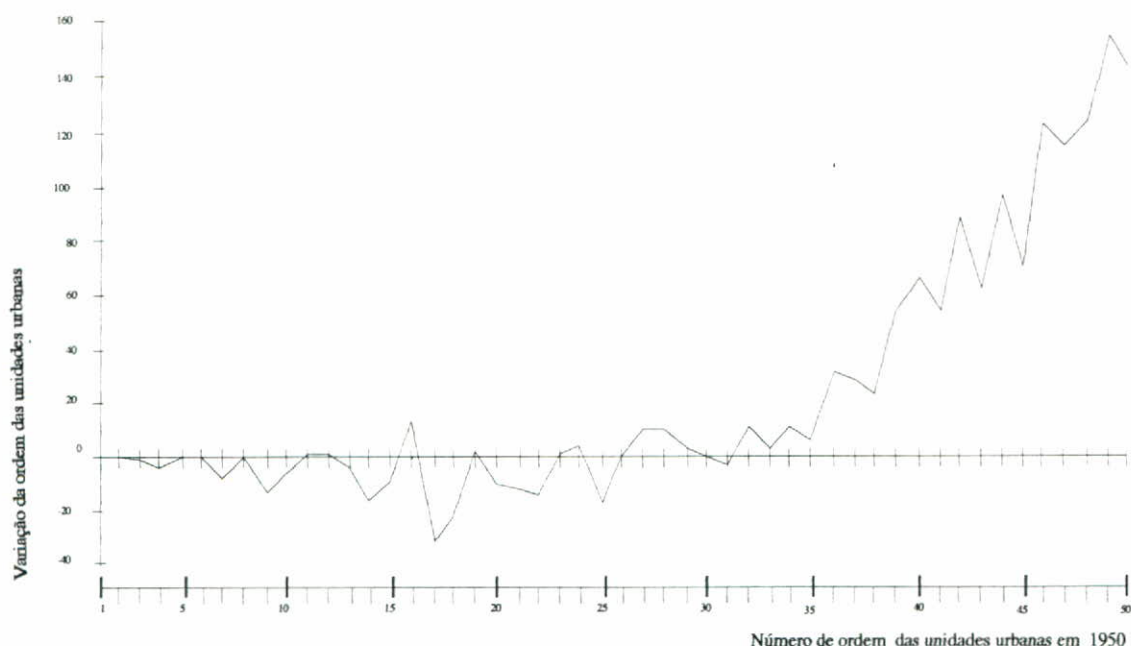
1.Lisboa; 2.Porto;3.Coimbra;4.Braga;5.Vila Nova de Gaia;6.Setúbal;7.Loulé;8.Évora;9.Guimarães;10.Olhão;11.Covilhã;12.Aveiro;13.Faro;14.Ílhavo;15.Póvoa de Varzim; 16.Torres Novas;17.Matosinhos;18.Elvas;19.Almada;20.Rio Tinto;21.Tavira;22.Barreiro;23.Coruche;24.Espinho;25.Viana do Castelo;26.Ovar;27.Beja;28.Santarém;29.Portalegre;30.Montemor-o-Novo;31.Montijo;32.Mira; 33.Portimão; 34.Figueira da Foz; 35.Castelo Branco;36.Alcaçer do Sal;37.Torres Vedras;38.Chaves;39.Viseu;40.Tomar;41.Sintra;42.Almeirim;43.Guarda;44.Marinha Grande;45.Moura;46.Serpa;47.Caldas da Rainha;48.Ponte de Sôr;49.Grândola;50.Amadora

As variações ocorridas nos últimos 40 anos — gráfico nº16 — revelam um comportamento que apresenta algumas semelhanças com o período antecedente, mas já corresponde a um estado de desenvolvimento mais



avanzado. Assim, facilmente se identifica o primeiro conjunto de unidades urbanas de grandes dimensões, o qual até à quinta posição regista pequenas oscilações, seguindo-se um segmento de unidades que se prolonga até à vigésima quinta posição, o qual regista uma maior oscilação de posições predominantemente de sentido negativo, como por exemplo Évora(-7), Matosinhos(-12), Faro(-3), Covilhã(-15), Olhão(-8), Loulé(-31), Montijo(-21), Santarém(-10), Póvoa de Varzim(-11), Beja(-13) e Sintra(-16); por fim, o conjunto de vinte e cinco unidades urbanas que registaram alterações de grande amplitude, das quais destacamos as últimas cinco que de 1950 para 1991 registaram as maiores subidas de posição: Amora (+122), Alverca do Ribatejo(+115), Seixal(+123), Famalicão(+154) e Felgueiras(+143). Todas estas unidades urbanas têm a particularidade de se localizarem ou na Área Metropolitana de Lisboa ou na do Porto.

Gráfico nº16 Variação de ordem entre 1950 e 1991 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1950.



1.Lisboa;2.Porto;3.Coimbra;4.Setúbal;5.Braga;6.Vila Nova de Gaia;7.Evora;8.Guimarães; 9.Matosinhos; 10.Rio Tinto;11.Barreiro;12.Aveiro;13.Faro;14.Covilhã;15.Olhão;16.Amadora;17.Loulé;18.Montijo;19.Almada;20.Santarém; 21.Póvoa de Varzim;22.Beja;23.Espinho;24.Portimão;25.Sintra;26.Castelo Branco;27.Figueira da Foz; 28.Marinha Grande;29.Viseu;30.Torres Vedras;31.Tomar;32.Caldas da Rainha;33.Guarda; 34.Vila do Conde;35.Vila Franca de Xira;36.Cascais;37.Gondomar;38.São João da Madeira;39.Ermesinde;40.Leiria;41.Maia;42.Odivelas;43.Barcelos;44.Oeiras;45.Loures;46.Amora; 47.Alverca do Ribatejo;48.Seixal;49.V. Nova de Famalicão;50.Felgueiras.

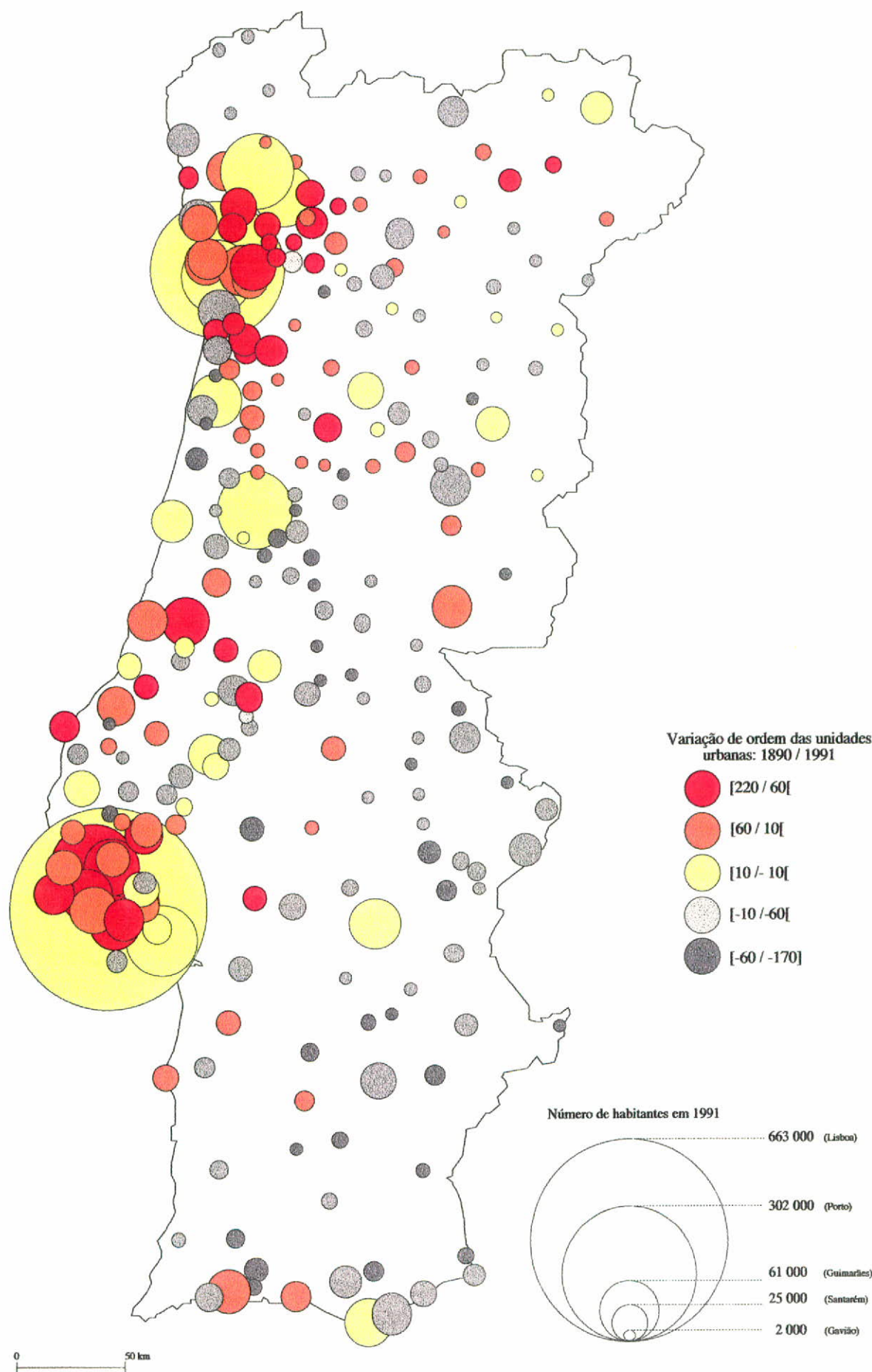
Para podermos quantificar, de uma forma mais sintética, a evolução das mudanças de ordem ocorridas ao longo do tempo, calculamos para cada um dos três períodos, as médias de mudança de ordem no conjunto das cinquenta maiores unidades urbanas. Assim, observamos que o seu valor tem vindo progressivamente a aumentar ao longo dos anos; entre 1890 e 1920 era de 8.58, entre 1920 e 1950 de 11.14 e por fim no último período, entre 1950 e 1991, atinge-se os 29.52 de valor médio de mudança de ordem. Considerando o total de cem anos, o valor médio é de 44.70. Comprova-se desta forma o acréscimo de "turbulência" no interior da hierarquia urbana ao longo do tempo, o que é um bom sinal de dinamismo do sistema urbano nacional.

Todavia, devemos ter presente que esta forma habitual de apreciar a evolução da posição das cidades no quadro geral da hierarquia urbana encerra limitações analíticas importantes. Por exemplo, atribui-se o mesmo significado tanto à passagem da primeira para a segunda posição no *ranking*, como à passagem da centésima para a centésima primeira posição. Ora, o significado do primeiro caso — passagem da primeira para a segunda posição — não é o mesmo do segundo caso; neste último, deveríamos tomar em consideração, para termos comparativos com o primeiro, não a passagem da 100<sup>a</sup> para a 101<sup>a</sup> posição, mas antes a passagem da 100<sup>a</sup> para a 200<sup>a</sup> posição ( pois o dobro de 100 é 200, tal como o dobro de 1 é 2 ).

Através do mapa nº8, procurámos conhecer os mecanismos que actuam na variação de ordem das unidades urbanas e na respectiva repartição espacial, identificando a variação de ordem ocorrida entre 1890 e 1991 em todas as unidades urbanas que tinham mais de 2 000 habitantes em 1991 e, ao mesmo tempo, estabelecer a relação com a sua actual dimensão populacional.

A primeira constatação refere-se à relação existente entre o conjunto das maiores unidades urbanas e a sua variação de ordem ocorrida durante os últimos cem anos, ou seja, as maiores unidades registaram variações fracas (de +10 a -10 posições), o que vem demonstrar que têm uma posição estável. As variações mais importantes, que compreendem ganhos de ordem entre 10 e 60 posições e entre 60 e 220 posições, registaram-se fundamentalmente em unidades urbanas que ou estão inseridas nas actuais Áreas Metropolitanas



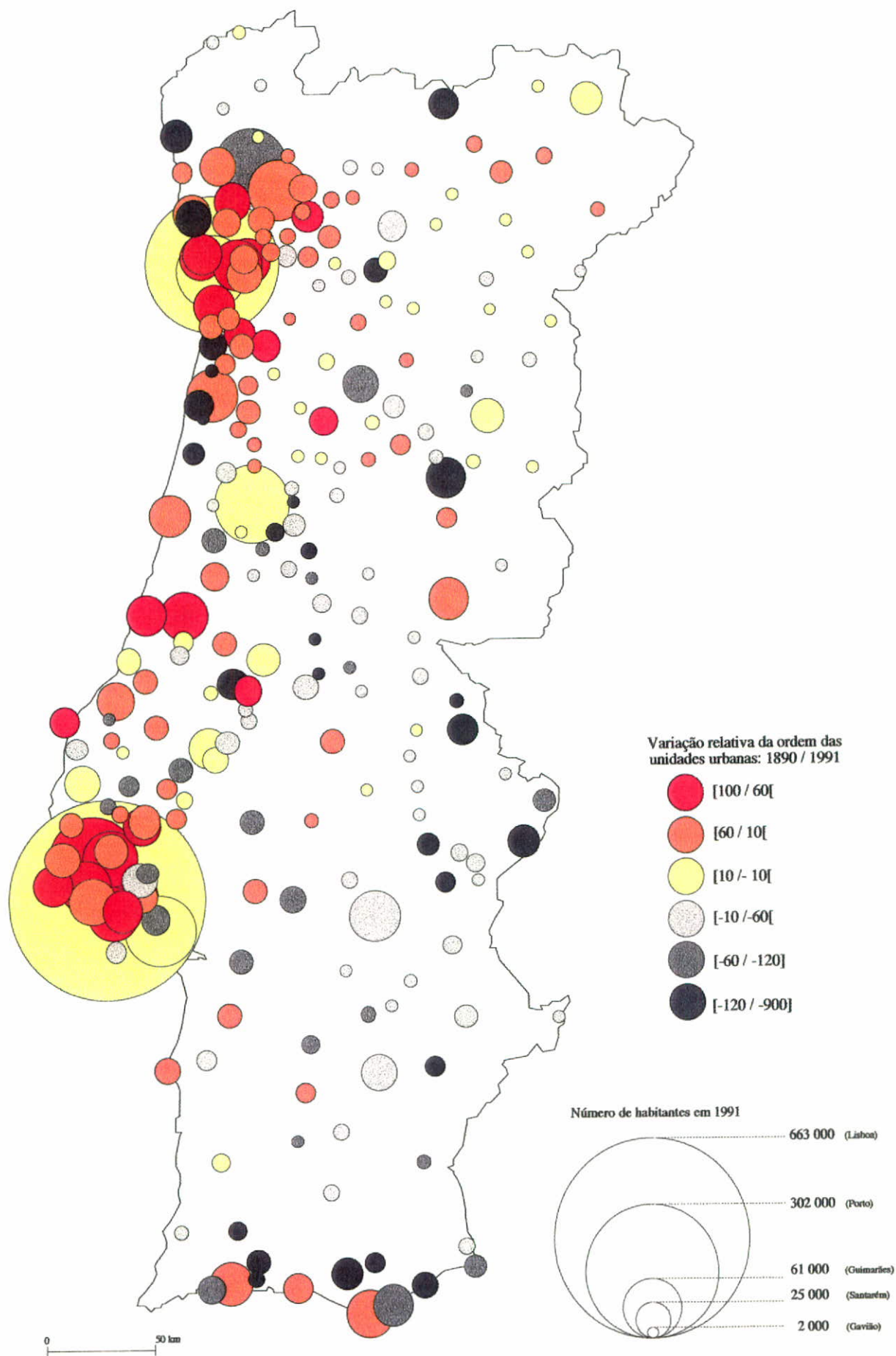


ou se situam muito próximo destas, sendo a sua dimensão populacional média relativamente variável. As unidades urbanas que registaram perdas de ordem elevadas (de -10 a -60 posições) ou muito elevadas (de -60 a -170 posições), são de maneira geral unidades urbanas de média ou pequena dimensão, localizando-se basicamente ou ao longo da faixa interior do país ou, quando se localizam no litoral ocupam espaços intersticiais entre grandes cidades ou na proximidade de algumas destas últimas, que asfixiaram o seu desenvolvimento. Tenhamos em conta, a título de exemplo, o caso das pequenas unidades urbanas em torno da cidade de Coimbra — Condeixa-a-Nova, Cantanhede, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penacova, Penela, Soure e Vila Nova de Poiares — ou os casos de Mira, Vagos, Ilhavo, Murtosa e Ovar, face ao protagonismo das cidades de Aveiro e Porto. A distribuição espacial das diferentes classes de variação de ordem das unidades urbanas confirma a existência de algum dualismo litoral / interior, observando-se um maior número de unidades urbanas que registaram variações de ordem de sentido positivo junto do litoral, enquanto no interior se regista um maior número de unidades urbanas que sofreram perdas assinaláveis de posição. Refira-se, no entanto, que este dualismo apresenta algumas excepções importantes, como seja a existência de várias unidades urbanas localizadas no litoral que perdem posição hierárquica — como já atrás foi referido — e a existência de várias unidades urbanas localizadas no interior, que ascendem na hierarquia, como é o caso de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Valpaços, Guarda, Fundão, Castelo Branco, Ponte de Sor e Aljustrel.

No sentido de conhecer melhor a evolução da posição das unidades urbanas no contexto da hierarquia urbana ensaiámos a construção do mapa nº9, onde se assinalou a evolução relativa (%) da posição hierárquica de cada unidade urbana.

O resultado obtido é, no cômputo geral, aparentemente muito semelhante ao expresso no mapa anterior. No entanto, uma observação mais cuidada revela-nos alguns aspectos bastante interessantes. Observemos por exemplo, o que ocorre no conjunto das vinte maiores unidades urbanas de 1890 — quadro nº 24. Deste conjunto, só cinco unidades urbanas — Lisboa, Porto, Coimbra, Vila Nova de Gaia e Setúbal — conservam, no decurso de





cem anos, a sua posição hierárquica, denotando uma efectiva estabilidade. As cidades de Guimarães e Aveiro são neste contexto as únicas unidades urbanas que ganham posição. As restantes treze unidades são afectadas por perdas importantes de posição que oscilam entre -56% e -880%.

Quadro nº24 *Variação de posição entre 1890 e 1991 das vinte maiores unidades urbanas*

Unidades urbanas	Ranking de 1890	Ranking de 1991	Variação(%)
Lisboa	1	1	0
Porto	2	2	0
Braga	3	5	-67
Coimbra	4	4	0
Loulé	5	49	-880
Vila Nova de Gaia	6	6	0
Setúbal	7	7	0
Covilhã	8	29	-263
Évora	9	14	-56
Elvas	10	51	-410
Guimarães	11	8	27
Póvoa de Varzim	12	33	-175
Tavira	13	72	-454
Olhão	14	24	-71
Aveiro	15	11	27
Ílhavo	16	58	-263
Ovar	17	63	-271
Portalegre	18	52	-189
Murtosa	19	181	-853
Viana do Castelo	20	54	-170

Fonte: Ficheiro de informação UR

Considerando, de seguida, o conjunto das maiores vinte unidades urbanas em 1991<sup>3</sup> — dimensão dada nos mapas nºs 8 e 9, através dos círculos proporcionais — constatamos, essencialmente a partir do último mapa, dois comportamentos diferenciados: por um lado algumas cidades importantes mostram, na envolvente próxima, a presença de pequenas unidades urbanas predominantemente em perda de posição hierárquica, como seja o caso já anteriormente citado de Coimbra ou do conjunto urbano algarvio constituído por Faro, Albufeira e Portimão, que conseguem polarizar todas as restantes unidades urbanas desta região meridional. Em relação às cidades de Lisboa e Porto e ao conjunto de unidades urbanas que as envolvem,

3. Lisboa, Porto, Amadora, Coimbra, Braga, Vila Nova de Gaia, Setúbal, Guimarães, Odivelas, Barreiro, Aveiro, Amora, Oeiras, Évora, Rio Tinto, Faro, Almada, Leiria, Ermesinde e Portimão.



evidencia-se um outro comportamento: as unidades urbanas mais próximas destas duas maiores cidades, registam espectaculares ganhos de posição, enquanto algumas unidades um pouco mais afastadas expressam comportamento de sentido contrário. Estão neste último caso, na área envolvente de Lisboa: Alcochete, Montijo, Palmela, Sesimbra e Sobral de Monte Agraço. A cidade de Setúbal, frequentemente apontada como um caso de segunda polarização na Área Metropolitana, conserva ao longo de um século a mesma posição, o que é demonstrativo da sua vitalidade e protagonismo no quadro do sistema urbano nacional, apesar de participar na dinâmica metropolitana que é encabeçada pela cidade de Lisboa.

As unidades urbanas que registam os maiores ganhos de posição, localizam-se efectivamente na envolvente das duas maiores cidades e ao longo da faixa costeira atlântica, entre as suas áreas metropolitanas. Este comportamento geral não exclui a presença no litoral de algumas unidades urbanas que expressam significativas perdas de posição; encontram-se neste caso Mira, Vagos, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo. Estes sete lugares do Centro e Norte Atlântico, relativamente importantes nos finais do século passado, inserem-se numa das áreas onde a densidade populacional é por tradição das mais elevadas do país e onde a emigração para o continente Americano e posteriormente para a Europa, teve o seu impacto mais expressivo. A importância deste conjunto de lugares até meados do presente século, prende-se com um amplo grupo de actividades económicas ligadas à pesca, à marinha mercante ou à construção naval, que mais tarde entraram em profunda decadência.

Na faixa interior prevalecem pequenas unidades urbanas em perda de posição, a par de algumas unidades estáveis. As poucas excepções concentram-se no Alto Trás-os-Montes — Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Mirandela e Mogadouro —, na região Centro — Castelo Branco, Fundão, Seia e Oliveira do Hospital — e por fim na região do Alentejo — Ponte de Sor, Mora, Vendas Novas, Grândola, Sines e Aljustrel. Estas unidades urbanas que registam ganhos de posição num contexto de perda generalizada, distribuem-se de forma isolada de norte a sul — à excepção das unidades urbanas de Alto Trás-os-Montes que apresentam alguma proximidade entre si —, são verdadeiras "ilhas" polarizadoras que emergem de

um "mar" estagnado onde o desenvolvimento económico está praticamente ausente. Não existe um factor explicativo único para o comportamento ganhador deste conjunto emergente de unidades urbanas; cada um por si e o sistema por todos, soube encontrar o(s) factor(es) que levaram à sua progressão. E os factores podem ser tão diversos como a implantação de um grande polo industrial, na década de 70, em Sines ou o desenvolvimento do comércio e da indústria agroalimentar, ligados directamente à modernização da agricultura, como será o caso de Ponte de Sor ou de Grândola.

Em síntese, e com base na interpretação deste mapa, podemos identificar dois processos intervenientes na evolução do sistema urbano nacional durante o último século. O primeiro resulta no reforço de importância das unidades urbanas localizadas ao longo do litoral entre Lisboa e Porto, destacando-se neste quadro espacial as duas grandes concentrações de unidades urbanas em torno respectivamente das duas maiores cidades. Estas unidades urbanas envolventes têm ganhos de posição superiores aos registados nas cidades de Lisboa ou Porto, que manifestam estabilidade notável e comum a grande número das maiores unidades urbanas localizadas no litoral. Ou seja, as duas maiores cidades, que comandam o desenvolvimento das respectivas áreas metropolitanas, promovem um crescimento superior ao seu, nas unidades urbanas que se localizam próximo. O interior do país apresenta um comportamento inverso, registando um elevado número de unidades urbanas em perda de posição, sendo de destacar que, com excepção das cidades de Castelo Branco, Bragança e Guarda, todas as restantes unidades urbanas de média dimensão<sup>4</sup> sofreram importantes perdas de posição. O segundo processo resulta na generalizada perda de posição que muitas unidades urbanas de pequena dimensão registam na proximidade imediata de um centro urbano importante, sendo as unidades urbanas próximas da cidade de Coimbra e a rede urbana algarvia face a Faro e Portimão, os casos mais expressivos deste segundo processo. A diferença entre estes processos, está essencialmente no impacto registado nas unidades que se localizam na vizinhança de uma grande unidade urbana: enquanto pelo primeiro processo, o "centro" arrasta no seu desenvolvimento as unidades urbanas que lhe estão mais próximas, no segundo processo é a grande cidade "centro" que inibe o desenvolvimento das que lhe estão mais próximas.

---

4. Chaves, Covilhã, Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora e Beja.



Será importante saber se existem processos equivalentes de evolução no conjunto das "cidades mais importantes". Será que o desenvolvimento destas cidades corresponde às hipóteses do modelo centro-periferia? Na análise desenvolvida considerámos as dezoito cidades sedes de distrito, e respectivas periferias. Para o efeito considerou-se, por generalização, a população restante residente no concelho<sup>5</sup>.

#### — *O exemplo das cidades sedes de distrito*

O modelo genericamente designado por centro-periferia aborda as relações que se estabelecem ao longo do tempo entre o centro e a periferia, a um nível espacial tanto intra como interurbano.

Segundo o modelo centro-periferia, as relações entre o centro e a periferia seguem a seguinte evolução temporal: numa primeira fase, observa-se a concentração da população no centro, enquanto a periferia adquire um ritmo descendente e subordinado, sendo como que uma franja marginal do espaço de assimilação passiva; na segunda fase, que decorre naturalmente da primeira, assistimos à desconcentração da população na direcção da periferia, e esta passa a incorporar-se efectivamente na área urbana, cumprindo a função predominante de área residencial do tipo "dormitório"; por fim, a última etapa regista a descentralização da população e a decorrente diminuição da mesma residente no centro da cidade, a desurbanização e a expansão do terciário para a periferia, que cada vez mais se assume como

---

5. Seria certamente mais correcto considerar diferentes níveis de periferia em função da distância ao centro de cada cidade. No entanto, face ao carácter exploratório desta parte do trabalho e à própria organização da informação de base, optou-se por considerar um único nível de periferia para cada cidade, que corresponde à restante população residente no concelho. No caso das cidades de Lisboa e Porto, devido ao facto destas ocuparem a totalidade da área dos respectivos concelhos, considerou-se como periferia a população residente nos concelhos que constituem as suas áreas metropolitanas.

centro, face à implantação de novas actividades e à acessibilidade crescente que oferece.

No sentido de avaliar, para a realidade nacional, em que fase deste processo — *polarização* do centro, *saturação* e *difusão* para a periferia — se encontram as cidades mais importantes<sup>6</sup>, bem como se esta sequência de três etapas se mantém e com que duração, começámos por representar em gráfico, para cada cidade e sua respectiva periferia, a evolução das taxas de variação intercensitária das populações nelas residentes entre 1890 e 1991 — gráfico nº17.

A observação conjunta destes gráficos, mostra que efectivamente na generalidade dos casos, ao longo dos últimos cem anos, o crescimento do centro é superior ao da periferia, o que confirma uma das hipóteses em que assenta o modelo centro-periferia. No entanto, o grau de polarização dos diferentes centros e o protagonismo das respectivas periferias, apresentam algumas diferenças notórias, facto que nos leva a agregar estas cidades em três grupos, tomando como referência os graus de polarização registados — quadro nº 25.

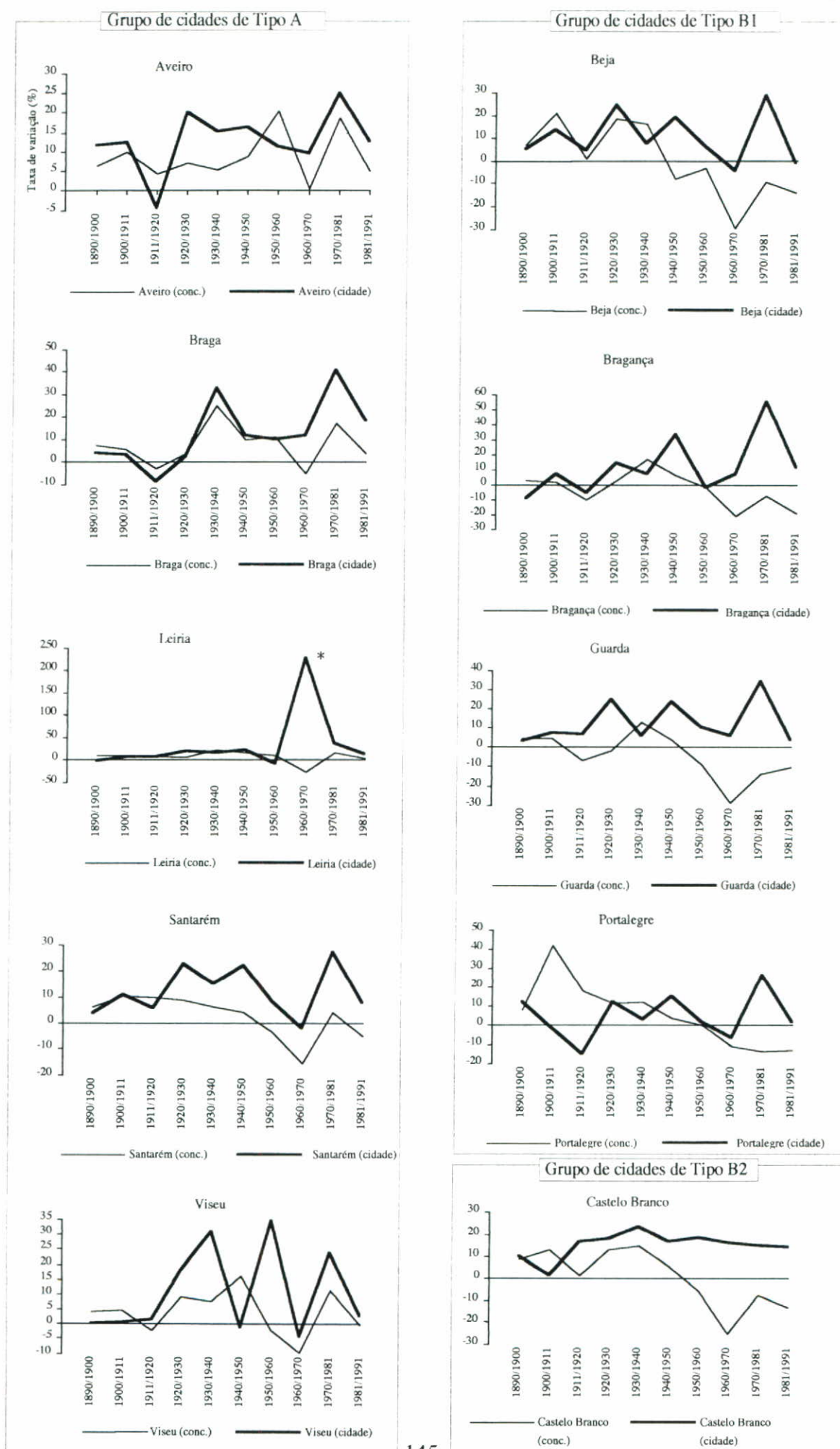
No primeiro grupo, A, incluem-se as cidades que demonstraram, ao longo do tempo, um poder de polarização quase nulo, o que significa que o ritmo de evolução do centro se distingue muito pouco do registado na periferia. No segundo grupo, B, incluem-se as cidades que registaram uma polarização fraca, grupo de cidades segmentável segundo os graus de declínio do centro ou de revitalização da periferia em B1 e B2. Por último, temos o grupo C das cidades em que a polarização exercida pelo centro é, ou foi até há poucos anos, muito elevada. Também neste grupo podemos encontrar dois subtipos evolutivos, C1 e C2, face aos diferentes comportamentos da periferia.

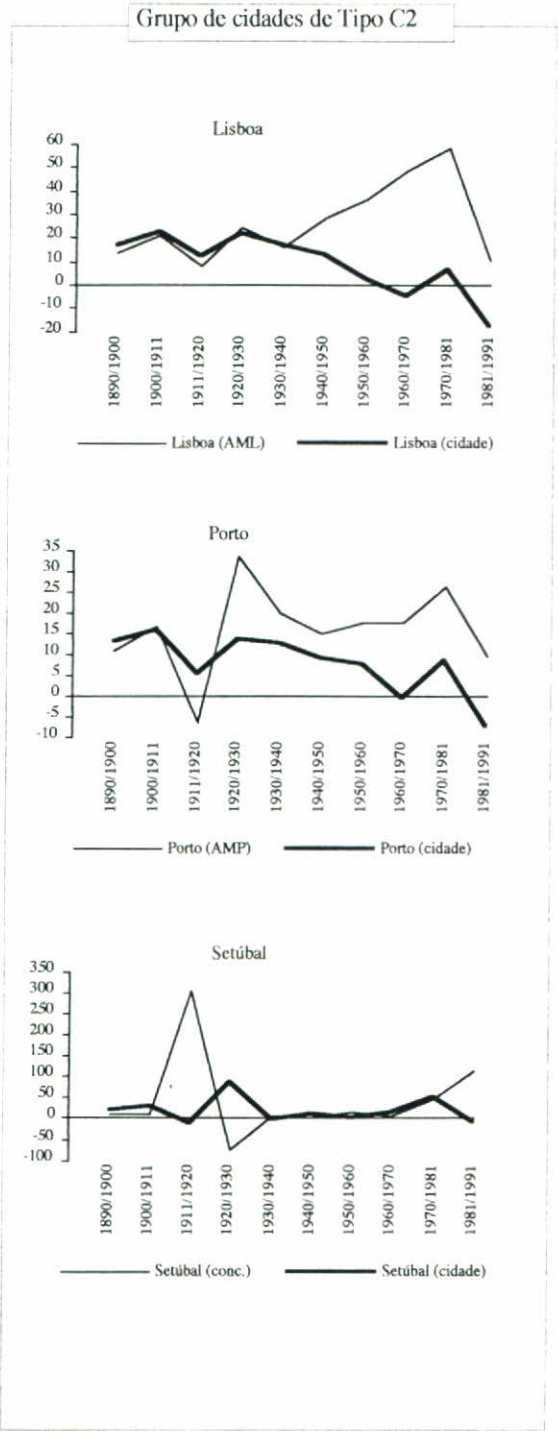
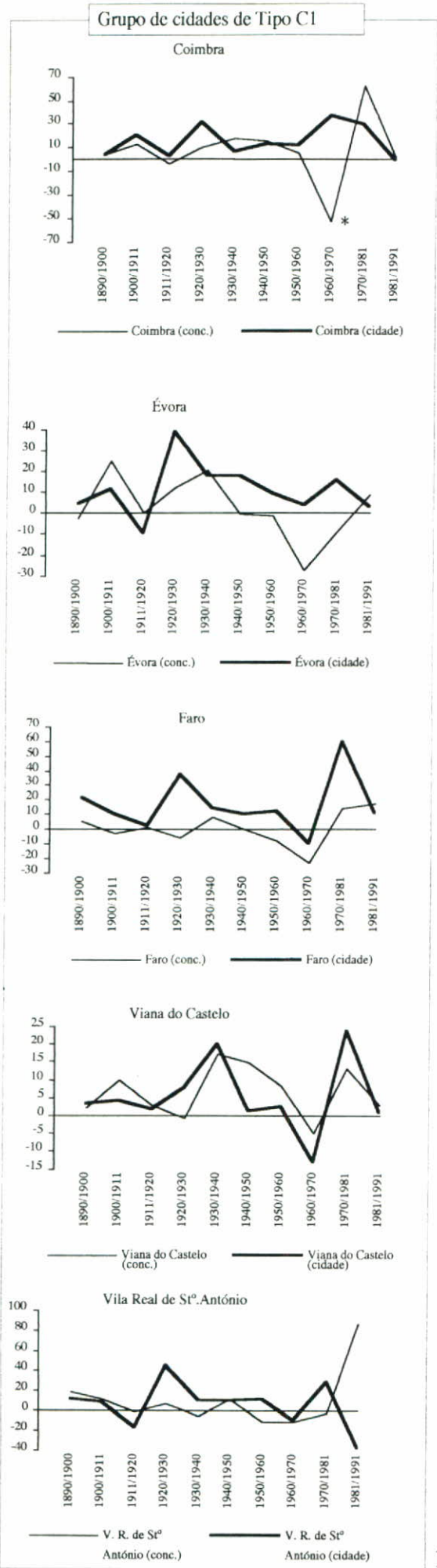
O agrupamento de cidades de Tipo A, que segundo este modelo detém um diminuto poder polarizador, visto a evolução das taxas de variação tanto da

---

6. Esta designação de cidades mais importantes é muito elementar, e remete directamente para uma critério administrativo — sede de distrito —, mas corresponde simultaneamente a algo que é difícil de quantificar: o reconhecimento colectivo que é atribuído a este conjunto de cidades. Por exemplo, Viseu com os seus 20 000 hab. é para a generalidade dos portugueses substancialmente mais importante que, por exemplo, Odivelas com 54 000 habitantes ou Rio Tinto com 40 000 habitantes.







\*Os valores referentes às cidades de Leiria e Coimbra no decénio 1960/1970 apresentam variações muito acentuadas decorrentes do acréscimo de novas freguesias que a partir de 1970 passaram a fazer parte das respectivas cidades.



Quadro nº 25 *Tipos de polarização das cidades sedes de Distrito.*

<b>Tipo</b>	<i>Sub-tipo</i>	. Cidades
<b>A</b>		. Aveiro
		. Braga
		. Leiria
		. Santarém
		. Viseu
<b>B</b>	<i>B1</i>	. Beja
		. Bragança
		. Guarda
		. Portalegre
	<i>B2</i>	. Castelo Branco
<b>C</b>	<i>C1</i>	. Coimbra
		. Évora
		. Faro
		. V. Castelo
		. V.R.Stº António
	<i>C2</i>	. Lisboa
		. Porto
		. Setúbal

cidade-centro como da periferia ser relativamente semelhante, corresponde, no caso português, a cidades que se situam na faixa litoral em regiões de elevada densidade e onde o povoamento tradicional é disperso (Aveiro, Braga, Viseu), ou aglomerado em lugares com dispersão intercalar (Leiria e Santarém). O facto de estas cidades evidenciarem um poder insignificante de polarização face às suas respectivas periferias, não corresponde, no caso nacional, a cidades em decadência ou que ainda se encontrem porventura numa fase embrionária de desenvolvimento económico. A explicação é o inverso do que se poderia esperar segundo este modelo: estas cidades integram-se num importante conjunto situado na faixa urbana mais dinâmica em termos demográficos e económicos e consegue evoluir, ao longo deste período de tempo, em estreita sintonia entre centro e periferia, mantendo esta,

em várias situações, muitos dos traços tradicionais de cariz rural, ao mesmo tempo que se integra na dinâmica urbana das respectivas cidades.

O segundo grupo de cidades, Tipo B — Beja, Bragança, Castelo Branco, Guarda e Portalegre — evidencia um comportamento evolutivo que poderemos referenciar como de polarização mediana. Estas cidades registam desde há algumas décadas taxas de evolução populacional relativamente diferenciadas e superiores às da sua periferia, que se tem vindo a retrain. Encontram-se actualmente numa fase de polarização, antecedida por uma outra em que não existia diferenciação evidente entre a taxa de evolução da cidade e a da sua periferia; deste grupo de cidades, localizadas na sua totalidade na faixa interior, destaca-se Castelo Branco — subgrupo B2 — por manter desde a década de 20 uma taxa de evolução superior à da sua periferia, e por esta ter registado, a partir da década de 60, taxas de variação sempre negativas.

O último grupo de cidades, Tipo C — Évora, Faro, Coimbra, Lisboa, Porto, Setúbal, V. Castelo e V.R. de Stº António — atingiu já a fase de saturação do centro e encontra-se actualmente na fase de redistribuição, ou seja, o ritmo de evolução da periferia é superior ao que se verifica na cidade. Neste conjunto de oito cidades, podemos identificar dois subgrupos que correspondem a estádios de evolução diferentes: no primeiro, o subgrupo C1, que inclui Évora, Faro, Coimbra, V. Castelo e V.R. de Stº António, constatamos que a periferia começa a registar taxas de evolução da população superiores às do centro que tem progressivamente vindo a diminuir a sua taxa de evolução populacional e mesmo, em alguns casos, a sua população efectiva<sup>7</sup>. Esta fase actual de redistribuição demográfica, simultaneamente económica e funcional, é particularmente recente neste subgrupo, tendo tido início na última década, 1981-91. O subgrupo C2 distingue-se do anterior essencialmente por ter iniciado a fase de redistribuição muito mais cedo: por volta dos anos 40. Fazem parte deste grupo as cidades de Lisboa e Porto e eventualmente a cidade de Setúbal, embora neste último caso subsistam algumas dúvidas decorrentes da ténue diferenciação entre a evolução da população da periferia e a do centro, até à

---

7.. Cite-se a título de exemplo, o caso da cidade de Vila Real de Sto. António que em 1981 possuía 13 018 habitantes e dez anos mais tarde apenas 8 182 habitantes.



penúltima década. Só a partir desse momento se regista a perda efectiva de população no centro e a continuação da concentração da população na periferia, não se observando uma fase explícita de polarização. A cidade de Setúbal, devido ao facto de se localizar no interior da área metropolitana de Lisboa, não se enquadra facilmente neste modelo que aborda as relações centro-periferia, pois tanto a própria cidade como a sua periferia constituem parte integrante da referida área metropolitana.

As duas maiores cidades apresentam um comportamento de desconcentração da população para a periferia, desde os anos trinta na cidade de Porto e desde 1940 em Lisboa. A evolução da população, tanto nestas cidades como nas suas periferias apresenta igualmente algumas diferenças: enquanto na periferia de Lisboa se observa um crescimento particularmente acentuado entre 1940 e 1981, na periferia do Porto as taxas de evolução da população, embora se mantenham elevadas até à penúltima década, não apresentam uma variação tão acentuada como no caso de Lisboa e, como acabou de ser referido, a "descolagem" deu-se mais cedo, na década de 20/30.

Na última década, 1981-91, o comportamento evolutivo é semelhante nas duas áreas urbanas: tanto a periferia como o centro reduzem substancialmente as suas taxas de evolução, observando-se a perda efectiva de população nas duas cidades: Lisboa perde 115 000 habitantes e o Porto 24 000. A perda real de população nas duas maiores cidades já tinha ocorrido na década de 1960-70 mas, à data, a população da periferia apresentava um ritmo de crescimento elevado; a particularidade da última década, 1981-91, incide no facto de a perda de população da cidade ocorrer em simultâneo com o decréscimo da taxa de evolução da população residente na periferia, o que poderia sugerir que as duas grandes áreas urbanas portuguesas, Lisboa e Porto, estariam já a iniciar uma fase nova subsequente à desconcentração ou de descentralização absoluta e consequente declínio<sup>8</sup>. Contudo, esta hipótese parece-nos prematura e carente de investigação mais aprofundada, ou de distanciamento temporal que hoje ainda não temos, embora pareçam existir indícios de que algo se

---

8. Declínio urbano, uma das etapas de desenvolvimento urbano segundo os trabalhos de Hall e Hay (1980), Van Den Berg et al. (1982), R. Barras (1987) e L.S. Villa (1987)

tem vindo a alterar no quadro espacial destas áreas urbanas, pois o decréscimo efectivo da população residente, registado no decénio de 60-70 nestas cidades, provavelmente ter-se-ia repetido na década seguinte se não fosse a redução da emigração e o retorno de população residente no Ultramar. Estas circunstâncias produziram uma inflexão positiva das taxas de variação, que poderemos adjectivar de anormal ou de muito pouco previsível no início dos anos 70. O crescimento das taxas de variação da população ocorrido entre 1970 e 1981, não se circunscreve a Lisboa e Porto, registou-se igualmente em todas as restantes cidades e suas respectivas periferias.

Podemos assinalar outras duas décadas em que se verifica um comportamento demográfico invulgar, sentido em grande número de cidades: entre 1911 e 1920 a população residente diminui em nove<sup>9</sup> das dezoito cidades; semelhante comportamento repete-se entre 1960 e 1970 em equivalente número<sup>10</sup> de cidades. O primeiro período corresponde a uma situação em que a taxa de variação da população nacional é particularmente baixa (1.47%<sup>11</sup>), enquanto no segundo se verifica pela primeira vez, uma redução efectiva da população total (-2.04%), redução que se manifesta também à escala urbana.

Esta inflexão da população total é consequência fundamentalmente do forte êxodo emigratório que se fez sentir nestas duas décadas<sup>12</sup>, associado no período de 1911/20 a uma elevada taxa de mortalidade ( febre pneumónica ) e no segundo — 1960/70—ao início da descida da taxa de natalidade. O fenómeno emigratório atravessa toda a sociedade e todo o território nacional e faz-se sentir fortemente nas cidades, mesmo nas mais importantes. A emigração em Portugal, concretamente a da década de 60, com destino à Europa industrializada e desenvolvida, não recruta mão-de-obra apenas no meio rural — ideia que esteve sempre muito generalizada —, mas envolve também população urbana que passou a procurar trabalho e outras oportunidades de formação, reconhecimento social, ou liberdade política,

9. Cidades que diminuem de população entre 1911 e 1920: Aveiro, Braga, Bragança, Évora, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal e V.R.Sto. António.

10. Cidades que diminuem de população entre 1960 e 1970: Beja, Faro, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, V. Castelo, V.R.Sto. António e Viseu.

11. Taxa de Variação Intercensitária.

12. Entre 1911 e 1920 emigraram 305 000 portugueses (valor equivalente à população que actualmente reside na cidade do Porto)



além fronteiras .

Assim, do conjunto das dezoito cidades estudadas, sedes de distrito, só um pequeno número de entre elas<sup>13</sup> parece não se integrar claramente dentro de, pelo menos, uma das várias fases ou etapas de desenvolvimento do modelo centro-periferia. Não existe, assim, uma justaposição perfeita entre o modelo e a evolução destas cidades portuguesas. Todavia, se em teoria as diferentes três fases são indissociáveis, no desenvolvimento real das cidades e das suas periferias elas podem ocorrer independentemente umas das outras. Dentro dos diversos processos de crescimento urbano, é possível identificar fases de polarização ou de saturação que não são seguidas de qualquer fase de redistribuição para a periferia, ou crescimento de periferias não antecedido por qualquer fase de saturação ou de crescimento do centro.

---

13. Essencialmente a cidade de Setúbal.

## 2. *Padrões de distribuição espacial do crescimento urbano*

A análise que temos vindo a fazer da competição entre unidades urbanas no interior da hierarquia urbana, permitiu-nos abordar já alguns aspectos da distribuição espacial do crescimento urbano. As mudanças de posição consideradas podem ser vistas como um processo de quantificação do mesmo crescimento. São mudanças de posição hierárquica que decorrem directamente da taxa de variação da população da própria unidade urbana e, simultaneamente, da variação da população registada nas respectivas unidades e que, em termos de dimensão, lhe estão mais próximas na escala hierárquica. Assim, é indispensável analisar a distribuição espacial das taxas de variação da população nas unidades urbanas, o que permitirá conhecer a distribuição no interior da rede urbana dos diferentes comportamentos de crescimento e ao mesmo tempo identificar a existência de dinâmicas regionais. Este desenvolvimento permite ainda avaliar o modo como, ao longo do tempo, se alterou o padrão das taxas de variação.

Tendo presente este conjunto de intenções, representámos para diferentes períodos de tempo — mapas nº10 a nº14 — a taxa de crescimento médio anual (TCMA) das unidades urbanas que no final de cada intervalo de tempo detinham 2 000 ou mais habitantes. As taxas de crescimento foram agregadas em taxas superiores ou inferiores à média, distinguindo-se graficamente a sua intensidade pela dimensão de um *círculo branco*, nos casos em que a TCMA é inferior ou igual à média, ou de um *círculo negro*, nos casos em que a TCMA é superior ou igual à média. Os intervalos das classes correspondem ao valor do desvio padrão calculado para cada intervalo de tempo. Com base nesta agregação de valores, poderemos designar de *declínio relativo* as unidades urbanas que apresentam uma taxa

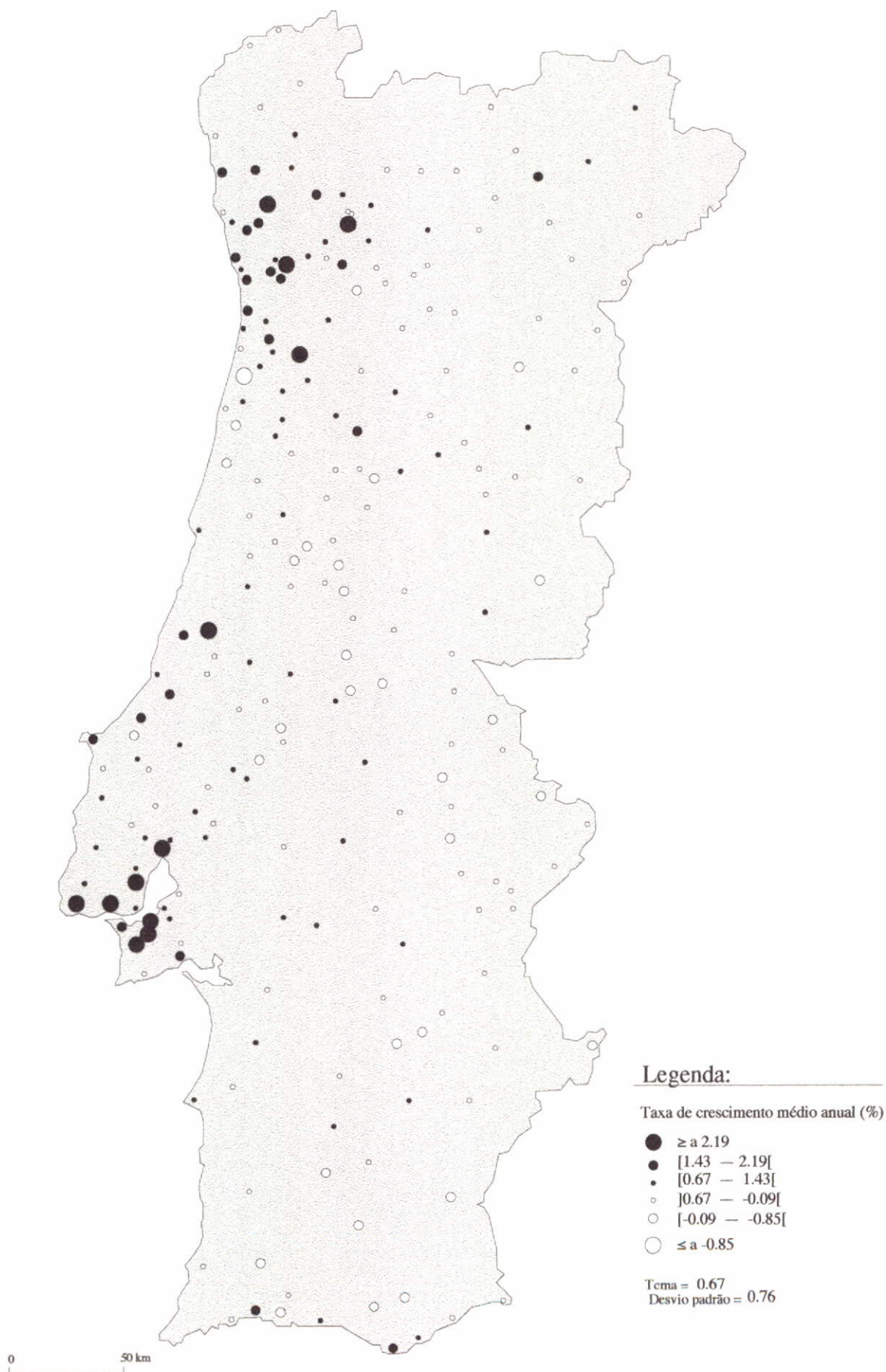


de crescimento inferior à média do conjunto e de *declínio absoluto* as unidades urbanas com taxa de crescimento negativa.

Começando pelo mapa de conjunto, 1890/1991 — mapa nº10—, considerámos 236<sup>1</sup> unidades urbanas das quais 143, ou seja, 60.6% conhecem um efectivo declínio. Destas, 44 registam um declínio absoluto e 99 um declínio relativo. As restantes unidades, que correspondem a 39,4%, apresentam um comportamento positivo. Pela interpretação destes valores conclui-se, em primeiro lugar, que há uma grande diferença entre o número de unidades urbanas que, neste intervalo de tempo, apresentam uma taxa de crescimento inferior à média do conjunto de unidades urbanas nacionais e as que crescem acima da referida média.

Em termos espaciais a distribuição é bastante contrastada: por um lado, destacam-se as duas grandes áreas de Lisboa e do Porto, onde se concentra grande número de unidades urbanas com taxas de crescimento médio anual elevadas e, por outro, o restante território, onde predominam unidades urbanas que evoluíram com taxas de crescimento abaixo do valor médio nacional. Não conseguimos afirmar se estamos em presença de uma clara oposição espacial litoral/interior, pois está patente, na leitura do mapa, a existência de importantes excepções que comprometem a generalização. O caso mais expressivo observa-se no litoral da Região Centro onde, entre Esmoriz e a Figueira da Foz, um número importante de unidades urbanas — Ovar (0.23%), Murtosa (-1.17), Ilhavo (0.30), Vagos (-0.63) e Mira (0.08) — registam taxas de crescimento médio anual inferiores à média do conjunto nacional. Também no interior do país, onde predominam as unidades urbanas em declínio, emergem algumas importantes "nucleações" de que se destacam as unidades urbanas com taxas de crescimento superior à média nacional; estão neste caso, em Alto Trás-os-Montes, Bragança (1.01%), Macedo de Cavaleiros (1.37) e Mirandela (2.12). Na Região Centro, Guarda (1.14), Seia (0.89), Oliveira do Hospital (0.82), Fundão (0.92) e Castelo Branco (1.39). No Alentejo, Ponte de Sôr (1.08), Mora (0.94), Vendas Novas (1.35), Grândola (1.11), Sines (1.14), Évora (1.01), Beja (0.96) e Aljustrel (0.67), e por fim no Algarve, Portimão (1.50), Albufeira (1.14) Faro (1.44) e Olhão (0.90).

1. Inclui as sedes de concelho e as cidades com mais de 2 000 habitantes em 1991. Não foram considerados os *centros urbanos*, lugares com mais de 10 000 habitantes, nem a Amadora e o Entroncamento, por não existir informação referente a 1890.





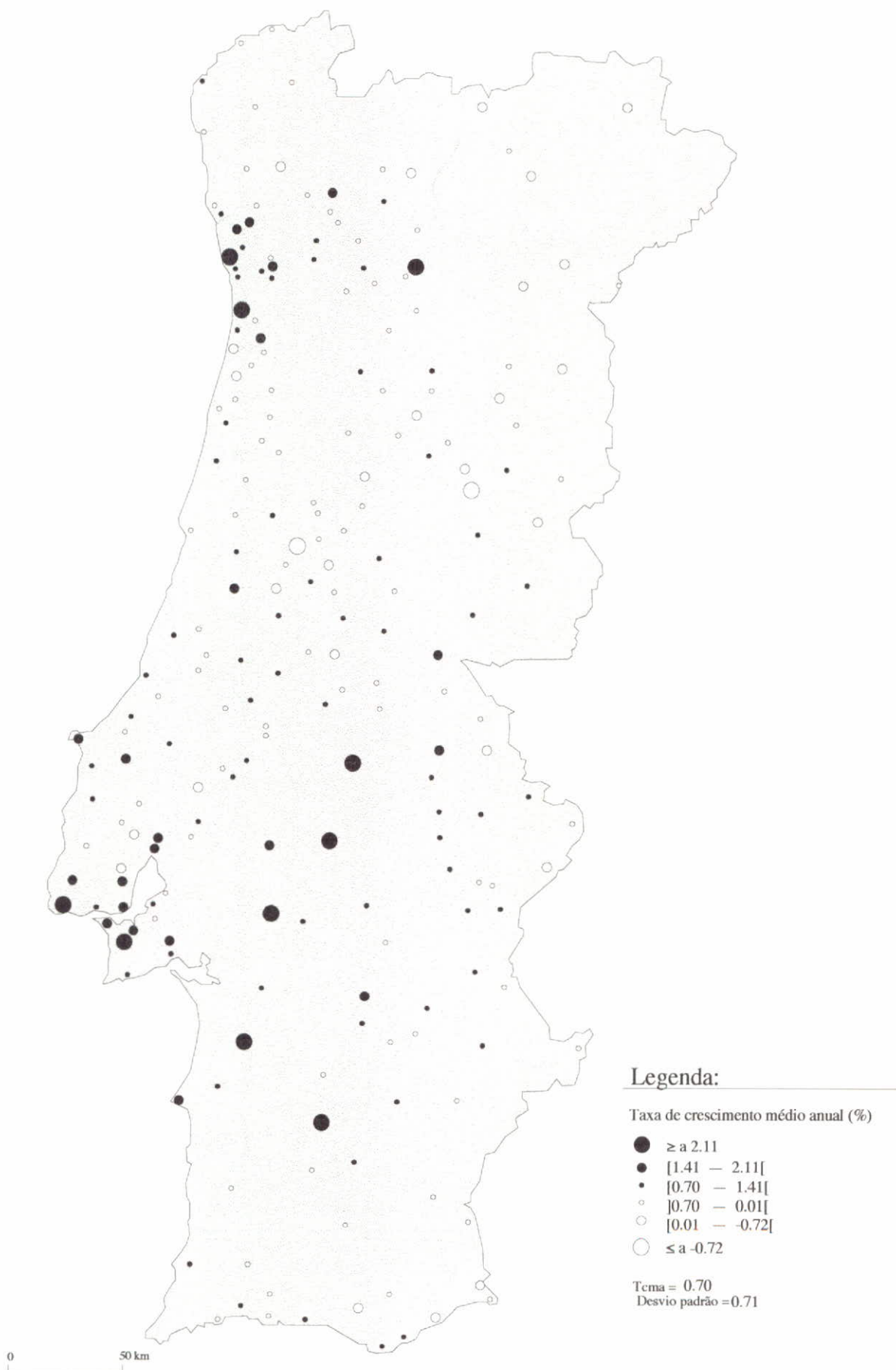
Uma observação do crescimento, por etapas temporais, permite-nos pôr em evidência a evolução do conjunto. No período 1890/1920 — mapa nº11 — figuram 220 unidades urbanas<sup>2</sup>, sendo a taxa de crescimento médio do conjunto de 0.70% ano; 99 destas unidades registam um declínio relativo e 26 um declínio absoluto. A distribuição espacial das taxas de crescimento permite-nos identificar três regiões, onde se concentra um número significativo de unidades urbanas que evidenciam taxas de crescimento superiores à média e que prefiguram uma relativa semelhança/identidade: a região envolvente à cidade do Porto, com um prolongamento ao longo do vale do Douro até Peso da Régua; a área de Lisboa e as unidades urbanas da Região do Alentejo; a região Centro, que regista uma alternância de unidades em crescimento e unidades em declínio, predominando, todavia, este último tipo — Miranda do Corvo (-0.87), Covilhã (-0.75), Tábua (0.71), Mangualde (-0.03), Celorico da Beira (-0.07) e Pinhel (-0.36).

Nas restantes regiões do país, a maioria das unidades urbanas está em declínio relativo ou absoluto. As unidades urbanas com taxas de crescimento superiores à média correspondem, genericamente, às unidades urbanas posicionadas na parte superior da hierarquia urbana. No entanto, algumas das unidades que registam taxas de crescimento mais forte neste intervalo de tempo, não correspondem às maiores unidades urbanas da actualidade: o caso mais evidente deste comportamento regista-se no Alentejo, onde grande número das unidades urbanas apresentam das mais altas taxas de crescimento registadas neste período — Ponte de Sôr (2.61), Mora (2.18), Vendas Novas (2.62), Grândola (2.23), Aljustrel (2.22), Crato (1.56) e Viana do Alentejo (1.45). À data, a actividade agrícola desta região proporcionava o desenvolvimento acelerado das suas cidades e sedes de concelho.

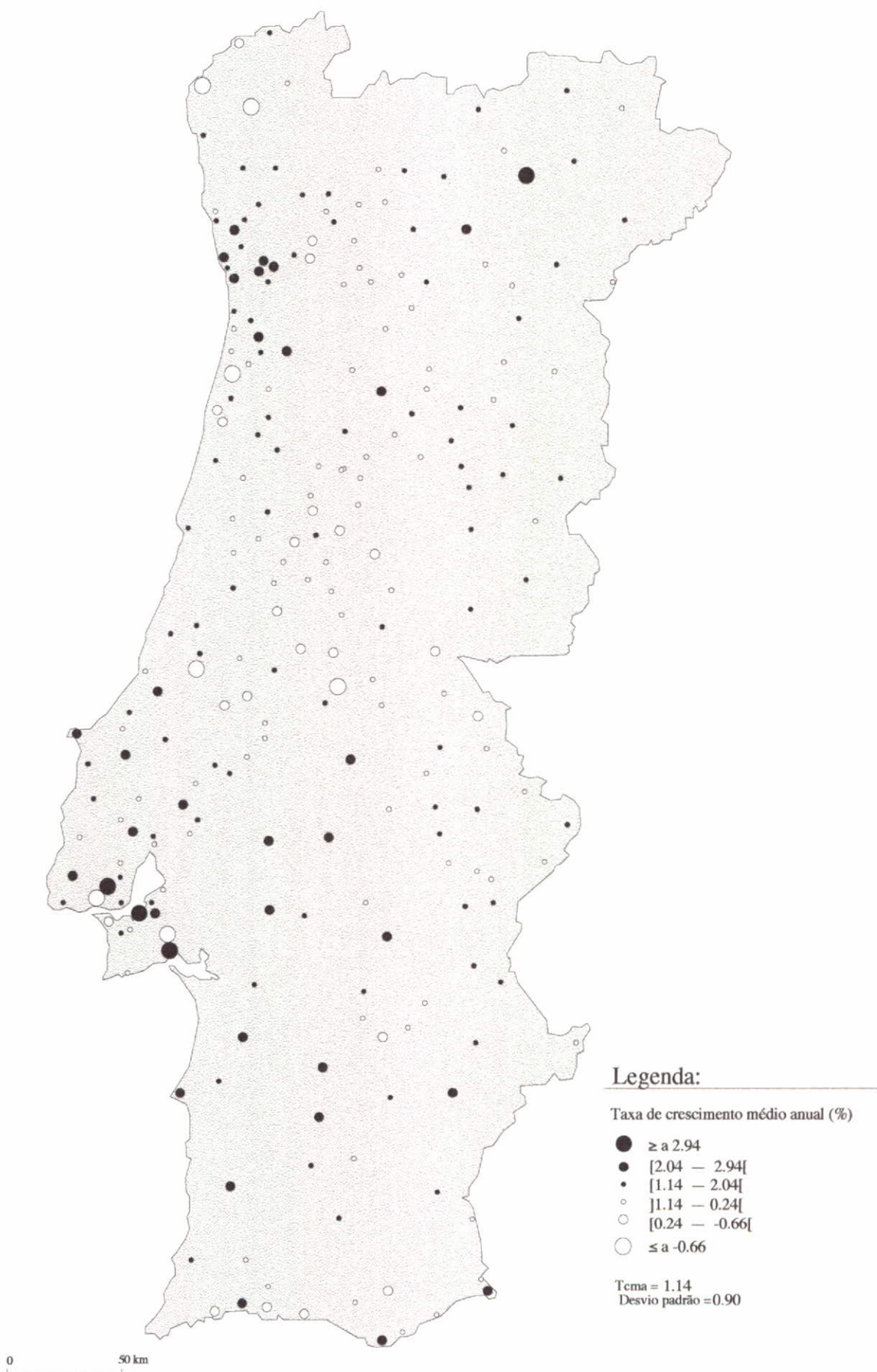
No período seguinte, entre 1920 e 1940 — mapa nº12 —, o sistema urbano passa a ser constituído por 240 unidades urbanas e verificamos um ligeiro aumento do número de unidades que crescem a um ritmo superior ao da média nacional: enquanto no período anterior o seu valor era de 43,6%, para este período o seu valor é de 50,4%. Em termos espaciais assistimos a uma maior dispersão das unidades urbanas que crescem a um ritmo superior,

---

2. O critério de apuramento das unidades urbanas é equivalente ao indicado na nota anterior considerando-se como referência de base as unidades urbanas que possuíam mais de 2 000 habitantes em 1920.







embora este comportamento não altere significativamente o padrão de distribuição registado entre 1890 e 1920. Todavia é de destacar duas áreas localizadas no interior do país: Alto Trás-os-Montes — onde se destacam Mirandela (3.59%), Alijó (2.64), Macedo de Cavaleiros (1.85), Chaves (1.67) e Mogadouro (1.43) — e Beira Interior onde é reforçado o número de unidades urbanas<sup>3</sup>, aumentando igualmente o número das que passam a ter uma taxa de crescimento médio anual positiva — Viseu (2.20%), Mangualde (1.36), Fornos de Algodres (1.23), Guarda (1.42), Sabugal (1.39), Covilhã (1.54), Manteigas (1.29), Gouveia (1.15), Fundão (1.41), Idanha-a-Nova (1.49) e Castelo Branco (1.88). O Alentejo mantém-se, à semelhança do período anterior, com um elevado número de unidades urbanas a crescer acima da média, reforçando-se o pendor do povoamento concentrado em lugares de grandes dimensões, devido essencialmente às leis proteccionistas do cereal, de 1899, e à primeira Campanha do Trigo lançada em 1929. Na região envolvente à cidade de Lisboa, assinala-se o crescimento acelerado de três núcleos industriais importantes: Amadora (4.48), Barreiro (3.10) e Setúbal (3.15).

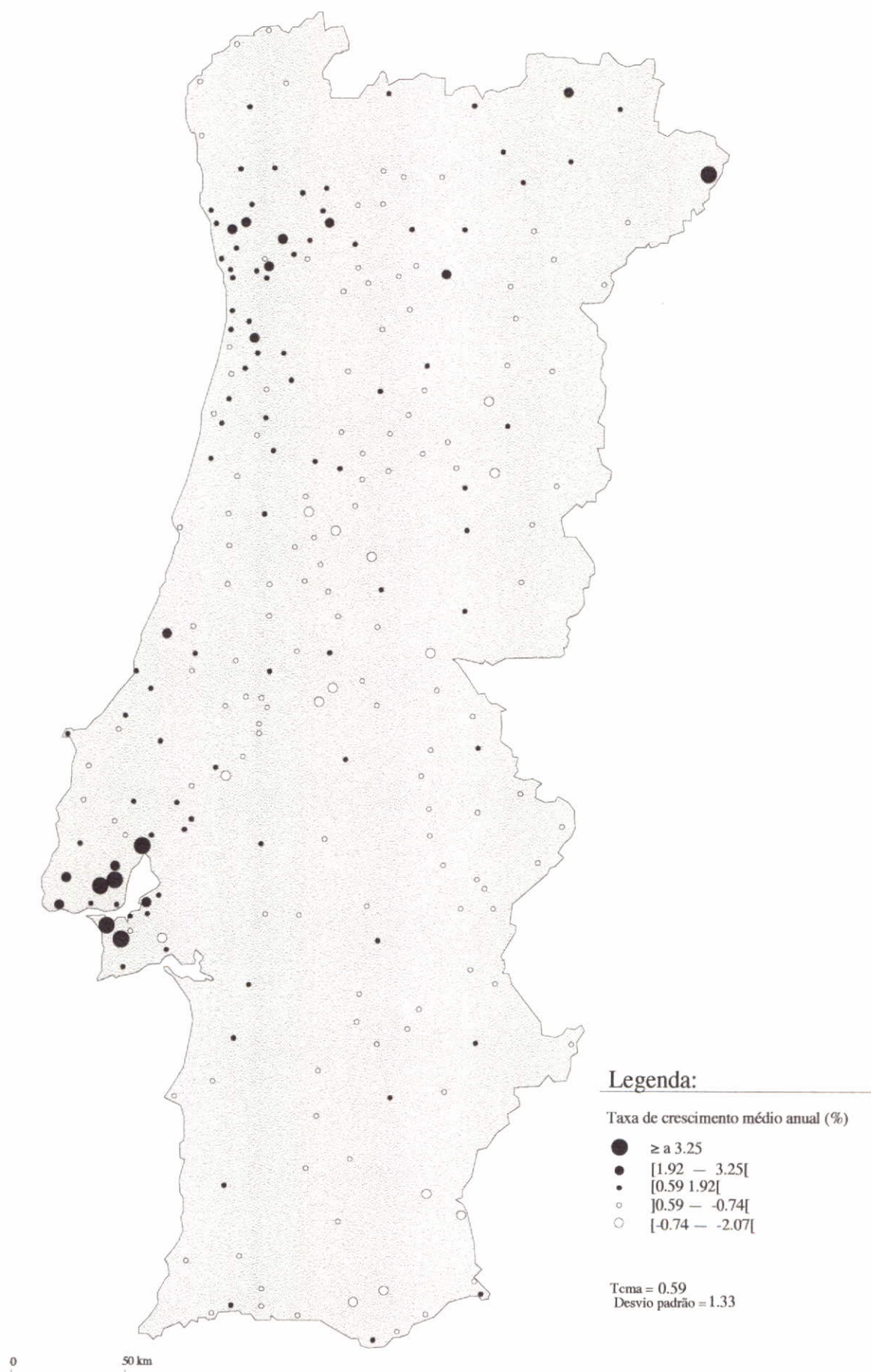
Entre 1940 e 1960 — mapa nº13 —, do conjunto de 242 unidades urbanas 40.1% apresentam uma taxa de crescimento superior à média do conjunto. Comparativamente com os períodos anteriores, esta redução percentual fica-se a dever a um valor baixo da TCMA, que foi de 0.59% e a um desvio padrão elevado de 1.33. Ou seja, neste período de vinte anos, o crescimento médio das unidades urbanas na sua globalidade, é baixo, apresentando-se todavia, uma expressiva amplitude de taxas de crescimento. Este comportamento vem acentuar a diferenciação espacial já existente entre as duas grandes áreas de Lisboa e do Porto e o restante território, onde a maioria das unidades urbanas continua a crescer abaixo da TCMA. Neste contexto geral, é de destacar o comportamento de várias unidades urbanas de Alto Trás-os-Montes<sup>4</sup> que apresentam valores superiores à TCMA do conjunto nacional, entre estas Miranda do Douro (7.87), Vinhais (3.17), Tabuaço (2.71) e Mirandela (1.85).

---

3. O aumento do número de unidades urbanas decorre da inclusão de várias sedes de concelho que passam a registar um valor igual ou superior a 2 000 habitantes.

4. A realização de importante número de barragens hidroelécticas em Trás-os-Montes está na origem do rápido crescimento de algumas destas unidades urbanas, devido ao afluxo de mão-de-obra para a sua construção.





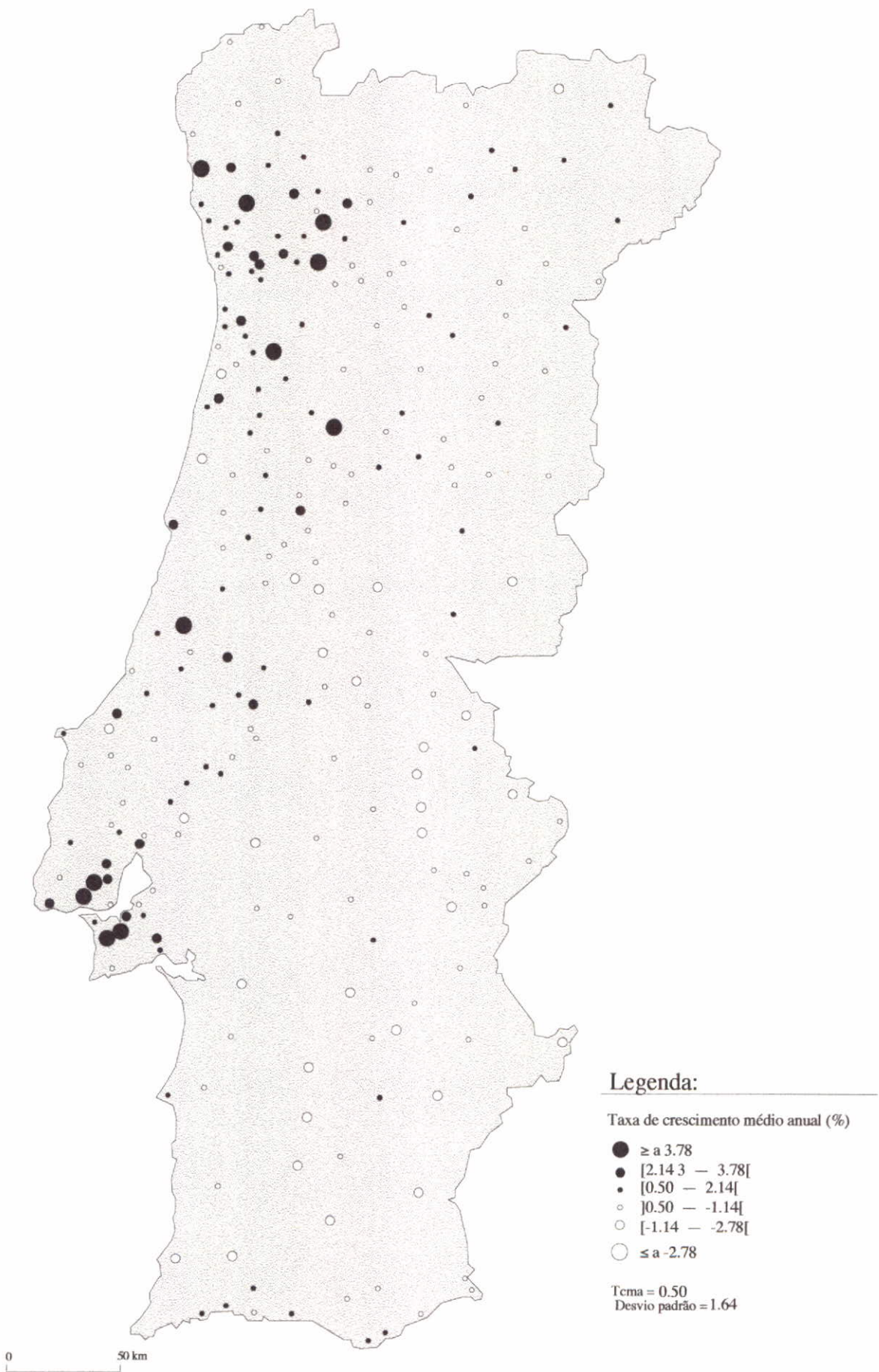
Neste intervalo de vinte anos, assistimos a importantes alterações de âmbito demográfico e socio-económico: em 1940, a Europa encontrava-se já em plena Segunda Grande Guerra. Em Portugal, a emigração para o subcontinente Sul Americano reduz-se drasticamente devido a razões de segurança, enquanto um tímido desenvolvimento interno do tecido industrial localizado essencialmente na envolvente das duas maiores cidades, levará ao incremento do respectivo processo de urbanização. No final deste período, em 1960, a emigração portuguesa tinha já retomado o seu anterior dinamismo, apresentando valores equivalentes aos registados nos anos vinte, quando o valor médio anual rondava os 35 000 indivíduos; mas o destino era agora a Europa, em pleno processo de reconstrução e crescimento económico.

Nos últimos trinta anos — mapa nº14 —, do conjunto de 246 unidades urbanas, 43.1% registam uma TCMA superior à média nacional. Reduz-se mais uma vez o número de unidades que cresce acima da taxa média, mas é elevado o número das que crescem a um ritmo substancialmente mais rápido,  $\geq 3.78\%$  ao ano. A polarização em torno das cidades de Lisboa e Porto, alarga-se e atinge unidades urbanas mais afastadas destas duas grandes cidades, que entraram em saturação e que apresentam TCMA inferior à média do conjunto. Um grupo importante de unidades a Nordeste de Lisboa, dispostas ao longo do vale do Tejo e inflectindo na direcção de Leiria e Vila Nova de Ourém, crescem a um ritmo acelerado; na região envolvente à cidade do Porto, observa-se um comportamento semelhante mas, neste caso, é maior o número de unidades envolvidas e maior a distância entre estas e a cidade-centro. No restante território, predominam as unidades urbanas com taxas de crescimento inferiores à média. No entanto, é de assinalar algumas interessantes excepções positivas, parte delas já assinaladas no período anterior, como por exemplo, o comportamento de várias unidades urbanas de Alto Trás-os-Montes — Bragança (2.02%), Macedo de Cavaleiros (1.41), Mogadouro (1.17), Mirandela (1.02), Murça (0.70) e Valpaços (0.54); da Beira Interior — Seia (2.04), Castelo Branco (1.39), Oliveira do Hospital (1.68), Guarda (1.26), Fundão (0.73) e Figueira de Castelo Rodrigo (0.59); do Alentejo — Sines<sup>5</sup> (0.77), Évora (0.70), Beja (0.65) e Portalegre (0.60); e

---

5. De realçar que no Alentejo só as três capitais de distrito e Sines, polo industrial dos anos 70, apresentam taxas de crescimento superiores à média.





por fim do Algarve — Albufeira (1.96), Portimão (1.95), Faro (1.53), Olhão (1.24) Lagos (1.18) e Silves (0.55) —, embora quase todas com baixos índices de crescimento .

Este período de trinta anos é marcado por um conjunto amplo de alterações sociais e económicas que têm repercussões espaciais importantes a nível urbano. O período inicia-se ainda num quadro económico em que a emigração é a principal alternativa à pobreza —em 1966 atinge-se o valor mais elevado da emigração portuguesa com a saída para o estrangeiro de 120 000 portugueses. Paralelamente, continua-se a assistir a importantes deslocações de população do meio rural, com destino às principais cidades e sedes de concelho localizadas na proximidade de Lisboa ou do Porto e, mais genericamente, ao longo da faixa litoral atlântica entre a foz do Sado e a do Minho, onde a indústria e os serviços oferecem novas e melhores oportunidades de emprego, embora a diferença salarial entre os que partem para trabalhar além fronteiras e os que ficam em Portugal, se mantenha substancialmente desfavorável para os últimos. Este movimento de população em direcção à cidade, que já era expressivo em períodos anteriores, ganha agora uma redobrada dinâmica, fomentando o aparecimento de amplas áreas residenciais de construção informal e planeamento ilegal que, na periferia das grandes cidades, albergam os trabalhadores recém-chegados ou expulsos do centro da cidade devido à terciarização ou à relocação industrial.

No litoral algarvio, a actividade turística — fenómeno de massas emergente no pós-Guerra — mantém e reanima, a partir dos finais dos anos 50, uma antiga rede urbana, agora mais dinâmica, disposta ao longo da faixa costeira.

As décadas de 70 e 80 são marcadas, em termos populacionais, pelo abrandamento da emigração e pelo retorno de populações dos ex-Territórios Ultramarinos. O impacto da crise petrolífera ocorrida na primeira metade da década de 70, impôs fortes restrições ao desenvolvimento industrial europeu, restringiu e simultaneamente tornou mais selectiva a emigração portuguesa com destino à Europa. O retorno do Ultramar veio a ter um impacto importante a nível espacial, pois esta população fixou-se essencialmente na regiões de Lisboa, Porto e Algarve, locais onde existiam potencialmente

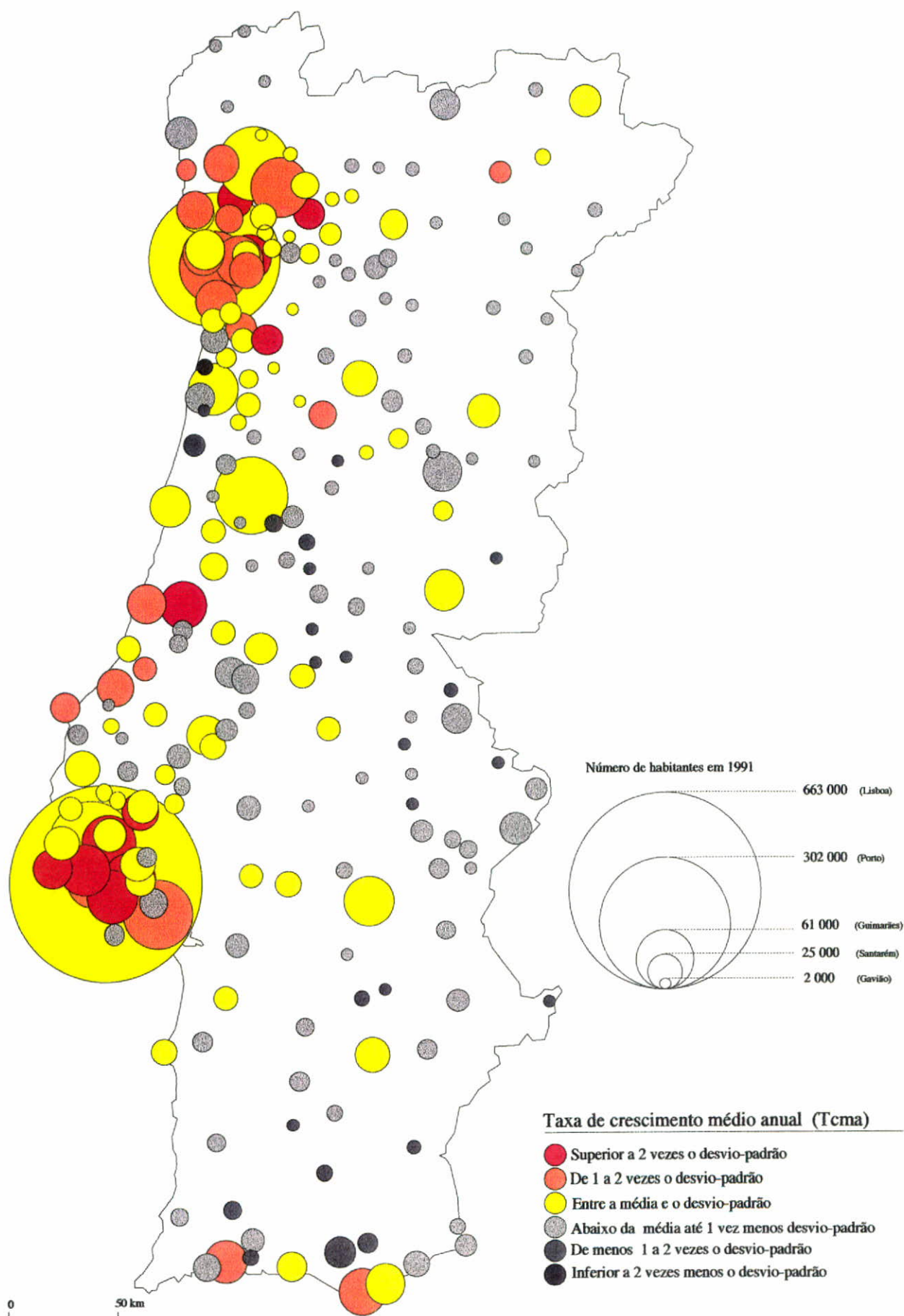


maiores oportunidades de emprego e de actividade empresarial privada. Parte importante desta população já pertencia, ou veio a ser integrada à posteriori, nos quadros da Administração Pública, concentrada essencialmente nas maiores cidades e naturalmente na cidade capital.

Assim, assistimos a um crescimento da população a residir em cidades — a década de 70 é marcada por um crescimento das principais cidades que poderemos designar de invulgar, decorrente do retorno de populações dos ex-territórios —, mas não a uma alteração de ordem qualitativa que ponha em causa o padrão de distribuição das unidades urbanas ou a sua hierarquia.

Poder-se-á estabelecer, no decurso de cem anos, alguma relação entre as diferentes taxas de crescimento, a dimensão das unidades urbanas e a sua distribuição espacial? Através do mapa nº15, onde se representa para cada unidade urbana simultaneamente a Taxa de Crescimento Médio Anual verificada entre 1890 e 1991 e a dimensão populacional em 1991, podemos obter uma primeira conclusão: efectivamente, são as unidades urbanas de média e grande dimensões que registam uma taxa de crescimento médio anual acima da média. Estas unidades urbanas situam-se essencialmente na faixa litoral e fazem parte das duas grandes regiões urbanas de Lisboa e do Porto. Entre estas duas regiões, várias unidades urbanas de média e grande dimensão detêm igualmente taxas de crescimento elevadas, mas com um maior distanciamento entre si como seja, por exemplo, o caso de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Alcobaça, Caldas da Rainha e Peniche. No interior do país prevalecem as pequenas e médias unidades urbanas em declínio, existindo, no entanto, algumas excepções constituídas por cidades de média dimensão que apresentam um crescimento superior à média: Bragança, Guarda, Castelo Branco, Évora e Beja.

Este conjunto de seis cidades, que são simultaneamente as maiores cidades do interior, dispõe-se ao longo de uma linha meridional ligeiramente recuada face à fronteira luso-espanhola, área particularmente repulsiva de desenvolvimento urbano. Estas são as cidades mais dinâmicas do interior do país, basicamente coberto por uma rede urbana, periférica e deprimida. Na região do Algarve, são também as unidades urbanas maiores que apresentam





as maiores taxas de crescimento: Portimão, Albufeira, Faro e Olhão.

Da leitura conjunta desta colecção de mapas, é possível extrair algumas conclusões: até aos anos 40, existiu um tipo de crescimento urbano que, embora já privilegiasse as unidades urbanas em torno de Lisboa e do Porto, se expressava igualmente em algumas regiões do interior onde o incremento da actividade agrícola terá fomentado a concentração da população nas cidades ou sedes de concelho. Eventualmente, o crescimento destas unidades urbanas corresponderá já a uma efectiva movimentação de população do meio rural em direcção à grande cidade ou à emigração que, numa primeira fase, corresponderia a um movimento ainda de curta distância, que privilegia a pequena sede de concelho. Provavelmente a explicação geral encontrar-se-á na sobreposição destas duas interpretações, a que se adicionam alguns casos isolados de unidades urbanas que crescem no interior do país, induzidas em determinados períodos temporais pela exploração mineira.

A seguir aos anos 40, assistimos a uma selectividade regional na repartição do processo de crescimento urbano, assumindo-se as regiões de Lisboa e do Porto como efectivas *regiões de cidades* ou de unidades urbanas, por oposição ao restante território, onde o processo de crescimento urbano conduziu ao aparecimento de um diminuto e esparso número de unidades urbanas em crescimento, que constituem efectivas *aglomerações isoladas*. As duas grandes *regiões de cidades*, para além dos seus prolongamentos naturais ao longo do vale do Tejo e do Douro, respectivamente, têm vindo a prolongar-se na direcção uma da outra, sendo detectável ao longo deste século e particularmente nas últimas três, quatro décadas, uma faixa litoral entre Lisboa e o Porto em que predominam unidades urbanas em crescimento. Sendo mais tardio o aparecimento deste espaço intermédio às duas grandes cidades, é notória a alternância espacial de unidades em crescimento e em declínio localizando-se estas últimas fundamentalmente na envolvente de duas das maiores cidades intermédias — Coimbra e Aveiro — que ainda se encontram numa fase de acentuada polarização.

Assim as duas grandes *regiões de cidades*, Lisboa e Porto, estão a deixar de ser duas regiões separadas, para passarem a constituir parte integrante da

grande região de cidades da fachada Atlântica entre a foz do rio Sado e a foz do rio Minho, que se prolongará naturalmente para norte pelo litoral da Galiza.

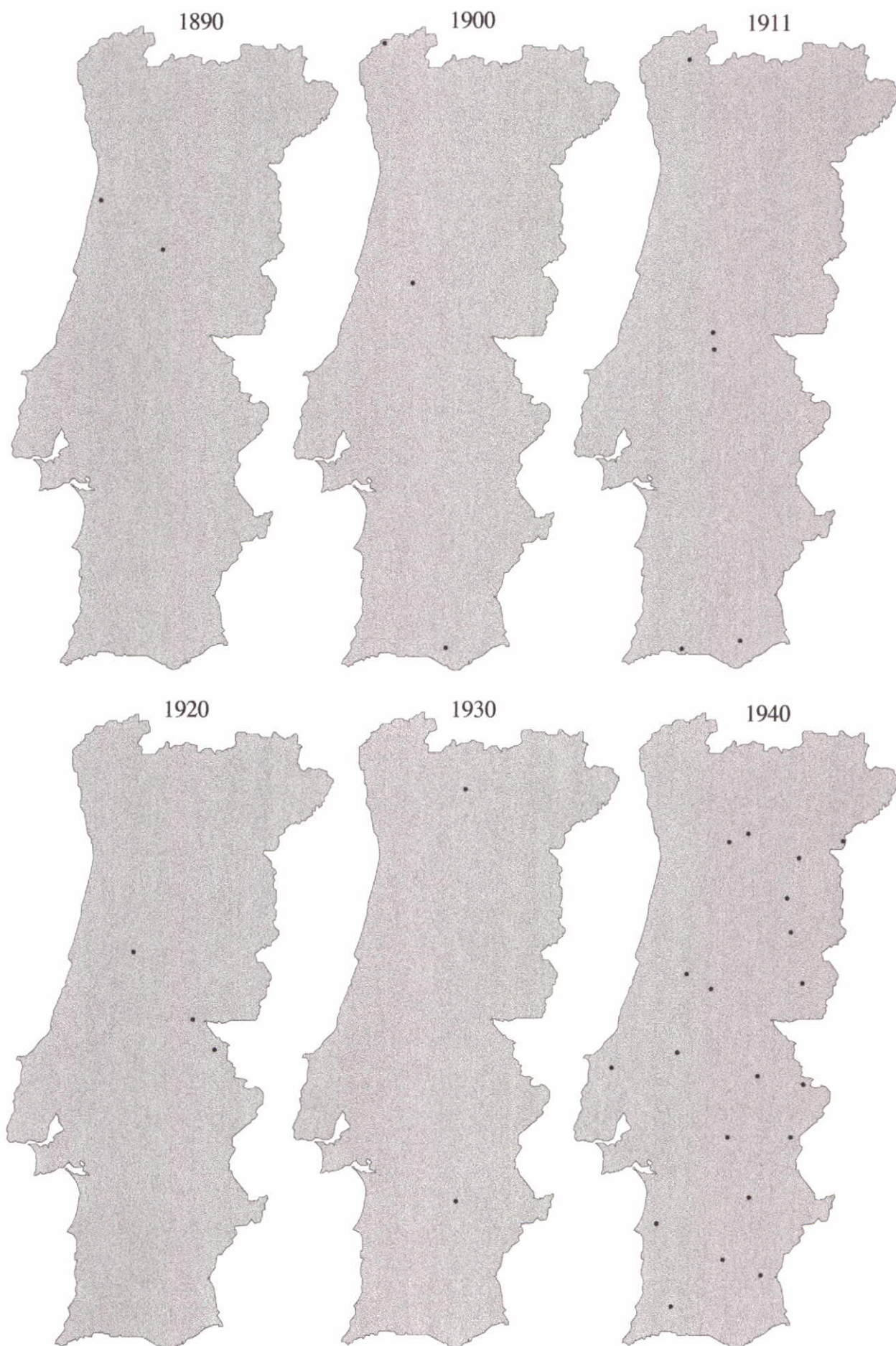
A terminar este capítulo ensaiámos a realização de uma sequência de mapas onde se assinala para cada unidade urbana o momento temporal em que se registou o valor máximo de população residente — mapa nº16.

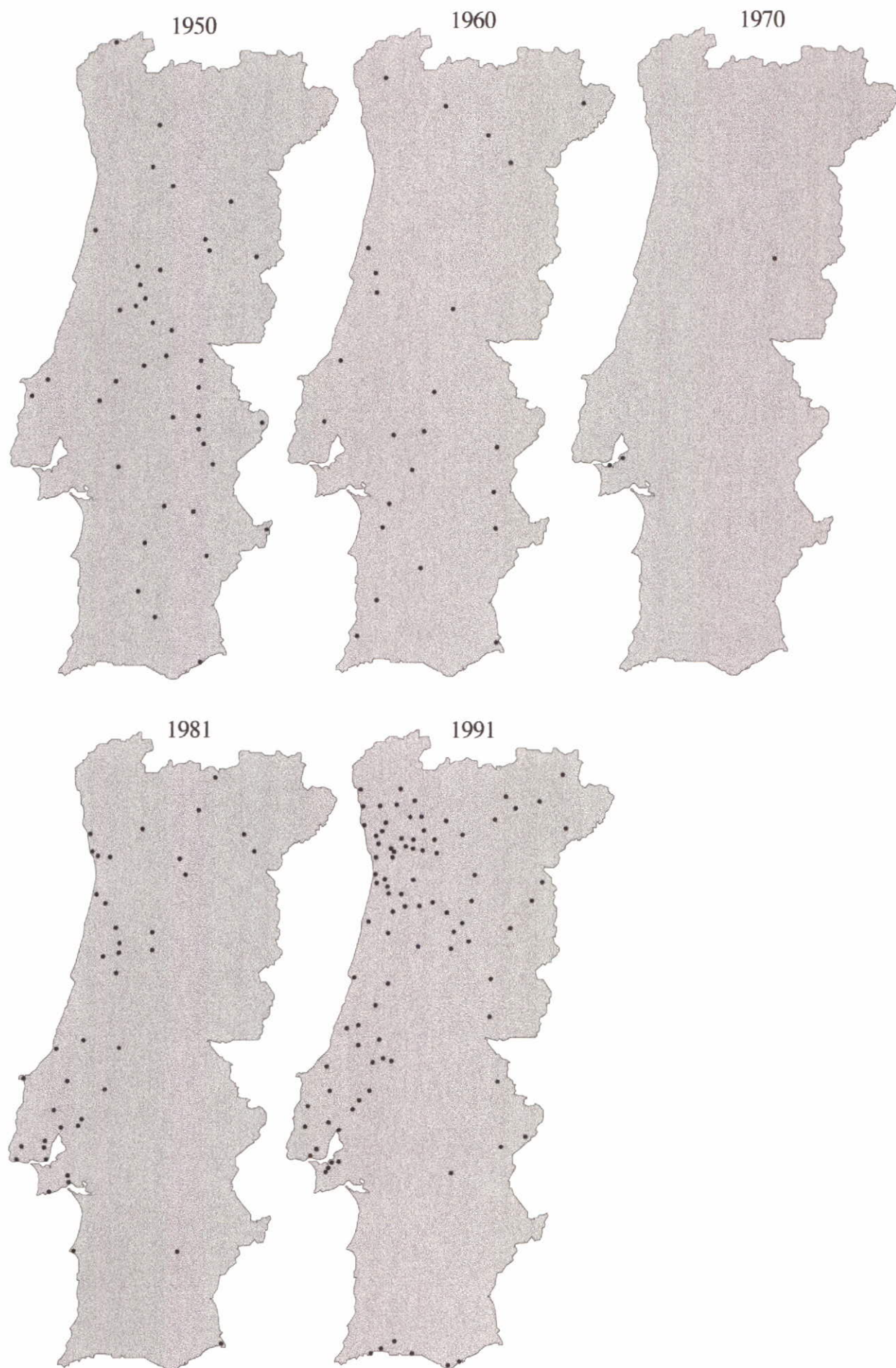
O resultado obtido, sendo no seu conjunto bastante interessante, não vem no entanto acrescentar nada de essencial novo. Todavia, permite-nos uma imagem diacrónica de conjunto que valida a sua inclusão nesta fase da pesquisa. Assim, podemos identificar três padrões de comportamento diferenciados no tempo e no espaço. O primeiro ocorre entre 1890 e 1930 e regista que um pequeno número de unidades urbanas atinge o seu máximo de população com uma distribuição espacial irregular e aparentemente aleatória. O segundo período, que vai de 1940 a 1960, regista já um assinalável acréscimo de unidades urbanas, que se distribuem essencialmente no interior do país. O terceiro período, de 1981 a 1991, apresenta uma distribuição de unidades urbanas que privilegia basicamente o litoral. Verifica-se que em 1981 as unidades urbanas que atingem o seu máximo populacional se concentram preferencialmente no litoral, enquanto que em 1991 o fenómeno se verifica para além do litoral, pois encontramos um número importante de unidades urbanas em Trás-os-Montes, Beira Interior e Alto Alentejo que registam o seu valor mais elevado nesta última data. É no ano de 1991 que maior número de unidades urbanas, 39.3%, regista o seu valor populacional máximo. Segue-se, por ordem decrescente, 1981 e 1950, respectivamente com 17.6% e 17.2% de unidades urbanas. Em termos de valores acumulados, chegámos a 1970<sup>6</sup> com 103 unidades urbanas que atingiram o seu valor máximo de população em data anterior, ou seja, existem 42.9 % de unidades urbanas que nas últimas três décadas têm vindo a perder população.

---

6. O ano de 1970 não é referido na antecedente divisão temporal / espacial, tanto pelo seu diminuto número de unidades urbanas como pelo atípico comportamento espacial.









## V. Perspectivas sobre o sistema urbano nacional

### 1. Abordagens recentes

O actual sistema urbano nacional tem sido objecto de reflexão em diversas publicações recentes. De entre estas, assinalam-se os trabalhos de Gaspar e Jensen-Butler em 1992, Batista em 1995, *CEDRU* em 1996 e *DGOTDU/Quaternaire Portugal* em 1997<sup>1</sup>. Da leitura destas obras é possível concluir da unanimidade das principais características do sistema urbano que como tem sido referido, continua a reforçar a litoralização do povoamento ao mesmo tempo que se desenvolve a bipolarização em torno das duas maiores cidades.

A investigação de Gaspar e Jensen-Butler começa por considerar que o processo de urbanização contemporâneo em Portugal é tardio, comparativamente com outros países europeus e apresenta algumas características muito próprias: elevada concentração da população oriunda essencialmente do meio rural em dois grandes centros, Lisboa e Porto; urbanização da população por via da emigração que é, ao mesmo tempo, um factor retardador do desenvolvimento dos pequenos centros urbanos; processo actual de urbanização por via da industrialização difusa a estender-se progressivamente pelas áreas rurais.

Partindo da análise de 80 concelhos urbanos (concelhos das áreas metropolitanas; concelhos com uma mancha urbana contínua com mais de 10 000 habitantes; concelhos com densidade superior a 100 hab / km<sup>2</sup> e

---

1. Embora esta obra tenha sido impressa em 1997, a sua apresentação pública e posterior divulgação só veio a ocorrer no mês de Março de 1998.

onde menos de 20% da população trabalha no sector primário), conclui-se que o sistema urbano nacional sofreu profundas alterações, tendo as áreas metropolitanas até aos anos 70, assistido aos maiores acréscimos populacionais. No entanto, a partir da década de 80, devido ao crescimento do emprego no terciário tem-se registado um assinalável crescimento dos pequenos centros urbanos, decorrente de certa forma do esvaziamento do espaço rural envolvente. É identificado igualmente, o reforço da concentração da população na faixa litoral a norte do Sado, na qual se destacam as duas áreas metropolitanas que consolidam a sua primazia no sistema urbano, reforçando a cidade de Lisboa a sua centralidade.

O trabalho da CEDRU analisa um interessante conjunto de transformações recentes que têm ocorrido no sistema urbano nacional, como seja, por exemplo, a acentuada redução do ritmo de crescimento da população residente nas duas áreas metropolitanas no último período intercensitário — AML +1.3% e AMP +3.1% —, redução que terá sido acompanhada por importantes movimentos intrametropolitanos de população e actividades. É identificado igualmente um conjunto de unidades urbanas de média dimensão, que tem vindo a aumentar a sua capacidade de polarização apresentando, todavia, processos diferenciados: no litoral, estaremos a assistir tendencialmente à formação de pequenas conurbações, enquanto no interior do país o crescimento de alguns centros resultará da captação de população do espaço rural circundante. O caso particular do litoral é, em algumas situações, acompanhado de formas de urbanização difusa, em que o "urbano" e o "rural" evoluem conseguindo manter uma convivência relativamente equilibrada.

Todavia, estas alterações não parecem colocar em causa a estrutura do sistema urbano nacional, que continua a manter um conjunto importante de fragilidades sintetizadas por Baptista (1995): inexistência de cidades de dimensão intermédia, excessiva concentração de população urbana na faixa litoral, fracas acessibilidades a nível local e regional, a par de unidades urbanas com perfis de actividades concorrentes, em vez de complementares. Também as duas áreas metropolitanas apresentam fraca competitividade internacional e estão subdimensionadas em termos funcionais face à sua população residente. As mesmas áreas apresentam elevada debilidade no



contexto da rede urbana europeia, situação que não decorre directamente da dimensão demográfica das áreas metropolitanas portuguesas: a diferença resulta do tipo e da qualidade das funções exercidas, comparativamente com outras metrópoles europeias pertencentes a países mais ricos, com níveis de desenvolvimento e de exigência colectiva mais avançados.

O recente estudo editado pela DGOTDU — O Sistema Urbano Nacional — Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais — realizado pela empresa Quaternaire PORTUGAL, teve a oportunidade de aprofundar consideravelmente o conhecimento e a sistematização desta realidade. Este estudo recorreu a uma ampla e diversificada equipa de colaboradores e consultores e a um vasto conjunto de informação<sup>2</sup>. Procurando alternativas à tradicional visão espacial litoral-interior mas sem, todavia, assumir directamente outro qualquer modelo, é reconhecido pelos autores que a sua pesquisa é parcialmente inspirada no designado "*modelo do arquipélago*"<sup>3</sup>, que nos remete para uma imagem sugestiva onde, frente a um litoral emerso — urbano e desenvolvido —, se dispõe um amplo espaço submerso — rural e deprimido —, pontualmente com um pequeno conjunto de "ilhas urbanas" que constituem o "arquipélago". Esta original imagem sintetiza o sistema urbano nacional nos seus traços mais fortes: uma longa faixa de urbanização litoral, só interrompida no litoral alentejano, em plena fase de colmatação intersticial do espaço compreendido entre as duas áreas metropolitanas. O "*arquipélago*" de "ilhas urbanas" no qual podemos identificar diferentes grupos de "*ilhas*" — os também designados subsistemas —, apresenta algumas "ilhas" a uma cota zero ou ainda submersas.

Na parte final desse trabalho é apresentado um cenário prospectivo do qual reproduzimos o mapa e, parcialmente o respectivo quadro de referência conceptual :

*"EIXO DE CIDADES: conjunto de 2 ou mais centros urbanos, com uma distribuição espacial linear, não implicando necessariamente continuidade física urbana, que assumem ou pressupõem lógicas de organização espacial complementares e concertadas, geradoras de sinergias e externalidades, e que articulam um território de proximidade comum. REDE DE CIDADES: conjunto de 3 ou mais centros urbanos, com uma distribuição espacial próxima e não linear,*

2. Ao longo dessa investigação são analisados 192 mapas de indicadores e 72 mapas de síntese.

3. Da autoria de Pierre Veltz, tem sido frequentemente referido por João Ferrão como proposta exploratória alternativa à tradicional visão litoral-interior.

que potencialmente poderão desenvolver lógicas de organização espacial complementares e concertadas, geradoras de sinergias e externalidades. *SUB SISTEMA DE CIDADES*: rede de centros urbanos com lógicas de organização espacial concertadas e complementares, assumidas e enraizadas. *POLOS DE REDES INTERNACIONAIS*: cidades com tecidos institucionais e empresariais inseridos em redes ou espaços de relacionamento internacional. *CIDADE-PORTA*: cidade com forte relacionamento internacional, com acesso a redes de transferência de know-how e de inovação, inseridos em espaços potenciadores de competitividade ou que assumem posição importante em segmentos de mercado internacionais, envolvendo nestes processos o território que polarizam. *CIDADE-ANCORA*: cidade dinâmica, solidária com o território que estrutura, estabelecendo-se uma simbiose entre os processos de desenvolvimento urbano indutores de dinâmicas territoriais e capacidades catalizadoras de recursos regionais"<sup>4</sup>.

O sistema urbano global é assim desagregado em diversos sistemas urbanos regionais e estes em subsistemas, redes e eixos de cidades<sup>5</sup>. Pela importância actual deste trabalho transcrevemos parcialmente os seis sistemas urbanos regionais que os autores consideram :

#### 1. SISTEMA URBANO REGIONAL DO NORTE LITORAL.

*Sistema urbano muito dinâmico, caracterizado por um modelo de ocupação do território denso e difuso em termos de população e de actividades, polarizado pela cidade-aglomeração do Porto, significativamente internacionalizada.(...) Este sistema é muito aberto ao relacionamento transfronteiriço com a Galiza, assumindo-se a cidade-aglomeração do Porto como centro capitalizador deste espaço de concertação.*

Nele coexistem:

*Subsistema de cidades do Vale do Ave.* *Conurbação policêntrica (...) que estrutura modelos de povoamento e de industrialização difusos,*

*Rede de cidades do Vale do Sousa-Baixo Tâmega.* *Rede de cidades de dimensão média em área periurbana, polarizadoras de territórios de proximidade muito restritos (...) Nesta rede podemos referir o papel de Felgueiras, Amarante, Marco de Canavezes, Paredes-Penafiel, Lousada e Paços de Ferreira.*

*Eixo do Entre Douro e Vouga.* *Eixo urbano com um sistema industrial enraizado, denso e diverso, num modelo territorial difuso, que compreende Sta. Maria da Feira / S. João da Madeira / Oliveira de Azeméis.*

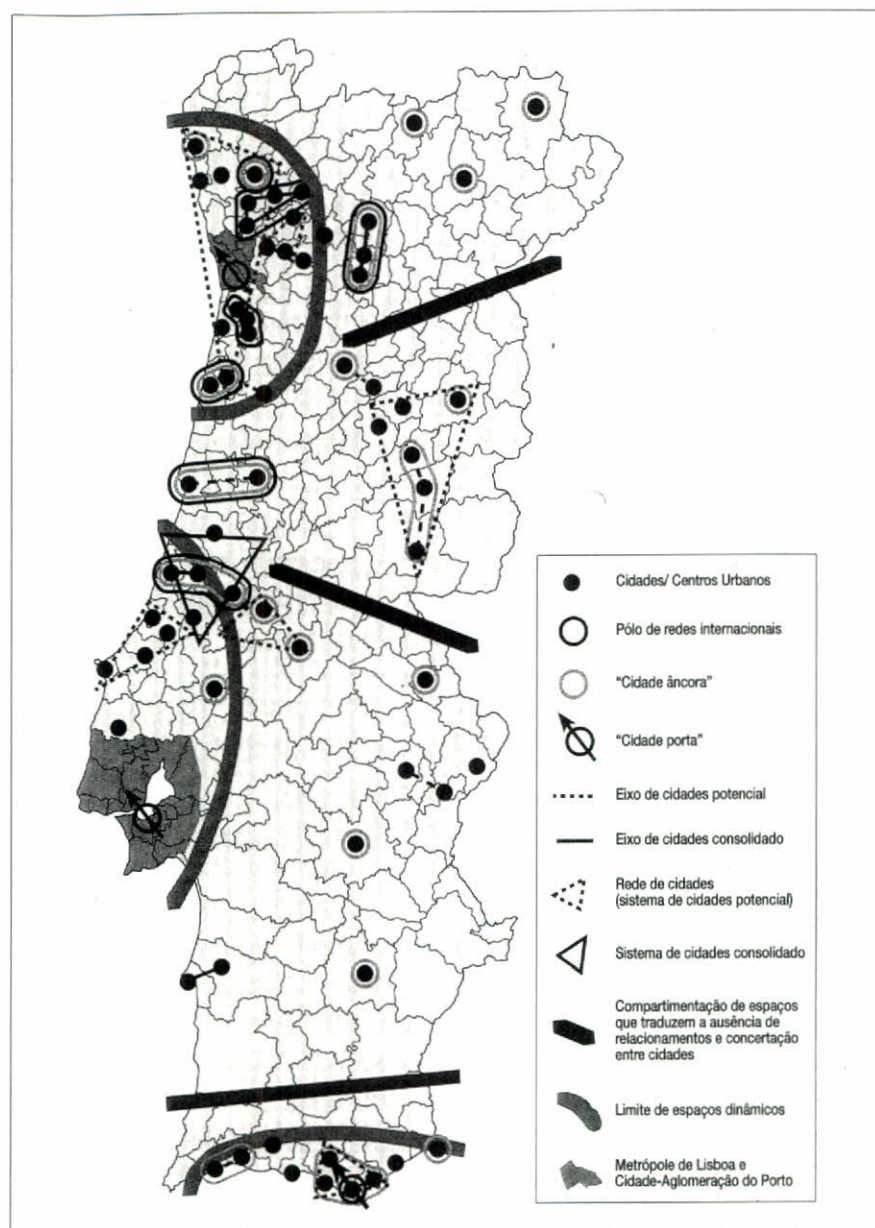
*Subsistema de cidades Aveiro-Ilhavo-Águeda.* *Subsistema de cidades fortemente polarizadas por Aveiro, sustentado por um território de industrialização densa e internacionalizada, (...)*

---

4. Quaternaire PORTUGAL pp. 417 e 418

5. Quaternaire PORTUGAL pp. 427 a 438





Fonte: Quaternaire (1997), Mapa S72 ( reprodução )

## 2. SISTEMA URBANO REGIONAL DO NORDESTE.

*Sistema urbano parcialmente articulado em dois eixos (...) coincidentes com os principais eixos viários (IP3 e IP4). (...) estruturado por um eixo urbano linear, em consolidação, Vila Real-Peso da Régua-Lamego, e por três cidades de dimensão média, (Bragança, Mirandela e Chaves) que no espaço fronteiriço e central da região do Nordeste, se assumem como pólos de retenção da população e de criação de emprego.*

Eixo Vila Real - Peso da Régua - Lamego. (...) assume potencialmente uma função de "travão" à força de atracção da cidade-aglomeração do Porto e de cidade-âncora no contexto regional e nacional.

### 3. SISTEMA URBANO REGIONAL DO CENTRO.

Sistema urbano estruturado por dois eixos em formação e consolidação (eixo Coimbra-Figueira da Foz e eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco) e pela cidade de Viseu. Este sistema tem uma distribuição espacial equilibrada, podendo Coimbra potencialmente assumir uma posição de pólo regional minimizador das tendências desagregadoras induzidas pela Área Metropolitana de Lisboa e pela aglomeração do Porto.

Eixo Coimbra - Figueira da Foz. O eixo Coimbra - Figueira da Foz constitui um importante "travão" ao avanço territorial das duas Áreas Metropolitanas (...)

Eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco. Eixo que estrutura e polariza um sistema de cidades no território que abrange a Raia Central e a Serra da Estrela, eventualmente extensível às cidades de Seia, Gouveia, e Pinhel e se assume como fundamental para o reequilíbrio do território do interior (...)

### 4. SISTEMA URBANO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO.

Sistema urbano fortemente polarizado pela Área Metropolitana de Lisboa, que tende a integrar a dinâmica das cidades mais próximas como Santarém, Rio Maior e Torres Vedras. Esta Área Metropolitana é muito densa, concentrada e dinâmica, fortemente internacionalizada (...).

Subsistema de cidades da Alta Estremadura. (...) polarizado pela cidade de Leiria e sustentado por um tecido industrial diversificado.

Rede de cidades Tomar, Abrantes e Torres Novas-Entroncamento. (...) com uma dinâmica potenciada pela sua posição de centro de logística de transportes relativamente à Área Metropolitana de Lisboa (...)

Subsistema de cidades Nazaré-Alcobaça-Caldas da Rainha-Peniche. (...) estrutura uma base produtiva apoiada nas fileiras agro-industrial, do lazer (praias, habitação secundária e património cultural e construído) e cerâmica artística.

### 5. SISTEMA URBANO REGIONAL DO ALENTEJO.

Sistema urbano dominado pelos três principais centros polarizadores, Portalegre, Évora e Beja, (...) em que Évora se assume como cidade-porta e, estrategicamente, tende a recuperar uma posição de cidade-âncora.. (...) integra dois pequenos eixos com fraca capacidade polarizadora, Estremoz-Vila Viçosa e Santiago do Cacém-Sines-Santo André e a cidade de Elvas que é um centro importante de relacionamento transfronteiriço.

Eixo de cidades Estremoz-Vila Viçosa-Borba. Eixo relativamente industrializado, com especialização em fileiras relacionadas com os recursos naturais e agrícolas do seu território de proximidade.



Eixo de cidades Sines-Santiago do Cacém-Santo André. Eixo com relevante dinâmica demográfica e com uma base industrial forte, associada a um dos principais portos marítimos nacionais.

#### 6. SISTEMA URBANO REGIONAL DO ALGARVE.

Sistema urbano regional com forma linear, determinado por um processo de forte urbanização da faixa litoral, implicando um esvaziamento do interior da Serra. É um sistema polinucleado, polarizado pelo eixo Faro-Olhão-Loulé-Quarteira e pelo eixo Portimão-Lagos com características de internacionalização de perfil turístico.

Rede articulada de cidades Faro-Olhão, Loulé e Quarteira. Rede que polariza a área oriental (Sotavento) do Algarve, representando a maior concentração populacional e de serviços, e que beneficia do estatuto de Faro como capital regional administrativa e da localização, também em Faro, de um importante aeroporto internacional.

Eixo de cidades Portimão-Lagos. Eixo constituído por duas cidades com alguma complementaridade ao nível da procura turística, constituindo o principal centro prestador de serviços no Barlavento algarvio, nomeadamente Portimão, que sofre actualmente os reflexos negativos, ao nível da sua qualidade urbanística, decorrente da profunda transformação, em décadas recentes, (...)

Trata-se de um trabalho que realiza uma apreciação do sistema urbano actual bastante aprofundada, adoptando uma leitura dinâmica do território, atribuindo particular ênfase à realidade económica e social e às relações diferenciadas que se estabelecem entre os diferentes elementos que constituem o sistema urbano. O objectivo deste estudo ultrapassa a caracterização e a avaliação e propõe, a partir de um cenário prospectivo do sistema urbano nacional, sugestões e orientações de políticas a implementar com vista à consolidação e desenvolvimento do sistema urbano e à sua ligação a instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional.

Face aos resultados atingidos e aos meios envolvidos na sua realização, até à disponibilização de informação mais actualizada, que só deverá ocorrer depois da realização do XIV Recenseamento Geral da População em 2001, este trabalho de investigação será certamente uma referência obrigatória para todos os que se interessem por este assunto.

## 2. *A presente investigação*

O presente subcapítulo basear-se-á essencialmente na apreciação da evolução recente de alguns indicadores demográficos, por forma a identificar as principais tendências actuais do sistema urbano nacional.

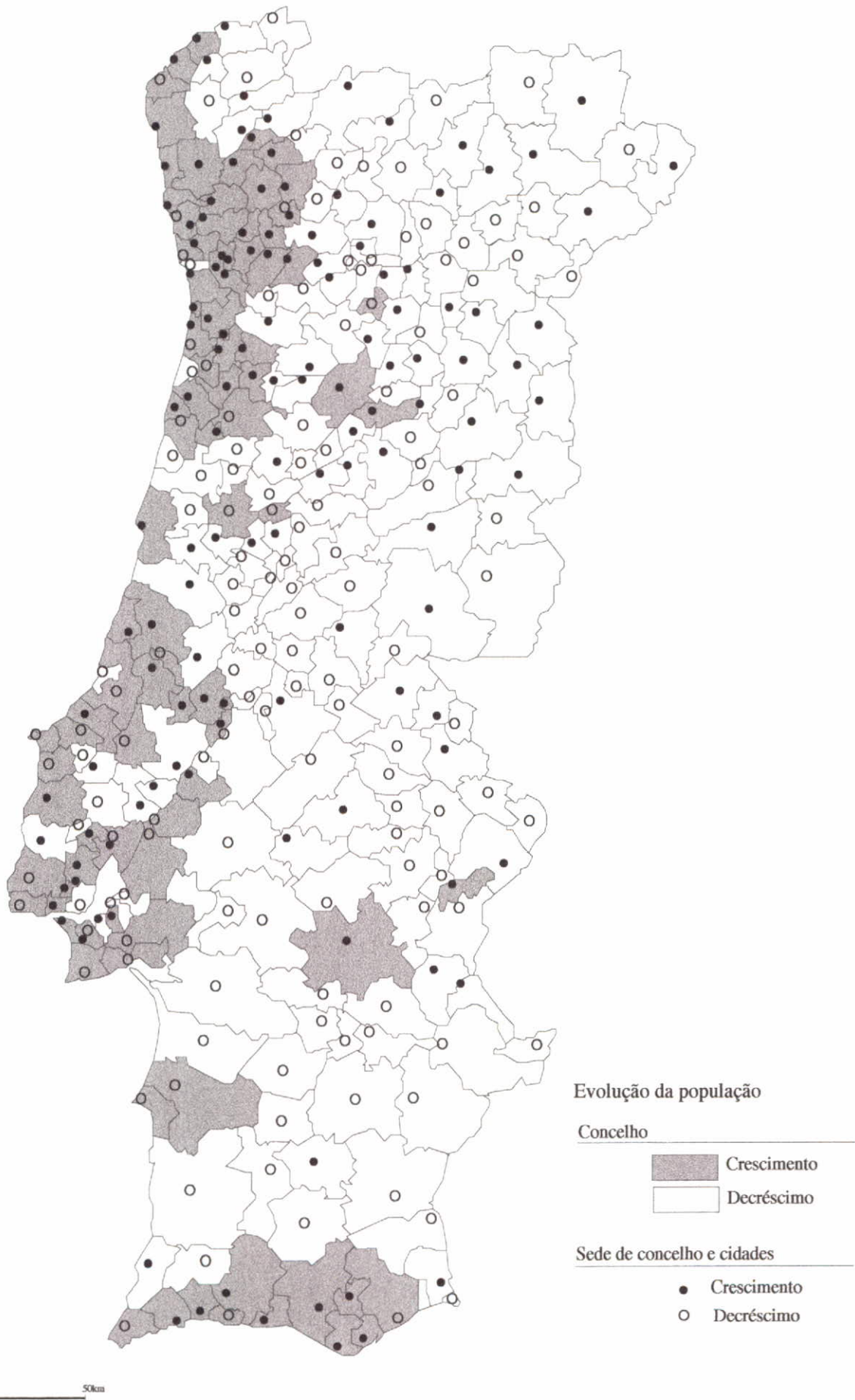
Em Portugal Continental, o último período intercensitário ficou marcado a nível demográfico e espacial pela estabilização da população (+0.17%), comportamento que constitui a consequência mais visível da forte quebra do crescimento natural e do surpreendente e anormal saldo migratório negativo. Praticamente, só uma estreita faixa territorial do país apresentou valores positivos de crescimento populacional — mapa nº 18. Esta faixa, como já anteriormente foi referido, não é contínua ao longo do litoral e desenvolve-se em quatro áreas: a Norte, a Área Metropolitana do Porto e sua região envolvente que se prolonga até Braga e Aveiro; caminhando para Sul, uma outra área engloba grande número de concelhos do Oeste e Médio Tejo; seguem-se os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa<sup>6</sup> e, por fim, a maioria dos concelhos da região Algarvia. Os concelhos que apresentam uma taxa de crescimento positiva neste intervalo de tempo, cobrem 27% do território continental e, no início dos anos 90, concentravam 5 677 874 habitantes, o que correspondia a 60.6% da população residente no Continente. O restante território apresenta na sua globalidade um expressivo declínio demográfico. São contudo excepções no Alentejo os concelhos de Évora e Vila Viçosa e no distrito de Viseu os concelhos de Viseu, Mangualde e Tarouca.

Analisando a informação de síntese que serviu de base à elaboração deste mapa com vista a uma apreciação mais quantitativa — quadro nº 26 —, rapidamente se confirma o desfasamento existente entre o número de concelhos que crescem em termos populacionais, 33.8% e os que diminuem, 66.2%. Se considerarmos só a evolução das sedes de concelho e cidades, a distribuição é mais equilibrada, sendo, no entanto, ligeiramente superior o

---

6. É de destacar o decréscimo de população verificado no centro da área metropolitana, bem como o decréscimo verificado em três concelhos periféricos que nesta década assumiram um carácter particularmente repulsivo — Barreiro, Montijo e Alcochete.





número de sedes de concelho e cidades onde nestes dez anos a população diminuiu — 51.1%, contra 48.9% onde se regista o comportamento inverso.

Relacionando a evolução da população concelhia com a população das respectivas sedes de concelho e cidades no último período intercensitário, identificaram-se quatro grandes tipos de evolução — quadro nº 26.

Quadro nº 26 Evolução da população: 1981 a 1991

<i>Concelhos</i>	Nº	%
Crescimento populacional ( ↑ )	93	33.8
Decréscimo populacional ( ↓ )	182	66.2
<i>Sedes de concelho e/ou cidades *</i>		
Crescimento populacional ( ↑ )	138	48.9
Decréscimo populacional ( ↓ )	144	51.1
<i>Concelho / Sede de concelho</i>		
Concelho ↑ Sede de concelho ↑ (Tipo A)	65	23.6
Concelho ↓ Sede de concelho ↓ (Tipo B)	111	40.4
Concelho ↓ Sede de concelho ↑ (Tipo C)	72	26.2
Concelho ↑ Sede de concelho ↓ (Tipo D)	27	9.8

\* Nesta rubrica foram consideradas as 275 sedes de concelho e as cidades que não são sedes de concelho: Alverca do Ribatejo (V.F.Xira), Amora (Seixal), Ermesinde (Valongo), Lixa (Felgueiras), Odivelas (Loures), Trofa (Santo Tirso) e Rio Tinto (Gondomar). Nos concelhos que têm uma cidade para além da sede de concelho e o comportamento evolutivo destas duas unidades urbanas é diferenciado, foram consideradas as duas situações.

Tipo A — crescimento da população simultaneamente no concelho e na unidade urbana; Tipo B — decréscimo simultâneo da população no concelho e na unidade urbana; Tipo C — decréscimo da população no concelho e crescimento da mesma na unidade urbana; Tipo D — a população do concelho cresce e a população da unidade urbana diminui.

Organizando assim a informação, é de realçar o elevado número de concelhos que expressam uma "repulsão absoluta" nas duas componentes espaciais — Tipo B — 40.4%. A distribuição espacial destes casos concentra-se basicamente ao longo de toda a faixa interior do país.



Também nesta faixa interior se assinala um segundo tipo de comportamento — Tipo C —, que designaremos de "polarização urbana" e consiste no decréscimo populacional do concelho a par do crescimento da população residente na sede de concelho e que atinge 26.2% do total de concelhos. Os concelhos que aumentam de população, tanto na sua sede de concelho e/ou cidades como no restante espaço concelhio — Tipo A —, correspondem a 23.6% e localizam-se essencialmente na faixa litoral sendo, todavia, de destacar a existência no interior do país de dois casos de "urbanização": na subregião de Dão-Lafões, Viseu/Mangualde e no Alentejo Central os concelhos de Évora e Borba. Por fim, assinala-se um quarto tipo — Tipo D —, que poderemos designar de "urbanização difusa" e corresponde a 9.6% dos concelhos. Este tipo consiste na diminuição da população da sede de concelho e/ou cidade a par do aumento da população concelhia. Localizam-se essencialmente na faixa litoral a Norte da Serra da Arrábida, sendo de destacar aqui a elevada representatividade de concelhos com este comportamento na subregião Oeste e na AML; igual comportamento se observa em Sines, Vila do Bispo, Lagoa e Tavira.

A distribuição de unidades urbanas conserva a sua tradicional estrutura policêntrica, com uma maior densidade no litoral Norte e no litoral algarvio. A densidade de unidades urbanas no resto do país é menor, com particular destaque para as subregiões alentejanas e Alto Trás-os-Montes. Nas regiões mais interiores predominam as pequenas e médias unidades urbanas, mais ou menos isoladas, de dimensão irrelevante no contexto da União Europeia ou mesmo da Península Ibérica, mas que regionalmente revelam, em alguns casos, capacidades atractivas, relativamente à região onde se inserem, a qual continua a perder população.

Na faixa litoral, é de assinalar a acentuação da importância das duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto que, em 1991, concentravam quase 40% da população residente no continente e 62.2% da população urbana.

A maioria das unidades urbanas localizadas na faixa litoral denotam grande dinamismo, demonstrativo do potencial demográfico e urbano desta área. Mas este dinamismo não se restringe exclusivamente ao litoral. É expressivo o número de sedes de concelho do interior que registaram aumentos de

população num quadro regional manifestamente desfavorecido, sendo de destacar o conjunto de unidades urbanas que se dispõem na proximidade do eixo Aveiro/Viseu/Guarda/Vilar Formoso (IP5) — conforme se pode inferir da leitura do mapa nº 18 B.

Esta figura é constituída por dois mapas, "Crescimento" e "Decréscimo", onde se assinalam separadamente todas as sedes de concelho e/ou cidades que na década de 80 registaram crescimento ou decréscimo, e que resultou da decomposição de informação do mapa nº 18A. Se no caso das unidades urbanas que cresceram podemos identificar um padrão de distribuição que privilegia o litoral e, *grosso modo*, toda a região Centro a norte do Tejo, já no caso das unidades onde a população diminui, a identificação de um padrão de distribuição torna-se mais difícil. Este tipo de unidades está presente em todas as regiões do território nacional sendo, todavia, possível afirmar que existe um maior número no interior e, particularmente na região Centro e no Alentejo.

Continuando a procurar aprofundar o conhecimento sobre o padrão espacial de distribuição da urbanização recente, sintetizemos a informação expressa no mapa nº18. Assim, os concelhos foram classificados como estando inseridos ou num "Processo de urbanização", ou num "Processo de repulsão". Incluem-se na primeira designação os concelhos que registaram acréscimos de população simultaneamente no concelho e na sede de concelho e/ou cidade<sup>7</sup> só no concelho ou só na sede de concelho e/ou cidade. No segundo caso — concelhos em "Processo de repulsão"— consideraram-se os concelhos que registaram decréscimos populacionais ao mesmo tempo no concelho e na sede de concelho e/ou Cidade — mapa nº19.

Este mapa da distribuição dos concelhos em processo de "Urbanização / Repulsão" sintetiza e reforça algumas das conclusões já anteriormente referidas. De entre estas, destacamos a descontinuidade da urbanização litoral atlântica, resultante da presença a Norte de Coimbra de uma "bolsa" repulsiva de concelhos — Mira, Cantanhede, Anadia, Montemor-o-Velho,

---

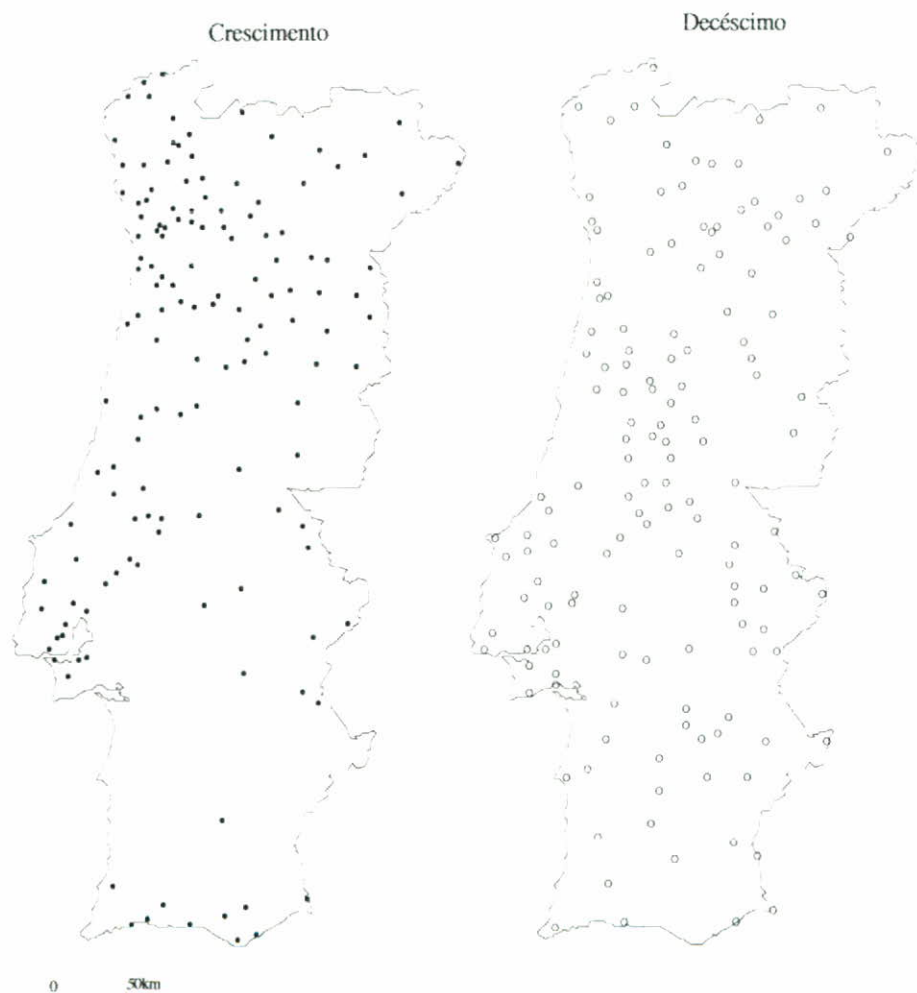
7. Nos concelhos em que existe uma cidade para além da sede de concelho e possuindo estas unidades urbanas comportamento demográfico de sentido contrário, considerou-se como comportamento prevalecente o registado na unidade urbana de maior valor populacional.



Mealhada e Oliveira de Azeméis.

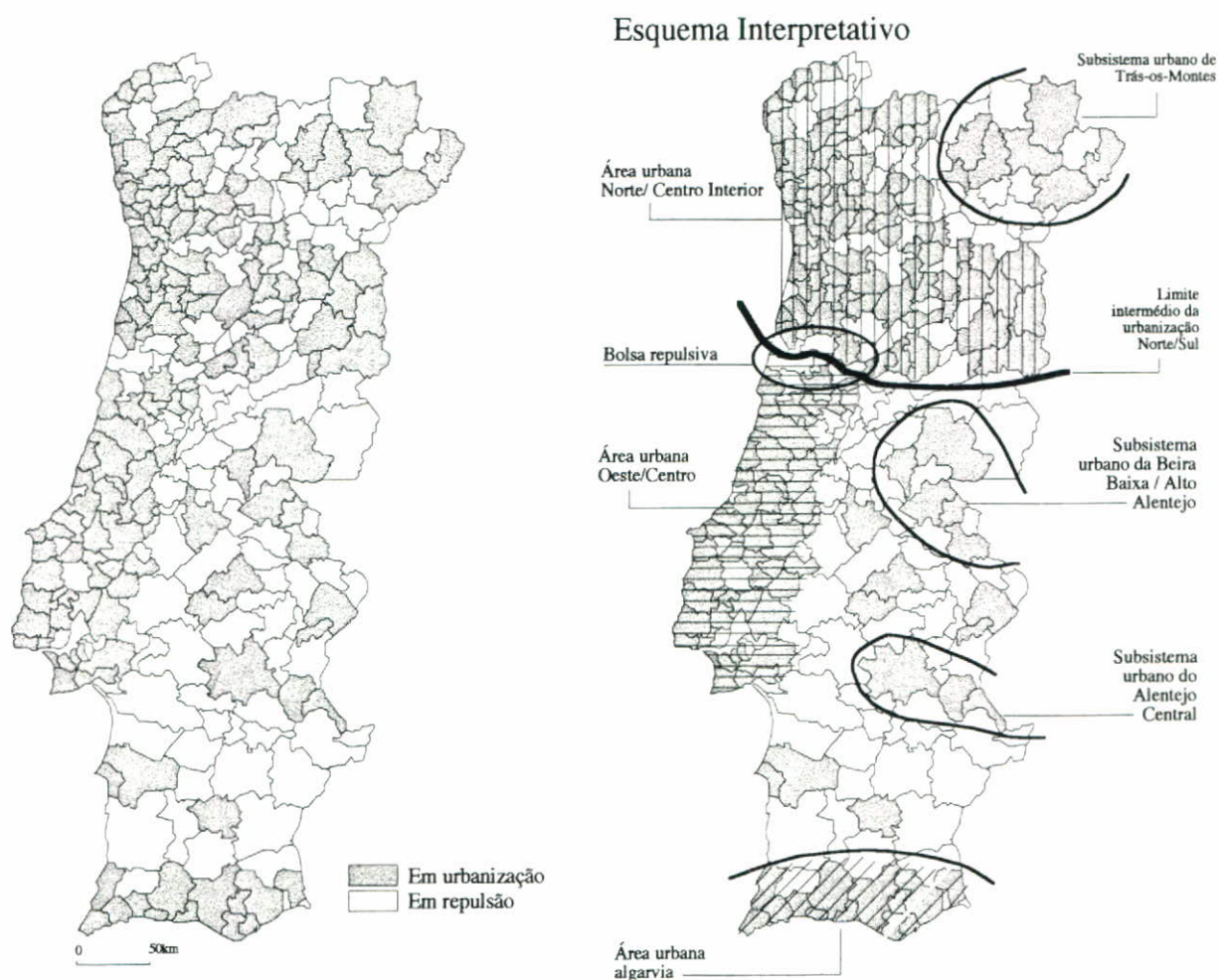
Assim, é possível delimitar dois grandes contínuos urbanos: um a Norte que abrange, *grosso modo*, as antigas províncias do Minho, Douro Litoral, o distrito de Aveiro e a Beira Alta, e outro mais a Sul que começa em Coimbra e se desenvolve ao longo da Estremadura e parte do Ribatejo. Para além destas duas faixas urbanas, a que se acrescenta uma terceira, a do litoral algarvio, identificam-se mais três pequenas áreas de urbanização: uma em Trás-os-Montes (concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Murça e Valpaços);

Mapas n.º 18B e 18C      Evolução da população residente em sedes de concelho e cidades:  
1981 / 1991



a segunda, localizada na charneira entre a Beira Baixa e o Alto Alentejo (concelhos de Castelo Branco, Proença-a-Nova, Nisa, Castelo de Vide e Portalegre); a terceira, mais a Sul, mas ainda no Alentejo, constituída pelos concelhos de Évora, Reguengos de Monsaraz e Mourão.

## Mapa nº19 Urbanização e repulsão



ns

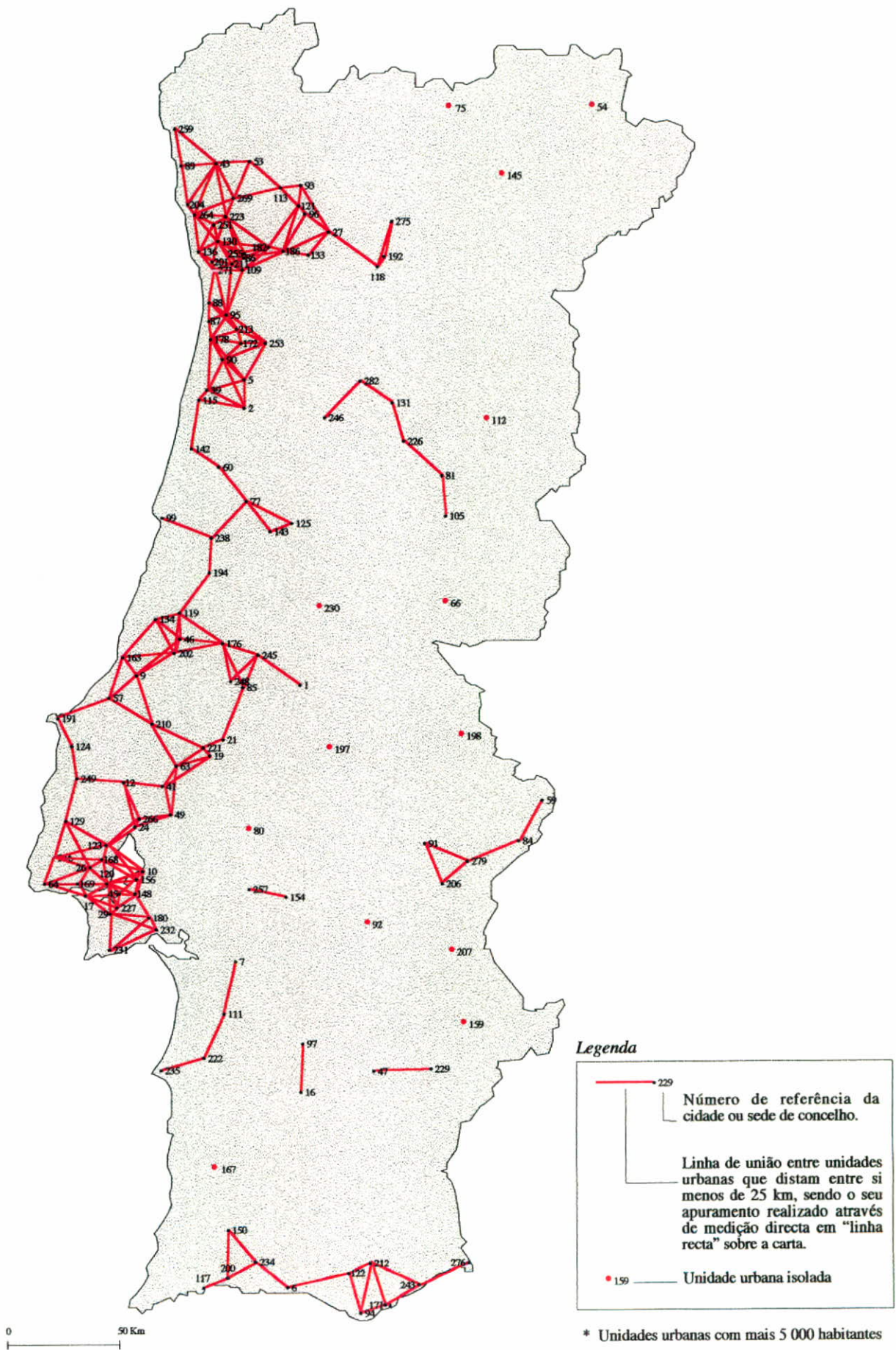
Conjugando estas tendências de urbanização e repulsão com o padrão de distribuição geográfico das unidades urbanas<sup>8</sup> localizadas a uma distância igual ou inferior a 25km entre si<sup>9</sup> — mapa nº 20 A<sup>10</sup> —, é possível delinear o mapa de síntese do actual sistema urbano — mapa nº 21.

8. Unidades urbanas com mais de 5 000 habitantes em 1991.

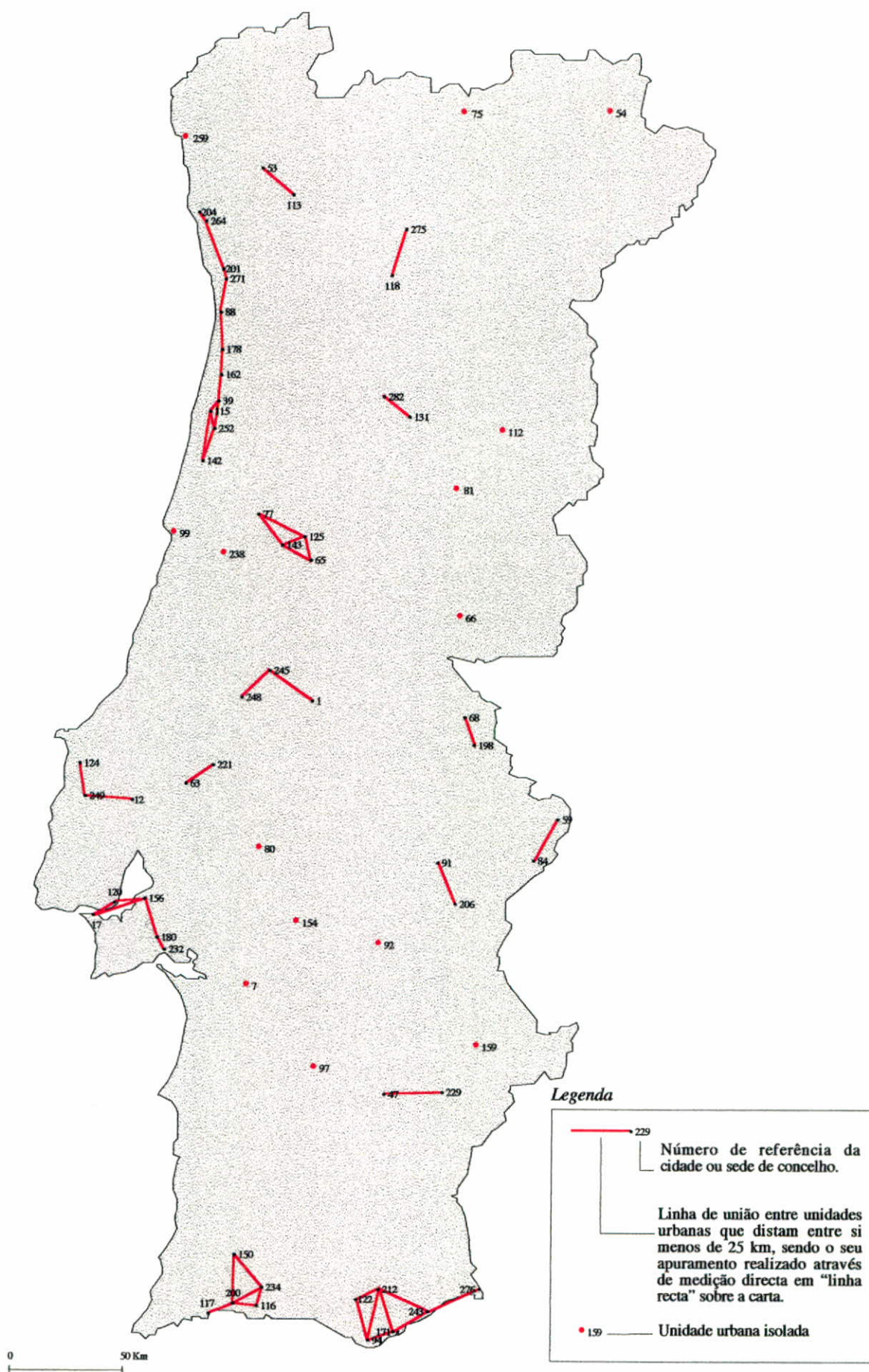
9. Na Europa, a distância média entre cidades é de aproximadamente 25 km.

10. Para termo de comparação, construímos também o mapa equivalente de 1890 — mapa 20 B onde são evidentes as diferenças em relação ao mapa de 1991.



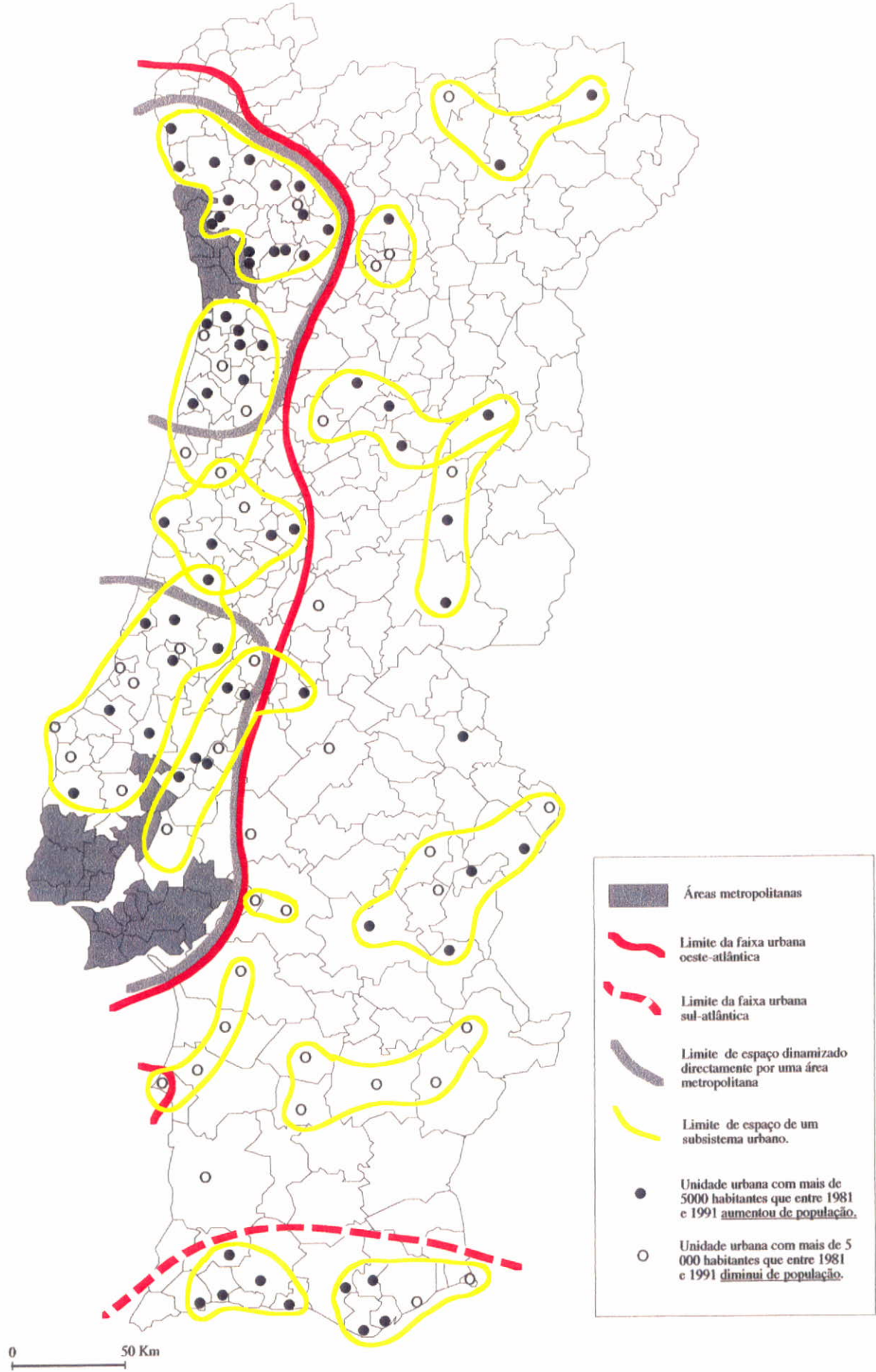






\* Unidades urbanas com mais 5 000 habitantes

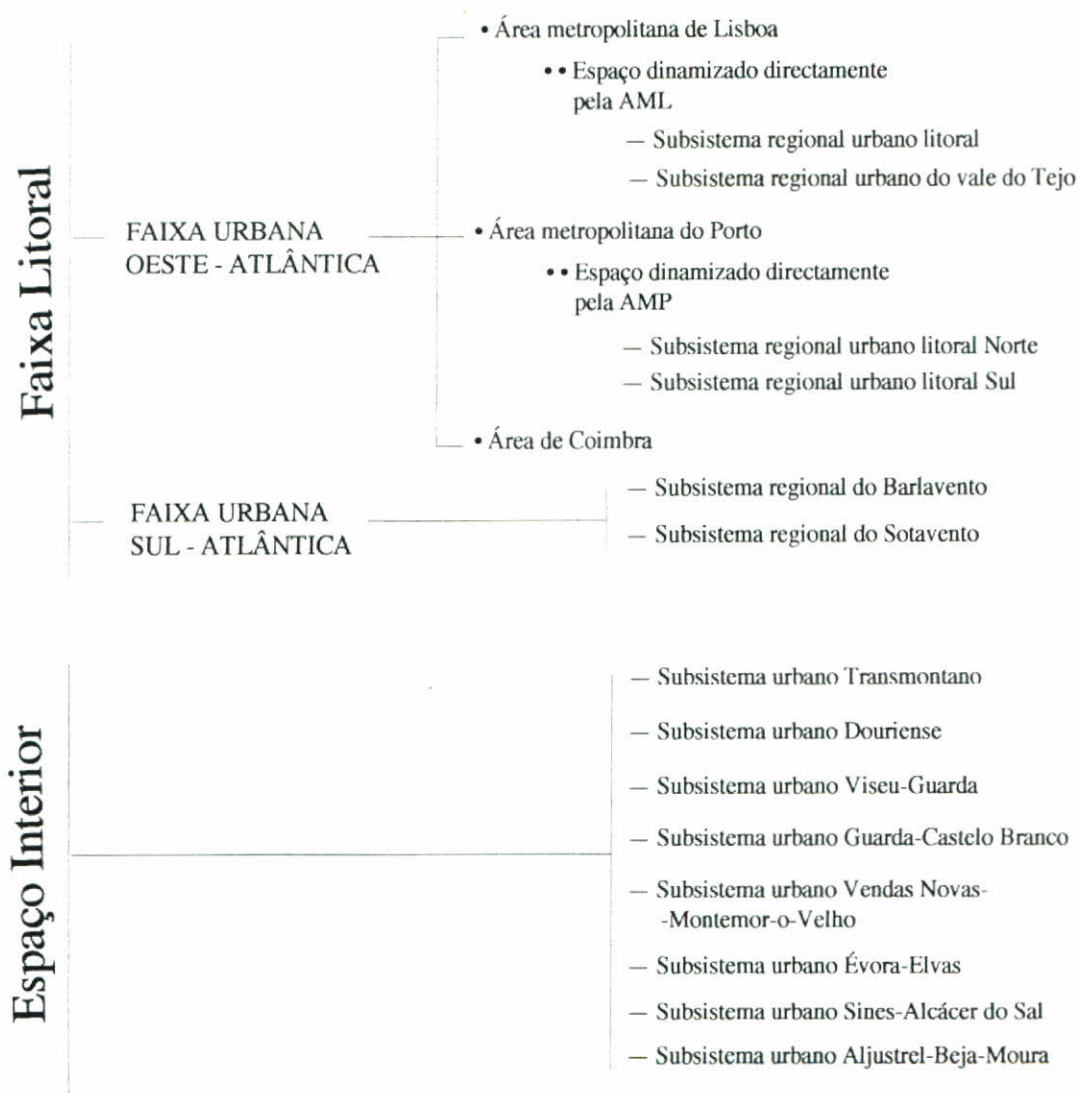




A leitura que fazemos do sistema urbano nacional assenta na tradicional dicotomia litoral-interior e não está longe complementarmente da abordagem proposta no "*modelo do arquipélago*" em que se comparam "*ilhas*" — áreas urbanas dinâmicas — e as "*áreas submersas*" — territórios com fraca expressão económica e urbana. Assim, propomos a seguinte sistematização :

### *Síntese do sistema urbano: 1991*

---





## **FAIXA LITORAL**

Faixa urbana com elevado dinamismo demográfico e urbano, divide-se em dois segmentos. O mais importante e de maior dimensão estende-se da foz do rio Sado à foz do rio Lima, segmento designado por " FAIXA URBANA OESTE-ATLÂNTICA"; o segundo compreende a importante rede de cidades algarvias e passa a ser intitulado de "FAIXA URBANA SUL-ATLÂNTICA".

### **FAIXA URBANA OESTE-ATLÂNTICA**

Decompõe-se nas seguintes unidades urbano-espaciais:

- Área Metropolitana de Lisboa

Constituída administrativamente por dezoito concelhos. Na margem Norte, fazem parte os concelhos da Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira; na margem Sul, os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Setúbal e Sesimbra.

- • Espaço dinamizado directamente pela AML

- Subsistema Regional Urbano Litoral: Peniche / Leiria / Rio Maior.

- Subsistema Regional Urbano do Vale do Tejo : Benavente / TorresNovas / Abrantes / Entroncamento.

- Área Metropolitana do Porto

Constituída por nove concelhos: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

- • Espaço dinamizado directamente pela AMP

- Subsistema Regional Urbano Litoral Norte : inclui "grandes

cidades" como Braga, Barcelos e Guimarães, a par de um conjunto de unidades urbanas de pequenas e médias dimensões, inseridas em concelhos de elevada densidade e dinamismo demográfico do vale do Ave, do Tâmega e do Sousa.

- Subsistema Regional Urbano Litoral Sul: Localiza-se a Sul da AMP, e inclui a dinâmica região de Aveiro, destacando-se pela sua importância demográfica e/ou dinamismo económico as seguintes unidades urbanas: S.João da Madeira, Feira, Espinho, Ovar, Oliveira de Azemeis, Albergaria-a-Velha e Aveiro.

- Área de Coimbra

Centrada na cidade de Coimbra, esta área reúne um conjunto de unidades urbanas de pequena e média dimensão, com dinâmicas demográficas muito diversas ( Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Coimbra, Soure, Miranda do Corvo e Lousã). Devido à sua posição relativamente equidistante face às duas grandes metrópoles, Coimbra e sua área manifestam tradicionalmente alguma ambiguidade em relação à localização das charneiras Norte/Sul e Litoral/Interior, não sendo por vezes claro se o seu protagonismo e a sua dinâmica será genuinamente de cariz "litoral", ou, se pelo contrário, é já a expressão da dinâmica verificada no "interior" que se manifesta neste troço "litoral".

#### FAIXA URBANA SUL-ATLÂNTICA

- Subsistema Regional do Barlavento: inclui as unidades urbanas de Lagos, Portimão, Monchique, Silves, Lagoa e Albufeira.
- Subsistema regional do Sotavento: inclui as unidades urbanas de Loulé, Faro, Alportel, Olhão, Tavira e Vila Real de Stº. António.



## ESPAÇO INTERIOR

Estende-se desde o Norte interior do país até ao Sul, mais precisamente até aos contrafortes meridionais da Serra Algarvia. Apresentando-se genericamente como uma área em declíneo demográfico detém, no entanto, um conjunto de unidades urbanas de pequenas e médias dimensões com importância económica e administrativa de nível regional e(ou) supraregional, mas com dinâmicas demográficas relativamente diferenciadas.

- Subsistema Urbano Transmontano:  
constituído pelas três importantes unidades urbanas de Bragança, Mirandela e Carrazeda de Ansiães. Deste conjunto de unidades urbanas só Carrazeda de Ansiães registou diminuição de população no último período intercensitário.
- Subsistema Urbano Douricense:  
formado pelas três importantes unidades urbanas de Vila Real, Peso da Régua e Lamego. Destas unidades urbanas só Vila Real registou aumento de população no último período intercensitário.
- Subsistema Urbano Viseu-Guarda:  
constituído por quatro unidades urbanas, Tondela, Viseu, Mangualde e Guarda. Deste conjunto de unidades urbanas só Tondela registou diminuição de população nos últimos dez anos. Este subsistema tem vindo a reforçar a sua importância supraregional mercê da construção do importante eixo rodoviário IP5, que liga a cidade de Aveiro à fronteira de Vilar Formoso.
- Subsistema Urbano Guarda-Castelo Branco:  
formado por quatro unidades urbanas, Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco. Nos últimos dez anos só a cidade da Covilhã registou diminuição de população. A confluência deste subsistema e do anterior, na cidade da Guarda, reforça substancialmente a importância desta. Também o actual traçado rodoviário concorre para esta situação ao ter

privilegiado esta cidade como ponto de intercepção de duas importantes rodovias, que decaem parcialmente os dois subsistemas: Viseu-Guarda (IP5) e Castelo Branco-Guarda (IP2).

- Subsistema Urbano Vendas Novas-Montemor-o-Novo:  
constituído unicamente por estas duas unidades urbanas, denota fraco dinamismo demográfico, tendo registado na década de 80 uma perda generalizada de população.
- Subsistema Urbano Évora-Elvas:  
formado por sete unidades urbanas, Évora, Estremoz, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Elvas e Campo Maior. Apresenta três unidades urbanas que registaram decréscimo de população nos últimos dez anos: Estremoz, Redondo e Campo Maior. Na sua globalidade, este subsistema Évora-Elvas apoia-se no eixo rodoviário IP7 (Évora-Estremoz-Elvas) que, em conjugação com IC11, liga a Área Metropolitana de Lisboa à fronteira do Caia, em Elvas. Neste subsistema é de destacar o comportamento de Évora e de Vila Viçosa, por expressarem elevado dinamismo demográfico tanto a nível concelhio como a nível da população residente nas respectivas sedes de concelho.
- Subsistema Urbano Sines-Alcácer do Sal:  
constituído por quatro unidades urbanas, Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal. Apresentam algum dualismo Litoral/Interior, mas têm em comum o mesmo tipo de comportamento demográfico quanto ao decréscimo das suas populações residentes. No entanto, observou-se na última década o crescimento de população concelhia em Sines e Santiago do Cacém por influência directa da actividade industrial e portuária do Complexo de Sines<sup>11</sup>. Devido a este comportamento singular, considerou-se Sines como fazendo

11. O comportamento singular registado no concelho de Sines deve-se fundamentalmente ao dinamismo demográfico da designada "Cidade Nova de Santo André", criada na década de 70 no âmbito do Complexo Industrial de Sines.



parte da designada faixa urbana oeste-atlântica.

— Subsistema Urbano de Beja:

formado por cinco unidades urbanas, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Beja e Serpa e Moura que registaram, nos últimos dez anos, perdas de população residente simultaneamente a nível concelhido e de unidade urbana.

Em traços gerais, o comportamento da faixa urbana oeste-atlântica a norte da cidade de Coimbra é essencialmente resultante do crescimento natural, enquanto na região dinamizada pela área metropolitana de Lisboa e na faixa urbana sul-atlântica algarvia a principal componente explicativa incide no afluxo de populações exteriores a estas áreas. Do interior do país a população sai numa primeira fase para o litoral, ou para o estrangeiro, aparecendo numa fase mais recente uma terceira alternativa que consiste na mudança de residência para alguma sede de concelho ou cidade mais próxima.

Em todos os subsistemas urbanos delimitados existem unidades urbanas em que a população diminui nos últimos dez anos, o que reflecte a existência de unidades urbanas com problemas de desenvolvimento importantes e dos quais o decréscimo de população é a parte mais visível. Destacam-se neste perfil comportamental os subsistemas alentejanos.

O padrão de distribuição da população apreciado na óptica "urbana" reflecte uma apreciável concentração no litoral e uma igualmente apreciável rarefacção no interior do país. Este padrão dualista é na realidade, em termos históricos e geográficos, um padrão natural e orgânico e como tal, equilibrado e auto-regulado, que tem sido sancionado na essência por sucessivas gerações de agentes económicos e que, actualmente, se encara como uma realidade que deve ser desenvolvida e melhorada. No entanto, ainda há uma década, a generalidade dos estudos sobre o sistema urbano concluía que face a este padrão dualista havia que contrariar esta "perniciosa tendência" que, a persistir, impediria um efectivo e equilibrado desenvolvimento regional. Actualmente, a concentração da população no litoral e a existência de grandes urbes começam a deixar de ser factos equacionados como algo que tem que ser contrariado ou corrigido,

passando a realizar-se um tipo de leitura menos pejorativa desta realidade, cada vez mais influenciada pelas forças de mercado e pela imagem colectiva que temos do mundo e do país em que vivemos, onde é cada vez maior o número e a dimensão das cidades.

A esta alteração de análise não parece ser estranho o desencanto pelas teorias marxistas manifestado por vasto sector de investigadores sociais nos anos 70 e 80. O planeamento regional foi, numa fase inicial, encarado por muitos destes investigadores como o terreno por excelência de algumas ideias-base do marxismo com objectivos correctivos, em que era absolutamente imperioso, por exemplo, obter uma distribuição da população mais igualitária entre os concelhos do litoral e do interior, ou necessário estancar o crescimento das maiores cidades e fomentar o crescimento das restantes procurando-se, assim, obter um tipo de cidade com um limiar demográfico ideal e óptimo. Pura utopia.

Actualmente começa a ganhar forma uma concepção mais alargada das dicotomias portuguesas litoral/interior e centro/periferia, que passa pela alteração da escala de análise deixando de se apreciar estas dicotomias exclusivamente à escala do país, e passando-se para a escala mais ampla da Península Ibérica e da Europa. A faixa litoral urbana passa a ser apreciada como um segmento de uma faixa litoral urbana mais vasta, que se prolonga no Norte pela Galiza e no Algarve pela vasta costa litoral urbana do mediterrâneo espanhol. Em contrapartida, o interior do país, área deprimida e com uma rede esparsa de cidades, começa a deixar de ser encarado como algo excepcional e singular e passa a ser relativizado face a um vastíssimo território interior Ibérico onde se registam problemas semelhantes. Neste quadro geral, começa a ganhar uma envergadura especial a análise das redes urbanas do Interior. A dicotomia nacional litoral/interior começa assim, a ser questionada quando apreciada à escala Ibérica. Será possível passar a admitir que o território nacional face à totalidade do território Ibérico poderá ser classificado na sua generalidade como sendo totalmente litoral ?

Em traços muito sintéticos, o território continental e o seu sistema urbano é passível de ser decomposto. Em primeiro lugar, existem três áreas particularmente dinâmicas localizadas no litoral; duas incluem áreas



metropolitanas — Lisboa e Porto — e a terceira corresponde à faixa urbana litoral algarvia. Em segundo lugar, observa-se a existência de uma longa faixa interior onde predomina uma dinâmica muito fraca e em muitos casos regressiva, que afecta em geral todo este território e em particular a sua esparsa rede urbana.

Comparando genericamente o mapa do sistema urbano proposto pela Quaternaire e o mapa equivalente por nós construído — mapa nº20 —, podemos concluir que existem na sua essência traços semelhantes. No entanto, deveremos ter presente que o objectivo destes dois trabalhos é diferente, embora possuam o mesmo objecto de investigação. O presente trabalho procura acompanhar a evolução do sistema urbano nacional nos últimos cem anos, sendo a interpretação do sistema urbano actual a última etapa dessa apreciação, realizada essencialmente através da evolução da população residente em cidades e sedes de concelho. Este indicador demográfico de síntese vê mais uma vez reconhecido o seu potencial, ao ser confirmado nos seus resultados principais por um conjunto vastíssimo de indicadores de natureza social, económica e de infraestruturas e equipamentos que outras investigações têm utilizado.

## *Conclusões*

---

O sistema urbano nacional tem como característica principal, à semelhança da generalidade dos sistemas urbanos europeus antigos, uma elevada estabilidade, estando contudo esta macro-estabilidade de longo prazo assente em flutuações e variações dinâmicas de curto prazo. Esta ideia geral de base ficou confirmada ao longo do presente trabalho, tendo as principais etapas da nossa pesquisa procurado indagar do desenvolvimento e repartição espacial do sistema urbano nacional, na busca de explicações para essa coerência. O conjunto de explicações avançadas ao longo dos diversos capítulos procurou o equilíbrio entre a generalidade e a abrangência teórica inerentes ao saber científico e a especificidade de alguns aspectos do território e da história nacional, bem como o equilíbrio entre o tratamento estatístico da informação de base e a interpretação empírica.

Assim, uma das nossas primeiras preocupações incidiu na identificação das características de dinâmica lenta. No decurso de cem anos, a taxa de urbanização passou de 31.8 % em 1890, para 63.5% em 1991, ou seja, de aproximadamente 1,5 milhões para 5,9 milhões de habitantes, seguindo um ritmo evolutivo que poderemos designar de moderado e constante.

Verificou-se, ainda, que a estrutura do sistema urbano não registou grandes alterações nem no que se refere ao seu perfil hierárquico, nem especificamente no referente à distribuição espacial. Constatou-se igualmente que ao longo deste período de cem anos a taxa de crescimento da população urbana foi sempre superior à taxa de crescimento da população total. Todavia, a análise mais detalhada destas realidades demográficas veio a evidenciar que o comportamento destas duas curvas de



evolução é em traços gerais semelhante, podendo concluir-se que não tem existido até hoje uma diferenciação muito nítida entre a evolução da população urbana e a evolução da população nacional<sup>1</sup>. Como poderemos explicar esta similitude comportamental e esta efectiva estabilidade do sistema? Uma primeira explicação poderá ser dada pelo desenvolvimento a ritmo paralelo que se tem verificado nas duas principais componentes do crescimento do sistema urbano, ou seja, a evolução da população urbana e o número de unidades urbanas. E efectivamente, estas duas componentes têm evoluído a par uma da outra. Por outro lado, factores demográficos importantes, como por exemplo a emigração, têm recrutado os seus efectivos não só entre a população rural como entre a população urbana.

Na distribuição da população urbana por dimensão de lugares, verifica-se uma perda de importância das pequenas unidades urbanas, a par de um reforço substancial de importância das unidades urbanas de média dimensão enquanto as grandes unidades urbanas que cresceram rapidamente até 1950 têm vindo a perder alguma importância. No entanto, é de assinalar que entre 1981/91 a taxa de variação da população das pequenas unidades urbanas, essencialmente entre os 5 000 e os 10 000 habitantes, registou uma evolução positiva.

Procurámos demonstrar que o sistema urbano nacional, assente num conjunto de cidades e sedes de concelho, relativamente estável e antigo, manifesta uma tendência para a concentração e reforço de importância da população em cidades de média e grande dimensão, especialmente e cada vez mais nas primeiras. Todavia, é necessário ter presente que um número importante destas unidades urbanas de média dimensão e maior dinamismo se encontra ou incluído nas duas áreas metropolitanas, ou na sua proximidade imediata. O caso mais expressivo regista-se na área dinamizada directamente pela cidade do Porto que constitui já actualmente uma vasta área urbana polinucleada.

A análise da evolução da hierarquia urbana nacional ao longo do tempo confirmou a manutenção de um perfil de hierarquia urbana relativamente

---

1. No futuro será certamente muito interessante aprofundar alguns aspectos relacionados com especificidades da população urbana, em termos de esperança de vida, natalidade, mortalidade ou composição por sexos.

constante. As cidades de Lisboa e do Porto mantêm a sua posição cimeira, seguidas por uma terceira cidade relativamente pequena, que variou ao longo do tempo<sup>2</sup>, e por um vastíssimo conjunto de médias e pequenas unidades urbanas. Assinale-se no entanto, que ao longo do tempo os sucessivos perfis de hierarquia urbana se deslocaram em sentido ascendente, devido ao crescimento generalizado de todo o sistema urbano.

A análise espacial da evolução do sistema urbano ao longo do tempo revelou-nos o aumento do número de unidades (+32.9%), sendo este acréscimo particularmente expressivo na envolvente das cidades de Lisboa e do Porto. O aparecimento destas novas unidades urbanas decorre essencialmente da terciarização da economia nacional e só em casos muito pontuais se fica a dever ao desenvolvimento da indústria ou dos transportes.

A uma rede urbana já perfeitamente definida espacialmente em 1890, vem-se posteriormente a sobrepor nos anos 40 e 50 uma organização espacial com uma nova lógica e novas especificidades económicas, que aproveita naturalmente o padrão já existente, reforçando fundamentalmente as duas maiores áreas urbanas. Ao longo da faixa urbana oeste-atlântica e na faixa urbana sul-atlântica, não se verifica o aparecimento de um número substancial de novas unidades urbanas. Regista-se sim, o crescimento de algumas importantes unidades já existentes. No interior do país, sobre um fundo de unidades urbanas estabilizadas ou em decréscimo demográfico, sobressai um conjunto de cidades relativamente importantes à escala regional — muitas delas antigas sedes de Província ou de Distrito —, das quais se destaca Beja, Bragança, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Fundão, Gouveia e Portalegre. Estas cidades, devido ao relativo afastamento entre si e a alguns problemas de acessibilidade que ainda persistem, não constituem no seu conjunto efectivamente uma estrutura urbana complexa e contínua como a que se verifica no litoral. No entanto, é da maior relevância o seu protagonismo no quadro global de interioridade onde de localizam.

Procurando conhecer melhor, ao longo do tempo e do espaço, os diferentes elementos que constituem o sistema urbano, realizámos uma tipificação da evolução populacional de todas as unidades urbanas, a qual nos permitiu

---

2. 1890—Braga; 1900—Braga; 1911—Braga; 1920—Coimbra; 1930—Setúbal; 1940—Setúbal; 1950—Coimbra; 1960—Coimbra; 1970—Coimbra; 1981—Amadora; 1991—Amadora.



concluir da distribuição espacial dos diferentes tipos de evolução demográfica. Foi deste modo possível identificar uma faixa oeste-atlântica entre Setúbal e Viana do Castelo, onde é marcante a presença e acção de um importante conjunto de urbes que ao longo do tempo teve na sua generalidade um comportamento demográfico ascendente e que reúne as maiores cidades e as duas áreas metropolitanas. Por outro lado, identificou-se a faixa interior do país desde Trás-os-Montes até à Serra Algarvia, que contém essencialmente unidades urbanas de perfil estabilizado ou regressivo.

As áreas de unidades urbanas de rápido crescimento, localizam-se essencialmente em torno das cidades de Lisboa e Porto, sendo a área que envolve esta última de maior dimensão do que a área envolvente da capital. Embora em termos legais e administrativos possuam a mesma designação — Área Metropolitana —, trata-se efectivamente, pela área que ocupam e principalmente pela morfologia que possuem, de entidades urbanas bastante diferenciadas; enquanto a área de Lisboa vive essencialmente das relações que se estabelecem com a sua cidade-centro — monocentrismo comum a grande número de áreas metropolitanas —, a área urbana do Porto, para além da importância da sua cidade-centro possui um importante conjunto de outras unidades urbanas que organizam e estruturam toda essa vasta área urbana, sendo neste caso pouco apropriada a terminologia área metropolitana, podendo antes ser designada com vantagem por *aglomeração urbana policêntrica*. A génese desta diferenciação morfológica nasce da evolução das formas tradicionais de povoamento: enquanto na região do Porto prevalecia o *povoamento disperso em pequenos núcleos*, na região de Lisboa predominavam os *lugares aglomerados com dispersão intercalar*.

Uma das questões que se levantaram em determinado momento da pesquisa recaiu sobre a necessidade de procurar compreender como é que o perfil da hierarquia urbana nacional se mantinha relativamente estável na sua configuração geral ao longo dos últimos cem anos, enquanto a posição das unidades urbanas no interior da referida hierarquia sofria constantes alterações de ordem. Temos consciência de que a resposta a esta questão não foi totalmente alcançada no decurso desta investigação. No entanto,

acreditamos que os factores explicativos para o sistema urbano francês, avançados por vários autores — com particular destaque para Guerin-Pace e Denise Pumain — sejam passíveis de generalização. Assim sendo, a explicação da coerência do sistema urbano encontra-se nas constantes alterações de crescimento, na dinâmica rápida. O crescimento das cidades, apreciado em pequenos períodos de tempo consecutivos, baseia-se, em termos puramente teóricos, numa repartição aleatória. A realidade da evolução do sistema urbano francês veio demonstrar que em determinados momentos existe uma correlação positiva entre o crescimento urbano e a dimensão das cidades afectadas por esse crescimento, a par de alguma selectividade espacial, o que na sua acção conjunta torna estes factores responsáveis pelo reforço do topo da hierarquia.

No caso do sistema urbano nacional foi possível verificar que o crescimento urbano em traços gerais beneficiou essencialmente as maiores unidades urbanas, localizando-se estas na sua grande maioria na faixa oeste-atlântica. Verifica-se assim que ao longo do tempo o crescimento da população das unidades urbanas é proporcional à sua dimensão, mas sendo a variação relativa da população, no curto intervalo de tempo, independente da sua dimensão. Também foi possível demonstrar que até aos anos 40/50 muitas cidades do interior do país cresciam a um ritmo semelhante ao das cidades mais dinâmicas do litoral.

A persistência ao longo do tempo da configuração do sistema urbano é devida, como já foi referido, ao crescimento urbano ao longo de sucessivos períodos, que umas vezes se realiza de forma aleatória no tempo e no espaço e outras vezes de forma mais regular, em períodos em que o crescimento está mais dependente da dimensão das unidades urbanas ou das vantagens comparativas de determinadas regiões. Assim se compreende a alteração de posição na hierarquia urbana registada pelas unidades urbanas ao longo do tempo, alternando sucessivamente unidades urbanas em declínio com unidades em ascensão.

A rede urbana que chegou aos nossos dias é, nas suas linhas gerais, anterior à formação da Nacionalidade. Lembremo-nos por exemplo da antiga rede de estradas e cidades romanas, porventura a primeira " imagem" de rede urbana



nacional. As actividades económicas, com particular destaque para a agricultura, conceberam e desenvolveram uma rede urbana que cobriu todo o território. Estas actividades de cariz tradicional não requerem a concentração espacial de valores de população tão grandes como os que actualmente são exigidos por determinados tipos de indústria ou de serviços. Todavia, a concentração da população portuguesa em determinados trechos do litoral é muito antiga e é a consequência natural de boas condições edafo-climáticas, maior abundância de água e existência de uma topografia menos acidentada, que facilitou a criação desde muito cedo de uma densa rede de comunicações. Assim, a actual concentração da população no litoral não só é um facto antigo com é também um facto natural, reforçado ao longo dos últimos cem anos pela implantação de grande número de actividades industriais e terciárias que são simultaneamente causa e consequência da natural litoralização da população e das actividades nacionais.

A aceleração da difusão de inovações de todo o tipo que tem ocorrido no sistema urbano nacional, essencialmente a partir da II Grande Guerra e mais especificamente a partir das últimas três décadas, tem permitido que em intervalos de tempo cada vez mais curtos — contracção do espaço-tempo — se produzam o mesmo tipo de alterações em todas as unidades urbanas do sistema, é certo que com intensidades diferenciadas; mas admitindo que as unidades urbanas se transformam a uma velocidade semelhante e com um modelo de crescimento pouco diferenciado, temos de admitir que as diferenças antigas herdadas tenderão a subsistir.

O actual sistema urbano decompõe-se em duas grandes unidades territoriais: Faixa Litoral e Espaço Interior. A Faixa Litoral é constituída pela faixa urbana oeste-atlântica e pela faixa urbana sul-atlântica, nas quais se incluem as áreas metropolitanas, os espaços dinamizados directamente por essas áreas metropolitanas e vários subsistemas regionais urbanos. O Espaço Interior é constituído basicamente por oito subsistemas urbanos. Enquanto na Faixa Litoral se observa um elevado dinamismo demográfico e urbano, o Espaço Interior apresenta-se como uma área em declínio demográfico, embora aí persista um conjunto de unidades urbanas de pequena ou média dimensão, com algum dinamismo económico e demográfico. Em resumo, na Faixa Litoral assistimos à expansão do contínuo urbano e no Espaço Interior

ao incremento da concentração urbana num número restrito de cidades e sedes de concelho.

O sistema urbano nacional teve até hoje uma evolução que podemos adjectivar de "natural", se bem que tenham existido e existam alguns esforços ao nível do planeamento — dos quais se destaca nos últimos anos o PROSIURB<sup>3</sup> —, no sentido de contrariar a tendência para a litoralização não só da população como das actividades económicas. No entanto, a contracção do espaço e do tempo beneficia directamente as grandes urbes e estas, como é sabido, localizam-se na sua maioria ao longo do litoral.

Comparando o sistema urbano nacional com a realidade equivalente espanhola ou europeia, é particularmente evidente a simplicidade do nosso sistema e a reduzida dimensão das nossas urbes. Por exemplo, a maior metrópole nacional — Lisboa — no contexto Ibérico é uma realidade urbana de segunda grandeza abaixo de Madrid ou Barcelona, e à escala da rede de cidades europeia, no que se refere à sua população ocupa a décima terceira posição e a cidade do Porto a vigésima nona. Os factores explicativos da evolução e da configuração espacial do nosso sistema urbano são em pequeno número: crescimento da população, movimentos migratórios — êxodo rural, emigração, retorno do Ultramar — e concentração no litoral decorrente das condições naturais. No interior, o crescimento de algumas urbes ocorre pelo "esvaziamento" do espaço rural envolvente — última fase do êxodo rural. Assim, na ausência de uma industrialização generalizada e antiga, são essencialmente Lisboa e Porto que se destacam no panorama urbano nacional, não só pela sua importância como pelo desfasamento dimensional que apresentam, quando comparadas com a generalidade das restantes urbes. Este facto resulta essencialmente da escala de análise macro e mesoespacial e temporal que utilizamos, remetendo para "pano de fundo" as restantes cidades e sedes de concelho, por aparente falta de protagonismo na história e na geografia urbana nacional. Só a micro-análise sobre as pequenas e médias urbes poderá revelar a existência de outros tipos de factores explicativos.

É previsível que no futuro próximo se assista ao aumento do protagonismo e

---

3. PROSIURB — Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais.



do peso demográfico das grandes metrópoles no interior do sistema urbano nacional, a par do incremento das relações com outros sistemas urbanos europeus. Este esforço de integração conduz necessariamente a uma natural competição, da qual o nível superior de hierarquia urbana dos diferentes países será o mais beneficiado. No espaço em contracção, a evolução "natural" dos sistemas urbanos acrescenta novas vantagens às grandes metrópoles.

Na actualidade, todos os estados da União Europeia manifestam alguma preocupação em relação ao equilíbrio dos seus sistemas urbanos nacionais e à posição que estes ocupam no emergente sistema urbano supranacional europeu. Os países e as suas regiões só poderão ser competitivos, na sua globalidade, se as suas cidades forem o "motor" do desenvolvimento económico. As redes de cidades, de âmbito regional, nacional e europeu podem vir a proporcionar um contributo substancial para compensar os desequilíbrios e disfunções dos diversos sistemas urbanos.

Embora ao longo deste trabalho tenhamos assumido que o sistema urbano nacional evolui ao longo do tempo de uma forma "natural" e como tal normal face às especificidades da distribuição espacial dos recursos e à história do país, isso não obsta a que se procurem implementar medidas para atenuar alguns desequilíbrios existentes. Sem a preocupação de recuar muito no tempo, desde os anos 60 e 70 que em Portugal existem políticas urbanas — nomeadamente para as pequenas e médias cidades —, bem como tem vindo a aumentar o sentimento de preocupação e interesse pelo sistema urbano nacional. Actualmente, tendo por objectivo melhorar o equilíbrio do sistema urbano, torna-se imperioso saber de que forma as diversas unidades urbanas podem complementar-se e cooperar entre si. A complementaridade entre unidades urbanas equivale a retirar benefícios da concorrência que se estabelece entre elas, superando cada uma das partes as suas desvantagens. Complementaridade e cooperação são actualmente desafios à imaginação e à criatividade de todos os que se preocupam com os problemas das cidades.

## *Ficheiro de informação UR*

---



Legenda

Exemplo de Chaves: 1890 e 1991

População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	1890		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Chaves	42 109		40 940	15 116
Chaves		9 230		
Madalena				1 902
Samalães		678		694
Sanjurge				267
Santa Maria Maior(Chaves)		7 730		9 551
Vale de Anta				1 071
Villar de Nantes		822		1 631

População residente no concelho

Unidade Urbana - Somatório da população residente nas freguesias consideradas em cada recenseamento.

Só em 1970, 1981 e 1991

Todos os recenseamentos entre 1890 e 1991

Só em 1970, 1981 e 1991

Todos os recenseamentos entre 1890 e 1991

Só em 1970, 1981 e 1991

Todos os recenseamentos entre 1890 e 1991

Fonte:

INE, X Recenseamento Geral da População 1960 ( Inclui informação retrospectiva )

INE, XI Recenseamento Geral da População 1970

INE, XII Recenseamento Geral da População 1981.

INE, XIII Recenseamento Geral da População 1991.

População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
REGIÃO NORTE	1 792 414	426 283	1 884 087	463 269	2 060 837	521 710	1 990 567	531 241	2 159 631	612 131	2 555 314	700 599	2 820 675	774 362	3 040 717	849 644	3 020 021	938 087	3 410 099	1 136 511	3 472 715	1 168 794
Alto Trás-os-Montes	255 097	32 975	255 273	31 665	349 476	34 532	243 413	31 157	265 405	37 933	304 426	43 524	338 310	51 992	355 432	58 608	273 695	47 940	272 486	64 403	235 241	67 259
Alfandega da Fé	8 768		9 069		93 411		8 037		8 789		9 963		10 204		9 672		7 410		7 925		6 734	
<i>Alfandega da Fé</i>		<i>1 032</i>		<i>1 063</i>		<i>1 173</i>		<i>1 018</i>		<i>1 257</i>		<i>1 441</i>		<i>1 533</i>		<i>1 533</i>		<i>985</i>		<i>1 967</i>		<i>1 950</i>
Boticas	10 133	823	10 982		10 937	924	10 338	867	11 154	1 042	11 786	963	13 247	1 213	14 481	1 081	10 925		8 773	837	7 936	
<i>Boticas</i>				<i>1 022</i>																		
Bragança	30 378	5 839	30 513		31 321	5 701	28 395		29 750		34 295		38 234	8 818	37 553		32 075		35 380	14 379	33 055	
<i>Bragança</i>				<i>5 310</i>		<i>5 701</i>		<i>5 370</i>		<i>6 141</i>		<i>6 595</i>		<i>8 818</i>		<i>8 662</i>		<i>9 275</i>		<i>14 379</i>		<i>16 079</i>
Santa Maria	3 111		2 742		2 754		2 687		3 118		3 325		4 377		3 908		3 745		3 924		3 239	
<i>Sé</i>				<i>2 568</i>		<i>2 947</i>		<i>2 683</i>		<i>3 023</i>		<i>3 270</i>		<i>4 441</i>		<i>4 754</i>		<i>5 530</i>		<i>10 455</i>		<i>12 840</i>
Chaves	42 109	9 230	36 781		37 913	8 363	36 745		40 702		47 527		54 406	14 425	57 243		43 520		45 883	15 693	40 940	
<i>Chaves</i>				<i>7 779</i>		<i>8 363</i>		<i>8 281</i>		<i>9 590</i>		<i>11 537</i>		<i>14 425</i>		<i>15 259</i>		<i>12 175</i>		<i>15 693</i>		<i>15 116</i>
Madalena																						
Samalões	678		655		719		698		962		978		1 001		1 346		1 485		1 118		1 902	
Sanjurge																						
Sta. Maria Maior(Chaves)	7 730		6 406		6 879		6 851		7 804		9 501		12 239		12 490		8 790		11 938		9 551	
Vale de Anta																						
Villar de Nantes	822		718		765		732		824		1 058		1 185		1 423		805		920		1 071	
Macedo de Cavaleiros	18 825		19 200		20 917		18 376		19 781		22 765		25 204	2 706	26 199		22 225		21 608	4 373	18 930	
<i>Macedo de Cavaleiros</i>		<i>1 234</i>		<i>1 126</i>		<i>1 780</i>		<i>1 605</i>		<i>1 914</i>		<i>2 314</i>		<i>2 706</i>		<i>3 167</i>		<i>3 620</i>		<i>4 373</i>		<i>4 895</i>
Miranda do Douro	10 009	988	10 639		11 208		10 738		11 272		12 584		12 944		18 972		10 680		9 948		8 697	
<i>Miranda do Douro</i>				<i>982</i>		<i>1 004</i>		<i>930</i>		<i>1 064</i>		<i>1 290</i>		<i>1 331</i>		<i>5 867</i>		<i>1 750</i>		<i>1 793</i>		<i>1 950</i>
Mirandela	19 816		20 789		22 063		17 931		23 007		27 508		31 131		29 912		25 230		28 879		25 209	
<i>Mirandela</i>		<i>2 554</i>		<i>2 974</i>		<i>2 963</i>		<i>2 054</i>		<i>3 624</i>		<i>4 159</i>		<i>5 108</i>		<i>5 979</i>		<i>5 675</i>		<i>8 156</i>		<i>8 189</i>
Mogadouro	16 364		17 558		17 130		15 765		16 739		18 729		19 561		19 571		14 730		15 340		12 188	
<i>Mogadouro</i>		<i>1 599</i>		<i>1 773</i>		<i>1 626</i>		<i>1 532</i>		<i>2 002</i>		<i>2 035</i>		<i>2 106</i>		<i>2 090</i>		<i>1 710</i>		<i>2 805</i>		<i>2 994</i>
Montalegre	19 702		20 731		22 066		20 065		21 158		24 572		29 724		32 728		22 925		19 403		15 464	



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)			Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>Montalegre</b>			830		930		1 007		676		1 064		1 478		1 799		2 081		1 615		1 721	
Murça	7 448		6 857		7 405		7 114		7 886		9 015		10 056		10 364		7 505		8 518		7 371	
<b>Murça</b>			1 441		1 411		1 260		1 444		1 629		1 810		1 789		1 125		1 687		2 223	
<b>Valpaços</b>			2 180		2 483		2 355		2 602		2 885		3 446		3 460		3 025		3 832		4 084	
Vila Pouca de Aguiar	16 104		16 047		17 496		17 113		18 108		20 552		23 412		25 394		21 420		20 121		17 081	
<b>Vila Pouca de Aguiar</b>			1 748		1 979		2 302		2 268		2 764		3 003		2 997		2 585		3 440		3 364	
Vimioso	10 770		11 086		12 076		10 457		11 484		12 507		13 210		12 782		9 875		8 500		6 323	
<b>Vimioso</b>			1 564		1 583		1 739		1 541		1 708		1 783		1 464		1 055		1 245		1 187	
Vinhais	20 185		19 842		20 236		18 427		19 525		23 228		23 378		26 577		17 825		16 142		12 727	
<b>Vinhais</b>			1 913		1 841		1 908		2 380		2 726		2 911		3 179		2 185		2 475		2 172	
Ave	163 267	22 912	176 448		134 240		193 884		152 158		265 322		309 563		357 387		369 800		431 800		459 673	
<b>Ave</b>			22 912		29 277		28 904		35 162		44 473		51 404		59 131		95 380		117 163		125 185	
Fafe	25 736		27 346		30 102		30 031		32 959		37 468		42 243		43 782		42 485		45 828		47 862	
<b>Fafe</b>			3 071		4 534		4 698		5 075		5 966		6 855		7 126		7 865		9 871		11 582	
Guimarães	49 738		54 910		56 359		56 359		82 120		82 120		97 064		116 272		121 145		146 959		157 389	
<b>Guimarães</b>			13 612		14 807		15 020		17 660		21 778		24 912		28 468		49 515		60 975		61 451	
Aldão																	300		579		832	
<b>Azurém</b>			1 112		1 258		1 536		1 539		1 923		2 422		3 476		4 325		7 987		9 406	
Candoso/Santiago																	985		1 068		1 232	
Candoso/São Martinho																	1 595		1 616		1 686	
<b>Costa</b>			590		605		626		797		1 596		2 026		2 410		2 445		2 935		2 464	
<b>Crexomil</b>			1 963		2 222		2 536		2 964		3 803		4 628		5 560		5 705		7 048		7 160	
Fermenções																	3 335		3 472		3 285	
Gondar																	1 595		2 034		2 604	
Mascotelos																	760		876		1 097	
<b>Mesão Frío</b>			523		616		786		903		1 167		1 204		1 700		1 880		2 586		3 083	
<b>Oliveira do Castelo</b>			3 718		4 084		4 278		4 324		4 905		5 408		5 501		4 280		4 887		3 687	

	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).																						
Pencelo																						
Polvoreira																						
<b>São Palo</b>	2 282	2 445		2 364		2 384		2 618		3 016		3 123		3 325		3 365		3 163		1 163		1 348
<b>São Sebastião</b>	2 613	2 637		2 874		2 685		3 003		3 415		3 450		3 083		3 385		3 365		3 565		3 620
Selho/ São Jorge																						2 902
Selho/ São Lourenço																						2 320
Selho/São Cristóvão																						4 163
Silvares																						1 315
<b>Urgezes</b>	811	940		1 129		895		1 512		1 953		2 651		3 413		3 840		2 1092		21 516		4 718
Póvoa de Lanhoso	16 364	16 939		18 128		17 861		19 178		20 532		21 342		22 033		22 514		21 092		2 514		3 548
<b>Póvoa de Lanhoso (N. Sra. do Amparo)</b>																						
Santo Tirso	25 610	28 371		33 288		35 234		41 078		51 755		63 389		77 130		93 482		79 855		93 482		102 593
<b>Santo Tirso</b>	2 899	3 546		4 425		4 672		5 754		6 715		8 039		10 428		11 610		10 295		11 610		12 996
<b>Trofa (S. Martinho de Bougado)</b>	1 413	1 540		1 875		2 230		2 710		3 586		4 835		6 023		7 890		7 890		10 372		11 304
V. Nova de Famalicão	31 689	33 978		37 753		39 652		43 561		56 158		66 266		79 250		88 370		88 370		106 508		114 338
<b>V. Nova de Famalicão</b>	1 917	2 170		2 314		2 284		2 405		3 100		3 356		3 530		3 530		15 760		19 547		22 552
Antas																						
Calendário																						
Gavião																						
<b>V. Nova de Famalicão</b>	1 917	2 170		2 314		2 284		2 405		3 100		3 356		3 530		3 530		15 760		19 547		22 552
Vieira do Minho	14 130	14 904		14 969		14 747		15 382		17 289		19 259		18 920		17 395		17 395		17 931		15 775
<b>Vieira do Minho</b>																						
Cávado	167 474	173 688		184 435		182 126		197 647		231 190		253 433		270 979		276 545		328 938		353 767		124 141
<b>Cávado</b>	37 812	39 386		41 002		38 097		39 851		50 811		55 927		61 251		61 251		79 940		106 015		124 141
Amares	12 381	12 746		13 266		13 233		13 878		15 332		16 314		16 846		16 200		16 200		16 478		977
<b>Amares</b>	483	436		483		454		487		535		598		617		545		545		758		977
Barcelos	45 322	46 953		51 121		52 066		58 360		68 184		75 367		83 211		88 130		103 773		111 733		21 908
<b>Barcelos</b>	4 371	4 650		4 934		5 139		5 662		6 681		6 708		7 659		16 950		16 950		19 313		21 908



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).			Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Arcozelo			1 059	1 167	1 308	1 405	1 620	1 901	1 990	2 239	4 990	6 708	4 990	6 708	8 697	2 132	2 421	2 390	2 421	2 132	2 421	8 697
Barcelinhos			3 312	3 483	3 626	3 734	4 042	4 780	4 718	5 420	4 090	3 807	4 090	3 807	4 371	4 371	3 807	4 090	3 807	4 371	4 371	4 371
S. Martinho da Vila Frescainha																						
S. Veríssimo de Tamel																						
Vila Boa																						
Braga			55 424	58 339	60 836	57 019	58 761	75 846	84 142	92 938	96 220	125 472	96 220	125 472	141 256	141 256	96 220	125 472	96 220	125 472	141 256	141 256
Braga			29 947	31 043	32 013	29 125	29 834	39 674	44 328	48 775	54 330	76 421	54 330	76 421	90 311	90 311	54 330	76 421	54 330	76 421	90 311	90 311
Arcos																						
Clividade			1 523	1 711	2 172	1 637	2 249	1 980	2 532	1 873	400	592	400	592	693	2 032	2 945	1 430	2 945	2 032	2 945	693
Dume			1 786	1 775	1 922	1 757	1 939	2 157	2 385	2 680	3 685	3 778	3 685	3 778	3 541	3 541	3 685	3 778	3 685	3 778	3 541	3 541
Espinho																						
Ferrelros			1 009	1 053	1 146	1 027	1 236	1 574	1 758	1 912	835	1 218	835	1 218	1 299	1 299	835	1 218	835	1 218	1 299	1 299
Fralão			193	182	214	209	384	391	569	467	770	1 121	770	1 121	1 468	4 814	4 162	2 535	4 162	4 814	4 814	4 814
Frossos																						
Gondizalves																						
Gualtar			631	700	743	748	1 019	1 266	1 299	1 584	2 175	3 080	2 175	3 080	3 101	3 101	2 175	3 080	2 175	3 080	3 101	3 101
Lamações																						
Lomar			661	697	756	791	940	1 120	1 414	2 039	650	689	650	689	904	845	605	689	650	689	904	904
Maximínos			2 141	2 004	2 231	2 107	2 588	3 210	3 427	4 001	4 210	3 119	4 210	3 119	3 822	3 822	4 210	3 119	4 210	3 822	3 822	3 822
Nogueira			637	463	500	470	411	579	844	1 542	2 505	3 428	2 505	3 428	7 720	7 720	2 505	3 428	2 505	3 428	7 720	7 720
Nogueiró			440	438	491	519	634	825	1 106	1 501	820	1 165	820	1 165	943	4 188	1 165	820	1 165	943	943	943
Real			1 220	1 241	1 306	1 311	1 305	1 597	1 859	1 887	2 090	2 527	2 090	2 527	3 048	3 048	2 090	2 527	2 090	2 527	3 048	3 048
São João do Souto			4 481	4 681	4 472	3 563	3 449	3 779	3 725	3 401	1 800	2 166	1 800	2 166	1 198	1 198	1 800	2 166	1 800	2 166	1 198	1 198
São José de São Lazaro			5 089	5 159	5 347	5 159	4 878	5 269	5 589	6 077	7 760	10 839	7 760	10 839	14 891	14 891	7 760	10 839	7 760	10 839	14 891	14 891
São Pedro (Este)																						
São Vicente																						

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
São Vitor	6 816	7 149	6 599	6 000	4 452	6 275	7 229	8 312	7 770	14 594	18 870											
	2 784	3 243	3 493	3 089	3 562	3 860	3 884	3 504	2 200	2 932	4 468											
Semelhe																						
Tenões	536	547	621	738	788	803	941	1 078	925	949	867											
Esposende	15 085	15 161	16 417	17 036	19 452	20 777	22 891	23 966	23 720	28 652	30 101											
Esposende	1 599	1 524	1 649	1 603	1 715	1 629	1 760	1 751	5 405	6 535	7 568											
Marinhas	1 599	1 524	1 649	1 603	1 715	1 629	1 760	1 751	1 500	2 189	2 789											
Terras do Bouro	8 248	8 436	9 076	9 111	10 206	11 242	11 922	11 762	11 215	10 131	9 406											
Terras do Bouro (Moimenta)	381	413	507	544	596	687	744	724	690	751	772											
Vila Verde	31 014	32 053	33 719	33 661	36 990	39 809	42 797	42 256	41 060	44 432	44 056											
Vila Verde	1 031	1 320	1 416	1 232	1 557	1 605	1 789	1 725	2 020	2 237	2 608											
Douro	264 872	274 988	276 905	258 326	280 746	310 723	323 471	314 291	258 645	261 562	238 695											
Alijó	19 239	19 919	19 786	18 030	20 452	23 105	23 994	23 511	17 125	18 846	16 327											
Alijó	1 878	1 985	2 152	1 661	2 330	2 795	3 215	3 316	2 130	2 857	2 749											
Armamar	11 706	12 092	11 356	10 393	11 330	12 239	13 426	12 159	10 200	9 426	8 677											
Armamar	2 309	2 469	2 206	1 955	2 293	2 819	2 301	1 458	1 055	1 138	1 168											
Carraceda de Ansiães	12 935	13 605	13 667	12 082	13 559	14 704	15 828	14 340	10 955	11 420	9 235											
Carraceda de Ansiães	590	673	794	696	848	1 059	1 464	1 323	1 000	1 447	1 299											
Freixo de Espada à Cinta	6 605	6 848	6 981	6 304	7 034	7 461	7 620	7 288	6 410	5 717	4 914											
Freixo de Espada à Cinta	2 133	2 285	2 439	2 322	2 505	2 692	2 500	2 581	2 340	2 396	2 261											
Lamego	29 735	31 835	32 430	31 358	34 730	37 061	37 154	36 320	31 485	32 833	30 164											
Lamego	8 840	9 544	8 708	9 086	9 860	10 384	10 288	10 236	9 330	11 267	10 630											
Almacave	4 025	4 079	4 442	4 014	4 549	5 012	5 312	5 047	4 625	6 810	6 927											
Sé	4 815	5 465	4 266	5 072	5 311	5 372	4 976	5 189	4 705	4 457	3 703											
Mesão Frio	8 183	6 935	7 182	6 751	7 576	8 205	8 109	7 424	5 800	6 335	5 519											
Mesão Frio	2 089	2 057	2 120	1 972	2 376	2 356	2 447	1 919	1 600	1 723	1 516											



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>Santa Cristina</b>	1 202		1 307		1 410		1 326		1 580		1 654		1 716		1 260		1 150		1 190		1 098	
<b>São Nicolau</b>	887		750		710		646		796		702		731		659		450		533		418	
<b>Moimenta da Beira</b>	13 388		14 555		14 565		13 617		13 578		14 687		15 858		15 272		13 135		12 809		12 317	
<b>Moimenta da Beira</b>	1 349		1 423		1 409		1 280		1 380		1 491		1 482		1 628		1 635		1 904		2 117	
<b>Penedono</b>	6 804		6 876		6 758		6 255		6 050		6 755		7 124		6 792		4 800		4 189		3 731	
<b>Penedono</b>	1 023		1 170		1 134		1 159		1 116		1 446		1 570		1 593		1 030		944		1 009	
<b>Peso da Régua</b>	17 231		18 401		18 869		19 661		20 612		23 685		24 739		22 634		22 925		22 472		21 567	
<b>Peso da Régua</b>	3 019		3 851		4 297		5 847		5 082		5 923		5 796		5 563		5 315		5 736		5 249	
<b>S. João da Pesqueira</b>	12 862		12 505		12 834		11 368		12 764		13 960		13 992		15 124		10 145		10 219		9 581	
<b>S. João da Pesqueira</b>	2 301		2 052		2 038		1 931		1 860		2 104		2 041		1 904		1 330		2 034		1 869	
<b>S. Maria de Penaguião</b>	11 298		11 422		11 270		10 594		12 532		14 597		14 066		13 282		12 060		11 194		9 703	
<b>S. Maria de Penaguião</b>	1 002		945		1 126		1 083		1 394		1 460		1 546		1 235		1 895		1 791		1 828	
<b>S. Miguel</b>	1 002		945		1 126		1 083		1 394		1 460		1 546		1 235		1 170		1 183		1 304	
<b>S. Miguel</b>																	725		608		524	
<b>Sabrosa</b>	12 323		14 038		12 183		11 754		12 576		13 488		13 970		12 903		9 715		9 050		7 478	
<b>Sabrosa</b>	1 404		1 908		1 330		1 139		1 330		1 424		1 474		1 393		950		1 230		1 069	
<b>Sernancelhe</b>	10 611		10 758		10 733		9 854		9 804		10 520		10 793		10 200		8 445		7 499		7 020	
<b>Sernancelhe</b>	1 071		1 167		1 156		1 102		1 119		1 226		1 234		1 167		1 215		1 060		1 052	
<b>Tabuaço</b>	9 709		9 517		9 712		8 653		9 362		10 242		10 377		11 640		8 490		8 521		7 901	
<b>Tabuaço</b>	1 199		1 282		1 344		1 154		1 202		1 288		1 428		2 199		1 145		1 797		1 826	
<b>Tarouca</b>	9 685		10 254		9 972		9 770		10 388		10 685		11 479		10 845		10 050		9 368		9 579	
<b>Tarouca</b>	2 226		2 429		2 507		2 424		2 597		2 565		2 812		2 865		2 740		2 956		2 953	
<b>Torre de Moncorvo</b>	14 427		15 701		16 783		14 546		16 155		18 582		18 539		18 741		14 195		13 674		10 969	
<b>Torre de Moncorvo</b>	2 190		2 548		3 113		2 173		2 625		2 948		2 631		2 757		2 550		3 134		2 513	
<b>Vila Flor</b>	11 048		9 812		10 358		9 130		9 889		11 353		12 505		11 834		8 785		9 719		8 828	
<b>Vila Flor</b>	2 093		1 705		1 582		1 510		1 760		1 963		2 187		2 062		1 955		2 394		2 392	
<b>Vila Nova de Foz Côa</b>	13 051		13 939		14 355		13 254		14 404		16 252		17 116		16 209		9 375		11 251		8 885	

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.		Conc.	
	Ur		Ur		Ur		Ur		Ur		Ur		Ur		Ur		Ur		Ur		Ur	
<b>Vila Nova de Foz Côa</b>	3 274		3 571		3 396		3 136		3 340		3 825		4 120		4 129		2 345		3 710		2 974	
Vila Real	34 032		35 976		37 111		34 952		37 951		43 142		46 782		47 773		44 550		47 020		46 300	
<b>Nª Senhora da Conceição</b>	6 014		6 661		6 788		6 232		6 612		7 917		9 285		10 672		11 475		12 860		13 809	
São Dinis	1 689		2 039		2 005		2 033		2 142		2 568		2 766		3 665		3 100		4 358		5 468	
São Pedro	4 325		4 622		4 783		4 199		4 470		5 349		6 519		4 981		5 015		5 139		5 283	
Entre Douro e Vouga	91 970		97 221		110 237		114 092		128 410		146 859		166 788		188 449		210 555		236 916		252 370	
Arouca	16 109		16 957		18 317		20 453		21 433		23 059		26 427		26 378		23 700		23 896		23 894	
<b>Arouca</b>	1 079		1 154		1 230		1 465		1 728		1 642		1 762		1 908		2 160		2 365		2 816	
Feira	36 684		38 494		45 048		45 008		52 679		61 505		70 532		83 483		95 175		109 531		118 641	
<b>Feira</b>	2 397		2 650		2 878		2 699		2 942		3 436		3 780		4 220		5 165		5 966		8 231	
Oliveira de Azeméis	24 943		26 391		29 628		30 304		33 072		37 434		41 370		46 263		55 970		62 821		66 846	
<b>Oliveira de Azeméis</b>	2 699		2 822		3 165		3 270		3 682		4 323		5 268		5 953		7 830		8 692		9 679	
São João da Madeira	2 876		3 115		3 954		4 407		5 481		7 424		9 266		11 921		14 285		16 444		18 452	
<b>São João da Madeira</b>	2 876		3 115		3 954		4 407		5 481		7 424		9 266		11 921		14 285		16 444		18 452	
Vale de Cambra	11 358		12 264		13 290		13 920		15 745		17 437		19 193		20 404		21 425		24 224		24 537	
<b>Vale de Cambra</b>	868		935		1 249		1 374		1 382		2 075		2 468		2 861		8 510		10 319		11 041	
Castelões	868		935		1 249		1 374		1 382		2 075		2 468		2 861		8 510		10 319		11 041	
<b>Vila Chã</b>	868		935		1 249		1 374		1 382		2 075		2 468		2 861		8 510		10 319		11 041	
Grande Porto	349 807		391 206		455 348		448 096		558 471		653 101		734 480		835 674		928 335		1 117 920		1 167 800	
Espinho	7 336		9 383		12 040		13 045		15 336		17 284		20 227		23 084		29 800		32 409		34 956	
<b>Espinho</b>	5 566		7 303		9 614		10 738		12 652		14 416		16 848		19 274		25 190		27 649		29 594	
Anta	4 124		2 008		2 232		2 171		2 685		3 297		4 170		4 569		6 060		7 333		9 526	
Espinho	3 691		3 691		5 365		6 244		7 301		8 013		7 989		8 799		11 825		12 851		11 888	
Silvalde	1 442		1 604		2 017		2 323		2 666		3 106		4 689		5 906		7 305		7 465		8 180	
Gondomar	31 142		32 428		38 251		41 818		49 758		61 755		71 038		84 599		105 075		130 751		143 178	
<b>Gondomar (São Cosme)</b>	4 459		4 889		6 045		6 565		7 502		8 882		9 474		11 182		10 910		18 881		20 622	



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>Rio Tinto</b>	7 569		7 890		9 702		11 105		14 228		18 738		22 269		27 100		40 270		47 616		40 907	
Maia	18 831		20 367		24 220		26 112		29 536		37 026		43 906		53 643		63 980		81 679		93 151	
<b>Maia</b>	<b>3 404</b>		<b>3 712</b>		<b>4 607</b>		<b>5 144</b>		<b>6 018</b>		<b>6 941</b>		<b>8 162</b>		<b>9 390</b>		<b>11 640</b>		<b>18 114</b>		<b>25 885</b>	
Gueifães	1 261		1 400		1 799		1 977		2 388		2 744		3 196		3 805		4 720		7 178		9 681	
Maia	1 160		1 259		1 452		1 585		1 842		2 129		2 537		2 803		3 135		4 583		6 974	
Vermolm	983		1 053		1 356		1 582		1 788		2 068		2 429		2 782		3 785		6 353		9 230	
Matosinhos	19 933		25 071		33 914		34 884		50 962		63 124		73 786		91 017		109 225		136 498		151 682	
<b>Matosinhos</b>	<b>4 910</b>		<b>7 591</b>		<b>12 129</b>		<b>12 276</b>		<b>21 200</b>		<b>21 101</b>		<b>22 294</b>		<b>24 804</b>		<b>24 380</b>		<b>30 471</b>		<b>29 798</b>	
Porto	146 454		165 729		191 890		202 310		229 794		258 548		281 406		303 424		301 655		327 368		302 472	
<b>Porto</b>	<b>146 454</b>		<b>165 729</b>		<b>191 890</b>		<b>202 310</b>		<b>229 794</b>		<b>258 548</b>		<b>281 406</b>		<b>303 424</b>		<b>301 655</b>		<b>327 368</b>		<b>302 472</b>	
Póvoa de Varzim	23 372		24 527		25 083		25 929		28 780		32 272		37 938		40 444		42 890		54 248		54 788	
<b>Póvoa de Varzim</b>	<b>12 403</b>		<b>13 291</b>		<b>12 392</b>		<b>12 569</b>		<b>13 988</b>		<b>14 664</b>		<b>16 957</b>		<b>17 696</b>		<b>17 415</b>		<b>23 729</b>		<b>23 851</b>	
Valongo	11 188		11 853		13 811		14 763		17 239		23 568		27 939		33 300		41 265		64 234		74 172	
<b>Valongo</b>	<b>3 587</b>		<b>3 643</b>		<b>3 718</b>		<b>3 605</b>		<b>3 986</b>		<b>5 914</b>		<b>6 738</b>		<b>6 124</b>		<b>8 155</b>		<b>10 351</b>		<b>13 103</b>	
Ermesinde	2 486		2 733		3 545		4 403		5 432		7 375		9 229		12 197		15 020		29 555		34 415	
Vila do Conde	25 838		27 366		31 135		3 335		34 116		39 827		44 460		48 806		53 570		64 402		64 836	
<b>Vila do Conde</b>	<b>5 244</b>		<b>5 530</b>		<b>6 590</b>		<b>7 217</b>		<b>8 410</b>		<b>9 710</b>		<b>11 295</b>		<b>12 771</b>		<b>16 585</b>		<b>20 613</b>		<b>19 990</b>	
Vila Nova de Gaia	65 713		74 482		84 994		85 900		102 950		119 697		133 760		157 357		180 875		226 331		248 565	
<b>Vila Nova de Gaia</b>	<b>18 584</b>		<b>21 606</b>		<b>24 369</b>		<b>26 160</b>		<b>33 474</b>		<b>39 306</b>		<b>43 946</b>		<b>53 137</b>		<b>61 435</b>		<b>78 098</b>		<b>85 553</b>	
Candelo	1 997		2 437		2 867		3 279		3 734		5 098		5 943		8 140		10 580		15 629		16 987	
Mafamude	4 474		5 374		6 734		6 665		8 500		10 100		12 131		16 111		21 365		29 580		33 443	
Santa Marinha	12 113		13 795		14 768		16 216		21 240		24 108		25 872		25 313		25 435		29 459		31 507	
<b>S. Pedro da Afurada</b>																						
Minho Lima	213 600		218 525		29 373		230 122		232 827		261 083		279 295		277 948		250 510		256 814		250 059	
<b>Minho Lima</b>	<b>26 114</b>		<b>25 577</b>		<b>29 373</b>		<b>28 495</b>		<b>30 796</b>		<b>31 878</b>		<b>32 570</b>		<b>32 787</b>		<b>27 920</b>		<b>32 753</b>		<b>33 477</b>	
Arcos de Valdevez	31 271		31 968		33 567		33 306		32 163		37 283		39 381		38 739		34 365		31 156		26 976	
<b>Arcos de Valdevez</b>	<b>2 357</b>		<b>2 588</b>		<b>2 839</b>		<b>2 522</b>		<b>2 748</b>		<b>2 749</b>		<b>2 615</b>		<b>2 715</b>		<b>2 590</b>		<b>2 525</b>		<b>2 249</b>	
Salvador	1 185		1 258		1 335		1 240		1 360		1 409		1 321		1 227		1 020		1 183		1 022	
<b>Salvador</b>	<b>1 185</b>		<b>1 258</b>		<b>1 335</b>		<b>1 240</b>		<b>1 360</b>		<b>1 409</b>		<b>1 321</b>		<b>1 227</b>		<b>1 020</b>		<b>1 183</b>		<b>1 022</b>	

População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>São Palo</b>	1 172		1 330		1 504		1 282		1 388		1 340		1 294		1 488		1 570		1 342		1 227	
Caminha	14 575		15 288		16 373		15 283		15 810		16 414		17 876		16 888		13 680		15 883		16 207	
<b>Caminha</b>	<b>2 374</b>		<b>2 268</b>		<b>3 225</b>		<b>3 136</b>		<b>3 186</b>		<b>2 090</b>		<b>2 194</b>		<b>2 188</b>		<b>1 545</b>		<b>1 803</b>		<b>1 789</b>	
Melgaço	15 428		15 558		16 312		15 421		15 759		17 689		17 798		18 211		15 805		13 246		11 018	
<b>Melgaço/Vila</b>	<b>1 086</b>		<b>1 119</b>		<b>1 260</b>		<b>1 096</b>		<b>1 340</b>		<b>1 409</b>		<b>1 470</b>		<b>1 369</b>		<b>1 375</b>		<b>1 414</b>		<b>1 318</b>	
Monção	24 857		24 077		26 800		25 448		24 585		27 566		28 040		27 393		24 600		23 799		21 799	
<b>Monção</b>	<b>2 152</b>		<b>311</b>		<b>2 408</b>		<b>2 164</b>		<b>2 602</b>		<b>2 724</b>		<b>2 881</b>		<b>2 510</b>		<b>2 645</b>		<b>2 571</b>		<b>2 592</b>	
Paredes de Coura	12 394		13 091		13 875		14 082		14 412		15 549		16 062		14 886		12 970		11 311		10 442	
<b>Paredes de Coura</b>	<b>894</b>		<b>1 137</b>		<b>1 143</b>		<b>1 276</b>		<b>1 294</b>		<b>1 266</b>		<b>1 369</b>		<b>1 403</b>		<b>1 145</b>		<b>1 295</b>		<b>1 379</b>	
Ponte da Barca	12 356		12 962		13 191		13 049		13 634		15 069		17 043		16 265		14 745		13 999		13 142	
<b>Ponte da Barca</b>	<b>1 064</b>		<b>1 106</b>		<b>1 076</b>		<b>678</b>		<b>1 196</b>		<b>1 194</b>		<b>1 280</b>		<b>1 262</b>		<b>1 160</b>		<b>1 586</b>		<b>1 882</b>	
Ponte de Lima	32 148		33 314		34 735		35 537		36 256		40 832		43 959		42 979		42 395		43 797		43 421	
<b>Ponte de Lima</b>	<b>2 297</b>		<b>2 249</b>		<b>2 574</b>		<b>2 536</b>		<b>2 542</b>		<b>2 193</b>		<b>2 420</b>		<b>3 030</b>		<b>2 225</b>		<b>2 660</b>		<b>2 374</b>	
V. Nova de Cerveira	9 850		9 691		9 825		9 889		10 794		10 922		11 666		11 030		8 645		8 666		9 144	
<b>V. Nova de Cerveira</b>	<b>1 376</b>		<b>1 421</b>		<b>1 339</b>		<b>1 403</b>		<b>1 442</b>		<b>1 485</b>		<b>1 493</b>		<b>1 279</b>		<b>955</b>		<b>975</b>		<b>1 522</b>	
Valença	14 462		15 265		15 483		15 249		16 034		16 903		17 139		16 237		12 850		13 948		14 815	
<b>Valença</b>	<b>2 749</b>		<b>3 288</b>		<b>2 987</b>		<b>2 967</b>		<b>2 902</b>		<b>2 899</b>		<b>2 825</b>		<b>2 660</b>		<b>1 790</b>		<b>2 477</b>		<b>2 810</b>	
Viana do Castelo	46 259		47 311		51 466		52 858		53 380		62 856		70 331		75 320		70 455		81 009		83 095	
<b>Viana do Castelo</b>	<b>9 765</b>		<b>10 090</b>		<b>10 522</b>		<b>10 717</b>		<b>11 544</b>		<b>13 869</b>		<b>14 023</b>		<b>14 371</b>		<b>12 490</b>		<b>15 447</b>		<b>15 562</b>	
Monserrate	4 164		4 467		4 836		5 046		5 298		6 316		6 424		5 791		5 380		7 050		6 417	
<b>Santa Maria Maior</b>	<b>5 601</b>		<b>5 623</b>		<b>5 686</b>		<b>5 671</b>		<b>6 246</b>		<b>7 553</b>		<b>7 599</b>		<b>8 580</b>		<b>7 110</b>		<b>8 397</b>		<b>9 145</b>	
Tâmega	286 327		296 738		318 569		320 508		343 967		382 610		415 335		440 557		451 936		503 663		515 610	
<b>Tâmega</b>	<b>35 881</b>		<b>36 645</b>		<b>40 810</b>		<b>41 419</b>		<b>44 861</b>		<b>47 733</b>		<b>51 486</b>		<b>53 905</b>		<b>63 267</b>		<b>77 478</b>		<b>82 037</b>	
Amarante	31 654		32 931		35 226		34 989		37 796		41 288		44 606		47 823		49 255		54 159		56 092	
<b>Amarante</b>	<b>3 511</b>		<b>1 457</b>		<b>3 282</b>		<b>3 763</b>		<b>4 022</b>		<b>4 453</b>		<b>4 943</b>		<b>5 522</b>		<b>6 700</b>		<b>7 214</b>		<b>8 289</b>	
Cepelos	769		749		747		716		728		730		961		1 009		1 365		1 231		1 376	
<b>Madalena</b>	<b>426</b>		<b>444</b>		<b>577</b>		<b>577</b>		<b>626</b>		<b>717</b>		<b>792</b>		<b>899</b>		<b>920</b>		<b>1 119</b>		<b>1 210</b>	
<b>São Gonçalo</b>	<b>2 316</b>		<b>264</b>		<b>1 958</b>		<b>2 470</b>		<b>2 668</b>		<b>3 006</b>		<b>3 190</b>		<b>3 614</b>		<b>4 415</b>		<b>4 864</b>		<b>5 703</b>	



População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Baião	22 755	1 809	23 139	2 032	25 103	2 139	25 224	2 233	26 886	2 261	29 201	2 382	29 866	2 424	28 864	2 326	25 790	1 990	24 438	2 198	22 456	2 451
<i>Baião (Campelo)</i>																						
Cabeceiras de Basto	15 235		16 284		17 524		16 312		17 273		19 234		21 888		21 141		18 150		18 987		16 368	
<i>Cabeceiras de Basto (Refojos de Basto)</i>		2 862		3 076		3 407		2 941		2 999		3 578		3 987		4 009		1 405		3 728		3 153
Castelo de Paiva	9 968		9 728		10 088		10 145		11 450		12 301		15 606		17 756		17 026		17 026		16 515	
<i>Castelo de Paiva (Sobrado)</i>		1 115		1 112		1 166		1 209		1 319		1 441		1 711		1 759		2 232		2 232		1 971
Celorico de Basto	20 013		20 134		21 209		21 057		22 684		23 683		24 807		24 392		23 965		22 671		21 477	
<i>Celorico de Basto</i>		1 722		1 882		1 906		1 781		2 114		2 131		2 255		2 338		5 085		5 110		4 974
Amóia																						
Britelo	1 722			1 882		1 906		1 781		2 114		2 131		2 255		2 338		2 050		2 055		1 901
Grémios																						
Cinfaes	24 203	3 392	25 631	3 737	27 297	4 021	27 546	3 600	30 080	3 938	30 573	4 105	31 984	4 133	29 757	3 961	25 775	2 995	25 619	3 274	23 489	2 878
<i>Cinfaes</i>																						
Felgueiras	21 739	1 766	22 973	2 158	24 203	1 918	23 947	2 116	25 424	2 306	29 520	2 816	33 463	3 318	38 895	4 204	41 625		48 015		51 248	
<i>Felgueiras</i>																						
Margarida de Sta. Eulália	1 766			2 158		1 918		2 116		2 306		2 816		3 318		4 204		4 265		5 514		6 835
Friande																						
Moure																						
Pombreiro de Ribavizela																						
Sendim																						
Várzea																						
Varziela																						
<i>Lixa</i>		2 697		2 907		3 173		3 186		3 176		3 656		4 060		4 368		4 485		5 215		5 097
Borba de Godim	1 375			1 487		1 687		1 639		1 654		1 934		2 029		2 283		2 385		2 404		2 056
Vila Cova da Lixa	1 322			1 420		1 486		1 547		1 522		1 722		2 031		2 085		2 100		2 811		3 041
<i>Lousada</i>																						
	15 989	1 553	16 539	1 687	17 917	1 923	18 092	2 020	19 436	2 048	22 369	2 121	24 796	2 478	27 947	2 676	31 865	3 100	37 904	3 418	42 502	4 123
<i>Lousada</i>																						

População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>Cristelos</b>	618		736		742		774		790		788		954		1 088		1 255		1 657		2 404	
<b>Silvares</b>	935		951		1 181		1 246		1 258		1 333		1 524		1 588		1 845		1 761		1 719	
Marco de Canaveses	27 564		28 188		29 480		30 293		32 354		36 888		38 400		39 270		42 125		46 131		48 133	
<b>Marco de Canaveses</b>	<b>1 032</b>		<b>1 197</b>		<b>1 177</b>		<b>1 333</b>		<b>1 400</b>		<b>1 716</b>		<b>1 773</b>		<b>1 665</b>		<b>4 115</b>		<b>5 738</b>		<b>6 641</b>	
<b>Fornos</b>	1 032		1 197		1 177		1 333		1 400		1 716		1 773		1 665		1 735		2 578		2 843	
Rio de Galinhas																	1 035		1 247		1 381	
São Nicolau																	305		353		269	
Tuias																	1 040		1 560		2 148	
Mondim de Basto	7 109		7 641		7 923		7 892		8 398		9 508		10 539		10 328		9 640		9 904		9 518	
<b>Mondim de Basto</b>	<b>1 655</b>		<b>1 954</b>		<b>2 297</b>		<b>2 304</b>		<b>2 542</b>		<b>2 655</b>		<b>2 874</b>		<b>2 829</b>		<b>2 500</b>		<b>3 028</b>		<b>3 243</b>	
Paços de Ferreira	11 361		11 900		13 924		13 864		15 686		18 697		21 999		27 537		33 655		40 687		44 190	
<b>Paços de Ferreira</b>	<b>861</b>		<b>1 002</b>		<b>1 210</b>		<b>1 221</b>		<b>1 340</b>		<b>1 640</b>		<b>2 009</b>		<b>2 549</b>		<b>3 025</b>		<b>4 123</b>		<b>4 320</b>	
Paredes	19 757		20 911		23 256		24 853		26 304		31 629		36 274		43 388		53 140		67 693		72 999	
<b>Paredes (Castelões de Cepeda)</b>	<b>1 254</b>		<b>1 394</b>		<b>1 523</b>		<b>1 667</b>		<b>1 924</b>		<b>2 290</b>		<b>2 423</b>		<b>2 672</b>		<b>3 045</b>		<b>4 340</b>		<b>5 123</b>	
Penafiel	30 432		31 799		34 834		35 082		37 496		42 179		46 476		49 924		53 715		64 267		68 444	
<b>Penafiel</b>	<b>4 645</b>		<b>4 997</b>		<b>5 577</b>		<b>5 759</b>		<b>5 690</b>		<b>5 429</b>		<b>6 005</b>		<b>6 022</b>		<b>5 405</b>		<b>7 014</b>		<b>7 446</b>	
Resende	19 228		19 334		20 324		21 193		21 894		22 820		21 851		20 226		16 065		15 356		13 675	
<b>Resende</b>	<b>3 143</b>		<b>3 169</b>		<b>3 162</b>		<b>3 466</b>		<b>3 396</b>		<b>3 781</b>		<b>3 548</b>		<b>3 396</b>		<b>1 955</b>		<b>3 044</b>		<b>3 215</b>	
Ribeira de Pena	9 320		9 606		10 261		10 019		10 806		12 720		12 780		13 309		10 145		10 796		8 504	
<b>Ribeira de Pena (Salvador)</b>	<b>2 864</b>		<b>2 884</b>		<b>2 929</b>		<b>2 820</b>		<b>4 386</b>		<b>3 539</b>		<b>3 545</b>		<b>3 609</b>		<b>2 715</b>		<b>3 214</b>		<b>2 895</b>	
REGIÃO CENTRO	1 364 274	324 616	1 426 956	339 389	1 535 340	367 454	1 514 814	365 136	1 614 693	406 937	1 781 479	448 271	1 922 986	488 142	1 899 811	498 622	1 658 225	541 095	1 763 119	638 766	1 721 650	634 460
Baixo Mondego	197 855	57 282	205 730	60 737	225 779	69 153	223 003	70 409	246 667	84 270	272 110	92 525	296 053	104 101	305 482	108 631	284 755	134 655	329 957	163 576	328 858	159 622
Cantanhede	28 216		27 796		30 026		30 005		33 696		36 094		39 965		41 303		39 050		38 717		37 140	
<b>Cantanhede</b>	<b>4 434</b>		<b>4 296</b>		<b>4 781</b>		<b>4 817</b>		<b>5 506</b>		<b>6 027</b>		<b>6 374</b>		<b>6 630</b>		<b>6 860</b>		<b>7 534</b>		<b>6 322</b>	
Coimbra	51 996		54 105		62 872		62 870		76 494		85 702		98 027		106 404		101 160		138930		139052	
<b>Coimbra</b>	<b>24 452</b>		<b>25 462</b>		<b>30 566</b>		<b>31 526</b>		<b>41 662</b>		<b>44 546</b>		<b>52 396</b>		<b>56 497</b>		<b>77 040</b>		<b>99 813</b>		<b>99 176</b>	
Almedina	3 281		3 006		3 332		3 441		4 284		4 121		4 332		3 705		2 755		2 112		1 953	



População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Antuzede																						
Elras	1 146	1 223		1 528		1 576		2 235		2 780		3 538		3 988		1 775		2 256		2 002		
Santa Clara	1 660	1 909		2 450		2 920		3 406		4 135		5 473		5 706		4 865		8 364		9 655		
Santa Cruz	5 821	5 484		6 127		6 756		8 469		9 483		9 572		11 476		5 910		9 826		8 609		
Santo António dos Olivais	4 504	5 127		6 060		6 288		8 762		9 419		13 189		18 015		9 005		10 890		8 239		
São Bartolomeu	3 776	3 872		3 881		3 532		3 533		3 810		3 707		3 451		24 770		32 268		35 807		
São Martinho do Bispo																2 120		2 172		1 395		
São Paulo de Frades																9 195		12 318		12 484		
Sé Nova	4 264	4 841		7 188		7 013		10 973		10 798		12 585		10 156		2 780		3 913		4 732		
Torres do Mondego																8 845		10 854		8 609		
Trouxemil																2 675		2 976		2 739		
Condeixa-a-Nova	11 903	11 875		13 037		12 583		12 149		13 591		14 020		13 556		12 865		13 257		1 864		
Condeixa-a-Nova	1 658	1 734		1 848		1 910		1 860		2 041		2 010		1 931		1 715		2 455		2 656		
Figueira da Foz	39 857	43 032		46 044		44 775		49 590		52 792		56 862		57 631		53 525		58 559		61 555		
Figueira da Foz	7 428	8 172		9 060		9 003		10 951		12 203		13 495		13 237		21 980		25 728		29 132		
Buarcos																5 465		7 007		8 007		
S. Julião da Figueira da Foz	5 760	6 273		6 815		6 787		8 198		10 039		11 201		10 508		10 770		12 665		12 307		
Tavarede	1 668	1 899		2 245		2 216		2 753		2 164		2 294		2 729		2 820		3 321		5 562		
Vila Verde																2 925		2 735		3 256		
Mira	7 400	8 075		8 726		9 158		9 671		11 571		13 099		13 384		13 175		13 299		13 257		
Mira	7 400	8 075		8 726		9 158		9 671		11 571		13 099		13 384		13 175		13 299		13 257		
Montemor-o-Velho	22 042	22 361		24 410		23 864		25 162		27 912		27 978		27 925		26 410		27 274		26 375		
Montemor-o-Velho	2 251	2 219		2 673		2 491		2 663		2 982		2 991		3 091		2 735		2 622		2 396		
Penacova	17 825	18 253		18 094		17 645		16 964		19 340		19 926		18 704		16 545		17 351		16 748		
Penacova	3 272	3 495		3 533		3 564		3 617		4 245		4 419		4 206		3 630		3 762		3 496		
Soure	18 616	20 233		22 570		22 103		22 941		25 108		26 176		26 575		22 025		22 570		21 704		
Soure	6 387	7 284		7 966		7 940		8 340		8 910		9 317		9 655		7 520		8 363		8 400		

	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).																						
Baixo Vouga	182 261	67 063	189 242	71 601	207 052	74 474	209 656	74 600	236 679	82 947	239 241	85 492	280 534	97 075	295 288	101 347	288 710	104 470	336 637	130 420	350 424	127 327
Águeda	20 164		20 416		22 052		22 559		25 982		29 433		32 991		35 274		36 510		43 216		44 045	
	3 938		3 807		4 029		4 381		5 128		6 452		7 522		8 145		8 960		12 230		9 792	
Albergaria-a-Velha	12 877		13 526		14 614		14 754		15 293		16 880		17 870		18 446		18 050		21 326		21 995	
	2 667		2 918		3 023		3 011		3 353		3 681		3 914		3 885		3 520		4 930		6 074	
Anadia	17 697		17 161		18 962		20 253		23 245		25 456		28 552		29 039		25 060		29 820		28 899	
	2 061		2 063		2 012		2 372		2 905		3 199		3 232		3 826		3 700		4 720		3 344	
Aveiro	22 719		24 919		27 802		27 521		31 644		35 303		40 187		46 056		49 005		60 284		66 444	
	11 279		12 441		13 952		13 459		16 439		19 035		22 173		24 067		32 620		40 821		45 993	
Aveiro																						
Arada																						
Esgueira	2 361		2 491		3 015		3 182		3 744		4 215		5 205		6 838		8 390		11 720		8 602	
Glória	4 351		4 673		5 131		4 488		5 690		6 846		7 987		9 422		7 200		9 235		9 105	
São Bernardo																	2 520		2 970		3 314	
Vera Cruz	4 567		5 277		5 806		5 789		7 005		7 974		8 981		7 787		8 145		8 926		7 059	
Santa Joana																					6 983	
Estarreja	19 254		20 286		21 907		20 793		23 397		23 709		24 709		25 213		25 335		26 261		26 742	
	3 200		3 556		3 885		3 878		4 215		4 801		5 672		6 211		6 145		6 976		6 731	
Ílhavo	11 276		13 163		12 103		15 518		17 709		18 501		21 513		25 108		23 350		31 383		33 235	
	11 276		13 163		12 103		12 691		12 441		12 134		13 114		12 646		10 430		14 201		15 204	
Mealhada	10 146		9 915		11 308		12 138		13 869		15 651		17 214		17 478		15 885		19 305		18 272	
																	2 265		3 112		3 032	
Murtosa	14 221		13 755		13 489		13 069		13 310		13 794		13 172		12 328		9 190		9 816		9 579	
Murtosa	9 140		9 540		11 598		11 806		14 362		15 744		17 242		16 699		14 975		17 517		18 660	
Oliveira do Bairro	25 217		25 605		27 510		26 736		29 970		30 657		33 348		35 320		39 965		45 378		49 659	
Ovar																						
Ovar	11 190		10 976		11 463		10 552		12 831		12 799		13 333		14 128		16 145		18 783		14 124	



População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<i>Esmoriz</i>	2 621	3 079			3 509	3 528			3 813	4 240			5 341	5 955			7 945	8 538			9 890	
Sever do Vouga	8 466		9 002	1 430	9 821		10 386		12 038	12 629			13 605	14 077			12 945	13 783			13 826	
<i>Vagos</i>	11 084	6 053	11 954		13 445	7 719	14 123		15 860	18 135			20 131	20 250			18 440	18 548			19 068	2 590
Beira Interior Norte	167 697	25 334	175 409	26 678	182 452	27 571	171 557	26 002	171 820	197 566	32 390	35 728	206 094	187 501	34 992		136 090	130 104	38 481		118 513	39 097
Almeida	16 386		17 031		17 479		15 336		14 860	16 606			17 480	16 107			10 735	10 524			10 040	
<i>Almeida</i>	2 354	2 332			2 365	1 593			1 661	1 825			1 849	1 585			1 140	1 488			1 536	
Celorico da Beira	15 474		15 820	3 276	15 934	3 174	15 045		14 880	16 484			16 732	14 930			11 510	10 269			8 875	
<i>Celorico da Beira</i>	3 157				3 174	3 088			3 205	3 568			3 550	2 906			2 700	2 774			2 146	
Santa Maria	1 574	1 478			1 460	1 485			1 384	1 544			1 514	1 230			1 055	1 185			1 064	
São Pedro	1 583	1 798			1 714	1 603			1 821	2 024			2 036	1 676			1 645	1 589			1 082	
Figueira de Castelo Rodrigo	14 674		14 716	1 517	15 609	1 469	13 741		13 339	14 591			14 912	13 237			8 945	9 140			8 105	
<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	1 400				1 596	1 496			1 496	1 666			1 936	1 962			1 845	2 128			2 356	
Guarda	40 205	6 020	41 910	6 197	44 010	6 665	41 909	7 090	43 014	47 862	9 391		51 468	48 994			39 245	40 360			38 765	
<i>Guarda</i>									8 877				11 586	12 787			13 520	18 197			18 847	
São Miguel																	250	249			4 628	
São Vicente	2 017	2 085			2 599	2 761			3 086	3 585			4 171	4 455			3 085	8 290			8 426	
Sé	4 003	4 112			4 066	4 329			5 791	5 806			7 415	8 332			10 185	9 658			5 793	
Manteigas	3 802	4 134			4 073	3 538	3 802		4 080	4 863			5 390	5 276			4 660	4 493			4 192	
<i>Manteigas</i>	3 349	3 602			3 538	3 248			3 533	4 198			4 675	4 528			4 070	3 941			3 695	
Santa Maria	1 723	1 710			1 588	1 539			1 677	1 919			2 017	1 929			1 650	1 705			1 752	
São Pedro	1 626	1 892			1 950	1 709			1 856	2 279			2 658	2 599			2 420	2 236			1 943	
Meda	10 706		12 011		11 957		11 223		11 851	14 989			13 697	12 378			9 960	8 964			7 440	
<i>Meda</i>	1 342	1 659			1 687	1 624			1 946	2 338			2 045	2 029			2 185	2 172			2 224	
Pinhel	18 643		18 774		19 858		18 139		18 420	20 688			22 270	20 293			14 375	14 328			12 693	
<i>Pinhel</i>	2 967	2 906			3 079	2 664			2 820	3 168			3 312	3 273			2 360	3 193			3 429	

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).			Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Sabugal	30 602	1 986	33 047	2 309	35 409	2 504	34 750	2 312	33 774	2 569	41 909	3 050	43 513	3 238	38 062	2 908	22 975	2 330	18 927	2 181	16 919	2 366
Trancoso	17 205	2 759	17 966	2 880	18 123	2 963	17 612	2 914	17 602	2 740	19 574	3 186	20 632	3 537	18 224	3 014	13 685	2 500	13 099	2 407	11 484	2 498
Beira Interior Sul	1 292	1 430	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427	1 534	1 427
	1 467	1 450	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487	1 429	1 487
Castelo Branco	73 992	15 586	81 116	16 916	92 471	19 021	92 929	20 091	102 909	21 741	118 633	25 595	125 172	27 679	118 207	28 839	94 000	28 645	86 138	31 225	81 015	33 860
Idanha-a-Nova	35 068	6 712	38 302	7 400	42 547	7 527	44 300	8 798	50 434	10 355	58 700	12 763	63 305	14 865	63 091	17 616	54 435	20 480	54 908	23 570	54 310	27 004
	20 412	3 079	23 002	3 610	27 298	4 185	26 112	3 924	27 998	4 129	32 873	5 272	33 439	4 969	30 418	4 567	20 580	3 210	16 101	2 742	13 630	2 454
Penamacor	12 351	3 525	13 179	3 467	14 999	3 683	14 714	3 484	15 724	3 737	17 421	3 801	18 860	4 089	16 659	3 510	12 290	2 295	9 524	2 300	8 115	1 966
Vila Velha de Rodão	6 161	2 270	6 633	2 439	7 627	3 626	7 803	3 885	8 753	3 520	9 639	3 759	9 568	3 756	8 039	3 146	6 695	2 660	5 605	2 613	4 960	2 436
Cova da Beira	86 535	22 444	86 248	21 100	94 956	22 050	92 516	20 389	101 056	23 113	117 755	27 774	128 311	29 790	129 659	32 073	104 200	38 165	99 799	38 406	93 097	36 290
Belmonte	5 694	2 084	6 573	2 376	7 261	2 768	7 362	2 745	8 190	3 258	9 572	3 947	9 848	3 005	9 109	2 827	6 450	2 270	6 765	2 503	7 411	3 046
Covilhã	47 968	17 559	44 427	15 542	48 400	15 745	45 583	14 030	49 934	15 583	60 608	19 044	68 522	21 385	72 957	23 595	62 565	30 610	60 945	30 111	53 999	26 174
Aldeia do Carvalho	Boidobra	Concelção	4 920	3 884	4 083	3 725	4 225	5 662	7 573	10 150	3 925	1 565	11 650	10 565	4 261	4 280	5 530	3 660	5 582	1 477	7 465	3 723
São Martinho	4 858	4 215	4 147	3 596	3 888	4 170	3 832	4 261	4 280	5 938	5 222	3 053	5 165	3 053	5 222	3 660	5 582	1 477	7 465	3 723		
São Pedro	4 098	4 009	4 246	3 228	3 918	5 359	5 909	3 246	5 530	3 246	5 222	3 053	5 165	3 053	5 222	3 660	5 582	1 477	7 465	3 723		
Cantar-Galo	3 683	3 434	3 269	3 481	3 552	3 853	3 481	3 552	3 853	3 481	3 552	3 853	3 481	3 552	3 853	3 481	3 552	3 853	3 481	3 552	3 853	3 481



	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Fundão	32 873	2 801	35 248	3 182	39 295	3 537	39 571	3 614	42 932	4 272	47 575	4 783	49 941	5 400	47 593	5 651	35 185	5 285	32 089	5 792	31 687	7 070
Dão Lafões	259 088	36 635	265 340	38 947	275 119	40 481	269 512	40 008	290 144	44 459	309 107	50 537	330 767	52 190	324 296	56 288	280 770	59 905	295 094	71 299	282 462	72 259
Aguai da Beira	8 053		8 466		8 919		8 635		8 545		9 625		10 177		10 215		8 565		7 285		6 725	
		1 107		1 230		1 314		1 261		1 221		1 323		1 283		1 351			1 240		1 280	1 289
Carregal do Sal	14 915		14 106		15 041		13 655		14 946		15 020		14 594		13 468		11 065		11 137		10 992	
		1 956		1 927		1 921		1 758		1 973		2 081		2 118		2 021			1 925		1 927	1 915
Castro Daire	19 931		21 274		23 278		21 990		24 076		24 788		26 656		25 031		21 505		20 411		18 156	
		3 342		3 670		4 190		3 952		4 327		4 373		4 547		4 300			3 765		4 140	4 077
Mangualde	22 451		22 340		22 450		21 861		23 225		24 552		25 340		23 311		17 730		21 438		21 808	
		5 038		5 160		5 297		4 996		5 044		6 543		7 223		6 972			4 595		8 146	8 570
Mortágua	9 004		8 834		9 210		9 498		10 268		11 202		12 616		13 024		11 625		11 291		10 662	
		1 443		1 451		1 613		1 821		2 150		2 235		2 492		2 616			2 505		2 505	2 694
Nelas	13 777		14 145		13 962		13 953		14 470		15 642		16 061		16 504		14 060		15 069		14 618	
		2 714		2 741		2 545		2 781		2 894		3 265		3 330		3 431			2 900		3 402	3 456
Oliveira de Frades	8 868		9 168		9 917		9 951		10 468		10 858		10 915		10 858		10 080		10 391		10 584	
		832		912		1 060		1 136		1 281		1 360		1 447		1 513			1 395		1 540	2 040
Penalva do Castelo	13 252		13 742		14 042		13 185		13 404		14 267		15 028		13 686		11 045		10 172		9 166	
		2 082		2 253		2 498		2 272		2 478		2 663		2 697		2 547			1 845		1 931	1 755
Santa Comba Dão	11 573		12 237		12 687		13 062		14 088		13 720		14 556		13 723		11 850		14 099		12 209	
		1 681		1 981		2 054		1 975		2 462		2 232		2 305		2 567			2 245		2 892	2 803
São Pedro do Sul	21 391		21 765		22 231		22 362		23 426		23 890		25 095		24 273		20 135		21 220		19 985	
		2 532		2 989		3 101		3 183		3 502		3 685		3 693		3 619			2 290		3 459	3 790
Satão	12 531		13 472		13 885		13 772		14 892		15 239		16 872		16 824		14 245		13 587		13 342	
		1 717		2 120		2 205		2 127		2 220		2 345		2 732		2 819			2 430		2 641	3 016
Tondela	30 346		30 622		32 155		31 157		34 632		38 107		40 596		38 917		35 350		35 906		32 049	
		2 015		2 190		2 446		2 458		2 810		3 185		3 271		3 198			14 470		14 987	13 613

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Canas de Santa Maria Dardavaz Lobão da Beira Molelos Mouraz Nandufe Tonda <b>Tondela</b> Vila Nova da Rainha																						
		2 015		2 190		2 446		2 458		2 810		3 185		3 271		3 198						
Vila Nova de Paiva	6 833	1 039	6 954	6 692	7 012	851	847	992	8 048	9 033	8 931	7 020	6 420	588	6 088	1 039	1 175					
<b>Vila Nova de Paiva</b>																						
Viseu	52 268	8 101	54 047	56 186	55 281	8 150	8 268	9 765	68 115	76 816	79 890	73 010	83 261	20 070	83 601	20 659	7 775	6 902	5 982			
<b>Viseu</b>																						
Coração de Jesus																						
Santa Maria de Viseu	4 984		5 116	5 058	5 105	6 122	7 569	8 205	7 569	8 205	7 020	5 675	7 520	6 902	5 982							
São José	3 117		3 005	3 092	3 163	3 643	5 216	4 408	16 034	16 412	15 641	13 485	13 407	6 449	12 477	1 407						
Vouzela	13 895	1 036	14 168	14 464	14 138	1 173	1 173	1 340	16 034	16 412	15 641	13 485	13 407	6 449	12 477	1 407						
<b>Vouzela</b>																						
Pinhal Interior Norte	176 339	52 716	182 891	195 504	190 354	56 178	55 577	57 169	203 810	203 326	184 549	150 430	152 056	50 840	139 413	46 959						
Alvaiázere	10 675	1 723	11 936	12 870	13 098	2 111	2 284	2 104	15 047	14 950	13 583	11 300	10 510	9 306	9 306	1 737						
<b>Alvaiázere</b>																						
Ansião	12 961	2 700	13 562	14 601	14 832	2 497	2 419	2 808	17 391	18 309	17 268	14 900	15 446	14 029	14 029	2 560						
<b>Ansião</b>																						
Arganil	21 449	3 092	21 232	22 004	21 417	18 343	22 002	21 736	19 237	3 577	3 247	15 930	15 507	13 926	13 926	3 175						
<b>Arganil</b>																						
Castanheira de Pera	5 959	5 191	6 213	6 523	5 839	6 116	6 411	6 330	5 739	5 830	5 385	4 660	5 137	4 442	4 442	4 261						
<b>Castanheira de Pera</b>																						



População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Figueiró dos Vinhos	9 127	3 514	9 702	2 789	10 630	4 537	10 686	4 711	10 699	5 113	12 031	5 606	12 300	5 924	11 545	5 781	8 960	4 685	8 754	4 726	8 012	3 799
Góis	10 895	3 470	11 891	3 530	12 974	3 819	12 616	3 896	12 230	3 823	12 488	3 769	11 103	3 341	9 744	3 081	6 705	2 345	6 434	2 615	5 372	1 074
Lousã	10 868	5 396	11 685	5 771	12 622	6 301	11 944	5 732	12 905	6 995	14 525	8 201	15 442	8 922	13 900	8 191	12 750	7 480	13 020	7 626	13 447	8 321
Miranda do Corvo	12 643	6 434	12 751	6 577	14 206	4 958	13 455	4 949	12 608	4 662	13 558	5 073	13 822	5 232	12 810	5 103	11 510	4 705	12 231	5 469	11 674	5 508
Oliveira do Hospital	26 741	1 537	27 324	1 608	27 869	1 648	26 992	1 601	26 030	1 523	28 421	1 949	29 038	2 166	26 287	2 092	23 330	2 080	23 554	2 965	22 584	3 510
Pampilhosa da Serra	11 274	3 597	12 426	3 936	13 944	4 406	14 040	4 487	13 459	4 364	15 527	4 666	14 800	4 184	13 372	3 549	9 245	2 320	7 493	1 963	5 797	1 213
Pedregão Grande	7 333	4 008	7 944	4 375	8 561	4 765	8 541	4 656	8 877	4 973	9 250	5 018	8 955	4 917	8 239	4 659	4 985	2 810	5 842	3 399	4 643	2 836
Penela	10 180	4 490	9 954	4 792	12 305	5 158	11 197	5 268	10 754	5 410	11 088	5 536	10 525	4 919	9 438	4 548	7 870	3 550	8 023	3 943	6 919	3 459
Santa Eufémia	2 148		2 262	2 498	2 498	2 498	2 629	2 629	2 601	2 601	2 731	2 731	2 556	2 097	1 515	2 097	1 515	1 515	1 832	1 832	1 596	1 596
São Miguel	2 342		2 530	2 660	2 660	2 660	2 639	2 639	2 829	2 829	2 805	2 805	2 363	2 451	2 035	2 451	2 035	2 035	2 111	2 111	1 863	1 863
Tábua	18 733	3 060	18 371	2 815	18 169	2 649	17 354	2 472	16 530	2 419	17 673	2 676	17 798	2 735	15 869	2 423	12 260	1 935	13 456	2 363	13 101	2 538
Vila Nova de Poiares	7 501	4 504	7 900	4 482	8 226	4 722	8 343	4 883	7 763	4 490	8 398	4 845	8 218	4 815	7 518	3 289	6 025	2 800	6 649	3 034	6 161	2 968
Vila Nova de Poiares (Santo André)	59 319	18 815	65 340	18 057	73 291	22 870	73 521	21 274	77 126	23 769	88 863	24 736	92 908	25 811	87 715	26 463	71 345	22 050	60 527	19 766	50 801	17 646
Pinhal Interior Sul	13 691	3 451	15 525	3 808	17 132	4 242	17 392	4 070	18 806	4 244	20 659	4 608	21 814	4 724	19 045	4 101	15 190	3 210	12 234	2 786	10 060	2 455
Mação	10 476	2 592	11 203	2 787	12 060	2 910	11 977	2 991	11 891	3 053	14 020	3 327	15 137	3 710	15 553	3 931	13 130	3 545	10 183	3 041	7 767	2 460
Oleiros																						

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)		Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	
Proença-a-Nova			10 358		13 844		13 628		14 973		18 183		18 927		17 552		13 825		11 953		11 088	
Proença-a-Nova			3 796	4 106	4 710	4 694	5 223	6 205	6 340	6 060	4 975	4 606	4 781									
Sertão			18 332		22 617		23 288		24 057		27 183		28 623		27 997		23 050		21 503		18 199	
Sertão			4 335	4 917	5 545	5 634	6 125	6 837	7 281	6 909	5 840	5 947	5 264									
Vila de Rei			6 462		7 638		7 236		7 399		8 818		8 407		7 568		6 150		4 654		3 687	
Vila de Rei			4 641	2 439	5 463	3 885	5 124	3 759	3 756	5 462	4 480	3 386	2 686									
Pinhal Litoral			98 049	21 349	120 070	27 187	125 826	28 470	138 410	31 582	162 174	37 310	185 541	43 640	198 433	44 292	191 235	65 880	215 816	83 421	223 025	
Pinhal Litoral			6 634		7 817		8 350		9 634		11 220		12 817		13 811		11 755		12 588		13 329	
Batalha			3 776	3 927	4 111	4 370	5 239	5 765	6 608	7 053	7 477	7 592	6 520									
Leiria			41 606		48 447		51 101		55 234		67 313		77 567		82 988		78 950		96 517		102 762	
Leiria			4 472	4 346	4 650	4 907	5 852	6 781	8 185										31 701		38 114	
Barosa																			1 685		1 787	
Barreira																			2 632		2 306	
Leiria			4 472	4 346	4 650	4 907	5 852	6 781	8 185	5 852	6 781	8 185	8 185	8 185	7 477	7 477	7 540	7 540	11 502	12 852		
Marrazes																	7 605	7 605	10 671	13 026		
Parceiros																	1 930	1 930	2 203	2 482		
Pousos																	4 405	4 405	5 008	5 661		
Marinha Grande			8 606		10 677		10 677		11 888		10 995		14 708		20 483		23 350		31 284		32 234	
Marinha Grande			4 825	5 574	6 781	7 059	8 617	10 430	13 092	15 699	18 695	25 783	26 628									
Pombal			29 369		38 596		41 094		45 358		53 850		59 925		59 931		56 890		53 727		51 357	
Pombal			4 318	5 798	6 760	7 374	8 472	10 480	11 353	9 973	12 035	12 409	12 805									
Porto de Mós			11 834		14 533		14 604		16 296		18 796		20 524		21 220		20 290		21 700		23 343	
Porto de Mós			3 958	4 412	4 885	4 760	3 402	3 854	4 402	4 090	4 025	3 936	5 179									
São João			1 907	2 047	2 509	2 286	2 286	1 566	1 808	2 089	1 628	1 534	2 597									
São Pedro			2 051	2 365	2 376	2 474	1 836	2 046	2 313	2 462	2 355	2 402	2 582									
Serra da Estrela			7 392	8 079	68 646	8 316	65 940	8 316	64 735	9 040	72 220	10 111	74 280	10 059	68 681	9 469	56 690	8 200	56 991	11 332	54 042	
Serra da Estrela			63 139																		12 154	
Fornos de Algodres			9 477	10 147	9 953	9 657	9 730	10 507	10 645	9 035	7 130	6 594	6 270									



	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>Fornos de Algodres</b>	<b>1 605</b>		<b>1 920</b>		<b>1 791</b>		<b>1 759</b>		<b>1 980</b>		<b>2 248</b>		<b>2 360</b>		<b>1 797</b>		<b>1 400</b>		<b>1 713</b>		<b>1 752</b>	
Gouveia	23 022		24 641		25 539		23 599		23 724		27 321		27 673		25 210		18 305		19 045		17 410	
<b>Gouveia</b>	<b>3 150</b>		<b>3 400</b>		<b>3 509</b>		<b>3 288</b>		<b>3 590</b>		<b>4 135</b>		<b>4 359</b>		<b>4 215</b>		<b>2 610</b>		<b>3 944</b>		<b>3 937</b>	
São Julião	1 086		1 097		1 218		1 336		1 516		1 637		1 610		1 993		1 080		1 636		1 510	
São Pedro	2 064		2 303		2 291		1 952		2 074		2 498		2 749		2 222		1 530		2 308		2 427	
<b>Seia</b>	<b>30 640</b>		<b>31 929</b>		<b>33 154</b>		<b>32 684</b>		<b>31 281</b>		<b>34 392</b>		<b>35 962</b>		<b>34 436</b>		<b>31 255</b>		<b>31 352</b>		<b>30 362</b>	
<b>Seia</b>	<b>2 637</b>		<b>2 759</b>		<b>3 169</b>		<b>3 269</b>		<b>3 470</b>		<b>3 728</b>		<b>3 340</b>		<b>3 457</b>		<b>4 190</b>		<b>5 675</b>		<b>6 465</b>	
<b>REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO</b>	<b>903 080 523 603</b>		<b>1 016 595 602 496</b>		<b>1 208 329 724 097</b>		<b>1 303 958 791 808</b>		<b>1 556 940 957 567</b>		<b>1 783 408 1 104 924</b>		<b>2 045 800 1 265 785</b>		<b>2 276 518 1 356 938</b>		<b>2 532 395 1 471 004</b>		<b>3 261 576 1 801 995</b>		<b>3 292 108 1 610 694</b>	
Grande Lisboa	375 386	326 007	434 414	378 506	538 172	466 765	595 414	526 009	735 451	639 338	870 347	752 050	1 022 238	863 281	1 178 784	934 768	1 378 420	970 879	1 853 729	1 182 840	1 831 877	999 848
<b>Amadora</b>																						
<b>Amadora(*)</b>							<b>4 062</b>		<b>6 844</b>		<b>9 762</b>		<b>18 789</b>		<b>36 331</b>		<b>66 189</b>		<b>124 014</b>		<b>177 167</b>	
Damaia																			23 261		23 770	
Falagueira-Venda Nova																			32 759		37 166	
Mina																			28 427		30 757	
Reboleira																			16 360		16 183	
Venteira																			23 207		21 688	
<b>Cascais</b>	<b>8 436</b>		<b>9 463</b>		<b>14 308</b>		<b>15 251</b>		<b>22 932</b>		<b>29 641</b>		<b>42 177</b>		<b>59 617</b>		<b>92 630</b>		<b>141 498</b>		<b>153 294</b>	
<b>Cascais</b>	<b>2 731</b>		<b>3 275</b>		<b>5 270</b>		<b>6 059</b>		<b>6 980</b>		<b>8 549</b>		<b>10 558</b>		<b>13 352</b>		<b>20 735</b>		<b>29 389</b>		<b>27 741</b>	
Lisboa	300 964		351 210		431 738		484 664		591 939		694 389		783 226		802 230		760 150		807 937		663 394	
<b>Lisboa</b>	<b>300 964</b>		<b>351 210</b>		<b>431 738</b>		<b>484 664</b>		<b>591 939</b>		<b>694 389</b>		<b>783 226</b>		<b>802 230</b>		<b>760 150</b>		<b>807 937</b>		<b>663 394</b>	
Loures	20 681		21 454		25 430		25 831		29 101		35 060		50 440		102 124		166 550		276 467		322 158	
<b>Loures</b>	<b>4 794</b>		<b>4 829</b>		<b>5 119</b>		<b>4 428</b>		<b>4 781</b>		<b>5 013</b>		<b>6 089</b>		<b>7 623</b>		<b>13 585</b>		<b>32 874</b>		<b>19 636</b>	
<b>Odivelas</b>	<b>1 592</b>		<b>1 746</b>		<b>2 313</b>		<b>2 635</b>		<b>3 174</b>		<b>3 696</b>		<b>6 772</b>		<b>27 423</b>		<b>51 395</b>		<b>84 624</b>		<b>53 531</b>	
Oeiras	8 110		10 447		16 959		18 557		29 440		37 811		53 248		94 255		180 215		149 328		151 342	
<b>Oeiras e São Julião da Barra</b>	<b>4 514</b>		<b>4 070</b>		<b>5 606</b>		<b>6 067</b>		<b>4 467</b>		<b>5 197</b>		<b>6 385</b>		<b>79 964</b>		<b>124 400</b>		<b>40 358</b>		<b>41 364</b>	
Sintra	22 918		26 074		30 694		29 762		37 986		45 171		60 423		79 964		124 400		226 428		260 951	
<b>Sintra</b>	<b>4 930</b>		<b>5 886</b>		<b>7 359</b>		<b>7 860</b>		<b>10 005</b>		<b>11 816</b>		<b>15 669</b>		<b>19 930</b>		<b>14 945</b>		<b>20 234</b>		<b>19 963</b>	

	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	Santa Maria e São Miguel		1 070	1 382					3 376	4 643			5 486	6 351			6 625	8 977			8 405	
	São Martinho		1 578	2 272	2 574		2 990		3 368	3 730	3 443		3 678	4 234	4 500		4 500	5 471	5 102		5 102	
	São Pedro de Penaferrim		2 282	2 232	4 785		4 870		3 061	3 443			6 505	9 345	3 820		3 820	5 786	6 456		6 456	
Vila Franca de Xira	14 277		15 766		19 043		21 349		24 053		28 275		32 724		40 594		54 475		88 193		103 571	
Vila Franca de Xira		4 696	5 517		6 974		7 498		7 894		10 305		11 228		13 404		14 400		19 318		18 487	
Alverca do Ribatejo		1 786	1 973		2 386		2 736		3 254		3 323		4 665		7 618		15 380		24 092		24 168	
Lezíria do Tejo	118 481	51 138	130 918	57 834	149 716	63 710	154 177	63 733	180 313	76 001	200 728	85 157	220 640	96 986	225 262	98 473	210 885	93 660	234 057	109 146	232 969	99 203
Almeirim	6 376		7 913		9 311		9 886		12 808		15 020		17 045		18 011		19 225		21 154		21 380	
Almeirim		4 768	5 941		6 896		7 127		9 216		10 535		11 849		8 902		9 130		10 632		10 907	
Alpiarça	4 926		5 775		6 384		6 713		7 550		7 256		7 618		7 856		7 490		8 120		7 711	
Alpiarça		4 926	5 775		6 384		6 713		7 550		7 256		7 618		7 856		7 490		8 120		7 711	
Azambuja	10 409		11 446		12 729		11 037		14 035		15 776		18 160		18 218		16 635		19 768		19 568	
Azambuja		2 480	2 617		2 977		1 983		2 956		3 097		3 672		3 814		4 365		5 806		6 228	
Benavente	5 745		6 413		7 776		6 874		8 733		9 845		11 726		11 631		12 735		16 306		18 335	
Benavente		3 214	3 551		4 249		3 808		4 223		4 633		5 517		6 223		5 975		7 014		6 789	
Cartaxo	13 158		14 373		15 829		16 627		18 270		18 432		19 448		19 939		18 860		22 581		22 268	
Cartaxo		6 629	7 171		5 397		5 491		5 856		5 947		6 280		6 665		6 600		8 526		9 014	
Chamusca	9 246		10 418		11 593		11 330		12 925		15 315		16 079		15 921		14 385		13 135		12 282	
Chamusca		3 339	3 777		4 020		3 664		3 834		4 176		5 017		4 201		3 970		4 079		3 869	
Coruche	8 358		9 634		13 031		14 023		18 317		23 352		26 136		27 437		24 800		25 278		23 634	
Coruche		6 184	7 212		10 130		10 763		14 065		18 085		20 585		21 945		18 130		18 620		10 228	
Golegã	5 866		5 694		6 267		5 779		6 326		6 670		6 226		6 150		5 855		5 963		6 072	
Golegã		4 139	4 348		4 781		4 421		4 844		5 053		4 550		4 408		4 045		4 034		4 171	
Rio Maior	10 457		11 645		12 785		13 603		15 150		16 376		18 902		19 356		18 245		19 894		20 119	
Rio Maior		4 199	4 685		5 006		5 372		6 102		6 760		8 402		9 032		9 340		10 774		10 424	
Salvaterra de Magos	5 514		7 047		9 138		9 391		11 498		13 562		15 298		16 966		16 215		18 962		18 979	
Salvaterra de Magos		3 117	4 314		4 500		4 473		5 169		5 622		6 383		6 867		6 410		8 372		4 843	



	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Santarém	38 426	8 143	40 560	8 443	44 873	9 370	48 914	9 918	54 701	12 186	59 124	13 993	64 002	17 113	63 777	18 560	56 440	18 205	62 896	23 169	62 621	25 019
<i>Santarém</i>																						
Marvila	2 993	3 350	3 350	3 350	3 700	3 700	4 493	4 493	4 711	4 711	6 021	6 021	6 758	6 758	6 809	6 809	6 600	6 600	9 629	9 629	10 262	10 262
São Nicolau	1 764	1 966	1 966	1 966	2 264	2 264	1 868	1 868	3 196	3 196	3 805	3 805	5 121	5 121	5 924	5 924	5 555	5 555	6 615	6 615	7 189	7 189
São Salvador	3 386	3 127	3 127	3 127	3 406	3 406	3 557	3 557	4 279	4 279	4 167	4 167	5 234	5 234	5 827	5 827	6 050	6 050	6 925	6 925	7 568	7 568
Médio Tejo	139 228	35 965	154 777	39 311	175 115	44 279	183 055	44 675	202 352	49 455	230 964	57 604	246 922	60 878	245 767	57 275	226 285	65 880	234 448	76 954	227 339	81 180
Abrantes	24 671	5 469	27 453	5 815	32 322	7 402	34 367	7 299	39 327	8 787	45 332	10 309	48 925	11 339	51 869	8 172	48 675	8 425	48 653	9 628	45 697	10 841
<i>Abrantes</i>																						
São João	1 608	1 501	1 501	1 501	1 717	1 717	1 683	1 683	2 196	2 196	2 218	2 218	2 798	2 798	2 560	2 560	2 415	2 415	2 475	2 475	2 130	2 130
São Vicente	3 861	4 314	4 314	4 314	5 685	5 685	5 616	5 616	6 591	6 591	8 091	8 091	8 541	8 541	5 612	5 612	6 010	6 010	7 153	7 153	8 711	8 711
Alcanena	8 100	3 011	8 759	3 338	9 670	3 695	10 207	3 072	11 122	2 962	12 897	3 110	14 087	3 373	14 773	3 405	13 180	3 250	14 285	3 755	14 373	4 146
Constância	2 952	1 044	3 034	1 044	3 214	1 079	3 067	865	3 248	908	3 466	940	3 521	863	4 077	968	3 630	985	3 949	909	4 170	889
<i>Constância</i>																						
Entroncamento																						
Ferreira do Zêzere	12 318	2 151	13 708	2 326	14 960	2 296	15 306	2 315	16 008	3 800	16 979	6 577	17 559	6 804	15 739	7 355	9 195	9 195	11 976	11 976	14 226	14 226
<i>Ferreira do Zêzere</i>																						
Gavião	6 086	2 064	6 462	2 040	7 578	2 251	8 172	2 483	9 168	2 531	10 439	2 393	11 023	2 503	10 049	2 378	7 730	1 850	6 850	1 997	9 954	1 948
<i>Gavião</i>																						
Sardoal	5 219	4 266	5 804	4 749	6 401	5 194	6 463	5 141	6 863	4 425	7 163	4 504	7 073	3 293	6 854	3 142	5 550	2 840	5 022	4 430	2 006	2 006
<i>Sardoal</i>																						
Tomar	27 987	6 063	31 360	6 710	34 951	6 872	36 907	8 053	39 179	9 730	44 210	11 445	46 071	12 250	44 161	12 974	40 750	14 820	45 672	18 835	43 139	18 636
<i>Tomar</i>																						
Sa. Maria dos Olivais	6 063	6 710	6 710	6 710	6 872	6 872	8 053	8 053	9 730	9 730	4 679	5 552	5 552	5 552	7 078	7 078	8 050	8 050	11 161	11 161	12 040	12 040
São João Baptista																						
Torres Novas	25 481		28 135		31 769		31 983		33 892		37 114		38 220		36 732		35 780		37 399		37 692	

População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<b>Torres Novas</b>	9 378		10 664		12 685		12 378		10 330		11 591		13 076		11 974		13 330		14 805		15 517	
<b>Salvador</b>	1 591		1 653		1 909		1 843		2 140		2 380		3 118		2 004		2 050		2 462		2 309	
<b>Santa Maria</b>	1 557		1 786		2 274		2 059		2 500		2 975		3 090		2 806		3 600		3 851		4 115	
<b>Santiago</b>	4 336		5 096		6 112		6 071		3 020		3 287		3 529		3 396		3 385		3 378		3 005	
<b>São Pedro</b>	1 894		2 129		2 390		2 405		2 670		2 949		3 339		3 768		4 295		5 114		6 088	
Vila Nova da Barquinha	3 954		4 336		4 664		5 314		5 211		6 037		7 313		6 647		6 795		8 167		7 553	
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	1 016		1 009		911		999		1 188		1 229		1 266		1 388		1 280		1 514		855	
Vila Nova de Ourém	22 460		25 726		29 586		31 269		34 534		40 750		46 326		47 511		42 745		41 376		40 185	
<b>V. N. de Ourém</b>	2 353		2 625		2 805		3 069		3 302		3 804		4 357		4 106		7 910		9 074		9 804	
N. Sra. das Misericórdias(Ourém)	2 353		2 625		2 805		3 069		3 302		3 804		4 357		4 106		4 055		4 549		4 777	
N. Sra. da Piedade(Vila Nova de Ourém)																	3 855		4 525		5 027	
Oeste	187 885	49 535	198 344	53 369	227 330	60 312	234 173	64 563	270 614	77 216	292 076	85 842	320 383	94 100	335 246	94 763	313 865	100 395	354 694	124 213	359 430	122 392
Alcobaça	26 140		28 969		33 023		34 583		38 462		43 518		47 905		50 027		47 290		52 347		54 382	
<b>Alcobaça</b>	2 172		2 323		2 274		2 661		3 879		4 227		4 526		5 166		8 090		9 647		9 601	
Alcobaça	2 172		2 323		2 274		2 661		3 879		4 227		4 526		5 166		3 675		5 305		5 121	
Évora de Alcobaça																	4 415		4 342		4 480	
Alenquer	22 976		24 774		26 340		27 168		30 015		32 597		34 477		34 998		32 490		34 575		34 098	
<b>Alenquer</b>	5 997		6 578		6 706		6 695		7 407		7 200		7 704		8 273		8 570		9 295		7 202	
<b>Santo Estêvão</b>	3 131		3 559		3 869		3 673		4 160		4 088		4 221		4 626		5 125		5 702		4 383	
<b>Trilhas</b>	2 866		3 019		2 837		3 022		3 247		3 112		3 483		3 647		3 445		3 593		2 819	
Arruda dos Vinhos	5 604		5 547		6 632		7 160		7 670		8 271		8 155		8 021		8 245		8 875		9 364	
<b>Arruda dos Vinhos</b>	2 445		2 286		3 022		2 397		3 708		3 912		3 724		3 960		3 975		4 439		5 009	
Bombarral	7 706		9 024		9 796		11 206		12 669		14 535		15 413		15 209		13 745		13 758		12 727	
<b>Bombarral</b>	2 110		2 649		2 996		3 620		4 390		5 544		4 577		4 662		4 745		5 033		4 592	
Cadaval	9 988		10 731		11 620		12 584		14 728		15 737		17 012		17 287		14 165		14 474		13 516	
<b>Cadaval</b>	1 134		1 226		1 295		1 477		1 584		1 755		1 964		1 833		1 595		1 985		2 054	
Caldas da Rainha	18 889		20 971		24 516		26 027		29 207		33 523		37 165		37 430		35 585		41 018		43 205	



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991			
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.		Ur		Conc.		Ur		Conc.		Ur		Conc.		Ur		Conc.		Ur		Conc.		Ur	
Caldas da Rainha N.º Sra. do Pópulo Santo Onofre Tornada		4 687		4 605		5 851		6 837		7 882		9 605		11 821		11 185		15 515		21 144		23 728		
		4 687		4 605		5 851		6 837		7 882		9 605		11 821		11 185		13 690		18 394		13 460		
																					7 673	2 595		
																		1 825		2 750				
Lourinhã		11 216		12 154		13 708		15 177		17 049		20 040		21 820		22 927		19 070		21 245		21 596		7 615
Mafra		24 222		25 021		27 163		27 108		29 750		32 341		36 485		35 739		33 930		43 899		43 731		8 823
Nazaré		7 583		8 393		10 341		10 323		10 406		11 614		13 248		13 511		13 260		15 436		15 313		10 451
Óbidos		7 977		8 635		9 467		9 584		9 877		10 799		11 716		11 316		9 465		10 538		11 188		3 091
Santa Maria		3 880		3 994		4 299		4 126		4 213		4 749		5 133		4 599		4 590		5 051				
São Pedro		1 715		1 940		2 184		2 109		1 940		2 340		2 470		2 326		1 630		1 594		1 799		1 292
		2 165		2 054		2 115		2 017		2 273		2 409		2 663		2 273		2 960		3 457				
Peniche		7 668		8 199		9 692		12 565		16 019		18 009		21 203		22 200		21 555		25 627		25 880		15 304
Peniche		2 924		2 781		3 346		5 429		7 945		8 780		10 611		11 388		12 570		15 455				
Ajuda		1 199		1 150		1 440		2 423		4 018		4 220		5 173		5 518		6 880		8 463		8 653		
Concelção		853		826		976		1 418		1 934		2 187		3 467		3 609		3 225		3 829		4 264		
São Pedro		872		805		930		1 588		1 993		2 373		1 971		2 261		2 465		3 163		2 387		
Sobral de Monte Agraço		5 647		5 747		6 039		6 058		6 845		7 220		7 425		7 744		7 215		7 863		7 245		
Sobral de Monte Agraço		4 496		4 527		4 664		4 615		5 139		5 447		5 606		5 708		5 155		5 557		4 999		
S. M. Agraço		1 303		1 372		1 368		1 223		1 454		1 479		1 593		1 793		1 855		2 144		2 121		
Santo Quintino		3 193		3 155		3 296		3 392		3 685		3 968		4 013		3 915		3 300		3 413		2 878		
Torres Vedras		32 269		35 726		38 993		41 790		47 917		52 143		56 514		58 837		57 850		65 039		67 185		
Torres Vedras		6 078		6 853		7 825		8 392		10 603		11 908		12 307		13 091		14 890		19 096		19 923		
S. M.º do Castelo e S. Miguel		2 613		3 077		3 452		3 704		4 516		5 196		5 189		5 096		2 165		3 695		4 526		
São Pedro e São Tiago		3 465		3 776		4 373		4 688		6 087		6 712		7 118		7 995		12 725		15 401		15 397		

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Península de Setúbal	82 100	59 942	98 142	72 467	117 996	88 120	137 139	91 829	168 210	114 369	189 293	123 042	235 617	149 274	291 459	170 271	402 940	240 190	584 648	308 842	640 493	308 071
Alcochete	4 997		6 088		6 502		6 175		6 656		6 658		7 864		9 270		10 410		11 246		10169	
		<b>4 283</b>		<b>5 132</b>		<b>5 401</b>		<b>5 029</b>		<b>5 496</b>		<b>5 566</b>		<b>6 494</b>		<b>7 447</b>		<b>8 210</b>		<b>8 894</b>		<b>7 064</b>
Almada	13 530		15 764		18 076		20 291		23 694		29 546		43 768		70 968		107 575		147 690		151 783	
		<b>6 745</b>		<b>7 749</b>		<b>9 871</b>		<b>11 478</b>		<b>8 529</b>		<b>10 755</b>		<b>17 804</b>		<b>31 523</b>		<b>43 085</b>		<b>42 684</b>		<b>38 177</b>
Almada	6 745		7 749		9 871		11 478		8 529		10 755		17 804		31 523		43 085		42 684		22 550	
Cacilhas																				8 637		
Pragal																				6 990		
Barreiro	5 628		7 738		12 057		15 001		21 030		26 104		29 719		35 088		59 055		88 052		85 768	
		<b>3 682</b>		<b>5 118</b>		<b>8 355</b>		<b>10 859</b>		<b>16 130</b>		<b>19 983</b>		<b>22 190</b>		<b>23 433</b>		<b>36 220</b>		<b>46 251</b>		<b>47 901</b>
Barreiro																					23 370	
Alto Seixalinho																					10 944	
Barreiro	3 682		5 118		8 355		10 859		16 130		19 983		22 190		35 088		59 055		88 052		85 768	
Verderena																					13 587	
Moita	5 490		6 350		6 117		7 062		9 486		12 384		19 465		29 110		38 735		53 240		65 086	
		<b>3 924</b>		<b>4 619</b>		<b>4 050</b>		<b>4 726</b>		<b>6 910</b>		<b>7 171</b>		<b>8 769</b>		<b>9 504</b>		<b>10 645</b>		<b>14 513</b>		<b>15 138</b>
Montijo	9 094		10 504		11 105		12 466		14 832		17 688		25 887		30 217		42 180		36 849		36 038	
		<b>7 156</b>		<b>8 113</b>		<b>8 398</b>		<b>9 171</b>		<b>10 720</b>		<b>12 287</b>		<b>18 403</b>		<b>21 947</b>		<b>33 290</b>		<b>27 257</b>		<b>20 003</b>
Palmela	8 277		10 584		12 892		13 920		18 692		20 934		22 993		23 155		25 015		36 933		43 857	
		<b>8 277</b>		<b>10 584</b>		<b>12 892</b>		<b>13 920</b>		<b>7 010</b>		<b>7 613</b>		<b>8 497</b>		<b>6 487</b>		<b>10 025</b>		<b>14 629</b>		<b>13 874</b>
Seixal	5 492		6 661		8 531		9 621		10 088		12 932		15 937		20 470		38 090		89 169		116 912	
		<b>2 012</b>		<b>2 240</b>		<b>2 914</b>		<b>3 326</b>		<b>3 402</b>		<b>3 959</b>		<b>4 661</b>		<b>4 036</b>		<b>13 610</b>		<b>21 873</b>		<b>28 026</b>
Seixal																					2 247	
Arrentela																					18 765	
Amora																					25 779	
		<b>1 263</b>		<b>2 055</b>		<b>2 466</b>		<b>2 701</b>		<b>2 780</b>		<b>3 745</b>		<b>5 044</b>		<b>7 361</b>		<b>18 695</b>		<b>34 589</b>		<b>45 278</b>
Sesimbra	8 340		9 047		10 620		11 472		13 276		13 282		14 947		16 837		16 650		23 103		27 246	
		<b>4 709</b>		<b>5 135</b>		<b>5 811</b>		<b>6 217</b>		<b>7 050</b>		<b>6 618</b>		<b>6 957</b>		<b>7 567</b>		<b>7 015</b>		<b>8 285</b>		<b>7 321</b>
Sesimbra (Santiago)																					103 634	
Setúbal	21 252		25 406		32 096		41 131		50 456		49 765		55 037		56 344		65 230		98 366			



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<i>Setúbal</i>	17 891		21 722		27 962		24 402		46 342		45 345		50 455		50 966		59 395		89 867		85 289	
N. Sra. da Anunciada	6 012		7 859		9 732		1 400		14 902		14 779		14 139		15 178		13 405		19 287		16 401	
Sta. Maria da Graça	1 940		2 344		2 370		2 373		6 702		6 056		6 502		5 590		6 675		6 662		6 144	
São Julião	4 270		4 942		6 249		6 407		6 340		6 086		5 982		5 534		7 695		15 006		15 686	
São Sebastião	5 669		6 577		9 611		14 222		18 398		18 424		23 832		24 664		31 620		48 912		47 058	
REGIÃO DO ALENTEJO																						
Alentejo Central	423 262	195 415	449 181	207 280	526 442	230 933	550 823	237 440	642 166	279 882	746 804	319 391	791 623	343 280	760 916	338 433	587 345	291 384	571 230	311 282	543 442	295 641
Alandroal	122 760	61 055	129 904	64 727	151 057	70 605	157 037	73 712	179 976	84 838	211 544	98 193	223 312	104 735	220 218	106 054	178 510	103 645	173 280	111 429	173 216	108 526
<i>Alandroal (N. Sra. da Conceição)</i>	6 604		7 493		8 542		9 046		10 444		12 421		12 502		12 089		9 300		8 124		7 347	
Arraiolos	8 478		8 638		10 100		10 700		11 260		13 148		13 009		12 786		9 810		8 883		8 207	
<i>Arraiolos</i>	3 097		3 195		3 609		4 110		4 194		4 754		4 659		4 510		3 860		3 655		3 599	
Borba	6 364		6 551		7 100		7 449		8 094		9 607		9 875		10 431		9 065		8 813		8 254	
<i>Borba</i>	3 893		3 918		3 868		4 095		4 285		4 829		4 885		5 258		4 825		4 851		4 718	
Matiz	2 641		2 677		2 682		2 805		2 920		3 283		3 397		3 525		3 230		3 496		3 570	
São Bartolomeu	1 252		1 241		1 186		1 290		1 365		1 546		1 488		1 733		1 595		1 355		1 148	
Estremoz	15 151		16 238		18 142		19 190		20 550		23 372		24 488		23 201		19 050		10 873		15 461	
<i>Estremoz</i>	6 958		7 510		8 272		8 591		9 164		10 015		10 768		10 122		9 490		9 375		8 037	
Santo André	4 808		5 402		5 512		5 683		5 985		6 159		6 291		5 557		5 030		4 281		3 293	
Santa Maria	2 150		2 108		2 760		2 908		3 179		3 856		4 477		4 565		4 460		5 094		4 714	
Évora	25 177		25 563		29 880		28 127		35 903		42 683		47 387		50 095		46 900		51 572		53 754	
<i>Évora</i>	15 352		16 004		17 907		16 133		22 446		26 416		31 243		34 145		35 375		41 102		42 399	
São Mamede	3 142		3 327		3 961		2 009		4 611		4 609		6 081		5 094		3 640		3 774		2 920	
São Pedro	2 739		2 467		2 673		2 709		3 403		3 557		3 144		2 584		1 800		1 804		1 229	
Sé	6 228		6 631		7 542		7 816		10 154		13 680		17 614		22 563		26 135		32 674		36 182	
Santo Antão	3 243		3 579		3 731		3 599		4 278		4 570		4 404		3 904		3 800		2 850		2 068	
Montemor-o-Novo	15 335		16 601		22 162		24 376		29 005		35 479		38 960		37 328		18 365		20 210		18 632	
<i>Montemor-o-Novo</i>	6 643		7 176		8 591		9 485		10 256		12 318		12 678		13 115		10 115		11 246		10 194	

	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)																						
Mourão	N. Sra. da Vila 3 593	3 862	4 443	5 002	5 064	5 488	5 720	6 165	6 429	6 354	4 575	3 487	5 020	5 200								
	N. Sra. do Bispo 3 050	3 314	4 148	4 483				6 153	6 249	6 761	5 540											
Portel	Mourão 3 873	2 072	2 388	2 353	4 268	9 587	10 491	11 546	12 249	11 627	9 210	8 306	1 942	1 974								
	Portel 7 551	8 095	9 201	9 587																		
Redondo	Redondo 6 928	7 915	8 852	9 479	10 107	12 126	12 546	15 051	15 967	11 967	9 345	8 444	2 891	2 797								
	Redondo 5 602	6 280	6 693	7 056	7 625	8 959	9 305	8 925	7 140	8 925	7 140	6 498	6 250	6 614								
Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz 9 763	10 240	11 316	11 614	13 330	15 389	15 051	15 090	10 578	10 578	7 490	7 259	2 517	2 114								
	Reguengos de Monsaraz 4 198	4 471	3 860	5 273	5 980	6 714	6 900	7 107	5 905	7 107	5 905	6 209	6 614	6 614								
Sousel	Sousel 5 845	6 487	7 685	8 279	9 470	11 201	11 702	10 578	7 490	7 490	7 259	2 517	2 114	2 114								
	Sousel 2 311	2 555	2 899	3 099	3 549	4 272	4 321	3 859	2 665	3 859	2 665	2 517	2 114	2 114								
Vendas Novas	Vendas Novas (*) 2 546	3 107	4 565	5 529																		
Viana do Alentejo	Viana do Alentejo 4 678	5 065	6 334	7 025	7 814	9 265	9 779	10 943	9 675	8 790	6 188	3 708	2 698	2 698								
	Viana do Alentejo 2 383	2 674	3 307	3 675	4 208	4 881	5 238	4 923	3 390	4 923	3 390	2 698	2 698	2 698								
Vila Viçosa	Vila Viçosa 7 013	7 163	7 589	7 897	8 444	9 819	10 044	9 974	8 546	9 068	8 546	9 068	5 271	5 271								
	Vila Viçosa 3 877	3 793	3 903	4 144	4 231	4 886	4 819	4 585	4 444	4 444	4 444	5 271	5 271	5 271								
Concelção	Concelção 1 976	1 903	1 968	2 238	2 198	2 763	2 635	2 709	2 570	2 570	2 736	4 009	4 009	4 009								
São Bartolomeu	São Bartolomeu 1 901	1 890	1 935	1 906	2 033	2 123	2 184	1 876	1 815	1 815	1 708	1 262	1 262	1 262								
Alentejo Litoral	Alentejo Litoral 52 591	21 253	69 384	76 898	97 051	120 548	133 262	129 671	99 850	103 141	98 519	41 363	41 363	41 363								
	Alentejo Litoral 20 256	21 253	27 944	29 493	37 758	44 543	49 583	50 293	43 735	47 680	41 363	41 363	41 363	41 363								
Alcáçer do Sal	Alcáçer do Sal 9 434	9 606	12 524	12 735	17 596	21 425	22 247	22 167	17 265	16 370	14 512	8 818	8 818	8 818								
	Alcáçer do Sal 6 000	5 953	8 478	8 670	12 146	12 515	14 700	14 733	12 945	12 131	14 512	8 818	8 818	8 818								
Santiago	Santiago 2 570	2 698	4 186	4 471	6 280	5 080	6 376	5 950	5 260	5 381	4 554	4 554	4 554	4 554								
Sta. Maria do Castelo	Sta. Maria do Castelo 3 430	3 255	4 292	4 199	5 866	7 435	8 324	8 783	7 685	6 750	4 264	4 264	4 264	4 264								
Grândola	Grândola 6 887	7 539	10 011	11 081	13 370	17 699	21 375	21 060	15 525	16 042	13 767	9 357	9 357	9 357								
	Grândola 3 066	3 541	5 635	5 934	6 698	9 471	11 654	12 028	9 875	10 519	9 357	9 357	9 357	9 357								



	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Odemira	19 386	3 641	20 489	3 583	23 883	4 382	27 697	4 200	32 541	4 938	40 513	6 347	44 050	7 050	43 999	7 727	33 235	7 325	29 463	6 179	26 418	5 896
<i>Odemira</i>																						
São Salvador	1 492	1 690	1 690	1 690	2 120	2 120	2 333	2 333	2 711	2 711	3 433	3 433	3 714	3 714	4 011	4 011	4 055	4 055	3 387	3 387	3 461	3 461
Santa Maria	2 149	1 893	1 893	1 893	2 262	2 262	1 867	1 867	2 227	2 227	2 914	2 914	3 336	3 336	3 716	3 716	3 270	3 270	2 792	2 792	2 435	2 435
Santiago do Cacém	13 304		14 588		18 158		19 799		25 878		32 052		36 056		33 579		26 275		29 191		31 475	
<i>Santiago do Cacém</i>																						
Sines	3 580	3 988	3 988	3 988	4 808	4 808	5 586	5 586	7 666	7 666	8 859	8 859	9 534	9 534	8 866	8 866	7 550	7 550	12 075	12 075	12 347	6 039
<i>Sines</i>																						
Alto Alentejo	108 101	58 230	118 802	63 076	135 208	64 091	141 671	66 062	154 993	73 164	177 017	82 927	188 076	89 152	178 131	85 528	137 780	68 479	135 852	75 194	128 687	73 220
Alter do Chão	5 432		6 205		7 326		7 610		8 131		9 328		9 552		8 383		5 695		4 963		4 441	11 253
<i>Alter do Chão</i>																						
Arronches	3 894	2 536	4 152	2 684	5 015	3 120	5 688	3 474	6 205	3 651	7 121	4 097	7 280	4 055	6 818	3 689	4 935	2 505	4 307	2 380	2 070	2 744
<i>Arronches ( Assunção )</i>																						
Avis	5 100	1 588	6 113	1 838	7 427	2 208	7 426	1 974	7 880	2 058	8 981	2 081	9 365	2 187	8 977	1 984	6 290	1 704	5 890	1 905	5 686	2 036
<i>Avis</i>																						
Campo Maior	6 672	5 920	6 888	6 050	7 604	6 392	7 281	6 385	8 234	7 477	9 040	8 139	10 164	8 924	9 887	8 807	8 060	7 330	8 549	7 939	8 535	7 883
<i>Campo Maior</i>																						
N. Sra. da Expectação	2 907	3 036	3 036	3 183	3 183	3 183	2 996	2 996	3 400	3 400	3 448	3 448	3 883	3 883	4 055	4 055	3 420	3 420	4 276	4 276	3 747	3 747
São João Baptista	3 013	3 014	3 014	3 209	3 209	3 209	3 389	3 389	4 077	4 077	4 691	4 691	5 041	5 041	4 752	4 752	3 910	3 910	3 663	3 663	4 136	4 136
<i>São João Baptista</i>																						
Castelo de Vide	6 689	5 487	6 614	5 235	6 717	5 239	7 067	5 553	6 837	5 247	7 361	5 526	7 178	5 387	6 538	4 900	4 940	3 945	4 187	3 374	4 145	3 388
<i>Castelo de Vide</i>																						
São João Baptista	1 150	1 113	1 113	1 104	1 104	1 104	1 113	1 113	984	984	1 123	1 123	1 079	1 079	940	940	645	645	915	915	945	945
Santa Maria do Devesa	3 465	3 333	3 333	3 465	3 465	3 465	3 549	3 549	3 344	3 344	3 414	3 414	3 331	3 331	3 153	3 153	2 745	2 745	1 855	1 855	1 919	1 919
Santiago Maior	872	789	789	670	670	670	7747	891	919	919	9216	989	977	977	807	807	555	555	604	604	524	524
<i>Santiago Maior</i>																						
Crato	5 294	1 823	6 074	2 270	7 159	2 677	7 747	2 901	8 253	3 233	9 216	3 663	9 973	3 986	8 642	3 502	6 505	2 305	5 642	2 205	5 064	2 091
<i>Crato e Mártires</i>																						
Elvas	20 129		21 548		22 325		23 832		24 711		29 080		29 969		28 562		22 230		24 981		24 474	

	1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).																						
<i>Elvas</i>		13 654		14 006		10 182		11 933		12 179		14 420		14 790		14 548		12 640		15 484		16 114
<b>Ajuda, Salvador e Sto. Ildefonso</b>		3 147		3 105		1 864		2 877		2 337		2 978		2 845		2 613		1 665		2 118		1 818
<b>Alcáçova</b>		2 577		2 544		2 552		2 851		2 868		3 649		3 683		3 512		2 880		2 979		2 721
<b>Assunção</b>		3 448		3 850		3 227		3 435		3 992		4 140		4 268		4 399		4 135		5 591		7 236
<b>Cala e S. Pedro</b>		4 482		4 507		2 539		2 770		2 982		3 653		3 994		4 024		3 960		4 796		4 339
<b>Fronteira</b>	3 983		4 396		5 723		5 847		6 175		7 550		7 808		7 063		4 585		4 452		4 122	
<b>Fronteira</b>		2 259		2 437		3 116		3 007		3 332		3 899		4 189		3 703		2 575		2 606		2 508
<b>Marvão</b>	5 678		5 994		6 478		6 292		7 116		7 630		8 290		7 478		5 430		5 418		4 419	
<b>Santa Maria de Marvão</b>	1 299		1 277		1 228		1 153		1 452		1 514		1 720		1 386		805		961		802	
<b>Monforte</b>	4 516		5 335		6 098		6 238		6 835		8 087		8 295		7 245		4 720		4 281		3 759	
<b>Monforte</b>		1 721		2 029		2 362		2 276		2 652		3 264		3 123		2 839		1 575		1 620		1 483
<b>Mora</b>	4 710		5 425		6 648		7 160		8 530		9 613		10 271		10 276		7 455		7 056		6 588	
<b>Mora</b>		1 173		1 544		2 029		2 238		2 811		3 357		3 679		3 686		3 055		2 828		3 021
<b>Nisa</b>	12 269		13 255		14 580		15 251		16 697		18 963		19 920		17 976		13 815		10 734		9 864	
<b>Nisa</b>		3 789		4 016		4 161		4 141		4 726		5 153		5 698		5 262		3 935		3 577		3 814
<b>Esprito Santo</b>	2 479		2 767		2 911		2 987		3 553		4 071		4 564		3 080		2 305		2 306		2 210	
<b>N. Sra. da Graça</b>	1 310		1 249		1 250		1 154		1 173		1 082		1 134		2 182		1 630		1 271		1 604	
<b>Ponte de Sôr</b>	6 827		8 092		10 750		12 904		15 467		19 232		21 937		21 902		17 320		18 079		17 802	
<b>Ponte de Sôr</b>		3 096		3 847		5 173		6 698		8 292		10 802		12 782		13 010		10 295		11 611		9 170
<b>Portalegre</b>	16 908		18 711		21 358		21 328		23 922		25 815		28 074		28 384		25 800		27 313		26 111	
<b>Portalegre</b>		10 600		11 899		11 660		9 858		11 104		11 422		13 153		13 374		12 495		13 824		16 096
<b>S. Lourenço</b>	4 791		5 518		6 322		4 530		5 040		5 481		6 180		6 978		6 015		6 701		5 801	
<b>Sé</b>	5 809		6 381		5 338		5 328		6 064		5 941		6 973		6 396		6 480		9 123		10 295	
<b>Baixo Alentejo</b>	139 810	55 874	144 265	58 224	170 793	68 293	175 217	68 173	210 146	84 122	237 695	93 728	246 973	99 810	232 896	96 558	171 205	75 525	158 957	76 979	143 020	72 532
<b>Aljustrel</b>	7 455		8 214		12 272		12 437		15 276		17 299		18 214		18 181		13 705		12 870		11 990	
<b>Aljustrel</b>		3 090		3 634		6 570		5 976		8 220		9 397		9 680		9 913		7 500		7 354		6 095
<b>Almodôver</b>	10 827		11 089		11 818		12 173		14 180		16 283		17 702		16 028		12 390		10 637		8 999	



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
<i>Almodôver</i>	3 864		4 072		4 357		4 184		4 937		5 753		6 116		5 453		3 975		3 828		3 591	
Alvito	2 833		3 065		3 976		3 970		4 556		5 616		5 506		4 850		3 465		2 968		2 650	
<i>Alvito</i>	1 784		1 984		2 218		2 363		2 586		2 851		3 096		2 752		1 940		1 531		1 378	
Barrancos	2 581		2 659		2 753		2 999		3 210		3 489		3 624		3 429		2 610		2 157		2 052	
<i>Barrancos</i>	2 581		2 659		2 753		2 999		3 210		3 489		3 624		3 429		2 610		2 157		2 052	
Beja	23 875		25 382		30 058		30 810		37 143		42 113		42 703		43 119		34 910		38 246		35 827	
<i>Beja</i>	8 396		8 839		10 030		10 515		13 104		14 145		16 893		18 040		17 255		22 193		22 061	
S. João Baptista	2 448		2 425		2 799		2 501		3 094		3 104		3 599		3 625		3 825		5 553		5 774	
Salvador	1 783		1 945		2 477		2 895		3 471		3 941		4 438		5 189		4 950		5 300		5 412	
Santiago Maior	2 212		2 470		2 463		2 818		3 748		3 637		5 438		5 251		5 165		7 153		7 331	
Sta. Maria da Feira	1 953		1 999		2 291		2 301		2 791		3 463		3 418		3 975		3 315		4 187		3 544	
Castro Verde	7 901		7 712		9 340		10 120		11 112		12 747		12 428		11 637		9 095		7 472		7 762	
<i>Castro Verde</i>	3 932		3 734		4 643		4 946		5 303		6 164		6 155		5 538		4 515		4 249		4 646	
Cuba	6 025		6 103		6 856		7 310		8 054		8 404		8 278		7 554		5 900		5 740		5 494	
<i>Cuba</i>	4 058		4 157		4 550		4 943		5 388		4 853		4 701		4 212		3 480		3 487		3 428	
Ferreira do Alentejo	8 104		8 401		9 787		10 115		12 472		14 576		15 637		14 894		11 225		11 244		10 075	
<i>Ferreira do Alentejo</i>	5 225		5 205		5 792		5 317		7 479		8 449		8 967		8 108		6 240		6 084		5 277	
Mértola	19 674		18 910		22 997		21 185		26 310		29 218		29 353		26 026		14 385		11 693		9 805	
<i>Mértola</i>	3 993		3 973		4 811		4 688		5 948		6 966		6 439		5 682		3 605		3 438		3 166	
Moura	16 367		17 417		20 528		21 276		23 753		27 582		30 584		29 106		22 215		19 772		17 549	
<i>Moura</i>	5 173		5 946		6 875		6 991		7 523		9 610		11 510		12 126		9 750		9 259		8 643	
S. João Baptista	3 225		3 373		4 131		4 110		4 553		5 296		5 872		6 146		5 055		5 065		4 646	
Sto. Agostinho	1 948		2 573		2 744		2 881		2 970		4 314		5 638		5 980		4 695		4 194		3 997	
<i>Sto. Agostinho</i>	1 948		2 573		2 744		2 881		2 970		4 314		5 638		5 980		4 695		4 194		3 997	
Ourique	9 165		9 143		10 664		11 905		14 014		16 356		16 685		15 002		9 125		7 969		6 597	
<i>Ourique</i>	3 884		3 841		4 377		4 754		5 476		6 435		6 642		6 189		3 430		3 090		2 923	
Serpa	16 699		17 357		20 703		22 029		29 445		32 965		35 007		32 476		23 950		20 784		17 915	
<i>Serpa</i>	6 391		6 537		7 643		6 898		10 697		11 209		11 652		10 967		7 985		7 073		6 407	

1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade)	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
S. Salvador	3 515	3 399	3 868	3 234	5 276	6 397	6 545	6 364	4 390	3 993	3 963											
S. Maria	2 876	3 138	3 775	3 664	5 421	4 812	5 107	4 603	3 595	3 080	2 441											
Vidigueira	8 304	8 813	9 041	8 888	10 621	11 047	11 252	10 594	8 230	7 405	6 305											
Vidigueira	3 503	3 643	3 674	3 699	4 251	4 407	4 335	4 149	3 240	3 236	2 865											
REGIÃO DO ALGARVE	230 278	118 362	275 348	140 696	295 660	154 283	318 267	162 511	328 135	169 005	314 841	166 970	268 035	149 635	323 534	194 449	341 404	203 362				
Albufeira	9 289	10 980	12 851	13 653	14 444	14 765	15 832	14 736	12 785	17 218	20 949											
Albufeira	4 871	5 816	6 831	7 390	7 725	7 760	8 517	8 416	7 660	11 979	15 373											
Alcoutim	8 912	9 306	9 204	8 747	9 124	10 620	10 808	9 288	6 915	5 262	4 571											
Aljezur	4 593	5 053	5 720	6 160	6 977	7 889	8 088	8 139	6 330	5 059	5 006											
Aljezur	2 905	3 235	3 763	4 181	4 808	5 245	5 286	5 333	4 340	3 316	3 446											
Castro Marim	8 370	8 308	8 908	8 290	9 402	9 717	9 810	9 992	7 110	7 297	6 803											
Castro Marim	4 121	4 089	4 404	4 091	5 002	4 803	4 613	5 347	3 590	4 624	4 781											
Faro	20 395	22 938	23 838	24 273	28 456	31 747	33 749	35 651	30 535	45 109	50 761											
Faro	9 373	11 336	12 539	12 825	17 652	20 100	22 085	24 876	22 265	35 628	39 661											
Sé	4 875	5 489	6 128	6 688	8 941	10 708	11 957	14 395	13 925	21 827	25 287											
S. Pedro	4 498	5 847	6 411	6 137	8 711	9 392	10 128	10 481	8 340	13 801	14 374											
Lagoa	10 455	12 135	12 992	12 858	13 088	13 825	13 680	13 846	13 250	15 635	16 780											
Lagoa	5 320	6 520	6 996	6 432	6 492	6 292	5 965	5 915	5 460	6 349	4 700											
Lagos	13 535	13 937	15 972	15 883	16 210	16 457	16 483	17 060	16 550	19 700	21 526											
Lagos	8 381	8 236	9 612	9 572	9 551	9 277	9 526	10 008	9 690	12 860	14 378											
S. Sebastião	4 757	4 611	5 583	5 625	5 761	5 712	5 876	6 886	6 970	9 000	10 129											
Santa Maria	3 624	3 625	4 029	3 947	3 790	3 565	3 650	3 122	2 720	3 860	4 249											
Loulé	38 782	44 343	44 355	44 248	44 026	52 126	50 953	45 126	36 065	44 051	46 585											
Loulé	18 984	22 546	19 846	16 743	17 201	19 926	18 727	16 152	13 115	16 216	16 270											
S. Clemente	18 984	12 732	11 336	9 268	9 592	11 288	10 796	9 325	8 305	10 755	10 978											
S. Sebastião		9 814	8 510	7 475	7 609	8 638	7 931	6 827	4 810	5 461	5 292											



1890			1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960		1970		1981		1991	
População Residente: Concelho / Unidades Urbanas (sede de concelho e/ou cidade).	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur	Conc.	Ur
Monchique	10 646		11 517	7 356	12 770	8 071	12 639	8 142	14 205	9 164	15 028	9 499	14 668	9 334	14 779	9 371	12 000	8 385	9 609	6 834	7 309	5 291
<i>Monchique</i>		6 799																				
Olhão	20 836		24 276	12 965	25 716	14 237	24 574	14 588	27 664	17 134	29 553	17 935	31 903	20 092	30 871	19 291	25 900		34 573	25 366	36 812	28 258
<i>Olhão</i>		11 469																				
Pechão	9 110		10 113		11 149		11 019		13 873		13 669		13 533		12 654		9 850		13 397		14 651	
<i>Quelfes</i>		2 359		2 852	3 088		3 569	3 261			4 266		6 559		6 637		6 570		2 472		2 525	
Portimão	11 826		13 700	7 897	15 697	9 610	14 983	9 154	21 131	14 725	21 419	14 679	23 697	16 684	24 142	17 145	25 585		34 464	26 268	38 833	31 223
<i>Portimão</i>		6 961																				
S. Brás de Alportel	9 517		11 166	11 166	12 111	12 111	11 399	11 399	10 291	10 291	10 694	10 694	9 597	9 597	9 058	9 058	7 415		7 506	7 506	7 526	7 526
<i>S. Brás de Alportel</i>		9 517																				
Silves	26 096		29 598	9 692	31 790	9 951	32 433	9 570	34 461	9 783	36 333	10 398	37 705	10 237	33 368	9 014	25 755		31 389	9 925	32 924	10 674
<i>Silves</i>		8 396																				
Tavira	24 165		25 392	12 242	26 755	12 085	24 824	11 033	27 786	12 569	28 972	12 267	30 632	13 837	27 798	12 046	22 920		24 615	12 046	24 857	11 278
<i>Tavira</i>		11 746																				
Santa Maria	6 940		7 049		6 668		6 206		7 175		7 088		7 158		6 663		5 750		6 056		6 054	
<i>Santiago</i>		4 806		5 193	5 417		4 827	5 394			5 179		6 679		5 383		4 285		5 990		5 224	
Vila do Bispo	4 288		4 912	1 199	5 953	1 155	6 032	1 119	6 082	1 221	6 167	1 336	6 147	1 346	5 988	1 297	5 425		5 700	1 125	5 762	1 063
<i>Vila do Bispo</i>		1 157																				
Vila Real de Santo António	8 573		9 817		10 716		9 536		12 313		12 955		14 383		14 999		13 495		16 347		14 400	
<i>Vila Real de Santo António</i>		5 544		6 224	6 726		5 608	8 125					9 962		11 096		10 050		13 018		8 182	

(\*) Amadora: os valores anteriores a 1981 referem-se à freguesia da Amadora pertencente até então ao concelho de Oeiras.

# Ficheiro UR

Unidades  
Urbanas\*  
(ordem alfabética)

1890 1900 1911 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1981 1991

Abrantes	5 469	5 815	7 402	7 299	8 787	10 309	11 339	8 172	8 425	9 628	10 841
Águeda	3 938	3 807	4 029	4 381	5 128	6 452	7 522	8 345	8 960	12 230	9 792
Aguiar da Beira	1 107	1 230	1 314	1 261	1 221	1 323	1 283	1 351	1 240	1 280	1 289
Alandroal	2 043	2 321	2 346	2 527	2 720	3 221	3 020	2 810	2 455	2 058	2 015
Albergaria-a-Velha	2 667	2 918	3 023	3 011	3 353	3 681	3 914	3 885	3 520	4 930	6 074
Albufeira	4 871	5 816	6 831	7 390	7 725	7 760	8 517	8 416	7 660	11 979	15 373
Alcácer do Sal	6 000	5 953	8 478	8 670	12 146	12 515	14 700	14 733	12 945	12 131	8 818
Alcanena	3 011	3 338	3 695	3 072	2 962	3 110	3 373	3 405	3 250	3 755	4 146
Alcobaça	2 172	2 323	2 274	2 661	3 879	4 227	4 526	5 166	8 090	9 647	9 601
Alcochete	4 283	5 132	5 401	5 029	5 496	5 566	6 494	7 447	8 210	8 894	7 064
Alcoutim	2 818	2 945	2 759	2 861	2 840	3 312	3 197	2 605	1 850	1 389	1 258
Alenquer	5 997	6 578	6 706	6 695	7 407	7 200	7 704	8 273	8 570	9 295	7 202
Alfandega da Fé	1 032	1 063	1 173	1 018	1 257	1 441	1 533	1 533	985	1 967	1 950
Alijó	1 878	1 985	2 152	1 661	2 330	2 795	3 215	3 316	2 130	2 857	2 749
Aljezur	2 905	3 235	3 763	4 181	4 808	5 245	5 286	5 333	4 340	3 316	3 446
Aljustrel	3 090	3 634	6 570	5 976	8 220	9 397	9 680	9 913	7 500	7 354	6 095
Almada	6 745	7 749	9 871	11 478	8 529	10 755	17 804	31 523	43 085	42 684	38 177
Almeida	2 354	2 332	2 365	1 593	1 661	1 825	1 849	1 585	1 140	1 488	1 536
Almeirim	4 768	5 941	6 896	7 127	9 216	10 535	11 849	8 902	9 130	10 632	10 907
Almodôver	3 864	4 072	4 357	4 184	4 937	5 753	6 116	5 453	3 975	3 828	3 591
Alpiarça	4 926	5 775	6 384	6 713	7 550	7 256	7 618	7 856	7 490	8 120	7 711
Alter do Chão	3 285	3 944	4 544	4 471	4 950	5 590	5 479	4 838	3 315	2 880	2 744
Alvaiázere	1 723	2 046	2 111	2 284	2 104	2 378	2 347	2 170	1 965	1 947	1 737
Alverca do Ribatejo	1 786	1 973	2 386	2 736	3 254	3 323	4 665	7 618	15 380	24 092	24 168
Alvito	1 784	1 984	2 218	2 363	2 586	2 851	3 096	2 752	1 940	1 531	1 378
Amadora				4 062	6 844	9 762	18 789	36 331	66 189	124 014	129 564
Amarante	3 511	1 457	3 282	3 763	4 022	4 453	4 943	5 522	6 700	7 214	8 289
Amares	483	436	483	454	487	535	598	617	545	758	977
Amora	1 263	2 055	2 466	2 701	2 780	3 745	5 044	7 361	18 695	34 589	45 278
Anadía	2 061	2 063	2 012	2 372	2 905	3 199	3 232	3 826	3 700	4 720	3 344
Ansião	2 700	2 155	2 497	2 419	2 808	2 970	3 160	2 710	2 535	2 625	2 560
Arcos de Valdevez	2 357	2 588	2 839	2 522	2 748	2 749	2 615	2 715	2 590	2 525	2 249
Arganil	3 092	2 911	2 923	3 114	2 926	3 361	3 577	3 247	2 820	3 262	3 175
Armamar	2 309	2 469	2 206	1 955	2 293	2 819	2 301	1 458	1 055	1 138	1 168
Arouca	1 079	1 154	1 230	1 465	1 728	1 642	1 762	1 908	2 160	2 365	2 816
Arraiolos	3 097	3 195	3 609	4 110	4 194	4 754	4 659	4 510	3 860	3 655	3 599
Arronches	2 536	2 684	3 120	3 474	3 651	4 097	4 055	3 689	2 505	2 380	2 070
Arruda dos Vinhos	2 445	2 286	3 022	2 397	3 708	3 912	3 724	3 960	3 975	4 439	5 009
Aveiro	11 279	12 441	13 952	13 459	16 439	19 035	22 173	24 067	32 620	40 821	45 993
Avis	1 588	1 838	2 208	1 974	2 058	2 081	2 187	1 984	1 704	1 905	2 036
Azambuja	2 480	2 617	2 977	1 983	2 956	3 097	3 672	3 814	4 365	5 806	6 228



# Ficheiro UR

Unidades Urbanas* (ordem alfabética)	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Baião	1 809	2 032	2 139	2 233	2 261	2 382	2 424	2 326	1 990	2 198	2 451
Barcelos	4 371	4 650	4 934	5 139	5 662	6 681	6 708	7 659	16 950	19 313	21 908
Barrancos	2 581	2 659	2 753	2 999	3 210	3 489	3 624	3 429	2 610	2 157	2 052
Barreiro	3 682	5 118	8 355	10 859	16 130	19 983	22 190	23 433	36 220	46 251	47 901
Batalha	3 776	3 927	4 111	4 370	5 239	5 765	6 608	7 053	6 445	7 592	6 520
Beja	8 396	8 839	10 030	10 515	13 104	14 145	16 893	18 040	17 255	22 193	22 061
Belmonte	2 084	2 376	2 768	2 745	3 258	3 947	3 005	2 827	2 270	2 503	3 046
Benavente	3 214	3 551	4 249	3 808	4 223	4 633	5 517	6 223	5 975	7 014	6 789
Bombarral	2 110	2 649	2 996	3 620	4 390	5 544	4 577	4 662	4 745	5 033	4 592
Borba	3 893	3 918	3 868	4 095	4 285	4 829	4 885	5 258	4 825	4 851	4 718
Boticas	823	1 022	924	867	1 042	963	1 213	1 081	1 160	837	1 066
Braga	29 947	31 043	32 013	29 125	29 834	39 674	44 328	48 775	54 330	76 421	90 311
Bragança	5 839	5 310	5 701	5 370	6 141	6 595	8 818	8 662	9 275	14 379	16 079
Cabeceiras de Basto	2 862	3 076	3 407	2 941	2 999	3 578	3 987	4 009	1 405	3 728	3 153
Cadaval	1 134	1 226	1 295	1 477	1 584	1 755	1 964	1 833	1 595	1 985	2 054
Caldas da Rainha	4 687	4 605	5 851	6 837	7 882	9 605	11 821	11 185	15 515	21 144	23 728
Caminha	2 374	2 268	3 225	3 136	3 186	2 090	2 194	2 188	1 545	1 803	1 789
Campo Maior	5 920	6 050	6 392	6 385	7 477	8 139	8 924	8 807	7 330	7 939	7 883
Cantanhede	4 434	4 296	4 781	4 817	5 506	6 027	6 374	6 630	6 860	7 534	6 322
Carraceda de Ansiães	590	673	794	696	848	1 059	1 464	1 323	1 000	1 447	1 299
Carregal do Sal	1 956	1 927	1 921	1 758	1 973	2 081	2 118	2 021	1 925	1 927	1 915
Cartaxo	6 629	7 171	5 397	5 491	5 856	5 947	6 280	6 665	6 600	8 526	9 014
Cascais	2 731	3 275	5 270	6 059	6 980	8 549	10 558	13 352	20 735	29 389	27 741
Castanheira de Pera	5 191	5 430	5 684	5 105	5 539	5 753	5 830	5 385	4 445	4 903	4 261
Castelo Branco	6 712	7 400	7 527	8 798	10 355	12 763	14 865	17 616	20 480	23 570	27 004
Castelo de Paiva	1 115	1 112	1 166	1 209	1 319	1 441	1 711	1 759	2 232	2 232	1 971
Castelo de Vide	5 487	5 235	5 239	5 553	5 247	5 526	5 387	4 900	3 945	3 374	3 388
Castro Daire	3 342	3 670	4 190	3 952	4 327	4 373	4 547	4 300	3 765	4 140	4 077
Castro Marim	4 121	4 089	4 404	4 091	5 002	4 803	4 613	5 347	3 590	4 624	4 781
Castro Verde	3 932	3 734	4 643	4 946	5 303	6 164	6 155	5 538	4 515	4 249	4 646
Celorico da Beira	3 157	3 276	3 174	3 088	3 205	3 568	3 550	2 906	2 700	2 774	2 146
Celorico de Basto	1 722	1 882	1 906	1 781	2 114	2 131	2 255	2 338	5 085	5 110	4 974
Chamusca	3 339	3 777	4 020	3 664	3 834	4 176	5 017	4 201	3 970	4 079	3 869
Chaves	9 230	7 779	8 363	8 281	9 590	11 537	14 425	15 259	12 175	15 693	15 116
Cinfães	3 392	3 737	4 021	3 600	3 938	4 105	4 133	3 961	2 995	3 274	2 878
Coimbra	24 452	25 462	30 566	31 526	41 662	44 546	52 396	56 497	77 040	99 813	99 176
Condeixa-a-Nova	1 658	1 734	1 848	1 910	1 860	2 041	2 010	1 931	1 715	2 455	2 656
Constância	1 210	1 044	1 079	865	908	940	863	968	985	909	889
Coruche	6 184	7 212	10 130	10 763	14 065	18 085	20 585	21 945	18 130	18 620	10 228
Covilhã	17 559	15 542	15 745	14 030	15 583	19 044	21 385	23 595	30 610	30 111	26 174
Crato e Mártires	1 823	2 270	2 677	2 901	3 233	3 663	3 986	3 502	2 305	2 205	2 091
Cuba	4 058	4 157	4 550	4 943	5 388	4 853	4 701	4 212	3 480	3 487	3 428

# Ficheiro UR

Unidades Urbanas\*  
(ordem alfabética)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Elvas	13 654	14 006	10 182	11 933	12 179	14 420	14 790	14 548	12 640	15 484	16 114
Entroncamento					3 800	6 577	6 804	7 355	9 195	11 976	14 226
Ermesinde	2 486	2 733	3 545	4 403	5 432	7 375	9 229	12 197	15 020	29 555	34 415
Esmoriz	2 621	3 079	3 509	3 528	3 813	4 240	5 341	5 955	7 945	8 538	9 890
Espinho	5 566	7 303	9 614	10 738	12 652	14 416	16 848	19 274	25 190	27 649	29 594
Esposende	1 599	1 524	1 649	1 603	1 715	1 629	1 760	1 751	5 405	6 535	7 568
Estarreja	3 200	3 556	3 885	3 878	4 215	4 801	5 672	6 211	6 145	6 976	6 731
Estremoz	6 958	7 510	8 272	8 591	9 164	10 015	10 768	10 122	9 490	9 375	8 037
Évora	15 352	16 004	17 907	16 133	22 446	26 416	31 243	34 145	35 375	41 102	42 399
Fafe	3 071	3 615	4 534	4 698	5 075	5 966	6 855	7 126	7 865	9 871	11 582
Faro	9 373	11 336	12 539	12 825	17 652	20 100	22 085	24 876	22 265	35 628	39 661
Feira	2 397	2 650	2 878	2 699	2 942	3 436	3 780	4 220	5 165	5 966	8 231
Felgueiras	1 766	2 158	1 918	2 116	2 306	2 816	3 318	4 204	12 515	14 588	16 218
Ferreira do Alentejo	5 225	5 205	5 792	5 317	7 479	8 449	8 967	8 108	6 240	6 084	5 277
Ferreira do Zêzere	2 151	2 326	2 296	2 315	2 531	2 393	2 503	2 378	1 850	1 997	1 948
Figueira da Foz	7 428	8 172	9 060	9 003	10 951	12 203	13 495	13 237	21 980	25 728	29 132
Fig. de Castelo Rodrigo	1 400	1 517	1 596	1 469	1 496	1 666	1 936	1 962	1 845	2 128	2 356
Figueiró dos Vinhos	3 514	2 789	4 537	4 711	5 113	5 606	5 924	5 781	4 685	4 726	3 799
Fornos de Algodres	1 605	1 920	1 791	1 759	1 980	2 248	2 360	1 797	1 400	1 713	1 752
Freixo de Espada à Cinta	2 133	2 285	2 439	2 322	2 505	2 692	2 500	2 581	2 340	2 396	2 261
Fronteira	2 259	2 437	3 116	3 007	3 332	3 899	4 189	3 703	2 575	2 606	2 508
Fundão	2 801	3 182	3 537	3 614	4 272	4 783	5 400	5 651	5 285	5 792	7 070
Gavião	2 064	2 040	2 251	2 483	2 680	2 931	3 020	2 801	1 995	2 021	2 006
Góis	3 470	3 530	3 819	3 896	3 823	3 769	3 341	3 081	2 345	2 615	1 074
Golegã	4 139	4 348	4 781	4 421	4 844	5 053	4 550	4 408	4 045	4 034	4 171
Gondomar	4 459	4 889	6 045	6 565	7 502	8 882	9 474	11 182	10 910	18 881	20 622
Gouveia	3 150	3 400	3 509	3 288	3 590	4 135	4 359	4 215	2 610	3 944	3 937
Grândola	3 066	3 541	5 635	5 934	6 698	9 471	11 654	12 028	9 875	10 519	9 357
Guarda	6 020	6 197	6 665	7 090	8 877	9 391	11 586	12 787	13 520	18 197	18 847
Guimarães	13 612	14 807	16 129	15 020	17 660	21 778	24 912	28 468	49 515	60 975	61 451
Idanha-a-Nova	3 079	3 610	4 185	3 924	4 129	5 272	4 969	4 567	3 210	2 742	2 454
Ílhavo	11 276	13 163	12 103	12 691	12 441	12 134	13 114	12 646	10 430	14 201	15 204
Lagoa	5 320	6 520	6 996	6 432	6 492	6 292	5 965	5 915	5 460	6 349	4 700
Lagos	8 381	8 236	9 612	9 572	9 551	9 277	9 526	10 008	9 690	12 860	14 378
Lamego	8 840	9 544	8 708	9 086	9 860	10 384	10 288	10 236	9 330	11 267	10 630
Leiria	4 472	4 346	4 650	4 907	5 852	6 781	8 185	7 477	24 680	33 701	38 114
Lisboa	300 964	351 210	431 738	484 664	591 939	694 389	783 226	802 230	760 150	807 937	663 394
Lixa	2 697	2 907	3 173	3 186	3 176	3 656	4 060	4 368	4 485	5 215	5 097
Loulé	18 984	22 546	19 846	16 743	17 201	19 926	18 727	16 152	13 115	16 216	16 270
Loures	4 794	4 829	5 119	4 428	4 781	5 013	6 089	7 623	13 585	32 874	19 636
Lourinhã	5 157	5 641	6 535	7 111	7 984	9 525	10 272	8 677	6 995	8 265	7 615
Lousã	5 396	5 771	6 301	5 732	6 995	8 201	8 922	8 191	7 480	7 626	8 321



# Ficheiro UR

Unidades Urbanas* (ordem alfabética)	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Lousada	1 553	1 687	1 923	2 020	2 048	2 121	2 478	2 676	3 100	3 418	4 123
Mação	3 451	3 808	4 242	4 070	4 244	4 608	4 724	4 101	3 210	2 786	2 455
Macedo de Cavaleiros	1 234	1 126	1 780	1 605	1 914	2 314	2 706	3 167	3 620	4 373	4 895
Mafra	3 658	4 482	4 459	4 242	5 339	5 188	6 614	7 032	5 020	8 702	8 823
Maia	3 404	3 712	4 607	5 144	6 018	6 941	8 162	9 390	11 640	18 114	25 885
Mangualde	5 038	5 160	5 297	4 996	5 044	6 543	7 223	6 972	4 595	8 146	8 570
Manteigas	3 349	3 602	3 538	3 248	3 533	4 198	4 675	4 528	4 070	3 941	3 695
Marco de Canaveses	1 032	1 197	1 177	1 333	1 400	1 716	1 773	1 665	4 115	5 738	6 641
Marinha Grande	4 825	5 574	6 781	7 059	8 617	10 430	13 092	15 699	18 695	25 783	26 628
Matosinhos	4 910	7 591	12 129	12 276	21 200	21 101	22 294	24 804	24 380	30 471	29 798
Mealhada							2 242	2 414	2 265	3 112	3 032
Meda	1 342	1 659	1 687	1 624	1 946	2 338	2 045	2 029	2 185	2 172	2 224
Melgaço	1 086	1 119	1 260	1 096	1 340	1 409	1 470	1 369	1 375	1 414	1 318
Mértola	3 993	3 973	4 811	4 688	5 948	6 966	6 439	5 682	3 605	3 438	3 166
Mesão Frio	2 089	2 057	2 120	1 972	2 376	2 356	2 447	1 919	1 600	1 723	1 516
Mira	7 400	8 075	8 726	9 158	9 671	11 571	13 099	13 384	13 175	13 299	8 044
Miranda do Corvo	6 434	6 577	4 958	4 949	4 662	5 073	5 232	5 103	4 705	5 469	5 508
Miranda do Douro	988	982	1 004	930	1 064	1 290	1 331	5 867	1 750	1 793	1 950
Mirandela	2 554	2 974	2 963	2 054	3 624	4 159	5 108	5 979	5 675	8 156	8 189
Mogadouro	1 599	1 773	1 626	1 532	2 002	2 035	2 106	2 090	1 710	2 805	2 994
Moimenta da Beira	1 349	1 423	1 409	1 280	1 380	1 491	1 482	1 628	1 635	1 994	2 117
Moita	3 924	4 619	4 050	4 726	6 910	7 171	8 769	9 504	10 645	14 513	15 138
Monção	2 152	311	2 408	2 164	2 602	2 724	2 881	2 510	2 645	2 571	2 592
Monchique	6 799	7 356	8 071	8 142	9 164	9 499	9 334	9 371	8 385	6 834	5 291
Mondim de Basto	1 655	1 954	2 297	2 304	2 542	2 655	2 874	2 829	2 500	3 028	3 243
Monforte	1 721	2 029	2 362	2 276	2 652	3 264	3 123	2 839	1 575	1 620	1 483
Montalegre	830	930	1 007	676	1 064	1 478	1 799	2 081	1 615	1 721	1 990
Montemor-o-Novo	6 643	7 176	8 591	9 485	10 256	12 318	12 678	13 115	10 115	11 246	10 194
Montemor-o-Velho	2 251	2 219	2 673	2 491	2 663	2 982	2 991	3 091	2 735	2 622	2 396
Montijo	7 156	8 113	8 398	9 171	10 720	12 287	18 403	21 947	33 290	27 257	20 003
Mora	1 173	1 544	2 029	2 238	2 811	3 357	3 679	3 686	3 055	2 828	3 021
Mortágua	1 443	1 451	1 613	1 821	2 150	2 235	2 492	2 616	2 505	2 505	2 694
Moura	5 173	5 946	6 875	6 991	7 523	9 610	11 510	12 126	9 750	9 259	8 643
Mourão	2 183	2 072	2 388	2 353	2 762	3 121	3 029	3 074	2 665	1 942	1 974
Murça	1 441	820	1 411	1 260	1 444	1 629	1 810	1 789	1 125	1 687	2 223
Murtosa	10 062	10 043	9 382	9 180	8 631	6 593	6 280	5 779	2 695	3 297	3 051
Nazaré	4 797	5 424	7 040	6 961	7 143	8 002	9 241	9 189	8 685	10 544	10 451
Nelas	2 714	2 741	2 545	2 781	2 894	3 265	3 330	3 431	2 900	3 402	3 456
Nisa	3 789	4 016	4 161	4 141	4 726	5 153	5 698	5 262	3 935	3 577	3 814
Óbidos	3 880	3 994	4 299	4 126	4 213	4 749	5 133	4 599	4 590	5 051	3 091
Odemira	3 641	3 583	4 382	4 200	4 938	6 347	7 050	7 727	7 325	6 179	5 896
Odivelas	1 592	1 746	2 313	2 635	3 174	3 696	6 772	27 423	51 395	84 624	53 531

## Ficheiro UR

Unidades Urbanas* (ordem alfabética)	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Oleiros	2 592	2 787	2 910	2 991	3 053	3 327	3 710	3 931	3 545	3 041	2 460
Olhão	11 469	12 965	14 237	14 588	17 134	17 935	20 092	19 291	17 575	25 366	28 258
Oliveira de Azeméis	2 699	2 822	3 165	3 270	3 682	4 323	5 268	5 953	7 830	8 692	9 679
Oliveira de Frades	832	912	1 060	1 136	1 281	1 360	1 447	1 513	1 395	1 540	2 040
Oliveira do Bairro	2 081	2 072	2 506	2 314	3 089	3 370	3 787	3 720	3 085	4 409	4 589
Oliveira do Hospital	1 537	1 608	1 648	1 601	1 523	1 949	2 166	2 092	2 080	2 965	3 510
Ourique	3 884	3 841	4 377	4 754	5 476	6 435	6 642	6 189	3 430	3 090	2 923
Ovar	11 190	10 976	11 463	10 552	12 831	12 799	13 333	14 128	16 145	18 783	14 124
Paços de Ferreira	861	1 002	1 210	1 221	1 340	1 640	2 009	2 549	3 025	4 123	4 320
Palmela	8 277	10 584	12 892	13 920	7 010	7 613	8 497	6 487	10 025	14 629	13 874
Pampilhosa da Serra	3 597	3 936	4 406	4 487	4 364	4 666	4 184	3 549	2 320	1 963	1 213
Paredes	1 254	1 394	1 523	1 667	1 924	2 290	2 423	2 672	3 045	4 340	5 123
Paredes de Coura	894	1 137	1 143	1 276	1 294	1 266	1 369	1 403	1 145	1 295	1 379
Pedrógão Grande	4 008	4 375	4 765	4 656	4 973	5 018	4 917	4 659	2 810	3 399	2 836
Penacova	3 272	3 495	3 533	3 564	3 617	4 245	4 419	4 206	3 630	3 762	3 496
Penafiel	4 645	4 997	5 577	5 759	5 690	5 429	6 005	6 022	5 405	7 014	7 446
Penalva do Castelo	2 082	2 253	2 498	2 272	2 478	2 663	2 697	2 547	1 845	1 931	1 755
Penamacor	3 525	3 467	3 683	3 484	3 737	3 801	4 089	3 510	2 295	2 300	1 966
Penedono	1 023	1 170	1 134	1 159	1 116	1 446	1 570	1 593	1 030	944	1 009
Penela	4 490	4 792	5 158	5 268	5 430	5 536	4 919	4 548	3 550	3 943	3 459
Peniche	2 924	2 781	3 346	5 429	7 945	8 780	10 611	11 388	12 570	15 455	15 304
Peso da Régua	3 019	3 851	4 297	5 847	5 082	5 923	5 796	5 563	5 315	5 736	5 249
Pínhel	2 967	2 906	3 079	2 664	2 820	3 168	3 312	3 273	2 360	3 193	3 429
Pombal	4 318	5 798	6 760	7 374	8 472	10 480	11 353	9 973	12 035	12 409	12 805
Ponte da Barca	1 064	1 106	1 076	678	1 196	1 194	1 280	1 262	1 160	1 586	1 882
Ponte de Lima	2 297	2 249	2 574	2 536	2 542	2 193	2 420	3 030	2 225	2 660	2 374
Ponte de Sôr	3 096	3 847	5 173	6 698	8 292	10 802	12 782	13 010	10 295	11 611	9 170
Portalegre	10 600	11 899	11 660	9 858	11 104	11 422	13 153	13 374	12 495	15 824	16 096
Portel	2 515	2 758	2 962	3 171	3 418	3 807	3 870	3 621	2 585	2 891	2 797
Portimão	6 961	7 897	9 610	9 154	14 725	14 679	16 684	17 145	18 570	26 268	31 223
Porto	146 454	165 729	191 890	202 310	229 794	258 548	281 406	303 424	301 655	327 368	302 472
Porto de Mós	3 958	4 412	4 885	4 760	3 402	3 854	4 402	4 090	4 025	3 936	5 179
Póvoa de Lanhoso					1 558	1 888	1 762	1 849	2 110	2 514	3 548
Póvoa de Varzim	12 403	13 291	12 392	12 569	13 988	14 664	16 957	17 696	17 415	23 729	23 851
Proença-a-Nova	3 796	4 106	4 710	4 694	5 223	6 205	6 340	6 060	4 975	4 606	4 781
Redondo	5 602	6 280	6 693	7 056	7 625	8 959	9 305	8 925	7 140	6 498	6 250
Reguengos de Monsaraz	4 198	4 471	3 860	5 273	5 980	6 714	6 900	7 107	5 905	6 209	6 614
Resende	3 143	3 169	3 162	3 466	3 396	3 781	3 548	3 396	1 955	3 044	3 215
Ribeira de Pena	2 864	2 884	2 929	2 820	4 386	3 539	3 545	3 609	2 715	3 214	2 895
Rio Maior	4 199	4 685	5 006	5 372	6 102	6 760	8 402	9 032	9 340	10 774	10 424
Rio Tinto	7 569	7 890	9 702	11 105	14 228	18 738	22 269	27 100	40 270	47 616	40 907
S. Brás de Alportel	9 517	11 166	12 111	11 399	10 291	10 694	9 597	9 058	7 415	7 506	7 526



## Ficheiro UR

### Unidades Urbanas\* (ordem alfabética)

1890 1900 1911 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1981 1991

S. João da Pesqueira	2 301	2 052	2 038	1 931	1 860	2 104	2 041	1 904	1 330	2 034	1 869
S. Marta de Penaguião	1 002	945	1 126	1 083	1 394	1 460	1 546	1 235	1 895	1 791	1 828
Sabrosa	1 404	1 908	1 330	1 139	1 330	1 424	1 474	1 393	950	1 230	1 069
Sabugal	1 986	2 309	2 504	2 312	2 569	3 050	3 238	2 908	2 330	2 181	2 366
Salvaterra de Magos	3 117	4 314	4 500	4 473	5 169	5 622	6 383	6 867	6 410	8 372	4 843
Santa Comba Dão	1 681	1 981	2 054	1 975	2 462	2 232	2 305	2 567	2 245	2 892	2 803
Santa Maria de Marvão	1 299	1 277	1 228	1 153	1 452	1 514	1 720	1 386	805	961	802
Santarém	8 143	8 443	9 370	9 918	12 186	13 993	17 113	18 560	18 205	23 169	25 019
Santiago do Cacém	3 969	4 188	4 641	5 103	6 310	7 351	6 645	6 939	6 040	6 776	6 039
Santo Tirso	2 899	3 546	4 425	4 672	5 754	6 715	8 039	10 428	10 295	11 610	12 996
São João da Madeira	2 876	3 115	3 954	4 407	5 481	7 424	9 266	11 921	14 285	16 444	18 452
São Pedro do Sul	2 532	2 989	3 101	3 183	3 502	3 685	3 693	3 619	2 290	3 459	3 790
Sardoal	4 266	4 749	5 194	5 141	4 425	4 504	3 293	3 142	2 840	2 440	2 312
Satão	1 717	2 120	2 205	2 127	2 220	2 345	2 732	2 819	2 430	2 641	3 016
Seia	2 637	2 759	3 169	3 269	3 470	3 728	3 340	3 457	4 190	5 675	6 465
Seixal	2 012	2 240	2 914	3 326	3 402	3 959	4 661	4 036	13 610	21 873	28 026
Senancelhe	1 071	1 167	1 156	1 102	1 119	1 226	1 234	1 167	1 215	1 060	1 052
Serpa	6 391	6 537	7 643	6 898	10 697	11 209	11 652	10 967	7 985	7 073	6 407
Sertão	4 335	4 917	5 545	5 634	6 125	6 837	7 281	6 909	5 840	5 947	5 264
Sesimbra	4 709	5 135	5 811	6 217	7 050	6 618	6 957	7 567	7 015	8 285	7 321
Setúbal	17 891	21 722	27 962	24 402	46 342	45 345	50 455	50 966	59 395	89 867	85 289
Sever do Vouga	1 152	1 430	1 503	1 515	1 861	1 861	2 019	2 090	1 665	2 360	2 590
Silves	8 396	9 692	9 951	9 570	9 783	10 398	10 237	9 014	8 420	9 925	10 674
Sines	3 580	3 988	4 808	5 586	7 666	8 859	9 534	8 866	7 550	12 075	11 253
Sintra	4 930	5 886	7 359	7 860	10 005	11 816	15 669	19 930	14 945	20 234	19 963
Sobral de Monte Agraço	4 496	4 527	4 664	4 615	5 139	5 447	5 606	5 708	5 155	5 557	4 999
Soure	6 387	7 284	7 966	7 940	8 340	8 910	9 317	9 655	7 520	8 363	8 400
Sousel	2 311	2 555	2 899	3 099	3 549	4 272	4 321	3 859	2 665	2 517	2 114
Tábua	3 060	2 815	2 649	2 472	2 419	2 676	2 735	2 423	1 935	2 363	2 538
Tabuaço	1 199	1 282	1 344	1 154	1 202	1 288	1 428	2 199	1 145	1 797	1 826
Tarouca	2 226	2 429	2 507	2 424	2 597	2 565	2 812	2 865	2 740	2 956	2 953
Tavira	11 746	12 242	12 085	11 033	12 569	12 267	13 837	12 046	10 035	12 046	11 278
Terras do Bouro	381	413	507	544	596	687	744	724	690	751	772
Tomar	6 063	6 710	6 872	8 053	9 730	11 445	12 250	12 974	14 820	18 835	18 636
Tondela	2 015	2 190	2 446	2 458	2 810	3 185	3 271	3 198	14 470	14 987	13 613
Torre de Moncorvo	2 190	2 548	3 113	2 173	2 625	2 948	2 631	2 757	2 550	3 134	2 513
Torres Novas	9 378	10 664	12 685	12 378	10 330	11 591	13 076	11 974	13 330	14 805	15 517
Torres Vedras	6 078	6 853	7 825	8 392	10 603	11 908	12 307	13 091	14 890	19 096	19 923
Trancoso	2 759	2 880	2 963	2 914	2 740	3 186	3 537	3 014	2 500	2 407	2 498
Trofa	1 413	1 540	1 875	2 230	2 710	3 586	4 835	6 023	7 890	10 372	11 304
V. N. de Ourém	2 353	2 625	2 805	3 069	3 302	3 804	4 357	4 106	7 910	9 074	9 804
V. Nova de Cerveira	1 376	1 421	1 339	1 403	1 442	1 485	1 493	1 279	955	975	1 522

## Ficheiro UR

Unidades Urbanas* (ordem alfabética)	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
V. Nova de Famalicão	1 917	2 170	2 314	2 284	2 405	3 100	3 356	3 530	15 760	19 547	22 552
Vagos	5 536	6 053	7 107	7 719	8 241	7 327	8 446	8 281	5 295	6 043	2 913
Vale de Cambra	868	935	1 249	1 374	1 382	2 075	2 468	2 861	8 510	10 319	11 041
Valença	2 749	3 288	2 987	2 967	2 902	2 899	2 825	2 660	1 790	2 477	2 810
Valongo	3 587	3 643	3 718	3 605	3 986	5 914	6 738	6 124	8 155	10 351	13 103
Valpaços	2 180	2 483	2 355	2 311	2 602	2 885	3 446	3 460	3 025	3 832	4 084
Vendas Novas	2 546	3 107	4 565	5 529	7 202	9 051	10 943	9 675	8 790	10 933	9 846
Viana do Alentejo	2 383	2 674	3 307	3 675	4 208	4 881	5 238	4 923	3 390	3 708	2 698
Viana do Castelo	9 765	10 090	10 522	10 717	11 544	13 869	14 023	14 371	12 490	15 447	15 562
Vidigueira	3 503	3 643	3 674	3 599	4 251	4 407	4 335	4 149	3 240	3 236	2 865
Vieira do Minho						1 440	1 645	1 707	1 945	2 274	1 752
Vila Chã	868	935	1 249	1 374	1 382	2 075	2 468	2 861	3 115	3 652	3 652
Vila de Rei	4 641	2 439	5 463	3 885	5 124	3 759	3 756	5 462	4 480	3 386	2 686
Vila do Bispo	1 157	1 199	1 155	1 119	1 221	1 336	1 346	1 297	1 215	1 125	1 063
Vila do Conde	5 244	5 530	6 590	7 217	8 410	9 710	11 295	12 771	16 585	20 613	19 990
Vila Flor	2 093	1 705	1 582	1 510	1 760	1 963	2 187	2 062	1 955	2 394	2 392
Vila Franca de Xira	4 696	5 517	6 974	7 498	7 894	10 305	11 228	13 404	14 400	19 318	18 487
Vila Nova da Barquinha	1 016	1 009	911	999	1 188	1 229	1 266	1 388	1 280	1 514	855
Vila Nova de Foz Côa	3 274	3 571	3 396	3 136	3 340	3 825	4 120	4 129	2 345	3 710	2 974
Vila Nova de Gaia	18 584	21 606	24 369	26 160	33 474	39 306	43 946	53 137	61 435	78 098	85 553
Vila Nova de Paiva	1 039	1 050	851	847	992	1 058	1 067	1 114	895	1 039	1 175
Vila Pouca de Aguiar	1 748	1 979	2 302	1 925	2 268	2 764	3 003	2 997	2 585	3 440	3 364
Vila Real	6 014	6 661	6 788	6 232	6 612	7 917	9 285	10 672	11 475	12 860	13 809
Vila Real de S.to António	5 544	6 224	6 726	5 608	8 125	8 988	9 962	11 096	10 050	13 018	8 182
Vila Velha de Rodão	2 270	2 439	3 626	3 885	3 520	3 759	3 756	3 146	2 660	2 613	2 436
Vila Verde	1 031	1 320	1 416	1 232	1 557	1 605	1 789	1 725	2 020	2 237	2 608
Vila Viçosa	3 877	3 793	3 903	4 144	4 231	4 886	4 819	4 585	4 385	4 444	5 271
Vimioso	1 564	1 583	1 739	1 420	1 541	1 708	1 783	1 464	1 055	1 245	1 187
Vinhais	1 913	1 841	2 184	1 908	2 380	2 726	2 911	3 179	2 185	2 475	2 172
Viseu	8 101	8 121	8 150	8 268	9 765	12 785	12 613	16 961	16 200	20 070	20 659
Vouzela	1 036	1 152	1 236	1 173	1 340	1 404	1 372	1 259	1 205	1 340	1 407

\* Totalidade das sedes de concelho e cidades, independentemente do seu valor populacional em 1991



## Bibliografia

---

- ABREU, A. Barbosa de (1964): «Escalonamento Urbano do Continente Português», *Análise Social*, Vol.II, nº7-8, pp.574-598.
- ABREU, Diogo (1978): *Estudo Estatístico de Algumas Características do Povoamento em Portugal*, Publicação do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa ,(policopiado).
- ALARÇÃO, Alberto de (1969): *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) — Migrações Internas: 1921-1960*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa .
- ALMEIDA, J.; Costa, A. ; Machado, F. (1994): «Recomposição Social Profissional e Novos Protagonismos», in Reis, António (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 307-330.
- ALVAREZ, José Estébanez (1991): *Las Ciudades: Morfología y Estructura*, Editorial Sintese, Madrid.
- ARROTEIA, Jorge (1984): *Os Ilhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, ADERAV, Aveiro.
- ASCHER, François (1995): *Métropolis ou L'Avenir des Villes*, Éditions Odile Jacob, Paris.
- ATELIER DE SOCIOLOGIA URBANA (1986): «Sociografia Populacional da Área Metropolitana de Lisboa — Uma Aproximação aos Dados Estatísticos, 1960-1970-1981», *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº1, pp.123-162.
- BAILLY, A., Jensen-Butler, C., Leontidou, L.(1996): «Changing Cities: Reestructuring, Marginality and Policies in Urban Europe», *European Urban and Regional Studies*, 3 (2), pp 161-176.
- BAIRRADA, Mário (1992): «Processo de Terciarização: Conceito e Aplicação à economia Portuguesa», *Sociedade e Território*, Ano 6, nº17, pp. 85-90.

- BALLESTEROS, Aurora; Valle, Ricardo (1994): «Le Plan Stratégique de Madrid» in Vandermotten, Christian, *Planification et Strategies de Developpement dans les Capitales Europeennes*, Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles pp.175-194.
- BAPTISTA, A. Mendes (1985): *Crise e Desenvolvimento Económico Urbano*, IACEP-NEUR, (Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento - Estudos Urbanos e Regionais), Lisboa.
- BAPTISTA, A. Mendes (1995): «Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Prespectivas» in SEALOT/MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, pp.20-41.
- BAPTISTA, A. Mendes; Moniz, F. Coelho (1985): *Migrações Internas: Algumas Observações a Partir dos Fluxos Inter-regionais no Período 1973-1981*, IACEP-NEUR (Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento - Estudos Urbanos e Regionais), Série E, Nº34, Lisboa (policopiado).
- BASTIÉ, Jean; Dézert, Bernard (1991): *La Ville*, Masson, Paris.
- BEAUCHARD, Jacques (dirigé par) (1994): *Cités Atlantiques, L'invention de la Ville-Pays*, DATAR / Editions de l'Aube, s/l.
- BEAUER, Gérard; Roux, Jean-Michel (1976): *La Rurbanization où la Ville Eparpillé*, Seuil, Paris.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline (1984): «Les Grandes Villes et le Logement des Pauvres», in, *De la Géographie Urbaine à la Géographie Sociall* (Ouvrage publié à l'occasion du XXV<sup>e</sup> Congrès de l'Union Géographique Internationale à Paris), pp.103-112.
- BELLOTTI, Rosanna; Gario, Giuseppe (a cura di ) (1991): *Il Governo delle Trasformazioni Urbane: Analisi e Strumenti*, Franco Angeli, Milano.
- BERRY, Brian; Horton, Frank (1970): *Geographic Perspectives on Urban Systems*, Prentice-Hall, New Jersey.
- BONAMY, Joël; May, Nicole (direc.) (1994): *Services et Mutations Urbaine*, Anthropos, Paris.
- BONNET, Jacques (1994): *Les Grandes Métropoles Mondiales*, Nathan, Paris.
- Bouinot, J. (1991): «Les Villes Moyennes Européennes et Léchéance de 1993», *Annalles de Géographie*, nº561-562, pp.797-795.



- BRITO, Rita ; Pacheco, Alcino; Pimentel Dulce (1986): *Tendências Recentes da Dinâmica Populacional da Cidade de Lisboa*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- BRUNET, Roger. (dir.) (1989): *Les Villes "Européennes"*, DATAR/RECLUS - La Documentation Française, Paris.
- BRUNET, Roger; Ferras, Robert; Théry, Hervé (1992): *Les Mots de la Géographie: Dictionnaire Critique*, RECLUS - La Documentation Française, Paris.
- BRUXELAS, Mário (1987): *Indicadores de Caracterização e Evolução do Sistema Urbano*, MPAT/GEPAT (Ministério do Planeamento e da Administração do Território / Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território), Lisboa.
- CACHINHO, Herculano (1992): «O Comércio a Retalho na Área Metropolitana de Lisboa: Patologias e Potencialidades de um Sector em Mutação», *Sociedade e Território*, Ano 6, nº17, pp.26-37.
- CAETANO, Miguel et al (1970): *Rede Urbana do Continente, Hierarquia e Funcionamento*, Centro de Estudos de Planeamento, Lisboa, (policopiado).
- CAMAGNI, R. (1993): «Organisation Économique et Reseaux de Villes», in, Salles, Alain (ed.), *Les Villes, Lieux d'Europe*, DATAR - Éditions de l'Aube, Paris, pp.107-128.
- CARTER, Harold (1981, 3ª edição): *The Study of Urban Geography*, London, Edição castelhana: 2ª edição, *El Estudio de la Geografía Urbana*, Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid.
- CATTAN, Nadine (1991): Une Image du Réseau des Métropoles Européennes de Trafic aérien, *L'Espace Géographique*, nº 2, 105-116.
- CATTAN, Nadine.; Pumain, Denise et al (1994): *Le Système des Villes européennes*, Anthropos, Paris.
- CEDRU (1996): *Urbanização e Coesão Social em Portugal*, CEDRU, Lisboa, (policopiado).
- CEE (1992): *Europa 2000 — Prespectivas Para o Desenvolvimento do Território da Comunidade*, CEE, Bruxelas.
- CEE (1992): *Urbanization and the Functions of Cities in the European Community*, Regional Development — Studies, nº4 , CEE, Bruxelas.

- CLAVAl, Paul (1994): «Les Capitales à L'heure de la Métropolisation», in Vandermodten, Christian, *Planification et Strategies de Developpement dans les Capitales Européennes*, Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles pp.21-27.
- COLLIDÀ, Ada Becchi (1984): *La Terziarizzazione Urbana e la Crisi della Città: Le Caratteristiche dei Mercati del Lavoro Urbani*, Franco Angeli, Milano.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1980): *Contributos para o Estudo da Rede de Centros Urbanos da Região Norte*, CCRN, Porto.
- COMISSÃO EUROPEIA — Grupo de Peritos Sobre o Ambiente Urbano (1994): *Cidades Europeias Sustentáveis*, Comissão Europeia, Lisboa.
- COMMISSION EUROPÉENNE (1994): *Europe 2000 + : Coopération pour l'Aménagement du Territoire Européen*, (edition provisoire-septembre 1994), Commission Européenne, Bruxelles.
- CÓNIM, Custódio, (s.d.): «Mudanças Demográficas», in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, Vol. V (1958-1974), s.l. pp.151-166.
- CÓNIM, Custódio; Carrilho Maria (1989): *Situação Demográfica e Perspectivas de Evolução — Portugal 1960-2000*, Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa.
- CONSEIL DE L'EUROPE (1994): «Stratégies Pour un Développement Durable des Regions Urbaines en Europe», in *Conférence Européenne des Ministres Responsables de l'Aménagement du Territoire*, Oslo, pp.1-8.
- CORI, Berardo (a curi di) (1986): *Città, Spazio Urbano e Territorio in Italia*, Franco Angeli, Milano.
- COSTA, A. Firmino (1985): «Espaço Urbano e Espaço Rural: Um Xadrez em Dois Tabuleiros», *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp.735-756.
- CURTI, Fausto; Diappi, Lidia (a cura di) (1990): *Gerarchie e Reti Città: Tendenze e Politiche*, Franco Angeli, Milano.
- DAMETTE, Félix (1994): *La France en Villes*, DATAR/ La Documentation Française, Paris.
- DATAR, (1991): *En Europe, des Villes en Réseau*, La Documentation Française, Paris.
- DOMINGUES, Álvaro (1990): «Terciarização e Centralidade - Tendências Locativas dos Serviços à Produção e Reconfiguração da Rede Urbana no NO de Portugal», Comunicação apresentada no *I Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, Aveiro.



- DOMINGUES, Álvaro (1992): «Serviços à Produção e Centralidade Urbana: da Concentração Metropolitana à Desconcentração Periférica», *Sociedade e Território*, Ano 6, nº17, pp.115-130.
- EUROSTAT (1990): *Proposition EUROSTAT Pour la Définition de Zone Urbaines / Semi-urbaines / Rurales*, EUROSTAT, E3/SD/14/90.
- FERRÃO, J., Henriques E., A. Neves (1995): "Repensar as Cidades de Média Dimensão", *Análise Social*, vol. XXIX (129), pp.1123-1147.
- FERRÃO, João (1988): «Entender o Actual Processo de Terciarização: Das Teses às Dúvidas», *Análise Social*, 3ª Série, Vol. XXIV, 2º e 3º, pp.703-717.
- FERRÃO, João (1995): "Cidades Médias: Superar a Tirania da Dimensão" in SEALOT/MPAT, *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, pp.11-17.
- FERRÃO, João (1995): "Que Políticas Para as Cidades de Média Dimensão? Uma Nova Estratégia Para Uma Nova Condição" in SEALOT/MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, pp.219-232.
- FERRÃO, João (1997): «Rede Urbana, Instrumentos de Equidade, Coesão e Desenvolvimento ? », in *Colóquio "A Política das Cidades"*, Conselho Económico e Social, Lisboa, pp.21-48.
- FERREIRA, Júlia (1997): *Setúbal, a Cidade e o Território: O Papel Regional e os Efeitos da Metropolização*, Dissertação de Doutoramento apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.(policopiado)
- FONSECA, Maria Lucinda (1990): *População e Território: do País à Área Metropolitana*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- GAMA, António (1994): «As Capitais no Discurso Geográfico», *Penélope*, nº13, pp.9-21
- GASPAR, Jorge (1975): «Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental», *Finisterra*, vol X, nº 19, pp.107-152
- GASPAR, Jorge (1986): «Portugal: População e Povoamento. Evolução Recente, Tendências e Perspectivas», *Povos e Culturas*, nº1, pp. 15-37.
- GASPAR, Jorge et al. (1987): Ocupação e Organização do Espaço, Reproductiva e Tendência, in, *Portugal : Os Próximos 20 Anos*, I vol. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa .

- GASPAR, Jorge; Jensen-Butler, C. (1992): "Social, Economic and Cultural Transformation in the Portuguese Urban System", *International Journal of Urban and Regional Research*, 16 (3), pp. 442-461.
- GENESTIER (direc.) (1996): *Vers un Novel Urbanisme: Faire la Ville, Comment ? Pour Qui ?*, La Documentation Française, Paris.
- GEORGE, Pierre (1978): «Role de l'Investissement National et International Dans la Croissance Economique de la Region Urbaine, Capitale ou Metropole», *Bull. Assoc. Géogr. Franç.*, N°454, pp.233-238.
- GOTTMANN, Jean (1987, 3ª edição): *La Città Invincibile; Una Confutazione Dell'urbanistica Negativa*, Franco Angeli, Milano.
- GOTTMANN, Jean (1978): «Originalites Apportees dans la Croissance par la Presence du Pouvoir Politique», *Bull. Assoc. Géogr. Franç.*, N°454, pp. 239-242.
- HAU-ROUCHARD, Marie-France. (1996): "La Politique des Réseaux de Villes de la DATAR" in D. Pumain e F. Godard (coord.), *Données Urbaines*, Anthropos, Paris, pp. 333-340.
- INE / DGOTDU (1998): *Tipologia de Áreas Urbanas*, INE / DGOTDU, Lisboa. (policopiado)
- JANELLE, D.G. (1969): «Spatial reorganization: a model and concept», *Annals of the Association of American Geographers*, pp. 348-368.
- JANELLE, D.G. (1969): "Spatial Reorganization: a Model and Concept", *Annals of the Association of American Geographers*, pp.348-368.
- JUILLARD, E.; Nonn, H. (1976): *Espaces et Régions en Europe Occidentale*, CNRS, Paris
- LEDO, Andrés (1990): *La Red Urbana*, Editorial Sintese, Madrid, 159 pag.
- LEPETIT, Bernard (1992): «Passé, Présent et Avenir des Modèles Urbains d'Auto-Organisation», in Bally, A.; Ferras, R.; Pumain D.: *Encyclopédia de Géographie*, Economica, Paris, pp. 113-134.
- LEPETIT, Bernard (1993): «Passé, Présent et Avenir des Modèles Urbains d'Auto-Organisation», in Lepetit, B.; Pumain, D., *Temporalités Urbaines*, Anthropos, Paris, pp. 113-134.
- LOBO, I. Sousa (1997): «Cidades Pequenas e Cidades Médias: Da Marginalidade ao Protagonismo», in *Colóquio "A Política das Cidades"*, Conselho Económico e Social, Lisboa, pp.61-103.
- LOPES, Barbara; Lopes, Filipe (1966): «O Fenómeno da Urbanização e Suas Incidências em Portugal», *Informação Social*, nº3, (Ministério da Saúde e Assistência), Lisboa, pp.18-38.



- LOUÇÃO, João (1993): *Estrutura Funcional e Declínio Urbano*, Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa .(policopiado)
- MAINARDI, R.; Tombola, C., (a curi di), (1984, 2ª edição): *Grandi Città e Aree Metropolitane Città e Spazi Regionali in Italia Torino Milano Venezia-Padova Bologna Genova*, Vol. I, Franco Angeli, Milano.
- MARQUES, António; Bairrada, Mário (1982): «As Classes Sociais na População Activa Portuguesa, 1950-1970», in *Análise Social*, vol. XVII, nº 72-73-74, pp. 1279-1297.
- MARTELLATO, Dino; Sforzi, Fabio (a curi di) (1990): *Studi Sui Sistemi Urbani*, Franco Angeli, Milano.
- MARTÍNEZ, José Serrano (1989): «Notas Sobre el Sistema Urbano y la Organizacion del Territorio de Portugal», *Revista de Geografía*, Barcelona, vol XXIII, pp. 87-99
- MARTINS, Luís (1987): «Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal: Dimensão Populacional e do Comércio a Retalho», *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, I Série, Vol III, Porto, pp. 59-133.
- MATTHIESSEN, Cristian (1994): «The European Urban Scene Metropoles and Capitals Sout Scandinavia on the Move», in Vandermotten, Christian, *Planification et Strategies de Developpement dans les Capitales Européennes*, Vol. I, Editions de l'Universite de Bruxelles, Bruxelles, pp. 63-78.
- MERLIN, Pierre (1973): *Méthodes Quantitatives et Espace Urbain*, Masson, Paris.
- MORICONI-EBRARD, François (1993): *L'Urbanisation Dans le Monde Depuis 1950*, Anthopos, Paris.
- MORICONI-EBRARD, François (1994): *GEOPOLIS: Pour Comparer les Villes du Monde*, Anthopos, Paris.
- NAZARETH, J. Manuel (1988): «Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX», in *Portugal : Os Próximos 20 Anos*, Vol. III, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa .
- NEVES, A, Oliveira (1993): «Marketing Territorial — Contributo para a Promoção Económica das Cidades», *Revista Portuguesa de Gestão*, 1/93, pp.45-55.
- NUNES, Ana (1984): «População Activa Segundo o Recenseamento de 1981: Uma Análise Preliminar», in *Revista de História Económico-Social*, nº 14, Julho-Dezembro, pp.41-48.

- NUNES, Ana (1989): *A Rede Urbana Portuguesa e o Modelo de Crescimento Económico*, — Prova complementar de doutoramento apresenta no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- NUNES, Ana (1990): *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do XIX à actualidade*, Dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- NUREC (Networ For Urban Research in the European Community) (1990): *Le Concept Statistique de Villes en Europe*, EUROSTAT, E3/SD/15/90
- OCDE (1994): *Des Villes Pour le 21<sup>e</sup> Siècle*, OCDE, Paris.
- OLIVEIRA, J. Pereira (1980): «Análise Comparativa dos Centros Urbanos de Portugal (Ensaio Metodológico)», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol XXVIII, pp.113-208.
- OLIVEIRA, L. Valente (1997): «As Cidades e as Regiões. Dependências e Complementaridade entre Cidade e Campo. As Regiões Urbanas», in *Colóquio "A Política das Cidades"*, Conselho Económico e Social, Lisboa, pp.111-184.
- PALLA, Maria. (1993): *Estruturas e Níveis de Equipamento dos Centros Urbanos em 1990*, MPAT/GEPAT (Ministério do Planeamento e da Administração do Território / Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território), Lisboa.
- PEIXOTO, João (1987): «O Crescimento da População Urbana e a Industrialização em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, pp. 101-114.
- PEIXOTO, João (1987): *O Crescimento da População Urbana em Portugal*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- PEIXOTO, João (1990): «Elogio da Cidade», *Revista Critica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº30, pp. 97-112.
- PEIXOTO, João (1992): *As Noções Estatísticas de "Urbano" e "Rural" — O Caso do INE e de Outros Organismos Nacionais e Internacionais*, INE — Gabinete de Estudos Demográficos, Lisboa (policopiado).
- PELLETIER, J. ; Delfante, Ch. (1994 2<sup>a</sup> edição): *Villes et Urbanisme dans le Monde*, Paris.
- PETSIMERIS, Petros (a curi di) (1989): *Le Reti Urbane tra Decentramento e Centralità*, Franco Angeli, Milano.
- PIMENTEL, Dulce (1991): *As Migrações Portuguesas no Quadro das Migrações Internacionais (1950 - 1990)*, Centro de Estudos de Geografia



e Planeamento Regional / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Pinheiro, Magda (1900): «Crescimento e Modernização das Cidades no Portugal Oitocentista», *Ler História*, nº 20, pp. 79-107
- PINTO, Maria (1994): «As Tendências Demográficas», in Reis, António (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Circulo de Leitores, Lisboa, pp.296-306
- POEIRA, Loures ; Soares, Nuno (1994): «As Formas de Povoamento», in Soeiro de Brito, Raquel, *Portugal Perfil Geográfico*, Referência/Editorial Estampa, Lisboa, pp.115-143.
- PRED A. (1977): *City Systems in Advanced Economies*, Hutchinson, London.
- PUMAIN, Denise (1984): «L'Evolution Séculaire de la Tame Urbaine», in Quant T. (editor), *Géoscopie de la France*, Minard, Paris, pp.153-174.
- PUMAIN, Denise (1992): «L'Espace, le Temps et la Matérialité des Villes», in Bally, A.; Ferras, R.; Pumain D., *Encyclopédia de Géographie*, Economica, Paris, pp. 134-157.
- PUMAIN, Denise (1992): *Les systèmes de villes*, in *Encyclopédie de Géographie* , Direction: Bailly, A.; Ferras, R.; Puma, D., Economica, Paris, pp.646-663.
- PUMAIN, Denise (1993): «Les Système de Villes» in Lepetit, Bernard (coord.): *Temporalités Urbaine*, Anthropos, Paris, pp. 646-663.
- PUMAIN, Denise; Godard, F. (coord.) (1996): *Données Urbaines*, Anthropos, Paris.
- PUMAIN, Denise; Rozenblat, C.; Moriconi-Ebrard, F. (1996): "La Trame des Villes en France et en Europe" in Pumain D. e Godard F.(coord.), *Données Urbaines*, Anthropos, Paris, pp. 279-287.
- PUMAIN, Denise; Saint-Julien, Th.; Sanders, L. (1986): «Urban Dynamics of Some French Cities», *European Journal of Operational Research*, nº25, pp. 3-10.
- PUMAIN, Denise; Saint-Julien, Thérèse (direc.) (1996): *Urban Newtworks in Europ*, Éditions John Libbey Eurotext, Paris.
- PUMAIN, Denise; Saint-Julien, Thérèse (1984): «Les Villes et la Division Spatiale du Travail», in Quant T. (editor), *Géoscopie de la France*, Minard, Paris, pp. 27-41.
- PUMAIN, Denise; Saint-Julien, Thérèse (1989): «La Dynamique dun Système de Villes», *Sitemi Urbani*, nº3, pp.325-337.
- PUMAIN, Denise; Saint-Julien, Thérèse (1989): «Migration et Changement Urbain en France : 1975-82», *Revue d'Economie Régional et Urbaine*, nº3, pp.509-529.

- PUMAIN, Denise; Saint-Julien, Thérèse (1989): *Atlas des villes de France*, Reclus - La Documentation Française, Paris.
- QUATERNAIRE Portugal (1994): *Dinâmicas da Rede Urbanas - Áreas em Perda*, DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), Lisboa.
- QUATERNAIRE Portugal (1997): *Sistema Urbano Nacional: Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais* - Volume 1, Colecção Estudos 3, DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando (1955): «Portugal», in *Geografia de Espanha y Portugal*, Tomo V, Montaner y Simon, Barcelona.
- RIBEIRO, Orlando (1968): «Região e Rede Urbana: Formas Tradicionais e Estruturas Novas», *Finisterra*, Vol. III, pp. 5 -18.
- RIBEIRO, Orlando (1969): «Proémio Metodológico ao Estudo das Pequenas Cidades Portuguesas », *Finisterra*, Vol. IV, pp. 64 -75.
- RIBEIRO, Orlando (1971): «A Grande Debandada», *Diário de Notícias*, 8/10/1971.
- RIBEIRO, Orlando (1994): *Opúsculos Geográficos*, V Volume: Temas Urbanos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992): *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Porto.
- SALGUEIRO, Teresa. Barata (1987): «Os Transportes no Desenvolvimento das Cidades Portuguesas», *Povos e Culturas*, nº2, pp. 113-144.
- SANDERS, Lena (1992): *Système de Villes et Synergétique*, Anthropos, Paris.
- SANTOS, José (1990): *CrITÉrios Para a Elevação a Vila e Cidade*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território: Direcção-Geral da Administração Autárquica, Lisboa.
- SANTOS, José (1995): *As Freguesias: História e Actualidade*, Celta Editora, Oeiras.
- SANTOS, Mário Cardoso (1965): «Estrutura e Evolução da População Activa em Portugal», *Análise Social*, 3 (12), Outubro, pp.441-474.
- SERRÃO, Joel (1977 3ª edição): *A Emigração Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa.
- SILVA, C. Nunes (1994): *Política Urbana em Lisboa : 1926-1974*, Livros Horizonte, Lisboa.
- SILVA, F. Marques da (1970): *O Povoamento da Metrópole Observado Através dos Censos*, INE / Centro de Estudos Demográficos, Lisboa.



- SOARES Nuno (1990): *Terciarização das Avenidas Novas de Lisboa*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel (coord.) (1994): *Portugal Perfil Geográfico*, Referência / Editorial Estampa, Lisboa.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel (org.) (1987): *I Seminário Internacional : Área Metropolitana de Lisboa. Que Futuro?*, Departamento de Geografia e Planeamento Regional da FCSH-UNL / INIC-JNICT / FCG, Lisboa.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel (1976): *Lisboa. Esboço Geográfico*, Boletim da Junta Distrital de Lisboa, nº82, Lisboa.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel (1997): «Áreas Metropolitanas: Funções e Organização», in *Colóquio "A Política das Cidades"*, Conselho Económico e Social, Lisboa, pp. 191-230.
- UNIÃO EUROPEIA (1997): *EDEC: Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*, Reunião de Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território dos Estados-Membros União Europeia, (Primeira versão oficial provisória), União Europeia, Noordwijk.
- VALENTE, Cláudia, et al (1994): «Apontamentos Sobre o Rural Urbanizado — Reflexões Sobre as Relações Entre o Rural e o Urbano do Ponto de Vista Rural», *Forum Sociológico*, nº4, pp. 91-108.
- VAN DEN BERG, L.; et al (1982): *Urban Europe: A Study of Growth and Decline*, Pergamon Press, Oxford.
- VANDERMOTTEN, Christian (1994): «Le Plan Régional de Développement de la Région de Bruxelles», in Vandermotten, Christian, *Planification et strategies de Developpement dans les Capitales Europeennes* Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles, pp. 195-205.
- VANDERMOTTEN, Christian (1994): «Les Capitales et les Régions Métropolitaine Européennes dans le Contexte de l'Evolution des Structures Régionales (1980-1990)», in Vandermotten, Christian, *Planification et Strategies de Developpement dans les Capitales Europeennes*, Editions de l'Universite de Bruxelles, Bruxelles, pp.571-61.
- VELTZ, Pierre (1997 2ª edição): *Mondialisation Villes et Territoires: l'économie d'archipel*, Presses Universitaire de France, Paris.
- VIEIRA, A. Lopes (1979): «Noções Operatórias Sobre Cidade, População Urbana e População Rural», *Revista de História Económica e Social*, nº1, pp. 105-128.

## Índice de Quadros

---

Número	Título	Página
1	População por lugares.....	18
2	População urbana europeia (%).....	19
3	População residente em lugares com mais de 2 000 habitantes e por sectores de actividade.....	21
4	Portugal Continental, população urbana: 1991.....	31
5	Evolução da população das cidades da Europa Ocidental.....	48
6	Evolução da população das unidades urbanas portuguesas.....	48
7	Europa: taxa média de variação anual da população urbana.....	51
8	Evolução da população de 1890 a 1991.....	73
9	Evolução da taxa de variação da população de 1890 a 1991.....	73
10	Taxas de crescimento médio anual da população: 1890 a 1991.....	74
11	População a residir em cidades, sedes de concelho e áreas metropolitanas .....	76
12	taxa de variação da população urbana e do número de unidades urbanas.....	77
13	População residente em unidades urbanas por classes de dimensão.....	81
14	Número de unidades urbanas por classes de dimensão.....	82
15	Taxa de crescimento médio anual da população urbana por dimensão de unidades urbanas.....	83
16	Dimensão média das unidades urbanas por classes de dimensão: 1890 a 1991.....	87
17	Índices de primazia. de 1890 a 1991.....	97
18	A regra de rang-size no sistema urbano nacional.....	99
19	A regra de rang-size no sistema urbano nacional.....	102



20	Tipos de evolução das unidades urbanas por dimensão de lugar.....	122
21	Tipos de evolução e relação de proximidade .....	124
22	Tipos de evolução e relação de proximidade em relação ao total de cada tipo ( percentagem em linha ) .....	124
23	Tipos de evolução e relação de proximidade em relação ao total de cada tipo ( percentagem em coluna ).....	124
24	Variação de posição entre 1890 e 1991 das vinte maiores unidades urbanas.....	140
25	Tipos de polarização das cidades sedes de Distrito.....	147
26	Evolução da população: 1981 a 1991.....	178

## Índice de Gráficos

---

Número	Título	Página
1	Etapas de desenvolvimento urbano	40
2	Evolução da população das unidades urbanas portuguesas.....	49
3	Evolução da população: 1890 / 1991.....	73
4	Taxas de crescimento médio anual: 1890 / 1991.....	74
5	Taxa de variação da população urbana e do número de unidades urbanas.....	77
6	Desvio das taxas de crescimento médio das unidades urbanas.....	84
7	Dimensão média das unidades urbanas por classes de dimensão: 1890/1991.....	87
8	Distribuição <i>rank-size</i> das unidades urbanas: 1890 / 1991.....	93
9	Distribuição <i>rank-size</i> das unidades urbanas: 1890 / 1991.....	95
10	Índice de primazia: 1890 / 1991.....	97
11	Hierarquia urbana: 1890 / 1991.....	101
12	Variação da ordem das unidades urbanas entre 1890 e 1991.....	130
13	Variação de ordem entre 1890 e 1991 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1890.....	131
14	Variação de ordem entre 1890 e 1920 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1920.....	133
15	Variação de ordem entre 1920 e 1950 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1920 .....	134
16	Variação de ordem entre 1950 e 1991 das cinquenta maiores unidades urbanas em 1950.....	135
17	Cidades sedes de Distrito: evolução da taxa de variação da população, 1890 / 1991 .....	145



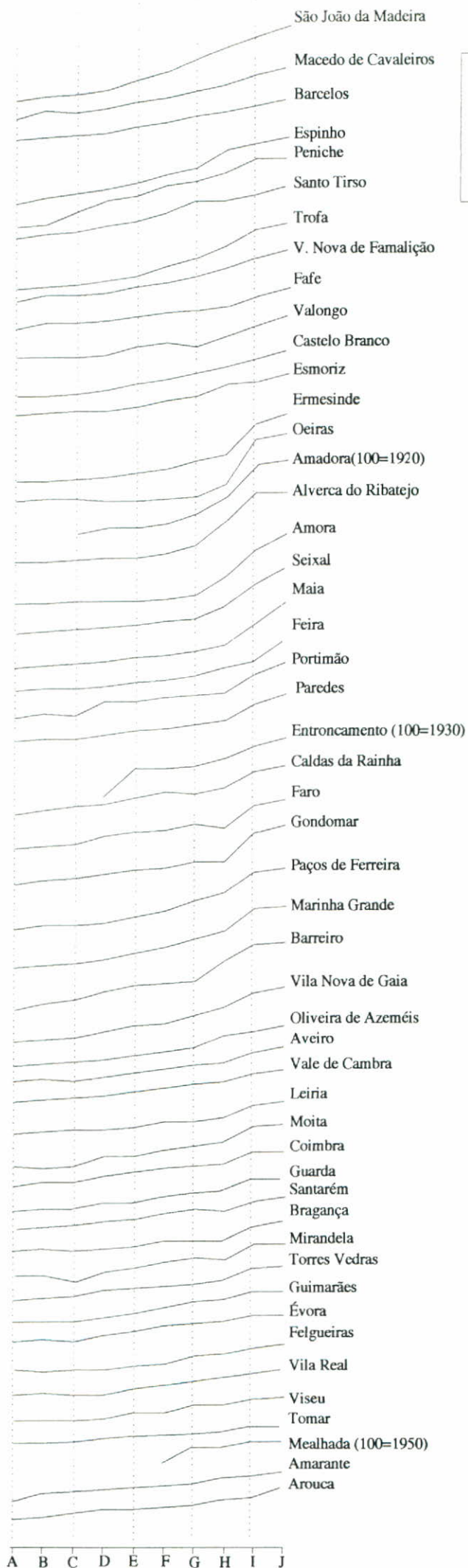
## Índice de Mapas

Número	Título	Página
1	Distribuição das unidades urbanas em 1890.....	105
2	Distribuição das unidades urbanas em 1991.....	106
3	Distribuição das unidades urbanas por NUT III.....	108
4	Unidades urbanas: Tipo 1 e Tipo 2 .....	113
5	Unidades urbanas: Tipo 3 e Tipo 4 .....	115
6	Unidades urbanas: Tipos 5, 6 e 7.....	117
7	Áreas — Tipo de evolução urbana 1890 / 1991.....	119
8	Variação de ordem das unidades urbanas entre 1890 e 1991.....	137
9	Variação relativa da ordem das unidades urbanas entre 1890 e 1991....	139
10	Crescimento das unidades urbanas entre 1890 e 1991.....	154
11	Crescimento das unidades urbanas entre 1890 e 1920.....	156
12	Crescimento das unidades urbanas entre 1920 e 1940.....	157
13	Crescimento das unidades urbanas entre 1940 e 1960.....	159
14	Crescimento das unidades urbanas entre 1960 e 1991.....	161
15	Crescimento das unidades urbanas entre 1890 e 1991.....	164
16	Data do valor máximo de população.....	167
17	"Dinâmicas urbanas e territoriais": Quatenaire.....	173
18 A	Evolução da população: 1981 / 1991.....	177
18 B/C	Evolução da população residente em sedes de concelho e cidades: 1981 / 1991.....	181
19	Urbanização e repulsão.....	182
20A	Unidades urbanas localizadas a menos de 25 Km entre si: 1991.....	183
20B	Unidades urbanas localizadas a menos de 25 Km entre si: 1890.....	184
21	Síntese do sistema urbano: 1991.....	185
22	Localização: cidades e sedes de concelho.....	270

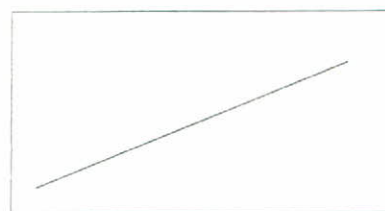
## Anexo nº1

Tipos de evolução das unidades urbanas





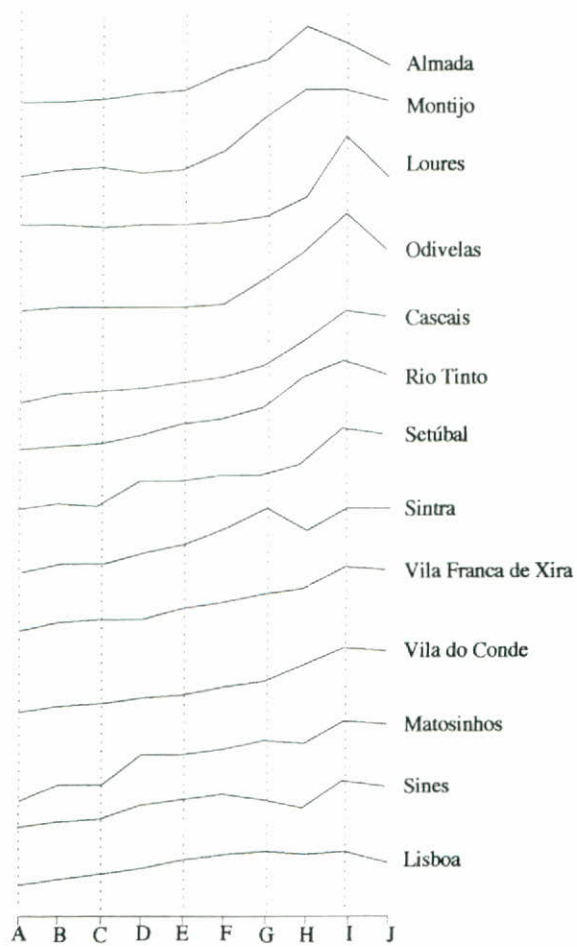
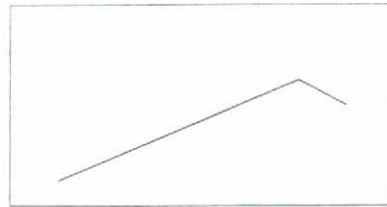
Tipo I



Base 100 = 1890

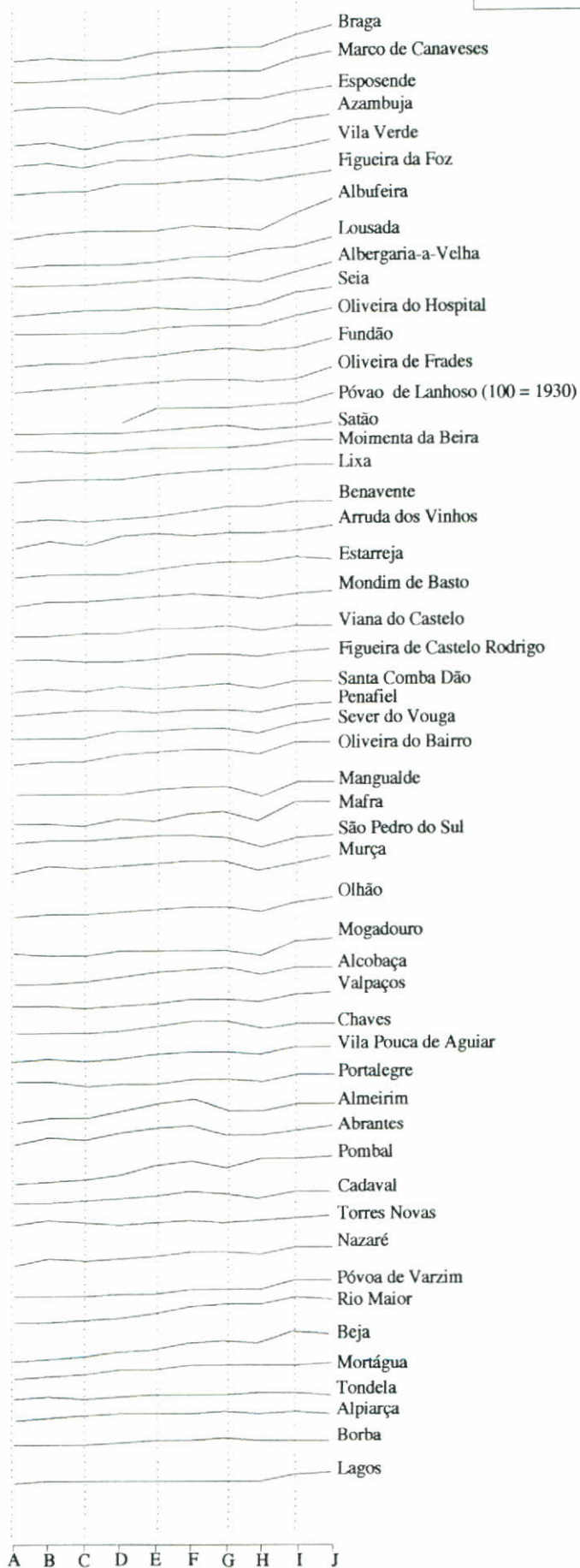
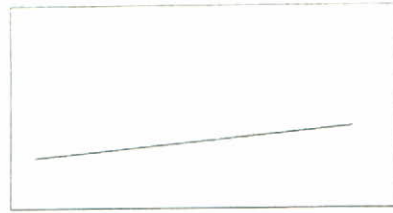
A = 1890 / 1900  
 B = 1900 / 1911  
 C = 1911 / 1920  
 D = 1920 / 1930  
 E = 1930 / 1940  
 F = 1940 / 1950  
 G = 1950 / 1960  
 H = 1960 / 1970  
 I = 1970 / 1981  
 J = 1981 / 1991

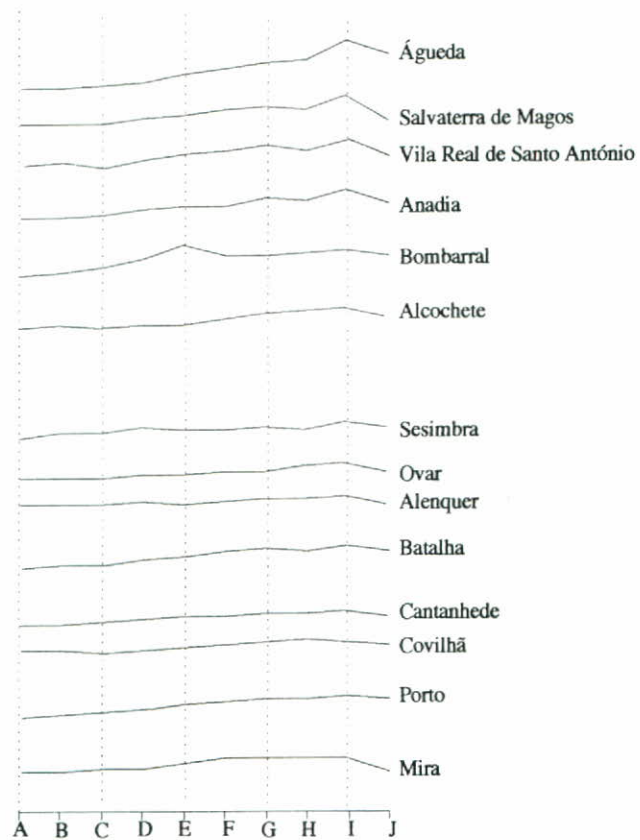
## Tipo 2





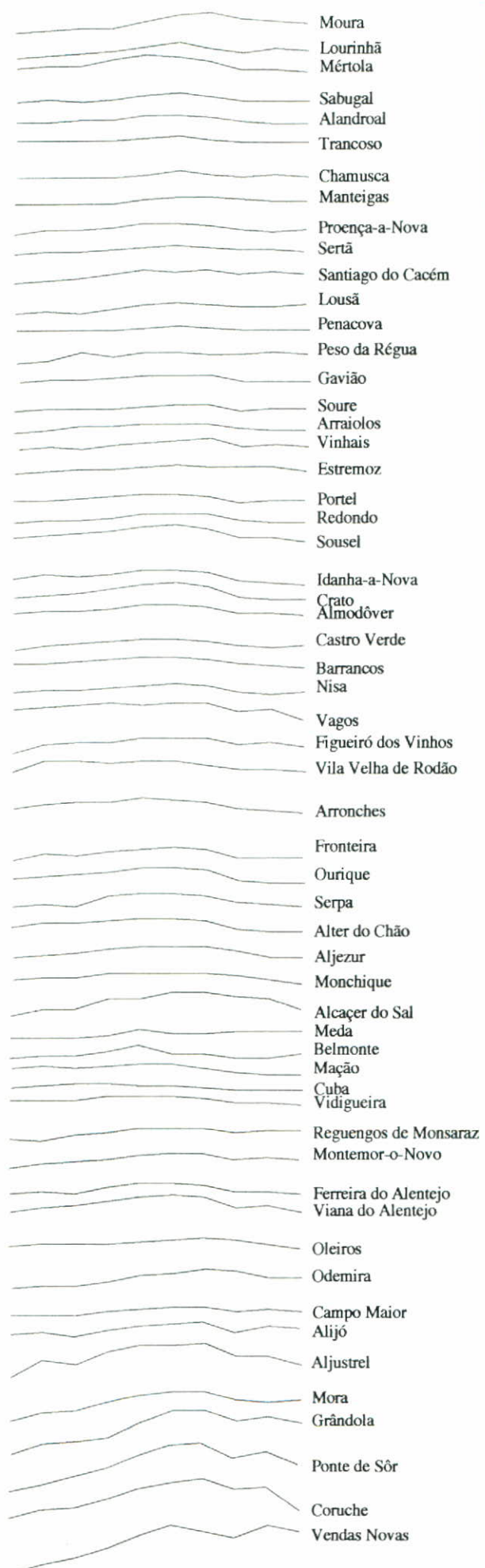
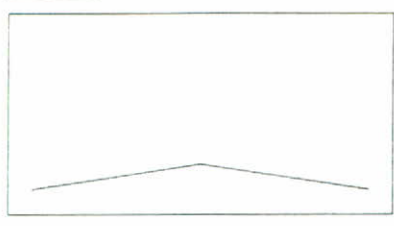
### Tipo 3





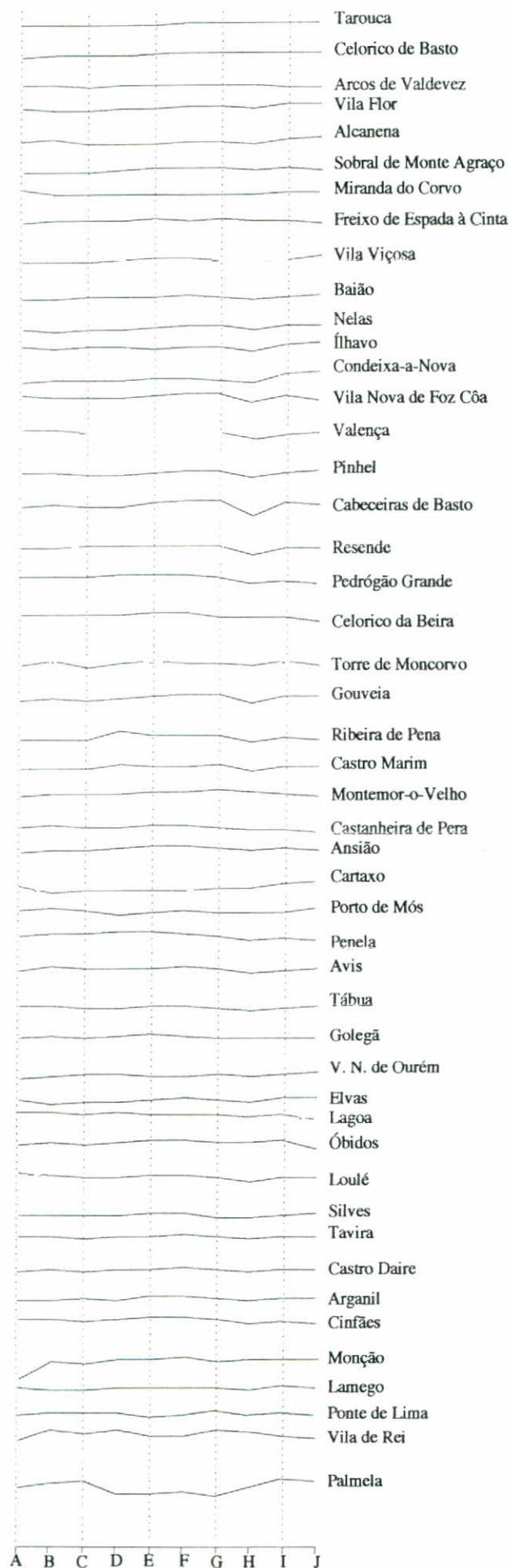


# Tipo 5



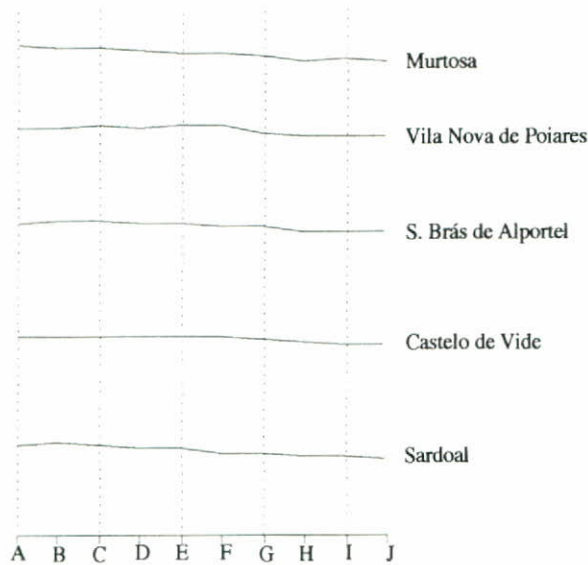
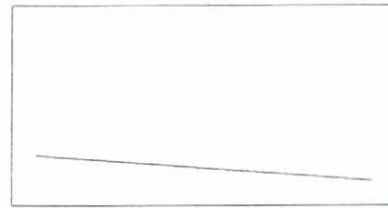
A B C D E F G H I J

## Tipo 6





### Tipo 7



## Nota explicativa

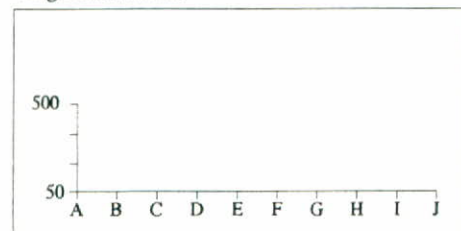
Unidades urbanas em que a taxa de evolução ultrapassa os valores de referência máximo (500) e mínimo (50).

Os gráficos destas unidades urbanas apresentam eixos de abcissas a escalas diferenciadas

O valor da 1ª data (1890) corresponde a 100

Rio Tinto	630
Maia	760
Matosinhos	621
Ermesinde	1384
Paços de Ferreira	501
Murtosa	25
Marinha Grande	552
Cascais	1076
Loures	686
Odivelas	5316
Oeira	961
Alverca do Ribatejo	1353
Peniche	529
Almada	639
Barreiro	1301
Seixal	823
Amora	3585
Setúbal	502
Trofa	800
Amadora	1893

### Legenda / escala



Anexo nº1

---

Vários





## Cidades portuguesas ( 1.1.1995 )

---

- |                              |                           |                                |
|------------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| 1— Abrantes                  | 41— Ílhavo                | 81— Santiago do Cacém          |
| 2— Águeda                    | 42— Lagos                 | 82— Santo Tirso                |
| 3— Albufeira                 | 43— Lamego                | 83— Seia                       |
| 4— Alcobaça                  | 44— Leiria                | 84— Seixal (AML)               |
| 5— Almada (AML)              | 45— Lisboa (AML)          | 85— Setúbal (AML)              |
| 6— Almeirim                  | 46— Lixa                  | 86— Silves                     |
| 7— Alverca do Ribatejo (AML) | 47— Loulé                 | 87— Stª Maria da Feira         |
| 8— Amadora (AML)             | 48— Loures (AML)          | 88— Tavira                     |
| 9— Amarante                  | 49— Maia (AMP)            | 89— Tomar                      |
| 10— Amora (AML)              | 50— Mangualde             | 90— Tondela                    |
| 11— Aveiro                   | 51— Marco de Canaveses    | 91— Torres Novas               |
| 12— Barcelos                 | 52— Marinha Grande        | 92— Torres Vedras              |
| 13— Barreiro (AML)           | 53— Matosinhos (AMP)      | 93— Trofa                      |
| 14— Beja                     | 54— Miranda do Douro      | 94— Real de Stº. António       |
| 15— Braga                    | 55— Mirandela             | 95— Vale de Cambra             |
| 16— Bragança                 | 56— Montemor-o-Novo       | 96— Valongo (AMP)              |
| 17— Caldas da Rainha         | 57— Montijo (AML)         | 97— Vendas Novas               |
| 18— Cantanhede               | 58— Moura                 | 98— Viana do Castelo           |
| 19— Cartaxo                  | 59— Odivelas (AML)        | 99— Vila do Conde (AMP)        |
| 20— Castelo Branco           | 60— Olhão                 | 100— Vila Franca de Xira (AML) |
| 21— Chaves                   | 61— Oliveira de Azeméis   | 101— Vila N. de Famalicão      |
| 22— Coimbra                  | 62— Oliveira do Hospital  | 102— Vila Nova de Gaia (AMP)   |
| 23— Covilhã                  | 63— Ourém                 | 103— Vila Real                 |
| 24— Elvas                    | 64— Ovar                  | 104— Viseu                     |
| 25— Entroncamento            | 65— Paços de Ferreira     |                                |
| 26— Ermesinde (AMP)          | 66— Paredes               |                                |
| 27— Esmoriz                  | 67— Penafiel              |                                |
| 28— Espinho (AMP)            | 68— Peniche               |                                |
| 29— Esposende                | 69— Peso da Régua         |                                |
| 30— Estremoz                 | 70— Pinhel                |                                |
| 31— Évora                    | 71— Pombal                |                                |
| 32— Fafe                     | 72— Ponte Sôr             |                                |
| 33— Faro                     | 73— Portalegre            |                                |
| 34— Felgueiras               | 74— Portimão              |                                |
| 35— Figueira da Foz          | 75— Porto (AMP)           |                                |
| 36— Fundão                   | 76— Póvoa de Varzim (AMP) |                                |
| 37— Gondomar (AMP)           | 77— Rio Maior             |                                |
| 38— Gouveia                  | 78— Rio Tinto (AMP)       |                                |
| 39— Guarda                   | 79— João da Madeira       |                                |
| 40— Guimarães                | 80— Santarém              |                                |
- Regiões Autónomas
- |                            |
|----------------------------|
| 105— Angra do Heroísmo     |
| 106— Funchal               |
| 107— Horta                 |
| 108— Ponta Delgada         |
| 109— Ribeira Grande        |
| 110— Vila Praia da Vitória |
- (AML)=Cidade localizada no interior da  
Área Metropolitana de Lisboa.  
(AMP)=Cidade localizada no interior da  
Área Metropolitana do Porto.

## Centros urbanos (lugares com mais de 10 000 habitantes)

	1 960	1 970	1 981	1 991
Aqualva-Cacém (Sintra)		14 590	343 411	55 342
Alfornelos (Amadora)				11 870
Algés (Oeiras)	14 517	18 388	20 377	18 396
Algueirão-Mem Martins (Sintra)		13 968	28 154	37 381
Avintes (V. N. Gaia)				10 846
Baixa da Banheira (Moita)	12 525	18 481	21 358	22 933
Brandoa (Amadora)		12 543	17 777	15 587
Buraca (Amadora)			10 081	13 836
Carnaxide (Oeiras)			12 184	13 317
Corroios (Seixal)			13 228	10 549
Cova da Piedade (Almada)	15 270	21 004	28 251	24 906
Cruz de Pau (Seixal)			16 187	15 454
Feijó (Almada)			13 974	13 238
Forte da Casa (V.F. Xira)				10 692
Laranjeiro (Almada)			20 374	23 086
Lavradio (Barreiro)			13 896	12 668
Leça da Palmeira (Matosinhos)		13 108	11 413	15 605
Linda-à-Velha (Oeiras)			19 660	25 012
Massamá (Sintra)				17 820
Miratejo (Seixal)				11 892
Moscavide (Loures)	22 065	21 647	17 797	14 497
Oliveira do Douro (V. N. Gaia)			18 876	20 645
Paço de Arcos (Oeiras)			13 281	
Paivas (Seixal)				10 493
Parede (Cascais)				11 744
Pedrosa (V. N. Gaia)				16 909
Pinhal Novo (Palmela)				10 347
Pontinha (Loures)		14 446	12 720	13 407
Portela (Loures)				16 879
Póvoa de Sta. Iria (V.F.Xira)				13 555
Póvoa de Sto. Adrião (Loures)			12 350	14 463
Queluz (Sintra)	14 703	25 913	42 241	42 885
Quinta da Lomba (Barreiro)			11 223	11 401
S. Mamede de Infesta (Matosinhos)				17 464
Sacavém (Loures)		13 012	24 116	16 231
Senhora da Hora (Matosinhos)				19 988
Sto. Ant. dos Cavaleiros (Loures)				21 195
Valbom (Gondomar)	10 856	11 618	12 183	13 343
Vale da Amoreira (Moita)				13 260
Vialonga (V.F.Xira)				11 849

Fonte: INE



## Sedes de concelho que possuíam menos de 2 000 hab. em 1991

---

### População Residente

Aguiar da Beira	1 289
Alcoutim	1 258
Alfandega da Fé	1 950
Almeida	1 536
Alvaiázere	1 737
Alvito	1 378
Amares	977
Armamar	1 168
Boticas	1 066
Caminha	1 789
Carrazeda de Ansiães	1 299
Carregal do Sal (Currelos)	1 915
Castelo de Paiva (Sobrado)	1 971
Constância	889
Ferreira do Zêzere	1 948
Fornos de Algodres	1 752
Góis	1 074
Melgaço Vila	1 318
Mesão Frio	1 516
Miranda do Douro	1 950
Monforte	1 483
Montalegre	1 990
Mourão	1 974
Pampilhosa da Serra	1 213
Paredes de Coura	1 379
Penalva do Castelo	1 755
Penamacor	1 966
Penedono	1 009
Ponte da Barca	1 882
S. João da Pesqueira	1 869
S. Marta de Penaguião	1 828
Sabrosa	1 069
Santa Maria de Marvão	802
Senancelhe	1 052
Tabuaço	1 826
Terras do Bouro (Moimenta)	772
V. Nova de Cerveira	1 522
Vieira do Minho	1 752
Vila do Bispo	1 063
Vila Nova da Barquinha	855
Vila Nova de Paiva	1 175
Vimioso	1 187
Vouzela	1 407

## Localização: cidades e sedes de concelho

1 Abrantes (B1)	96 Felgueiras (B1)	190 Penela (A1)
2 Águeda (B1)	97 Ferreira do Alentejo (A1)	191 Peniche (B1)
3 Aguiar da Beira (A2)	98 Ferreira do Zêzere (A2)	192 Peso da Régua (B1)
4 Alandroal (A1)	99 Figueira da Foz (B1)	193 Pinhel (B1)
5 Albergaria-a-Velha (A1)	100 Figueira de Castelo Rodrigo (A1)	194 Pombal (B1)
6 Albufeira (B1)	101 Figueiró dos Vinhos (A1)	195 Ponte da Barca (A2)
7 Alcácer do Sal (A1)	102 Formos de Algodres (A2)	196 Ponte de Lima (A1)
8 Alcanena (A1)	103 Freixo de Espada à Cinta (A1)	197 Ponte de Sôr (B1)
9 Alcobaça (B1)	104 Fronteira (A1)	198 Portalegre (B1)
10 Alcochete (A1)	105 Fundão (B1)	199 Portel (A1)
11 Alcoutim (A2)	106 Gavião (A1)	200 Portimão (B1)
12 Alenquer (A2)	107 Góis (A2)	201 Porto (B1)
13 Alfandega da Fé (A2)	108 Golegã (A1)	202 Porto de Mós (A1)
14 Aljô (A1)	109 Gondomar (B1)	203 Póvoa de Lanhoso (A1)
15 Aljezur (A1)	110 Gouveia (B1)	204 Póvoa de Varzim (B1)
16 Aljustrel (A1)	111 Grândola (A1)	205 Proença-a-Nova (A1)
17 Almada (B1)	112 Guarda (B1)	206 Redondo (A1)
18 Almeida (A2)	113 Guimarães (B1)	207 Reguengos de Monsaraz (A1)
19 Almeirim (B1)	114 Idanha-a-Nova (A1)	208 Resende (A1)
20 Almodôvar (A1)	115 Ílhavo (B1)	209 Ribeira de Pena (A1)
21 Alpiarça (A1)	116 Lagoa (A1)	210 Rio Maior (B1)
22 Alter do Chão (A1)	117 Lagos (B1)	211 Rio Tinto (B2)
23 Alvaizere (A2)	118 Lamego (B1)	212 S. Brás de Alportel (A1)
24 Alverca do Ribatejo (B2)	119 Leiria (B1)	213 S. João da Madeira (B1)
25 Alvito (A2)	120 Lisboa (B1)	214 S. João da Pesqueira (A2)
26 Amadora (B1)	121 Lixa (B2)	215 S. Marta de Penaguião (A2)
27 Amarante (B1)	122 Loulé (B1)	216 S. Pedro do Sul (A1)
28 Amares (A2)	123 Loures (B1)	217 Sabrosa (A2)
29 Amora (B2)	124 Lourinhã (A1)	218 Sabugal (A1)
30 Anadia (A1)	125 Lousã (A1)	219 Salvaterra de Magos (A1)
31 Ansião (A1)	126 Lousada (A1)	220 Santa Comba Dão (A1)
32 Arcos de Valdevez (A1)	127 Mação (A1)	221 Santarém (B1)
33 Arganil (A1)	128 Macedo de Cavaleiros (A1)	222 Santiago do Cacém (B1)
34 Armamar (A2)	129 Mafra (A1)	223 Santo Tirso (B1)
35 Arouca (A1)	130 Maia (B1)	224 Sardoal (A1)
36 Arraiolos (A1)	131 Mangualde (B1)	225 Satão (A1)
37 Arronches (A1)	132 Manteigas (A1)	226 Seia (B1)
38 Arruda dos Vinhos (A1)	133 Marco de Canaveses (B1)	227 Seixal (B1)
39 Aveiro (B1)	134 Marinha Grande (B1)	228 Sernancelhe (A2)
40 Avis (A1)	135 Marvão (A2)	229 Serpa (A1)
41 Azambuja (A1)	136 Matosinhos (B1)	230 Sertã (A1)
42 Baião (A1)	137 Mealhada (A1)	231 Sesimbra (A1)
43 Barcelos (B1)	138 Meda (A1)	232 Setúbal (B1)
44 Barrancos (A1)	139 Melgaço (A2)	233 Sever do Vouga (A1)
45 Barreiro (B1)	140 Mértola (A1)	234 Silves (B1)
46 Batalha (A1)	141 Mesão Frio (A2)	235 Sines (A1)
47 Beja (B1)	142 Mira (A1)	236 Sintra (A1)
48 Belmonte (A1)	143 Miranda do Corvo (A1)	237 Sobral de Monte Agraço (A1)
49 Benavente (A1)	144 Miranda do Douro (B3)	238 Soure (A1)
50 Bombarral (A1)	145 Mirandela (B1)	239 Sousel (A1)
51 Borba (A1)	146 Mogadouro (A1)	240 Tábua (A1)
52 Boticas (A2)	147 Moimenta da Beira (A1)	241 Tabuaço (A2)
53 Braga (B1)	148 Moita (A1)	242 Tarouca (A1)
54 Bragança (B1)	149 Monção (A1)	243 Távira (B1)
55 Cabeceiras de Basto (A1)	150 Monchique (A1)	244 Terras do Bouro (A2)
56 Cadaval (A1)	151 Mondim de Basto (A1)	245 Tomar (B1)
57 Caldas da Rainha (B1)	152 Monforte (A2)	246 Tondela (B1)
58 Caminha (A2)	153 Montalegre (A2)	247 Torre de Moncorvo (A1)
59 Campo Maior (A1)	154 Montemor-o-Novo (B1)	248 Torres Novas (B1)
60 Cantanhede (B1)	155 Montemor-o-Velho (A1)	249 Torres Vedras (B1)
61 Carraceda de Ansiães (A2)	156 Montijo (B1)	250 Trancoso (A1)
62 Carregal do Sal (A2)	157 Mora (A1)	251 Trofa (B1)
63 Cartaxo (B1)	158 Mortágua (A1)	252 Vagos (A1)
64 Cascais (A1)	159 Moura (B1)	253 Vale de Cambra (B1)
65 Castanheira de Pera (A2)	160 Mourão (A2)	254 Valença (A1)
66 Castelo Branco (B1)	161 Murça (A1)	255 Valongo (B1)
67 Castelo de Paiva (A1)	162 Murtosa (A1)	256 Valpaços (A1)
68 Castelo de Vide (A1)	163 Nazaré (A1)	257 Vendas Novas (A1)
69 Castro Daire (A1)	164 Nelas (A1)	258 Viana do Alentejo (A1)
70 Castro Marim (A1)	165 Nisa (A1)	259 Viana do Castelo (B1)
71 Castro Verde (A1)	166 Óbidos (A1)	260 Vidigueira (A1)
72 Celorico da Beira (A1)	167 Odemira (A1)	261 Vieira do Minho (A2)
73 Celorico de Basto (A1)	168 Odivelas (B2)	262 Vila de Rei (A1)
74 Chamusca (A1)	169 Oeiras (A1)	263 Vila do Bispo (A2)
75 Chaves (B1)	170 Oleiros (A1)	264 Vila do Conde (B1)
76 Cinfães (A1)	171 Olhão (B1)	265 Vila Flor (A1)
77 Coimbra (B1)	172 Oliveira de Azeméis (B1)	266 Vila Franca de Xira (B1)
78 Condeixa-a-Nova (A1)	173 Oliveira de Frades (A1)	267 Vila Nova da Barquinha (A2)
79 Constância (A2)	174 Oliveira do Bairro (A1)	268 Vila Nova de Cerveira (A2)
80 Coruche (A1)	175 Oliveira do Hospital (B1)	269 Vila Nova de Famalicão (B1)
81 Covilhã (B1)	176 Ourém (B1)	270 Vila Nova de Foz Côa (A1)
82 Crato (A1)	177 Ourique (A1)	271 Vila Nova de Gaia (B1)
83 Cuba (A1)	178 Ovar (B1)	272 Vila Nova de Paiva (A2)
84 Elvas (B1)	179 Paços de Ferreira (B1)	273 Vila Nova de Poiares (A1)
85 Entroncamento (B1)	180 Palmela (A1)	274 Vila Pouca de Aguiar (A1)
86 Ermesinde (B2)	181 Pampilhosa da Serra (A2)	275 Vila Real (B1)
87 Esmoriz (B2)	182 Paredes (B1)	276 Vila Real de Santo António (B1)
88 Espinho (B1)	183 Paredes de Coura (A2)	277 Vila Velha de Rodão (A1)
89 Esposende (B1)	184 Pedrógão Grande (A1)	278 Vila Verde (A1)
90 Estarreja (A1)	185 Penacova (A1)	279 Vila Viçosa (A1)
91 Estremoz (B1)	186 Penafiel (B1)	280 Vimioso (A2)
92 Évora (B1)	187 Penalva do Castelo (A2)	281 Vinhais (A1)
93 Fafe (B1)	188 Penamacor (A2)	282 Viseu (B1)
94 Faro (B1)	189 Penedono (A2)	283 Vouzela (A2)

